

Carlos González

Bésame

Cómo criar a tus hijos con amor

mucho

vivir
mejor

temas de hoy



PARTE I
A CRIANÇA BOA E A CRIANÇA MÁ

Tomamos este título de empréstimo do conto de Mark Twain, não para, como ele, falar de crianças concretas, mas antes para falar de todas as crianças em geral. As crianças são boas ou más? O leitor deverá pensar que existe todo o tipo de crianças. Cada criança é única e, provavelmente, a maioria tende a ser boa, assim como os adultos.

Todavia, e deixando de lado os méritos próprios de cada criança, muitas pessoas (pais, psicólogos, professores, pediatras e o público em geral) têm uma opinião predeterminada e geral sobre a bondade e a maldade das crianças. São “anjos” ou “pequenos tiranos”; choram porque sofrem ou porque troçam de nós; são criaturas inocentes ou “têm a escola toda”; têm necessidade de nós ou manipulam-nos.

Deste conceito prévio depende se vemos os nossos próprios filhos como amigos ou inimigos. Para algumas pessoas, as crianças são ternas, frágeis, desprotegidas, carinhosas, inocentes e necessitam da nossa atenção e dos nossos cuidados para se converterem em adultos agradáveis. Para outros, as crianças são egoístas, más, hostis, cruéis, calculistas, manipuladoras e só se lhes dobrarmos a vontade logo de início e lhes impusermos uma disciplina rígida as poderemos afastar do vício e convertê-las em adultos capazes.

Estas duas visões antagônicas da infância impregnam há séculos a nossa cultura. Surgem em conselhos de familiares e de vizinhos e também nas obras de pediatras, educadores e filósofos. Os pais jovens e inexperientes, público habitual dos livros de puericultura (com o segundo filho, é possível que tenham menos fé nos especialistas e menos tempo para ler), podem encontrar obras que defendem as duas tendências: livros sobre como tratar as crianças com carinho e sobre como as reprimir. Os últimos, infelizmente, são muito mais abundantes e foi por isso que me decidi a escrever este, um livro em defesa das crianças.

A orientação de um livro, ou de um profissional, raramente é explícita. Nas orelhas do livro deveria dizer claramente: “Este livro baseia-se na convicção de que as crianças necessitam de atenção.” Ou então: “Neste livro assumimos que as crianças troçam de nós à menor oportunidade.” É isto também que os pediatras e psicólogos deveriam explicar logo na primeira consulta. As pessoas estariam assim conscientes das diferentes orientações e poderiam comprar e escolher o livro e o profissional que melhor se adaptasse às suas próprias convicções. Consultar um pediatra sem saber se ele é partidário do carinho ou da disciplina é tão absurdo como consultar um religioso sem saber se é católico ou budista, ou ler um livro de economia sem saber se o autor é capitalista ou comunista.

Porque se trata de convicções e não de ciência. Mesmo que ao longo deste livro tente apresentar argumentos a favor das minhas opiniões, é necessário reconhecer que, em última análise, as ideias sobre o cuidado dos filhos, como as ideias políticas ou religiosas, dependem de uma convicção pessoal mais do que de um argumento racional.

Na prática, muitos especialistas, profissionais e pais nem estão conscientes de que existem estas duas tendências nem pararam para pensar qual é a sua. Os pais lêem livros com orientações totalmente diferentes, mesmo incompatíveis, acreditam em todos eles e tentam colocá-los em prática em simultâneo. Muitos autores poupam-lhes o trabalho, pois escrevem livros que são frontalmente híbridos contranaturais. São aqueles que nos dizem que pegar uma criança ao colo é muito positivo, mas que nunca o devemos fazer quando choram, porque de contrário se habitua; que o leite materno é o alimento mais maravilhoso, mas que a partir dos seis meses já não alimenta; que os maus tratos às crianças constituem um problema muito grave e um atentado aos direitos humanos, mas que uma palmada no momento certo faz maravilhas... Enfim, “liberdade dentro de uma certa ordem”.

Vejamos um exemplo clássico, na obra do pedagogo Pedro de Alcântara García, que escrevia há cerca de um século, citando o filósofo Kant:

Tão prejudicial pode ser a repressão constante e exagerada, como a complacência contínua e extremosa. Kant deixou escrito a esse respeito: “Não se deve anular a vontade das crianças, mas antes dirigi-la de tal modo que saiba ceder aos obstáculos naturais - os pais enganam-se habitualmente ao recusar aos filhos tudo aquilo que estes lhes pedem. É absurdo negar sem qualquer razão o que esperam da bondade dos pais. Mas, por outro lado, é prejudicial para as crianças deixá-las fazer tudo o que querem; não há dúvida que deste modo impedimos que manifestem o seu mau humor, mas também se tornam mais exigentes.” A vontade educa-se, pois, exercitando-a e restringindo-a, pelo exercício e a repressão, positiva e negativamente.

No conjunto, estas linhas parecem bastante razoáveis e favoráveis à criança (ainda que a palavra “repressão”, atualmente, soe um pouco mal, não é? Continuamos a reprimir as crianças, mas preferimos dizer que as estamos a formar, dirigir ou educar). Tudo depende do **que considerarmos uma “complacência extremosa”**. Não lhes devemos negar coisas sem razão, mas, se uma criança se for atirar pela janela, claro que não o devemos permitir. Estamos todos de acordo.

Todavia, por que razão devemos determinar essas limitações ao falarmos especificamente das crianças?

Também não permitiríamos a um adulto que se atirasse da janela, seja ele o nosso pai ou o nosso irmão, mulher ou marido, chefe ou empregado. Mas isso é tão lógico que, ao falarmos de pessoas adultas, não achamos necessário declará-la. Substitua a palavra “filho” por “mulher” no excerto anterior: “Na vida conjugal, a repressão constante e exagerada pode ser tão prejudicial como a complacência contínua e extremosa. É prejudicial para as mulheres fazer tudo aquilo que querem; é certo que, desta forma as impedimos de manifestarem o seu mau humor, mas também se tornam mais exigentes.” Em duas frases, chamamos-lhes exigentes e mal-humoradas. Não é irritante?

Durante séculos, a mulher esteve “naturalmente” submetida ao marido e escreveram-se frases semelhantes sem que ninguém se escandalizasse. Atualmente, ninguém se atreveria a falar assim das mulheres, contudo, parece natural fazê-lo quando se trata de crianças.

Alguns leitores poderão pensar que estou a levar as coisas demasiado a sério, que não é necessário ir tão longe, que estou a usar as frases de Pedro de Alcântara fora de contexto e que ele, na realidade, tem todo o respeito pelas crianças. Mas a verdade é que aquilo era apenas o princípio, algumas páginas mais à frente, lemos:

Para conter este impulso e evitar a formação de semelhantes hábitos, é necessário opor resistência aos desejos das crianças, contrariar-lhes os caprichos, não as deixar fazer tudo aquilo que querem nem ser tão solícitos como parecem ser muitos pais ao menor sinal dos filhos.

Aqui já não estamos a falar de impedir que uma criança brinque com uma pistola, bata a outra criança ou parta uma jarra. Estamos a falar de não a deixar fazer aquilo que quer “porque sim”, pelo puro prazer de a contrariar, quando se acaba de dizer que “é absurdo negar-lhes sem razão aquilo que esperam”. Parece que nem o autor nem os leitores se davam conta de que aqui existia uma contradição. Muitas pessoas sentem-se atraídas por estas posições indefinidas, pelo “sim, mas...” e pelo “só se...”, pois na nossa sociedade está muito difundida a ideia de que os extremos são negativos e que é no meio que se encontra a virtude. Mas não é isso que acontece,

pelo menos não em todos os casos. A virtude encontra-se, muitas vezes, num extremo. Dois exemplos com os quais creio que todos os leitores concordarão: a polícia nunca deve torturar um preso, o marido nunca deve bater à mulher. Parece-lhe que estes “nunca” são demasiado extremistas, talvez fanáticos?

Dever-se-ia adotar uma posição intermédia, mais conciliadora e compreensiva, como torturar apenas um pouco e só assassinos e terroristas ou bater à mulher apenas quando foi infiel? É claro que não. Pois bem, do mesmo modo, não estou disposto a aceitar que “uma palmada no momento certo” seja outra coisa que não maus tratos, nem conheço qualquer motivo pelo qual nos devamos ocupar das crianças de dia, mas não de noite.

O livro que o leitor tem nas mãos não procura “o meio-termo”, toma antes e claramente um partido. Este livro parte do princípio de que as crianças são boas na sua essência, que as suas necessidades afetivas são importantes e que nós, pais, lhes devemos carinho, respeito e atenção. Aqueles que não estiverem de acordo com estas premissas, aqueles que preferirem acreditar que o filho que têm é um “pequeno monstro” e que procuram truques para colocá-lo na linha encontrarão (infelizmente, na minha opinião) muitos outros livros mais de acordo com as suas convicções.

Este livro está a favor dos filhos, mas não deve pensar-se por isso que está contra os pais, pois precisamente apenas na teoria da “criança má” existe essa oposição. Aqueles que atacam as crianças parecem acreditar que assim estão a defender os pais “um horário rígido para que você tenha liberdade, limites para que não troce de si, disciplina para que o respeite, deixá-lo sozinho para que você possa ter a sua própria intimidade...”); mas enganam-se, porque, na realidade os pais e os filhos pertencem ao mesmo grupo. Por extensão, aqueles que acreditam na maldade das crianças acabam por atacar também os pais: “Não são firmes, estão a torná-lo mal educado, não seguem as regras... são fracos...”

Pois a tendência natural dos pais é a de acreditar que os filhos são bons e tratá-los com carinho. Uma vez cheguei demasiado cedo à minha consulta e entretive-me a falar com a rececionista. Na sala estava apenas uma mãe com um bebê de poucos meses num carrinho, aguardando um colega meu. O bebê começou a chorar e a mãe tentou acalmá-lo abanando o carrinho para trás e para a frente. Cada vez o choro se tornava mais desesperado e os movimentos da mãe mais frenéticos. Quando uma criança chora com toda a sua força, dois minutos parecem horas. “O que está ela a fazer?”, pensei. “Porque não o tira do carrinho e o pega ao colo?”

Esperei ainda mais, mas a mãe não fazia nada. Finalmente; ainda que não goste de dar conselhos não solicitados, decidi-me a lançar uma indireta, o mais suavemente que pude:

- Que aborrecido está o bebê! Parece que quer colo...

Então, como que movida por uma mola, a mãe aventurou-se a tirar o bebê do carrinho (que se calou imediatamente) e explicou:

- Como os pediatras dizem que não é bom pegar-lhes ao colo...

Não se atrevia a pegar no filho porque estava na presença de um pediatra! Nesse dia compreendi o poder que nós, médicos, temos e quantas pressões e temores as mães são obrigadas a enfrentar todos os dias.

Essa mesma explicação, “eu pegava-lhe ao colo, mas como dizem que se acostumam mal...”, ouvi-a já dezenas de vezes em situações menos dramáticas. Todas as mães sentem o desejo de consolar um filho que chora e só uma grande pressão e uma “lavagem cerebral” completa podem convencê-las de outra coisa. Pelo contrário, nunca vi o caso oposto: uma mãe

que espontaneamente prefira deixar chorar o filho, mas que o pegue ao colo por obrigação (“deixava-o chorar, mas como dizem que isso os traumatiza...”).

A puericultura flexível

Outro problema importante é que, frequentemente, as palavras dos livros e dos especialistas são tão imprecisas que admitem qualquer interpretação.

Uma vez, ouvi durante mais de meia hora um psicólogo que falava sobre a educação de crianças a um grupo de pais e de mães. Não compreendi nada. Na realidade, suspeito que não disse nada. No final, todos aplaudiram. Consciente ou inconscientemente, alguns especialistas em educação parecem adotar o método dos relatores de horóscopos: proferir generalidades vazias de conteúdo com as quais qualquer pessoa se possa identificar. Se eu disser, por exemplo, “os nativos de Gêmeos são carinhosos e leais, embora não gostem que trocem deles”, muitos dos nativos de Gêmeos que me lêem pensarão que descrevi na perfeição a sua personalidade. E se tivesse dito “os nativos de Sagitário são carinhosos e leais...”? Também teria acertado. Claro. Toda a gente é (ou acredita que é) mais ou menos assim. Ninguém reconhece que é arisco e traiçoeiro, ninguém gosta de ser alvo de troça.

Da mesma maneira, quem não estaria de acordo em que “os pais devem dirigir as potencialidades dos filhos, mas sem limitar a sua criatividade”? Os pais de Marta e Henrique, duas crianças de seis anos, estão de acordo. A Marta sai de casa às sete da manhã e volta às seis ou sete da noite, depois de comer no colégio e de estudar inglês, informática e dança depois das aulas. É recebida por alguém que cuida dela até que os pais cheguem a casa. Por seu lado, o pai do Henrique deixou o trabalho para poder cuidar do filho. Henrique come em casa e, dois dias por semana, estuda guitarra porque gosta, não porque seja necessário passar de alguma maneira o tempo até que os pais voltem a casa.

Os dois pais estão convencidos de que estão a fazer exatamente o que o especialista recomenda: fazem os possíveis por dirigir as potencialidades dos filhos. Só os preocupa um pouco “limitar a criatividade”. Não estarão a limitá-la sem se dar conta? O pai do Henrique decide que, a partir de agora, não apenas jogará futebol com o filho, mas também basquetebol (talvez não seja bom centrar-se num só desporto); o da Marta decide inscrevê-la em aulas de piano dois dias por semana das sete às oito da noite, para completar a sua educação.

E o leitor, acredita que ambas as crianças estão a receber a mesma educação? Muitas vezes, as frases são tão flexíveis que se lhes pode dar a volta como a uma peúga. Se gostou de “os pais devem dirigir as potencialidades dos filhos, mas sem lhes limitar a criatividade”, quem disse que “os pais devem permitir que as potencialidades dos filhos fluam livremente, mas pondo limites à sua criatividade desordenada”? Ao vê-las juntas, o leitor dá-se conta de que estas duas frases são exatamente opostas; mas... se tivesse lido uma num livro e, meses depois, a outra noutro livro, provavelmente não teria notado a diferença.

E o que dizer de uma frase como “o vínculo afetivo entre mãe e filho deve ser suficientemente sólido para transmitir segurança ao filho, mas sem cair na superproteção, para não abafar o desenvolvimento da sua personalidade”? O que significa isto? Como é um vínculo suficientemente sólido, onde está o “vinculômetro” para medi-lo? É possível abafar o desenvolvimento de uma personalidade? Como? Como se distingue, nos adultos, aqueles que têm a personalidade “abafada”? Ao ouvir esta frase, duas mães, Isabel e Iolanda, ficam um pouco preocupadas. A filha de Isabel, de dez meses, passa nove horas por dia no jardim de infância e, quando sai, é a avó que a vai buscar e que cuida dela das cinco às oito. Isabel acha

que a sogra está a educar mal a menina permitindo-lhe tudo e pergunta-se se não será melhor contratar uma empregada para esse período do dia, antes que abafem por completo a personalidade da sua querida filha. Iolanda pediu dispensa no trabalho para cuidar do filho de dez meses, que é amamentado e dorme na cama dos pais; mas, na terça-feira passada, foi ao cabeleireiro, havia mais gente do que esperava e, quando voltou a casa, o marido disse-lhe que o menino chorara muito. “Ter-se-á quebrado o nosso vínculo afetivo?”, pergunta-se Iolanda. “O meu filho tornar-se-á inseguro por causa desta separação? Quando vi que havia tanta gente, devia ter voltado para casa e cortado o cabelo noutro dia.” Claro que Isabel e Iolanda estão totalmente de acordo com o especialista em questão; nenhuma das duas duvida da importância de um vínculo sólido nem dos perigos da superproteção.

Toda a gente pode estar de acordo com este tipo de declarações gerais, porque cada um as pode interpretar de acordo com as suas próprias ideias. Um especialista canadiano, Robert Langis, oferece-nos outro exemplo.

No seu livro *Como Dizer Não às Crianças* (um título só por si significativo: o grande problema das crianças parece ser que não lhes disseram “não” vezes suficientes), enumera “as treze condições da escravatura dos pais atuais”. As ditas condições são extremamente abrangentes, por exemplo, a primeira:

Não sabemos estabelecer a diferença entre as necessidades dos nossos filhos e os seus caprichos.

Isto pode ser interpretado de mil maneiras. Para alguns pais, tudo aquilo que o filho lhes peça, à exceção da comida, será um capricho. E a comida deve ser exatamente aquela que lhe colocaram no prato e não outra, e deve-se comer a uma hora fixa e seguindo regras de civilização imutáveis. Para outros, pelo contrário, uma criança tem toda a necessidade de estar ao colo grande parte do dia, de dormir com os pais, de receber carinho e consolo quando chora, de comer aquilo de que gosta, de ter brinquedos variados e agradáveis e de partir alguns deles de vez em quando. Mas estes pais continuarão a estar de acordo quanto à necessidade de fazer a distinção entre necessidade e capricho; é claro que não vão deixar que o filho de dois anos abra a torneira do gás.

Quando se faz este tipo de declarações generalistas, é muito fácil manter toda a gente contente. Neste livro, tentaremos ser um pouco mais concretos, mesmo sob pena de poder desagradar a alguns leitores.

O último tabu

A nossa sociedade parece muito tolerante porque muitas das coisas que eram proibidas há cem anos são atualmente consideradas absolutamente normais. Contudo, se pensarmos melhor, também há coisas que há cem anos eram consideradas normais e que estão atualmente proibidas. Tão completamente proibidas que nos parece normal que assim seja, tão normal como parecia ser aos nossos avós um sistema de tabus e de proibições.

Muitos dos antigos tabus referiam-se ao sexo; muitos dos atuais referem-se à relação mãe-filho, para desgraça das crianças e das suas mães. Por exemplo, a palavra “vício” usa-se agora de uma forma totalmente diferente da que era usada pelos nossos avós. Quase tudo o que então era considerado “vício” deixou agora de o ser. Beber, fumar ou jogar passaram a ser consideradas doenças (alcooolismo, tabagismo, ludopatia), com o que o pecador passou a ser considerado vítima inocente. A masturbação (o “vício solitário” que tanto preocupava os

médicos e educadores) é considerada normal. A homossexualidade é simplesmente um estilo de vida. Falar de vício em qualquer desses casos é atualmente considerado um grave insulto. Hoje em dia, apenas se chama vício a algumas atividades inocentes das crianças: “Tem o vício de roer as unhas.” “Chora por hábito (vício).” “Se lhe pegas ao colo vai viciar-se.” “O que acontece é que está viciado no peito e, por isso, não come a papa.”

Se ainda tem dúvidas sobre quais são os verdadeiros tabus da nossa sociedade, imagine que vai ao seu médico de família e lhe conta uma das histórias seguintes:

- 1) “Tenho um filho de três anos e gostaria que me fizesse o teste do HIV, porque este verão tive relações sexuais com vários desconhecidos.”
- 2) “Tenho um filho de três anos e fumo um maço de cigarros por dia.”
- 3) “Tenho um filho de três anos; estou a amamentá-lo e ele dorme na nossa cama.”

Em qual dos três casos crê que o médico lhe passaria um sermão? No primeiro caso, diria “está certo” e pediria a análise do HIV sem pestanejar; no máximo recordar-lhe-ia, educadamente, da necessidade de uso de preservativo, como no segundo caso lhe explicaria que o tabaco é prejudicial à saúde (se o médico também fumar, não lhe dirá absolutamente nada). Ninguém a repreenderá: “Mas que descaramento! Como se atreve? Uma mulher casada, uma mãe de família!”

E no terceiro caso? Conheço uma história real. Quando a psicóloga do jardim de infância tomou conhecimento de que Maribel estava a amamentar o filho de dezesseis meses, chamou-a à escola para lhe explicar que, se ela não o desmamasse imediatamente, o filho seria homossexual (não sabemos se devemos ficar mais surpreendidos com o preconceito em relação à amamentação, se à homossexualidade). Como Maribel persistiu na sua “perigosa” atitude, a psicóloga foi até sua casa para falar diretamente com o marido, a fim de adverti-lo do mal que a mulher estava a fazer ao filho de ambos.

A nossa sociedade, tão compreensiva noutros aspectos, é-o muito pouco em relação às crianças e às mães.

Estes tabus modernos poderiam ser classificados em três grandes grupos:

- Relacionados com o choro: é proibido dar atenção a crianças que choram, pegar-lhes ao colo, dar-lhes aquilo que querem.
- Relacionados com o sono: é proibido adormecer as crianças ao colo ou a mamar, cantar ou embalar-las para que adormeçam e dormir com elas.
- Relacionados com a amamentação materna: é proibido amamentar a qualquer momento, em qualquer lugar; ou fazê-lo a uma criança “demasiado” crescida.

Quase todos eles têm uma coisa em comum: proíbem o contacto físico entre mãe e filho. Por outro lado, gozam de grande estima todas as atividades que tendem a diminuir o referido contato físico e aumentar a distância entre mãe e filho:

- Deixá-lo sozinho no seu quarto.
- Transportá-lo num carrinho ou num desses incômodos moisés de plástico.
- Colocá-lo num jardim de infância o mais cedo possível ou deixá-lo com uma avó ou, de preferência, com uma ama (as avós tornam os netos mal-educados!).

- Inscrevê-lo em colônias e acampamentos cedo e durante o maior período de tempo possível.
- Ter “espaços de intimidade” para os pais, sair sem as crianças, fazer “vida de casal”.

Ainda que algumas pessoas tentem justificar estas recomendações dizendo que “permitem que a mãe descanse”, a verdade é que nunca proibem nada de cansativo. Ninguém lhe diz “Não limpe tanto, que ganha o mau hábito de ter a casa limpa”, ou “Quando for para o exército, terá de ir atrás para lhe lavar a roupa”. Na verdade, o proibido parece ser a parte mais agradável da maternidade: adormecê-lo ao colo, cantar-lhe, desfrutar da sua companhia. Talvez seja por isso que criar os filhos se afigure tão difícil para algumas mães. Há menos trabalho que antigamente (água corrente, máquina de lavar, fraldas descartáveis), mas também há menos compensações.

Numa situação normal, quando a mãe desfruta da liberdade de cuidar do filho como acha conveniente, o bebê chora pouco e, quando chora, a mãe sente pena e compaixão: (“Coitado, o que é que ele terá?”). Mas quando a proibiram de lhe pegar ao colo e dormir com ele, amamentá-lo ou consolá-lo, a criança chora mais e a mãe vive esse choro com impotência e, em longo prazo, com raiva e hostilidade (“E agora, que Diabo lhe mordeu?”).

Todos estes tabus e preconceitos fazem as crianças chorar e também não fazem os pais felizes. A quem satisfazem então? Talvez a alguns pediatras, psicólogos, educadores e vizinhos que os defendem? Eles não têm o direito de lhe dar ordens, de lhe dizer como deve viver a sua vida e tratar o seu filho.

Demasiadas famílias sacrificaram a sua própria felicidade e a dos seus filhos no altar de preconceitos sem fundamento.

Com este livro, queremos desmentir mitos, quebrar tabus e dar a cada mãe a liberdade de desfrutar da maternidade da forma que desejar.

Em direção a uma puericultura ética

Uma velha piada que se diz entre os estudantes de pediatria e os de veterinária reza assim: “Em que se assemelham e em que diferem um pediatra e um veterinário?” Tanto um como o outro têm clientes que não falam e que não os consultam voluntariamente, mas são levados por um adulto. Em ambos os casos, o cliente (aquele que toma a decisão de ir à consulta e que paga as despesas) não coincide com o paciente. Mas enquanto o veterinário atende o seu paciente tendo sempre como principal objetivo satisfazer o cliente, o pediatra tem de encontrar o melhor para o seu paciente, mesmo que não seja aquilo que o cliente (os pais) deseja. Pelo menos em teoria.

A nossa sociedade não trata as crianças com o mesmo respeito com que trata os adultos. Quando falamos de um adulto, as considerações éticas têm sempre uma importância primordial, tendo prioridade sobre a eficácia ou a utilidade.

Compare os seguintes parágrafos:

Opção A: Quando se castiga uma mulher, qual é a diferença entre força “razoável” e “não razoável”? Esta pergunta difícil ficou sem resposta em Janeiro, quando o Supremo Tribunal de Ontário anotou um artigo do Código Penal que data de 1892 e que permite aos maridos e aos empresários bater nas mulheres com propósitos disciplinares. Os três juizes não quiseram declarar ilegal qualquer forma particular de bater. Em vez disso, indicaram que os maridos não

deveriam bater em mulheres idosas nem em menores de vinte anos, nem usar objetos como cintos ou réguas para aplicar o castigo corporal, e que deveriam evitar bater ou golpear a mulher na cabeça.

Opção B: Quando se castiga uma criança, qual é a diferença entre força “razoável” e “não razoável”? Esta difícil pergunta ficou sem resposta em Janeiro, quando o Supremo Tribunal de Ontário anotou um artigo do Código Penal que data de 1892 e que permite aos pais e aos professores bater nas crianças com propósitos disciplinares. Os três juízes não quiseram declarar ilegal qualquer forma particular de bater. Em vez disso, indicaram que os educadores não deveriam bater a adolescentes nem a crianças menores de dois anos, nem usar objetos como cintos ou réguas para aplicar o castigo corporal, e que deveriam evitar bater ou golpear a criança na cabeça.

Um dos textos anteriores é falso; o outro apareceu publicado em 2002, na revista da Associação Médica do Canadá. Adivinhe qual?

No mesmo artigo, explicam-se os argumentos de quem está contra o castigo físico:

Parece existir uma associação estreita entre a frequência das pancadas e das palmadas recebidas durante a infância e a prevalência ao longo de toda a vida de ansiedade, abuso ou dependência de álcool e outros problemas.

E uma especialista acrescenta:

[...] procuramos provas sólidas nas quais assentar qualquer opinião ou declaração. Contudo, não existe o tipo de provas que gostaríamos de ter sobre este assunto, pois ele não se presta a fazer estudos aleatórios.

Um estudo aleatório é aquele em que se distribuem os participantes escolhidos aleatoriamente em dois grupos, aos quais se recomendam dois tratamentos diferentes. Pelo contrário, num estudo de observação, cada participante faz o que deseja. Por exemplo, o leitor quer saber se fazer ginástica é benéfico para as dores nas costas. Para fazer um estudo de observação, pode visitar os ginásios da cidade onde mora para entrevistar cem pessoas que façam muita ginástica e depois procurar na rua, ou à saída do cinema, outras cem pessoas que quase nunca façam ginástica. Suponhamos que os desportistas têm menos dores nas costas. Será que a ginástica faz bem às dores nas costas ou será que as pessoas com dores de costas têm muito menos vontade de frequentar ginásios? Para responder a esta pergunta, necessita de efetuar um estudo aleatório. Contate duzentos jovens de vinte anos, convença cem deles a fazerem ginástica todos os dias e os outros cem a não fazerem nada (este é o “grupo de controle”) e espere cinco, dez ou vinte anos para verificar a quem dói mais as costas. É fácil compreender que os estudos aleatórios resultam muito mais fiáveis, mas também são dispendiosos e difíceis de fazer.

Deste modo, o que afirma a especialista canadiana é que suspeitamos que seja nocivo bater às crianças porque se tornam alcoólicas e têm problemas mentais quando se lhes bate muito; mas que não temos a certeza porque ninguém distribuiu à sorte duzentas crianças em dois grupos para bater com regularidade às que pertencem a um dos grupos e não o fazer às que pertencem ao outro grupo, para ver o que lhes acontece depois.

À falta de estudos aleatórios, poderia tratar-se de uma simples associação não causal, ou poderia mesmo existir uma causalidade inversa (isto é, as crianças que, quando adultas, se tornam alcoólicas e que têm problemas mentais já se portam mal desde pequenos e, por isso, os pais vêem-se “obrigados” a bater-lhes). Deste modo, na melhor das hipóteses, resulta que bater às crianças não é assim tão prejudicial e, de momento, não pensamos fazer uma declaração oficial contra o castigo físico (além disso, porque será que bater a um adulto se chama “violência doméstica”, mas bater a uma criança se chama “castigo físico”?).

Bater nas crianças pelos vistos só é prejudicial se isso resultar em alcoolismo e problemas mentais; pelo contrário, bater num adulto é sempre mau, intrinsecamente mau. É um crime, um atentado contra os direitos humanos, quer resulte em alcoolismo quer não. E mesmo se bater aos adultos os protegesse do alcoolismo, certamente que isso continuaria a ser uma prática nociva, não é verdade?

Não permitiríamos que os empresários batessem nos trabalhadores, mesmo que isso aumentasse a produtividade. Nem aceitaríamos a prática legal da tortura, mesmo que isso diminuísse a delinquência. Não implantaríamos em todos os restaurantes uma ementa única obrigatória, controlada por nutricionistas, mesmo que isso baixasse o colesterol. Nem os bombeiros deixariam de atender ao telefone durante a noite para que as pessoas deixassem de chamá-los por disparates sem importância.

Não, nem tudo vale ao lidarmos com os adultos. Existem coisas que se fazem ou se deixam de fazer por princípio, independentemente de “funcionarem” ou de “não funcionarem”.

Neste livro, defendemos que também no tratamento das crianças existem princípios. Que com certos métodos talvez os nossos filhos comessem “melhor”, ou dormissem mais, ou nos obedecessem sem hesitar, ou estivessem mais calados, mas não os podemos usar. E não necessariamente porque esses métodos sejam inúteis ou contraproducentes nem porque produzam “traumas psicológicos”. Alguns métodos que criticaremos neste livro são eficazes e pode mesmo ser que alguns deles sejam inócuos. Mas há coisas que simplesmente não se fazem.

PARTE II
POR QUE RAZÃO AS CRIANÇAS SÃO ASSIM

São as pessoas que no mundo mais amam os seus filhos e que melhor os tratam.
ALVAR NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Naufragios

Algumas pessoas lamentam que as crianças venham ao mundo sem manual de instruções ou que não se peçam estudos e uma licenciatura para sermos pais. Subjaz a estas frases pretensamente graciosas a perigosa convicção de que não se pode criar adequadamente uma criança sem seguir os conselhos de um especialista de serviço. Na realidade, em geral os pais até desempenham bastante bem essa função, como o têm feito durante milhões de anos. A maioria dos erros que cometem não foram eles que os inventaram, mas especialistas antes deles. Foram médicos que recomendaram, há um século, dar de mamar durante dez minutos de quatro em quatro horas, o que levou ao fracasso quase total da amamentação. Foram os farmacêuticos que, há apenas sessenta anos, vendiam “pós para a dentição” à base de mercúrio, extremamente tóxicos, que se deviam administrar aos bebês para fazê-los babar, pois a “baba retida” causava doenças graves. Foram médicos e educadores que, há dois séculos, advertiram que a masturbação “secava o cérebro” e inventaram castigos terríveis e complexos aparelhos para impedir as crianças de se tocarem. Foram especialistas aqueles que há cinco séculos recomendavam que se envolvessem as crianças como múmias para que não pudessem gatinhar, porque deviam andar como as pessoas e não arrastar-se pelo chão como animais. É possível que todos os erros que cometemos ao educar os nossos filhos sejam o sedimento de séculos de conselhos errados de psicólogos, médicos, padres e feiticeiros. Menos mal que as crianças não tragam instruções, menos mal que não exista um curso para formar pais!

Como deve a coelha criar os coelhinhos? Existe uma maneira muito fácil de averiguá-lo: vamos ao campo e observamos qualquer coelha. Todas o fazem perfeitamente, da melhor forma que lhes permitem os seus genes e o meio ambiente em que se encontram. Não necessitam de ler qualquer manual de instruções; ninguém lhes explica o que devem fazer.

Uma coelha que viva em cativeiro também cuidará das crias perfeitamente, o melhor que lhe permita a situação precária na qual se encontra. Todo o seu comportamento maternal está controlado pelos genes. Mas com os grandes primatas isso não se passa exatamente do mesmo modo; as gorilas nascidas e criadas em cativeiro, em escasso contacto com outros da sua espécie, são incapazes de cuidar adequadamente dos filhos.

Mostram comportamentos aberrantes que podem causar a morte da cria. Em alguns jardins zoológicos, optaram por colocar as gorilas mais jovens junto de outras com mais experiência, com crias, para que as pudessem observar; ou por lhes mostrar vídeos, ou chegaram mesmo a colocar mães humanas que amamentam e cuidam dos filhos durante várias horas por dia em frente da jaula de uma gorila grávida.

E as pessoas? Qual é a maneira normal de criar um bebê humano? Apenas temos de observar algumas mães que vivem em liberdade. É este o problema, porque já não existem seres humanos que vivam “em liberdade”, isto é, guiando-se unicamente pelos seus instintos e necessidades biológicas. Todos nós vivemos “em cativeiro”, isto é, em ambientes artificiais e no seio de grupos humanos com normas culturais. Como as macacas do jardim zoológico, muitas mães atuais parecem ter perdido a capacidade de criar os filhos seguindo os seus próprios instintos. Duvidam, têm medo, consultam livros, perguntam a especialistas... Inclusive, sentem-se culpadas quando, anos depois, outro livro ou outro especialista lhes diz o contrário. Na Europa, nos últimos duzentos anos, a forma de cuidar das crianças sofreu mudanças radicais, por vezes oscilantes, que afetaram os aspectos mais básicos: quanto tempo amamentar, em que idade dar outro tipo de alimentos, onde deve dormir a criança, como se deve pôr a

dormir, quem deve cuidar dela durante as vinte e quatro horas do dia, com que idade deve começar a ir para a escola ou para o jardim de infância, como a devemos vestir, onde deve brincar, quais as regras que lhes devemos inculcar e com que métodos... Cada geração de pais respondeu a estas perguntas de maneiras completamente diferentes, e muitos já não saberiam o que responder. Era correto o que faziam os nossos bisavós? É correto o que fazemos agora? Ou talvez tudo seja correto (e então, para quê preocupar-se em fazê-lo “bem”?). Ou, pior ainda, no mínimo tanto os nossos bisavós como nós estamos errados, temos seguido regras arbitrárias de falsos especialistas em vez de fazer aquilo que seria normal para a nossa espécie.

Sem dúvida que as mães de há cem mil anos não necessitavam nem de livros nem de especialistas para tomar a decisão mais acertada a cada momento; pena que lá não estivessemos para observá-las. Levavam os filhos ao colo ou num carrinho? As crianças dormiam com os pais ou noutra quarto? Até que idade lhes davam de mamar? Com que idade começavam a andar? O que faziam as mães quando as crianças diziam asneiras ou lutavam umas com as outras? Como as disciplinavam? Como lhes impunham limites? Nunca o saberemos.

Mas podemos fazer algumas suposições lógicas, uma vez que não existiam nem quartos nem carrinhos.

Perante a falta de dados sobre os nossos antepassados, temos a tentação de observar os povos a que chamamos “primitivos”. Há muitos, muitos anos, quando eu tinha nove ou dez anos, li num álbum de cromos que os aborígenes australianos nunca batiam nos filhos. Aquela frase imprimiu-se no meu cérebro e marcou a minha vida. Não, os meus pais não me batiam; mas eu não sabia por quê. Pensava, como muitas crianças que lêem as aventuras de Zipi e Zape, ou que ouviam na rádio as histórias de Matilde, Perico e Periquín, que bater às crianças era normal. Em cada história, Zipi, Zape e Periquín acabavam a fugir dos pais, que os perseguiam para lhes bater. Saber que era possível criar os filhos de outra maneira, que toda uma civilização decidira não bater às crianças, não por acaso nem porque se portavam bem, mas por princípio, foi para mim toda uma revelação. Deixei por um momento o computador, para ir procurar aquele álbum que não abria há mais de trinta anos, mas que mudou a minha vida, a dos meus filhos e talvez também, amiga leitora, mude a dos seus. Aqui está a frase exata:

A vida das crianças australianas é muito agradável, uma vez que, por muito grandes que sejam as dificuldades por que está a passar o grupo ao qual pertence a sua família, elas recebem a melhor parte da comida, são sempre tratadas com grande carinho pelos pais, que as admoestam se fazem travessuras, mas nunca as castigam.

Melhor ainda do que eu me lembrava! Não só não lhes batem, como também não os castigam. Não sou, nem por sombras, o primeiro que sente admiração pela maneira como os outros povos criam os seus filhos. Na frase que abre este capítulo, Cabeza de Vaca, soldado e explorador do século XVI, não fala dos cultos Astecas nem dos poderosos Incas, mas de uma tribo de índios esfarrapados, pobres, famintos e assolados por epidemias que, todavia, acolhem a dúzia de espanhóis chegados às costas da Florida e, sem lhes pedir documentos, partilham o pouco que têm com aqueles imigrantes ilegais europeus.

Casualidade? Parece que as pessoas que foram tratadas com carinho durante a infância se tornam adultos mais pacíficos, amáveis, compreensivos e também mais saudáveis e felizes. Encontrará ampla informação sobre estes efeitos em longo prazo do carinho num livro excelente, *Lazos Vitales*, de Shelley Taylor. Todavia, é claro que não vamos tratar os nossos filhos com carinho apenas “porque assim serão mais...”. Não. Tratamo-los com carinho porque

os amamos. Se, além disso, o carinho os torna mais carinhosos, tanto melhor. Contudo, tratá-los-íamos com o mesmo carinho mesmo que, quando mais velhos, se tornassem pouco simpáticos, porque são nossos filhos.

Será um erro acreditar que os “povos primitivos” têm a resposta, porque não existem povos primitivos.

Todos os povos que existem atualmente são, por definição, atuais. Todos têm atrás deles os mesmos milênios de história que nós próprios.

Existem centenas de culturas humanas diferentes e cada uma delas tem a sua forma própria de tratar os seus filhos. Em alguns aspectos, quase todas elas coincidem: a criança é amamentada, quem cuida dela é principalmente a mãe, durante os primeiros anos está em contacto com a mãe ou com outra pessoa durante quase todo o tempo. É provável que estes aspectos nos quais quase todos coincidem representem “o normal”, a forma como os primeiros humanos criavam os seus filhos... E, nesse caso, deveria preocupar-nos que a nossa cultura seja, precisamente, quase a única exceção.

Os *Human Relations Area Files* (Arquivos da Área de Relações Humanas) é uma organização internacional que agrupa universidades e centros de investigação em mais de 30 países. Tenta recompilar todos os documentos de investigação antropológica que existem, desde livros e revistas até notas e artigos que nunca foram publicados, e dispõe de um milhão de páginas de informação sobre 400 culturas do passado e do presente. Os documentos relativos a 60 dessas culturas, representantes dos cinco continentes, foram incluídos numa base de dados eletrônica que contém 200 mil páginas de informação.

Alguns cientistas analisaram em pormenor essa base de dados eletrônica para comparar a forma como são criadas as crianças em 60 culturas diferentes (infelizmente, a informação está incompleta e em muitos casos não se dispõe dos dados necessários). Em 25 das 29 culturas nas quais era conhecido este dado, as crianças dormiam com a mãe ou com ambos os pais. Em 30 de 30 eram transportadas às costas da mãe. Em nenhuma, das 27 nas quais se conhecia este dado, o bebê dormia durante a noite num quarto separado e apenas em uma de 24 se encontrava num quarto separado durante o dia. Em 28 de 29 culturas, o lactente estava sempre com outra pessoa ou vigiado. Em 48 de 48, amamentavam-se as crianças quando estas o solicitavam. Em 35 casos existiam dados sobre a idade habitual do desmame: antes do primeiro ano em duas culturas; entre um a dois anos em sete, entre os dois e os três anos em catorze e com mais de três anos em doze.

Quase todas coincidem no fundamental; mas em outros hábitos, como no vestuário e na alimentação, cada cultura é diferente e certamente que muitas delas encontraram soluções igualmente corretas. O comportamento dos chimpanzés é mais variado e adaptável do que o dos coelhos; certamente que o comportamento humano é mais adaptável ainda, certamente que existem muitas maneiras diferentes de criar bem um filho.

Contudo, existem também hábitos tradicionais em algumas sociedades, como certas tatuagens e mutilações, que são prejudiciais para a criança. E certamente que muitas coisas da nossa cultura, como usar sapatos ou aprender a escrever, são benéficas e não há qualquer razão para renunciarmos a elas. Não, a resposta não está em tentar criar os nossos filhos como o fazem os Bosquímanos ou os Esquimós.

Deste modo, não se afigura fácil decidir o que é melhor para os nossos filhos, qual é a maneira normal de criar um ser humano. Teremos de observar o que fazem outros mamíferos, sobretudo os nossos parentes primatas.

Teremos de comparar o que fazem diversas sociedades humanas e escolher as coisas que parecem funcionar melhor. Teremos de usar a razão para tentar adivinhar como viviam os nossos antepassados e por que razão as crianças são como são. Sobretudo, teremos de usar o nosso coração; olhar para os nossos filhos e pensar na maneira de os fazermos felizes.

Seleção natural e seleção cultural

Os filhos, frequentemente, parecem-se conosco, dando-nos assim a primeira satisfação.

JOAN Manuel SERRAT

Os filhos parecem-se conosco, o que não é de admirar, pois herdaram os nossos genes. Contudo, de vez em quando se produz um erro no complicado processo de copiar os genes para serem passados aos nossos descendentes. A isso chamamos uma mutação.

As mutações produzem-se ao acaso. Na maior parte das vezes, são alterações químicas sem importância prática, e não nos apercebemos da sua existência. Quando a mutação é suficientemente importante para produzir um efeito, na maior parte das vezes resulta prejudicial para a vítima: um leão que vê mal, uma mosca que não consegue voar... Estes animais morrem jovens, deixando poucos ou nenhuns descendentes, pelo que a seleção natural tende a eliminar as mutações prejudiciais.

De vez em quando, a mutação não tem qualquer efeito, nem positivo nem negativo, sobre a capacidade de o animal se reproduzir e sobreviver. Olhos azuis ou escuros, cabelo liso ou ondulado, distribuem-se ao acaso pelo planeta.

De muito em muito tempo, uma mutação resulta benéfica para um ser vivo. Uma flor de cores mais atraentes para as abelhas tem maior possibilidade de ser polinizada e de produzir sementes. Uma gazela mais rápida pode escapar aos leões. Uma girafa com o pescoço mais comprido pode continuar a comer as folhas da parte mais alta de uma árvore, quando as suas companheiras já nada têm para comer nos ramos mais baixos.

Estes animais e plantas têm mais filhos e netos do que os seus competidores, maior “êxito reprodutivo”, e os seus genes ir-se-ão, assim, espalhando.

Não apenas a forma do corpo, mas também o comportamento, quando inato (isto é, herdado dos pais, sem qualquer necessidade de aprendizagem), está submetido à seleção natural. A rola que não choca os ovos ou que não protege o ninho e a corça que não lambe continuamente a sua cria para mantê-la limpa de odores que possam atrair os lobos têm menos possibilidades de terem filhos ou de que os seus filhos sobrevivam e lhes dêem netos. Ao longo de milhões de anos, cada animal desenvolveu o comportamento mais adequado para aumentar o seu êxito reprodutivo.

O comportamento mais adequado, entenda-se, dentro de determinadas condições. Condições essas que dependem em primeiro lugar do acaso: os ratos poderiam escapar mais facilmente dos gatos se uma mutação lhes tivesse dado asas, como as dos morcegos. Mas parece que tal mutação não teve lugar. Em segundo lugar, das características próprias do animal. Maior agressividade pode ser útil para um tigre, mas para um coelho é mais conveniente esconder-se e fugir. Um coelho que enfrentasse dois lobos não deixaria muita descendência.

Em terceiro lugar, das circunstâncias ambientais. Possuir um pêlo espesso é muito útil em climas frios, mas não em climas quentes.

Todas estas condições constituem o ambiente evolutivo de uma espécie. E esse ambiente pode alterar-se.

Uma espécie completamente adaptada pode confrontar-se de repente com um corpo e comportamento inúteis perante uma mudança de clima ou de vegetação, ou ante o aparecimento de predadores com novas técnicas de caça. Se a mudança for lenta e pouco intensa, talvez surjam algumas mutações que permitam à espécie mudar para dar origem a uma raça ou mesmo a uma nova espécie. Em qualquer caso, a velha espécie, tal como a conhecíamos, acabará por se extinguir.

A seleção natural é aquilo que nos permite afirmar que cada animal cuida dos seus filhos da melhor forma possível. Ao longo de milhões de anos, aqueles que melhor cuidavam dos seus filhos tiveram mais filhos, e os seus genes propagaram-se.

No ser humano e, em menor grau, noutros primatas, o comportamento não depende apenas dos genes, mas também da aprendizagem. Os comportamentos aprendidos podem transmitir-se não através dos genes, mas pelo exemplo da educação; não só aos descendentes, mas também a outros membros da espécie. Isso permitiu-nos adaptarmo-nos a todos os ambientes, desde as selvas aos desertos, desde os prados verdejantes aos gelos perpétuos. Permite-nos também adaptarmo-nos rapidamente a todas as mudanças, pois a solução que uma pessoa encontra para determinado problema não se transmite a um punhado de descendentes ao longo de milhares de anos, antes podendo alcançar milhões de pessoas em poucos anos, mesmo em poucos dias.

Quando falamos da seleção natural entre os animais, é habitual utilizar uma linguagem figurada, atribuindo liberdade, vontade e finalidade àquilo que não passa de um processo casual. Deste modo, pode dizer-se que “o macho do pavão real desenvolveu penas grandes e vistosas para atrair a atenção das fêmeas”, como se o pavão tivesse desenhado e fabricado a sua plumagem (quando, na realidade, se tratou de uma mutação ao acaso) e como se a fêmea fosse alheia ao processo (de nada serve pavonear-se se a fêmea não o aprecia. As fêmeas do pavão mostram um interesse instintivo pelas plumas do galante macho, interesse que também se transmite através dos genes).

É claro que ninguém acredita que o pavão tenha desenhado conscientemente uma pena e toda a gente compreende que se trata apenas de uma liberdade poética (pois até os cientistas têm coração). Mas ao falar do comportamento humano, no qual a seleção natural foi ultrapassada pela seleção cultural, esta forma de falar presta-se a múltiplas confusões. Assim acontece quando se compara o comportamento do jovem rapaz com o do pavão: uma mota ou um blusão de cabedal servem para se “pavonear” e a evolução favorece este comportamento porque aumenta o êxito reprodutor... Mas a situação é muito diferente. Primeiro, porque é o ser humano quem desenha e escolhe a roupa que veste com um propósito definido e não ao acaso. Segundo, porque esse propósito pode ser muito diferente do êxito reprodutor. É mesmo muito provável que esse jovem que se pavoneia não tenha o menor interesse em reproduzir-se (embora o tenha em algumas funções prévias).

Terceiro, porque, seja qual for o objetivo, ninguém nos garante que o comportamento em questão alcançará, com efeito, o seu objetivo. Uma pessoa pode escolher com cuidado o que veste, o penteado, a pose, a forma de falar ou de se comportar com o objetivo de se tornar irresistível para o sexo oposto... e acontecer que o considerem um perfeito idiota. E, apesar disso, pode ser que outros o imitem e sigam a sua moda, pelo menos durante algum tempo.

Por culpa da seleção cultural, já não podemos afirmar que nós, os seres humanos, criamos os nossos filhos da melhor maneira possível. Uma inovação já não necessita de contribuir para a nossa sobrevivência ou a dos nossos filhos para se propagar. Em longo prazo, provavelmente a verdade acabará por se impor; mas em médio prazo (durante alguns séculos),

é possível que uma sociedade inteira faça com os filhos coisas que os prejudicam sem se dar conta disso, convencida de que está a fazer tudo na perfeição. A história européia recente proporciona-nos inúmeros exemplos de erros amplamente defendidos entre médicos e educadores: houve uma época em que se enrolavam os bebês como múmias, com faixas apertadas da cabeça aos pés, ou em que se castigavam as crianças que tentavam escrever com a mão esquerda. Somos de tal modo arrogantes que pensamos que agora, precisamente agora, estamos a fazer tudo bem? Não estaremos a acreditar em alguma coisa, fazendo ou dando importância a alguma coisa que, dentro de cem anos, provoque o pânico, a estupefação ou o riso dos nossos bisnetos?

Nos outros animais, praticamente qualquer comportamento possui um caráter adaptativo (isto é, útil para a sobrevivência). Quando vemos uma mãe animal fazer alguma coisa com o filho, é razoável pensarmos: “Deve servir para alguma coisa, porque, se assim não fosse, não o faria.” A primeira gazela que passou o dia a lamber o filho não o fez por capricho, porque se lembrou disso nesse momento e não tinha mais nada para fazer; nem mesmo de forma deliberada, pensando: “Assim os leopardos não vão conseguir farejar a minha cria.” Fê-lo porque uma mutação alterou o seu comportamento; não podia agir de outra maneira. E se as gazelas, atualmente, continuam a agir da mesma forma, é porque, na realidade, esse comportamento se revelou útil. Pelo contrário, a primeira pessoa que deu uma palmada a uma criança, ou que a deixou chorar sem lhe pegar ao colo, ou que a amamentou seguindo um horário, ou que lhe colocou um amuleto, fê-lo porque se lembrou de fazê-lo. São comportamentos voluntários, que não obedecem aos genes. Podemos fazê-lo ou deixar de fazê-lo. Pode ser que a primeira pessoa que bateu no filho o tenha feito por casualidade, porque estava aborrecido e foi incapaz de controlar a ira, ou pode ser que o tenha feito com um propósito determinado. E esse propósito pode ser o bem da criança, o bem dos pais, a vontade dos deuses ou qualquer teoria filosófica desconhecida. Muitas vezes famílias diferentes fazem o mesmo, mas por razões diferentes. Uns batem no filho por ter lutado, acreditando que assim lhe ensinam que os golpes doem e que se deve ser pacífico; outros batem no filho para formá-lo, para que se torne um guerreiro agressivo e não se deixe dominar. Uns colocam-lhe ao pescoço um amuleto para protegê-lo do mau-olhado, outros o fazem para assinalar a sua pertença a um determinado grupo; outros simplesmente porque o amuleto é decorativo. Uns deixam chorar as crianças porque acreditam que seja bom para os pulmões; outros, para lhe fortalecer o caráter; outros ainda para lhe ensinar que não pode levar a sua avante (isto é, para que não tenha um caráter tão forte).

E todos estes novos comportamentos se podem espalhar, tanto se funcionarem como se não funcionarem. O importante é a capacidade de os seus inventores convencerem os outros pais. Antigamente, um hábito espalhava-se mais rapidamente quando defendido por feiticeiros ou médicos; atualmente, pode ser mais útil vender muitos livros ou aparecer na televisão. É mesmo possível que apareçam e triunfem comportamentos que dificultem a nossa sobrevivência ou diminuam o nosso êxito reprodutor. Se o consumo de álcool e de outras drogas se transmitisse por um gene e não por imitação, dificilmente se teria espalhado tanto.

Mesmo quando resultam benéficas, as mudanças culturais podem opor-se a características físicas ou comportamentais que são fruto da herança genética e que não se podem mudar da noite para o dia. A nossa alimentação permite-nos viver mais anos do que os nossos antepassados das cavernas, mas com mais cáries. A nossa organização de trabalho garante-nos bem-estar e prosperidade, mas à segunda-feira de manhã preferíamos ficar na cama...

Por isso, em face de comportamentos que não dependem dos genes, mas da cultura em que nos inserimos, já não é lícito raciocinar que “se toda a gente o faz, deve servir para alguma coisa”. Não é lícito para a nossa cultura nem para nenhuma outra. As coisas não se podem justificar “porque sempre foram feitas assim”, nem tampouco “porque os aborígenes da Nova Guiné o fazem assim”.

Como os animais criam os filhos

Desembaraçados ou indefesos

Os insetos, peixes, répteis e anfíbios têm geralmente muitos filhos e deixam-nos sós. Entre tantos, algum sobreviverá. As aves e os mamíferos, pelo contrário, têm poucos filhos e cuidam deles, protegem-nos e alimentam-nos durante o seu período de crescimento.

O grau de autonomia do recém-nascido varia enormemente entre os mamíferos. Muitos carnívoros, como os gatos ou os lobos, têm crias indefesas que quase não se deslocam e que necessitam de ser mantidas quentes e escondidas numa toca. Os pequenos herbívoros, como o coelho, também mantêm as crias numa toca, pois a mãe pode permanecer algumas semanas na mesma zona, saindo para comer e voltando de vez em quando para amamentá-las.

Os grandes herbívoros, sobretudo se vivem em manadas, acabam rapidamente com a erva do local onde vivem e são obrigados a deslocarem-se todos os dias em busca de novos pastos. A cria deve acompanhá-los nas suas deslocações desde o primeiro dia. Por isso, têm crias que são capazes de caminhar e de correr poucos minutos depois de terem nascido.

No seu excelente livro, do qual extraí a maior parte da informação sobre a forma como são criados os animais, Susan Allport afirma que “os predadores, animais capazes de se protegerem a si próprios e às suas crias, podem permitir-se ter crias indefesas”. Mas tenho a impressão de que um búfalo herbívoro pode defender as suas crias bastante melhor do que um gato carnívoro; e, de qualquer maneira, que desvantagem teria para um tigre que as suas crias pudessem andar logo que nascessem? Ainda que “se possa permitir” ter crias indefesas, não seria melhor ter crias mais autônomas? Suponho que a resposta está na aprendizagem. A gazela não pode aprender a fugir dos lobos. Tem de fugir bem na primeira vez, ou não terá mais qualquer oportunidade para fugir. Por isso, nasce com a capacidade de fugir, a qual porá em prática sempre da mesma maneira, ante qualquer perigo. Os caçadores, pelo contrário, perseguem as presas centenas de vezes ao longo da sua vida, e isso lhes dá a oportunidade de aprender com os erros, de aperfeiçoar a técnica, inventar novas estratégias adaptadas a cada terreno ou a cada tipo de presa. Durante a infância, o gato persegue moscas, novelos de lã ou a sua própria cauda; mais tarde, acompanha a mãe para aprender com ela a arte da caça; frequentemente “brinca ao gato e ao rato” com as suas presas, soltando-as e voltando a agarrá-las para praticar.

Possivelmente, o gato não poderia aprender se “já nascesse ensinado”; o desamparo das suas primeiras semanas de vida é o preço a pagar por um comportamento que não depende apenas dos genes, mas também depende em parte da aprendizagem e, por isso, é mais adaptável às alterações ambientais.

Os primatas também nascem indefesos, provavelmente em consequência da sua adaptação à vida nas árvores.

Bambi (como todos os pequenos cervos na vida real) cai várias vezes antes de aprender a andar; isso não tem qualquer importância quando já está no chão, mas pode ser fatal se a queda for de um ramo. Os pequenos macacos nascem indefesos e deslocam-se agarrados às mães

durante algum tempo. Apenas se aventuram sozinhos quando já são capazes de fazê-lo na perfeição, sem nunca cair. Os macacos recém-nascidos agarram-se imediatamente às mães, com uma exceção: os chimpanzés e os gorilas. Eles parecem-se tanto conosco que, durante as primeiras semanas, é a mãe que tem de agarrá-los.

Parecemo-nos tanto com os nossos primos, os grandes símios, que nos reconhecemos no seu comportamento e eles no nosso. Podem aprender conosco e também nos podem ensinar, como explica Eva, uma mãe de Barcelona, que teve o privilégio de viver um momento mágico e de saber reconhecê-lo como tal:

Estávamos no jardim zoológico e aproximamo-nos do recinto dos chimpanzés. Estávamos a observá-los através de uma enorme parede de vidro, quando Xavi, o nosso filho mais novo, com três meses, começou a chorar. Um par de chimpanzés aproximou-se do vidro, em direção a ele, e colou as mãos ao vidro, tentando tocar-lhe. Um dos chimpanzés era uma velha fêmea que, quando viu que Xavi continuava a chorar, levantou o braço e ofereceu o peito ao meu bebê. Xavi deixou de chorar e a fêmea afastou-se do vidro, mantendo-se perto dele, e tentou acariciá-lo com os dedos. Quando o viu recomeçar a chorar, voltou a oferecer-lhe o peito.

Além de sentir que tínhamos vivido algo de muito especial, esta experiência fez-me sentir também um pouco triste. Há dois dias, uma velha fêmea de chimpanzé, obrigada a viver num jardim zoológico, não hesitara em oferecer o peito a uma cria de outra espécie que chorava; há um mês e meio, o meu bebê estava a chorar numa reunião e a maioria dos presentes insistia em que não devia voltar a dar-lhe o peito, que o acostumaria mal, e que o deixasse no carrinho (houve mesmo quem dissesse que o menino estava nervoso porque sentia saudade do seu berço... Sem comentários).

Esconder, transportar, seguir

Outra diferença fundamental estabelece-se entre os mamíferos que escondem as suas crias em tocas, como os coelhos, e aqueles que levam as crias para toda a parte ao colo, como os primatas, ou a andar, como as ovelhas.

A mãe coelho passa a maior parte do tempo possível a uns metros de distância da sua toca para não atrair os lobos com o seu odor (o odor das crias é muito mais fraco do que o da mãe). Vê o que lhe dizia? Voltei novamente a utilizar a linguagem poética, como se a coelha fizesse as coisas de propósito. Ela não sabe nada sobre o odor nem sobre os lobos. Fá-lo porque os seus genes a obrigam a fazê-lo e, ao longo de milhões de anos, as coelhas que possuem o gene “manter-se afastada da toca” conseguiram ter mais filhos vivos do que as que possuem o gene “ficar dentro da toca”. O triunfo desse gene é a prova de que era útil no ambiente evolutivo da espécie, isto é, quando havia lobos. Agora que em muitos países não existem lobos nem mesmo outros predadores, esse comportamento da coelha pode ser inútil, contudo, a coelha não o sabe e continua a agir do mesmo modo.

A mãe coelha deixa as suas crias escondidas na toca e amamenta-as apenas uma ou duas vezes por dias. Para passar tantas horas sem comer, os coelhos bebês necessitam de um leite muito concentrado: 13 por cento de proteínas e nove por cento de gordura. A cria da cabra acompanha a mãe para toda a parte e mama de forma quase contínua, pelo que o seu leite contém apenas 2,9 por cento de proteínas e cerca de 4,5 por cento de gordura.

(O leite materno contém cerca de 0,9 por cento de proteínas e 4,2 por cento de gordura. Quanto tempo pensa que um bebê consegue aguentar sem mamar?) Como numa coreografia delicada, as crias vão evoluindo em consonância com as mães e com a composição do leite: os

coelhos que tentarem sair da toca para seguir a mãe morrem jovens, da mesma maneira que os cordeiros que esperam pela mãe em vez de a seguirem. Quando estão sozinhos na toca, os coelhos ficam absolutamente imóveis e calados, pois, se chorassem e chamassem a mãe, poderiam atrair os lobos. Pelo contrário, as pequenas cabras que perdem de vista a mãe durante um momento começam a chamá-la desesperadas.

De maneira que o comportamento da mãe e das crias é diferente e característico de cada espécie, estando adaptado à sua forma de vida e às suas necessidades. Seria ridículo tentar explicar a uma coelha que deve ser “uma boa mãe” e passar mais tempo com os filhos, do mesmo modo que seria absurdo dizer a uma cabra que não deveria andar sempre com a sua cria “agarrada às suas saias”, porque a cria necessita de “tornar-se independente” e a mãe “também necessita de momentos de intimidade para viver em casal”.

Os primatas em geral necessitam de um contacto contínuo com a mãe. John Bowlby, um pedopsiquiatra inglês, descreve pormenorizadamente em *Attachments* o comportamento de apego em diferentes primatas a partir da observação de numerosos cientistas. Explica, por exemplo, as aventuras de outro investigador, Bolwig, que decidiu criar em sua casa uma cria de macaco órfã, tomando o papel de mãe substituta para estudar as suas reações. Curiosamente, recebia, como as mães humanas, conselhos de toda a gente sobre a melhor maneira de criar o pequeno macaco.

Bolwig descreve a intensidade do apego manifestado pela cria cada vez que convenciam o seu tratador (a despeito da maneira como pensava) da necessidade de castigá-la, fechando as portas da casa, por exemplo, ou encerrando-a numa jaula. “Sempre que tentei fazê-lo..., produzia-se um atraso no desenvolvimento do macaco. Aumentava o apego que sentia em relação a mim e ficava mais travesso e mais difícil de levar.”

O castigo e a separação dão tão mau resultado num macaco como numa criança. Vejamos o que aconteceu um dia em que Bolwig fechou o macaco numa jaula:

Agarrou-se a mim e não permitiu que me afastasse do seu campo de visão durante o resto do dia. Durante a noite, enquanto dormia, de tempos a tempos acordava, emitia breves lamentos e agarrava-se a mim, e, quando me tentava soltar, experimentava um profundo terror (Bolwig, citado por Bowlby).

Se os cientistas encontrassem um animal novo, até agora desconhecido, e quisessem observar rapidamente (sem necessidade de está-lo a observar durante semanas) qual é a sua maneira habitual de cuidar das crias, poderiam levar a cabo uma experiência muito simples: levar a mãe e deixar as crias sozinhas. Se ficarem quietas e caladas, é porque é normal nessa espécie que as crias fiquem sozinhas. Se começarem a gritar como se as estivessemos a matar, é porque o normal nessa espécie é que as crias não se separem da mãe nem sequer por um momento. E o seu filho? Como reage ele quando a leitora se ausenta? O que lhe parece ser o normal na nossa espécie?

Através do comportamento dos nossos filhos, da observação dos nossos parentes (animais) mais próximos, da composição do nosso leite, podemos concluir que o ser humano pertence plenamente ao grupo de animais que mamam de forma contínua. As mães bosquímanas (Kung!) transportam consigo os filhos ininterruptamente e os bebês servem-se sozinhos: mamam quatro vezes por hora ou mais durante vários anos.

Blurton Jones, etólogo (especialista no comportamento animal) britânico que estudou o comportamento das crianças, sugeriu que as “cólicas do lactente” poderiam ser a resposta dos

bebês quando se tenta alimentá-los a intervalos em vez de continuamente. De fato, observou-se que os macacos criados em cativeiro com mamadeira sofrem frequentemente de vômitos e arrotos, ao contrário daqueles que são continuamente alimentados pelas mães.

Susan Allpore sugere que o fato de se ter deixado de alimentar continuamente os lactentes e passado a alimentá-los periodicamente é muito antigo, recuando talvez aos primórdios da agricultura:

As mães devem ter pulado de alegria ante a possibilidade de deixar os filhos num local seguro (uma casa, uma cama, ao cuidado de um irmão mais velho) e fazer as coisas sem estorvo.

Parece-me uma interpretação demasiado centrada na cultura norte-americana do século xx. Mesmo se a frequência de amamentação nos Bosquímanos parece ser um recorde mundial, o certo é que em muitas sociedades agrícolas as mulheres trabalham com os filhos às costas e que as mamadas a intervalos regulares são uma invenção muito moderna. As avós (ou bisavós) do leitor levaram ainda os filhos ao colo para onde quer que fossem. A ideia de amamentar com um horário fixo é recente e, no início, os intervalos não eram de três horas, e ainda menos de quatro. Ainda em 1927 recomendava-se que se amamentasse a cada duas horas e meia durante o primeiro trimestre. Podem-se enganar algumas pessoas durante algum tempo; mas a maior parte da humanidade, durante a maior parte da história, amamentou a pedido.

Por outro lado, não acredito que a maioria das mães, desde há milênios, tenha considerado os filhos como “estorvo”, nem que “tenha pulado de alegria” ante a possibilidade de se separar deles. Conheço muitas mães que consideram os seus filhos como os seus maiores tesouros e se sentem tristes (muitas utilizam a palavra “culpadas”) quando se vêem obrigadas a deixá-los para ir trabalhar.

Há milhões de anos, antes de começar a nossa evolução cultural, as mães pré-humanas cuidavam já dos seus filhos. Tanto os filhos como as mães mostravam um comportamento inato, instintivo, determinado pelos genes. Esse comportamento estava perfeitamente adaptado ao ambiente no qual a nossa espécie evoluiu, provavelmente em pequenos grupos de coletores e pastores, numa savana povoada de perigosos predadores.

Desde então, diversos grupos humanos inventaram e voltaram a esquecer dezenas de métodos para criar os filhos.

Nas culturas tradicionais, os pais aprendiam por observação a forma “normal” de criar os filhos, e as mudanças eram lentas e escassas. Na nossa sociedade de informação e desenraizamento, a mãe pode recusar a forma como a sua própria mãe a criou, por achá-la inadequada ou antiquada, substituindo-a por conselhos das amigas ou por aquilo que leu em livros ou viu em filmes.

Deste modo, convivem métodos de criar crianças muito diferentes. Há pais que dormem com os filhos, outros os instalam num quarto separado. Uns pegam-nos ao colo quase a toda a hora, outros os deixam no berço, mesmo se chorarem. Uns toleram pacientemente as traquinices e exigências das crianças pequenas, outros tentam corrigi-las com castigos severos. Cada um deles está certamente convencido de que está a fazer o melhor para os filhos, de contrário não o faria! Todavia, seja o que for que tenhamos aprendido, lido, visto, ouvido, acreditado ou recusado ao longo da nossa vida, os nossos filhos nascem todos iguais. Nascem sem terem visto, ouvido, lido, acreditado ou recusado seja o que for. No momento de nascer, as suas expectativas não vêm marcadas pela evolução cultural, mas pela evolução natural, pela força dos genes.

No momento de nascer, os nossos filhos são basicamente iguais àqueles que nasceram há cem mil anos.

A forma como os bebês se comportam espontaneamente, a forma como esperam ser tratados, a forma como reagem às diferentes maneiras como são tratados não mudou em dezenas de milhares de anos. Se queremos compreender por que razão as crianças são como são, temos de recuar muitos milênios e observar como nos habituamos ao nosso ambiente evolutivo.

No colo da humanidade

Ó, Senhor! Navegar com esta tripulação de pagãos,
que receberam tão poucas carícias de uma mãe humana!
Pariu-os o mar, pejado de tubarões.
HERMAN MELVILLE, Moby Dick

Evitei deliberadamente o título frequentemente utilizado de “berço da humanidade”, pois é bem sabido que, no início, não havia berços.

Diz-se que os nossos primeiros antepassados pré-humanos começaram a evoluir para o que somos atualmente quando desceram das árvores para viver na savana. Teoricamente, a vida em terra firme poderia ter favorecido de novo as crias mais precoces e autônomas. Mas, antes disso, os nossos antepassados sofreram uma mutação muito mais importante e totalmente incompatível com a precocidade das crias: a inteligência.

Por um lado, a inteligência requer aprendizagem (isto é, um comportamento sofisticado, adaptável a circunstâncias variáveis, por oposição à rigidez dos comportamentos inatos); e quanto maior é a inteligência, maior é o tempo de aprendizagem. Por outro lado, a inteligência exige um cérebro grande, mas para andar erguido faz falta uma pélvis estreita (se possuíssemos uma pélvis tão larga como a de um quadrúpede, os intestinos sairiam pela abertura, por efeito da gravidade). Como fazer passar uma cabeça cada vez maior por uma pélvis cada vez mais estreita? O parto tornou-se difícil. Os hebreus antigos parecem ter compreendido o essencial do problema: “Parirás os teus filhos com dor” é a consequência de ter provado o fruto da árvore da sabedoria.

A cabeça do recém-nascido já não pode ser maior, pelo que a evolução favoreceu uma mutação original e única entre todos os mamíferos. Nascermos com o cérebro ainda não totalmente desenvolvido, antes que se acabe de formar a camada de mielina, uma capa que rodeia os neurônios e lhes permite funcionar. Por essa razão, a cabeça é a parte do corpo que mais cresce depois do parto e, por isso, as nossas crias demoram muito mais tempo a aprender a andar do que as de qualquer outro mamífero.

Nenhum outro animal necessita que o alimentem e protejam durante tantos anos. Um jovem que viva sozinho aos dezenove anos, na sua própria casa, do seu próprio trabalho, parecer-nos-á um jovem muito desembaraçado. Mas um jovem de catorze anos que viva sozinho parecer-nos-á uma criança abandonada e despertará a nossa compaixão. Com que idade crê o leitor que os seus filhos poderão valer-se a si mesmos?

É difícil que uma só pessoa consiga tomar conta, alimentar e proteger as crianças durante tanto tempo. As mães necessitam da ajuda da família (o pai, a avó, os tios e irmãos mais velhos) e da sociedade no seu conjunto, de toda a tribo. Em quase todas as culturas humanas, o pai permanece junto da mãe durante anos e ajuda-a a proteger e alimentar os

filhos. Esta cooperação na criação dos filhos nem sempre consistiu em pegar-lhes ao colo ou mudar-lhes as fraldas. Em muitas culturas, em muitas épocas, o cuidado físico das crianças pequenas pertence quase exclusivamente à mãe e a outras mulheres. Mas o pai continuou a cooperar, caçando, protegendo ou trabalhando no escritório. Mesmo nas sociedades mais machistas, o homem que não trabalha para manter a sua família é objeto de desprezo por parte dos seus companheiros.

Por que razão não querem ficar sós

O que aconteceria a uma criança pequena, sozinha e nua, na selva? Em apenas algumas horas, o bebê poderia queimar-se ao sol, enregelar à sombra ou ser devorado por hienas ou por simples ratos. As mães que deixavam os seus filhos sozinhos por mais do que alguns minutos ficavam rapidamente sem eles. Os seus genes eram eliminados por seleção natural. Pelo contrário, o gene que levava as mães a permanecer junto dos filhos transmitiu-se a numerosos descendentes. O leitor é um desses descendentes. As mulheres atuais possuem uma inclinação genética, espontânea, para permanecer junto dos filhos. Langis observou perfeitamente esse fato, ainda que, na sua ignorância, o considere entre “as treze condições de escravidão dos pais da atualidade” (como se antes “da atualidade” tivesse existido outro modo ou como se fazer aquilo que se deseja fosse urna forma de escravidão):

Não nos decidimos a deixar a criança em mãos alheias...

É claro que esse hábito pode ser facilmente contrariado por crenças, opiniões ou hábitos mais recentes, com origem na evolução cultural. As mães deixam os filhos para irem trabalhar, para irem às compras ou para se sentarem a ver televisão. Deixam-nos durante minutos ou durante horas. Deixam-nos com outros membros da família, com amas ou em jardins de infância... Mas o gene continua presente e a maioria das mães sente o seu efeito.

A ansiedade que a mãe sofre ao separar-se do filho tem sido explorada até a saciedade nas comédias televisivas: a mãe que acorda durante a noite e entra no quarto do bebê para comprovar que este ainda respira; a mãe que vai sair com o marido, deixando uma longa lista de instruções e de números de telefone de urgências à ama, e que telefona inúmeras vezes do restaurante.

Vi há pouco tempo uma comédia norte-americana sobre uma mãe solteira, angustiada e tensa por causa do trabalho. A sua amiga e psiquiatra convence-a de que ela necessita de deixar o filho, que não aparenta ter sequer um ano, com a babá e ir passar um fim-de-semana de férias sozinha. Todos se riem da sua ansiedade, do seu medo de deixar a criança sozinha e do fato de regressar mais cedo porque o filho tem uma ligeira febre.

Ninguém no filme compreende que separar-se todos os dias do filho para ir trabalhar é precisamente um dos fatores que aumenta o seu nível de estresse; ninguém imagina sequer que uma mãe possa passar umas férias relaxantes com o filho. De forma insidiosa, mas implacável, vão-nos sendo oferecidos modelos culturais, vai-nos sendo explicado o que está bem e o que está mal. Na sociedade em que vivemos, umas férias sem os filhos são aceitáveis, enquanto umas férias sem o marido ou sem a mulher são quase impensáveis.

Muitas mães sentem-se mal quando deixam o filho num jardim de infância e, nos primeiros tempos, poderá haver tanto choro dentro como fora do local onde fica a criança. “Parte-se meu coração ao deixá-lo”, **explicam.**

Muitas mães sentem-se mal quando regressam ao trabalho. A nossa sociedade interpreta esse mal-estar como “sentimento de culpa”; mas isso não está nos genes, é apenas uma interpretação cultural de um fenómeno subjacente. Para algumas pessoas, a culpa é conveniente. Uma mãe que interpretasse esse mal-estar não como culpa, mas como raiva ou indignação perante a falta de humanidade do nosso sistema laboral ou a insuficiência da duração da baixa de maternidade (as suecas têm mais de um ano de licença de maternidade; as bielorrussas têm três anos), tornar-se-ia demasiado subversiva.

Por que razão choram quando a mãe sai do quarto

[...] causa-lhe um terror súbito, como aquele que imaginamos que fere o coração de uma criança perdida.

CHARLES DICKENS, História de Duas Cidades

O imediatismo é uma das características do pranto infantil que surpreende e aborrece algumas pessoas. “Basta deixá-lo no berço que começa a chorar como se o estivessem a matar.”

Para alguns especialistas em educação, esta constitui uma característica desagradável do carácter infantil e o objetivo é vencer o seu “egoísmo” e “teimosia”, ensinar-lhe a atrasar a satisfação dos seus desejos. Por que razão não tem um pouco mais de paciência, porque não pode esperar um pouco mais?

Poderíamos compreender que, um quarto de hora depois de a mãe partir, começassem a ficar um pouco inquietos; que meia hora depois começassem a choramingar e que duas horas mais tarde chorassem com todas as suas forças. Isso pareceria lógico e razoável. É isso que nós, adultos, fazemos, assim como as crianças mais velhas, depois de lhes termos “ensinado” a ser pacientes, não é verdade? Mas, em vez disso, os nossos filhos pequenos começam a chorar com toda a força enquanto se separam da mãe; choram ainda com mais força (o que parecia ser impossível!) cinco minutos depois e apenas deixam de chorar quando ficam exaustos. Não parece lógico!

Mas é-o! Começar a chorar imediatamente é o comportamento “lógico”, o comportamento de adaptação, o comportamento que a seleção natural favoreceu durante milhões de anos, porque facilita a sobrevivência do indivíduo. Numa tribo, há 100 000 anos, se um bebê separado da mãe chorasse imediatamente e a plenos pulmões, a mãe provavelmente iria buscá-lo de imediato. Porque essa mãe não tinha cultura nem religião, nem conhecia os conceitos de “bem”, “caridade”, “dever” ou “justiça”; não cuidava do filho por pensar que essa era a sua obrigação ou porque temia a prisão ou o inferno.

Muito simplesmente, o choro do filho desencadeava nela um impulso forte, irresistível, de acudi-lo e confortar. Mas se um bebê se mantivesse calado durante quinze minutos e depois começasse a chorar baixinho e apenas chorasse a plenos pulmões ao fim de duas horas, a mãe podia encontrar-se já demasiado longe para o poder ouvir. Esse grito tardio já não teria qualquer utilidade para a sua sobrevivência, contribuindo, pelo contrário, para acelerar o seu fim. Porque, então como agora, os gritos de angústia de uma cria abandonada eram música para os ouvidos das hienas.

Além disso, se refletirmos um pouco, veremos que esse comportamento que nos parece “lógico” e “racional” perante a separação da pessoa amada, esperar um pouco e aborreçermos gradualmente, apenas é adaptado pelos adultos quando esperam confiadamente o regresso da pessoa ausente. Imagine que a sua filha de quinze anos está na escola. Durante o horário

escolar, o leitor não sente qualquer preocupação relativamente a essa separação, porque sabe perfeitamente onde ela se encontra e quando vai regressar (o seu filho de dois anos saberá onde o leitor se encontra e quando voltará? Mesmo que lhe expliquem, não consegue compreender!).

Se passarem trinta minutos da hora em que deveria chegar a casa, certamente que começará a sentir os primeiros temores (“O ônibus atrasou-se..., deve estar a falar com os amigos..., terá ido comprar uma esferográfica...”). Se se atrasar mais do que uma hora, começará a aborrecer-se (“Estes miúdos, parece mentira, são uns irresponsáveis, pelo menos podia ter telefonado, foi para isso que lhe comprei o celular”). Se se atrasar duas ou três horas, você começará a telefonar às amigas, para ver se ela está em casa de alguma. Se cinco horas depois ainda não tiver aparecido, você estará já a chorar, a telefonar para os hospitais, porque pensa que foi atropelada. Depois de doze horas, chorará cada vez mais e irá à polícia, onde lhe vão explicar que muitos adolescentes fogem de casa por um qualquer disparate, mas que quase todos voltam antes de decorridos três dias. Durante três dias, você vai agarrar-se a essa esperança, mas cada vez chorará mais e, ao fim de uma semana, será a imagem viva do desespero.

Mas imagine agora que tem uma grande discussão com a sua filha de quinze anos, na qual se proferem censuras e insultos graves e, por fim, ela mete alguma roupa numa mochila e grita “Odeio-te! Odeio-te, estou farta desta família, vou-me embora para sempre, não quero voltar a ver-te na vida”, e vai-se embora, batendo com a porta. Quantas horas espera alegre e despreocupadamente antes de começar a chorar? Não começará a chorar ainda antes que ela saia de casa, não a seguirá pela escada, não correrá atrás dela pela rua, não tentará agarrá-la sem temer dar espetáculo em frente de todos os vizinhos, não se porá de joelhos à frente dela e suplicará, não se deterá apenas quando a exaustão a impedir de continuar a correr?

Parece-lhe que comportar-se deste modo possa ser “infantil” ou “egoísta” da sua parte? Acha que iria ouvir os vizinhos dizerem “Olha que mãe mais mal-educada, nem há cinco minutos que a filha se foi embora e já está a chorar como uma histérica. Certamente que o faz para chamar a atenção”?

Sim, é fácil ser paciente, quando se está convencido de que a pessoa amada vai regressar. Mas não se mostrará tão paciente quando tiver dúvidas a esse respeito. E quando tiver a certeza absoluta de que a pessoa amada não pensa voltar, não será absolutamente nada paciente logo de início.

Não precisa esperar quinze anos para viver uma cena como a descrita. A sua filha já se comporta assim agora, quando você se vai embora. Porque é ainda muito pequena para saber se a leitora vai regressar ou não, ou quando vai regressar, ou se entretanto vai estar perto ou longe. E, por acaso, o seu comportamento automático, instintivo, aquele que herdou dos seus antepassados ao longo de milhares de anos, será começar a pensar sempre no pior. Cada vez que se separa de si, a sua filha irá chorar como se a separação fosse para sempre. (E o que dizer das mães que pretendem “tranquilizar” os filhos com frases do estilo “Se fores mau, a mamã vai-se embora”; “Se te portares mal, não gosto de ti”?) Dentro de três, quatro, cinco anos, à medida que vá compreendendo que a mãe vai voltar, a sua filha poderá esperar cada vez mais tranquila e durante mais tempo. Mas não será por ser “menos egoísta” nem “mais compreensiva”, e muito menos porque você, seguindo os conselhos de um qualquer livro, lhe “ensinou a adiar a satisfação dos seus caprichos”.

Os recém-nascidos necessitam do contacto físico; provou-se experimentalmente que, durante a primeira hora depois do parto, os bebês que estão no berço choram dez vezes mais do que aqueles que se encontram nos braços da mãe.

Ao fim de alguns meses, é provável que se conformem com o contacto visual. O seu filho ficará contente, pelo menos durante algum tempo, se a puder ver e se a leitora lhe sorrir e dirigir a palavra de vez em quando. Há 100 000 anos, as crianças de meses provavelmente nunca se separavam da mãe, porque isso significava ficarem no chão nus. Atualmente, estão bem protegidos num local macio, e, mesmo que o instinto lhe continue a dizer que estarão melhor ao colo, são tão compreensivos e têm tanta vontade de nos fazerem felizes que a maioria se resigna a passar alguns minutos na cadeirinha. Mas, assim que você desaparecer do seu campo visual, o seu filho começará a chorar “como se o estivessem a matar”.

Quantas vezes se ouviu uma mãe proferir esta frase! Porque efetivamente a morte foi, durante milhares de anos, o destino dos bebês cujo pranto não obtinha resposta.

É claro que o ambiente onde criamos os nossos filhos é atualmente muito diferente daquele em que evoluiu a nossa espécie.

Quando a leitora deixa o seu filho no berço, sabe que ele não vai passar frio ou calor, que o teto o protege da chuva e as paredes, do vento, que não será devorado por lobos ou por ratos, nem picado por formigas; sabe que estará apenas a alguns metros, no quarto ao lado, e que acudirá prontamente ao menor problema. Mas o seu filho não sabe isso. Não pode sabê-lo. Reage exatamente como teria reagido um bebê do Paleolítico. O seu pranto não responde a um perigo real, mas a uma situação, a separação, que durante milênios significou invariavelmente perigo.

À medida que vai crescendo, o seu filho irá aprendendo em que caso a separação comporta um perigo real e em que caso não tem qualquer importância. Poderá ficar tranquilamente em casa enquanto você vai às compras, mas começará a chorar se estiver perdido no supermercado e pensar que você voltou para casa sem ele...

O pranto de nada serviria se a mãe não estivesse também geneticamente preparada para lhe responder. O pranto de uma criança é um dos sons que provoca uma reação mais intensa num adulto humano. A mãe, o pai e mesmo os desconhecidos sentem-se comovidos, preocupados e angustiados; sentem um desejo imediato de fazer algo para que o choro pare. Amamentá-lo, passeá-lo, mudar-lhe a fralda, pegá-lo ao colo, vesti-lo, despi-lo; qualquer coisa, desde que se cale. Se o pranto for especialmente intenso e contínuo, recorre-se aos serviços de urgência (e muitas vezes com bons motivos).

Quando nos é impossível calar um pranto, a nossa própria impotência pode converter-se em irritação. É o que acontece, quando se ouve chorar noutra andar: as convenções sociais impedem-nos de intervir e, por isso, a situação é particularmente aborrecida para nós (“Mas o que estão a pensar aqueles pais? Não irão fazer nada?”, “Aquele miúdo é um malcriado, os nossos nunca choraram assim!”). Muitos vizinhos criticam pelas costas ou inclusivamente repreendem as mães cujos filhos choram “demasiado” e alguns chegam mesmo a bater à porta para protestar.

Várias mães já me disseram: “O médico disse que o deixasse chorar porque chora sem razão; mas não o posso fazer porque os vizinhos se queixam.” Com a mesma intensidade sonora, uma criança que chora num edifício incomoda-nos mais do que um trabalhador que martela ou um adolescente que ouve *heavy metal*.

Quando as normas absurdas de alguns especialistas impedem os pais de responder ao choro da forma mais eficaz (tomando o bebê nos braços, tocando-lhe, cantando,

amamentando-o...), que outra saída nos resta? Pode deixá-la chorar e tentar ver televisão, cozinhar, ler um livro ou conversar com o seu companheiro, enquanto ouve o pranto agudo, contínuo, dilacerante do seu próprio filho, um pranto que atravessa as paredes “de papel” das casas modernas e pode prolongar-se durante cinco, dez, trinta, noventa minutos? E quando começa a fazer ruídos angustiantes, como se estivesse a vomitar ou a sufocar? E quando deixa de chorar tão de repente que, em vez de ser um alívio, o imagina a deixar de respirar, a ficar branco e depois azulado? Estarão então os pais autorizados a acorrer para o seu lado ou isso seria considerado como “recompensá-lo pela choradeira” e até disso estão proibidos?

A outra opção é tentar acalmá-lo, mas sem lhe pegar ao colo, o embalar ou o amamentar. E porque não também com uma mão atada atrás das costas, para tornar a tarefa ainda mais difícil? Ou ligar o rádio, rezar ou oferecer-lhe dinheiro? Um especialista, o Dr. Estivill, propõe que lhe digamos o seguinte (a uma distância superior a um metro, de modo que não possa tocar-nos):

“Meu amor, a mamã e o papá amam-te muito e estão a ensinar-te a dormir. Tu dormes aqui com o Pedrito, o pôster e a chupeta... Até amanhã...”

Palavras de consolo e de amor verdadeiro que certamente acalmariam qualquer criança, seja qual for a causa do seu pranto, a partir dos seis meses! (O Pedrito, é claro, é um boneco; não pensem nem por um momento que um ser humano lhe faz companhia.)

Ainda que talvez nem mesmo o autor destas palavras acredite muito na sua eficácia tranquilizadora, pois adverte os pais que, uma vez pronunciadas, devem ir-se embora, mesmo que a criança continue a chorar e a gritar (a mal agradecida!).

No nosso país, como em muitos outros, os maus tratos são cada vez mais um problema. Dezenas de crianças morrem todos os anos às mãos dos próprios pais e muitas mais sofrem hematomas, fraturas, queimaduras... A pobreza, o álcool e outras drogas, o desemprego e a marginalidade contam-se, sem dúvida, entre as causas profundas dos maus tratos. Mas também é necessário um catalisador. Por que razão bateram a esta criança hoje e não ontem?

O pranto é um catalisador frequente. “Chorava sem parar e não consegui suportar mais.” O que podem fazer os pais quando tudo o que serve para acalmar as crianças (peito, colo, canções, mimos) está proibido?

A resposta da separação

Em 1950, as Nações Unidas encarregaram John Bowlby de fazer um estudo sobre as necessidades das crianças órfãs. O resultado do seu trabalho deu origem a um livro que analisa o efeito da separação nas crianças, sobretudo a partir da observação de crianças internadas em hospitais e das crianças de Londres que, durante a guerra, foram separadas dos seus pais e evacuadas para o campo a fim de escaparem aos bombardeamentos.

Entre os efeitos que a separação tem em curto prazo, é frequente que as crianças apresentem algumas das seguintes reações:

- Quando a mãe regressa, a criança zanga-se com ela ou recusa-se a saudá-la, como se não a visse.
- A criança mostra-se muito exigente com a mãe ou com as pessoas que cuidam dela; pede atenção a todo o momento, quer que tudo seja feito à sua maneira, tem ataques de ciúmes e grandes birras.

- Relaciona-se com qualquer adulto que esteja perto, de forma superficial, mas aparentemente alegre.
- Apatia, perda de interesse pelas coisas, movimentos rítmicos (como se embalando a si próprio), por vezes dando pancadas com a cabeça.

Em alguns casos, esses movimentos rítmicos e pancadas com a cabeça podem ser normais. Como explica o Dr. Ferber (grande defensor de ensinar as crianças a dormir deixando-as chorar um minuto, três ou quatro... No resto do mundo costumam denominar “método Ferber” ao que em Espanha se chama “método Estivill”):

Muitas crianças entregam-se a qualquer tipo de comportamento rítmico e repetitivo à hora de irem para a cama, quando acordam durante a noite ou de manhã. Colocam-se de gatas, abanam a cabeça de um lado para o outro, batem com a cabeça contra a cabeceira da cama ou deixam-na cair repetidamente sobre a almofada ou o colchão. À noite, este comportamento pode repetir-se até adormecerem e, de manhã, pode persistir até que estejam completamente despertos.

[...] Quando os comportamentos rítmicos começam antes dos dezoito meses e desaparecem na sua maioria antes dos três ou quatro anos não são normalmente sintoma de problemas emocionais. Na maior parte dos casos, as crianças com estes hábitos são felizes e saudáveis e, nas famílias, não se adivinha qualquer problema ou tensão.

Chama a atenção a ambiguidade no momento de decidir o que é ou não um comportamento normal. “A minha filha acorda a meio da noite...” “Claro que chora e chama os pais. O que tem a sua filha é insônia infantil devido aos maus hábitos aprendidos; é uma alteração do sono que, se não for curada a tempo, pode provocar graves sequelas psicológicas.” “Não, não me compreendeu bem, doutor. A minha filha acorda, mas não chora nem chama ninguém; apenas bate com a cabeça na parede.” “Ah! Bom! Devia ter começado por aí. Se se limita a bater com a cabeça, é absolutamente normal e não há porque preocupar-se.”

Voltando a Bowlby, recorda-nos que algumas das mais graves alterações observadas em crianças separadas das mães, em orfanatos e hospitais, dão a falsa sensação de que tudo está a correr bem:

É necessário fazer uma advertência especial sobre as crianças que respondem com apatia ou com um comportamento alegre e indiscriminadamente amistoso, uma vez que as pessoas que ignoram os princípios da saúde mental podem ser enganadas. Estas crianças podem ser tranquilas, obedientes, fáceis de levar, bem-educadas e arrumadas e estar fisicamente saudáveis; muitas delas, inclusivamente, parecem estar felizes. Enquanto permanecem na instituição, não existe motivo aparente de preocupação: mas, quando a deixam, quebram e é evidente que a sua adaptação era superficial e não tinha como base um verdadeiro crescimento da personalidade.

Poucas crianças, felizmente, permanecem numa instituição (hospital ou orfanato). Todavia, muitas se vêem separadas das mães repetidamente, durante algumas horas, todos os dias. O efeito não é tão devastador, desde logo, mas existem semelhanças. Há crianças que parecem “tranquilas, obedientes e mesmo felizes” no jardim de infância, mas que começam a chorar desesperadamente quando dele saem.

Ou que parecem adaptar-se muito bem a dormir sozinhas todas as noites, mas que “quebram” quando se abre uma brecha no seu isolamento.

Bastará que uma só vez façam o que a criança vos pede - água, uma canção, dar-lhe a mão por “um momento”, um abraço... - para que percam a partida: tudo aquilo que haviam conseguido [“ensinado” a criança a dormir sozinha] se terá esfumado.

As consequências mais graves produzem-se depois de separações longas, de vários dias. Mas também as separações breves têm o seu efeito; de fato, o método utilizado pelos psicólogos para comprovar se a relação entre mãe e filho é normal é o “teste da situação desconhecida”, na qual se observa como reage uma criança de um ano quando a mãe se ausenta do quarto e volta três minutos depois.

Os efeitos da separação são cada vez menos graves à medida que a idade da criança aumenta, como nos recorda Bowlby:

Embora existam razões para acreditar que todas as crianças menores de três anos, e muitas das que têm entre três e cinco anos, sofrem com a privação, no caso das crianças com idades entre os cinco e os oito anos são apenas uma minoria, e surge a pergunta: por que razão umas são afetadas e outras não?

Pois bem, esse fator que faz com que algumas crianças suportem a separação melhor do que outras é, segundo Bowlby, a relação prévia com a mãe. Uma relação que tem efeitos aparentemente contrários consoante a idade.

Nas menores de três anos, quanto melhor era a relação com a mãe, mais se alterava o comportamento da criança depois da separação. As crianças que já eram maltratadas ou ignoradas em sua casa, apenas choravam ao serem levadas para um orfanato ou hospital. Mas isso não significa que tolerem melhor a perda, mas que já não têm quase nada a perder. Não têm a reação normal de uma criança saudável da sua idade.

Pelo contrário, em crianças com idades compreendidas entre os cinco e os oito anos, aquelas que tiveram uma relação mais sólida com a mãe, as que recebiam mais mimos e passavam mais tempo ao colo, são as que melhor suportam a separação. O estreito contacto nos primeiros anos deu-lhes a força necessária para suportar as adversidades, o que atualmente os psicólogos conhecem por resiliência. Charles Dickens explicou-o muito bem há já século e meio:

Viu os que tinham sido cuidados com delicadeza e criados com ternura manterem-se alegres perante as privações e superar sofrimentos que teriam desfeito muitos de uma maneira mais grosseira, porque tinham no seu íntimo os fundamentos da felicidade, da satisfação e da paz.

Cartas Póstumas do Clube Pickwick

Bowlby afirma que a relação, o vínculo afetivo que se estabelece entre uma mãe e um filho, é o modelo para todas as relações afetivas que o indivíduo estabelecerá durante o resto da sua vida. A relação com a mãe estende-se depois ao pai, aos irmãos e a outros familiares; aos amigos, colegas e professores; ao próprio casal e aos filhos. Chegou a esta conclusão partindo, não como muitos outros psiquiatras, do estudo do adulto e das suas tênues recordações de infância, mas da observação das crianças e das crias de outras espécies.

Ao longo deste livro, vamos aproveitar este paralelismo entre a relação mãe-filho e outros vínculos afetivos para explicar por analogia alguns aspectos do comportamento infantil, percorrendo em sentido contrário o caminho que Bowlby fez. Muitos comportamentos que, nas crianças, se atribuem alegremente a “caprichos”, “teatro” ou “má-criação”, são aceites como

legítimos quando levados a cabo por um adulto. Devemos deixar claro, contudo, que estas analogias são puramente didáticas: o que sabemos sobre o comportamento das crianças não foi averiguado a partir da observação de adultos e de deduções, mas da observação direta de crianças.

Imagine, que num domingo, a leitora e o seu marido se encontram em casa. Mexendo cada um nas suas coisas, cruzam-se uma dezena de vezes. Param um ao pé do outro, saúdam-se, abraçam-se? Claro que não. A maior parte das vezes cruzam-se sem se olhar, sem dizer uma palavra.

Agora, o seu marido sai para comprar a sobremesa. Não diz “adeus” quando sai e “já cheguei!” quando entra? Como apenas passou quinze minutos fora de casa, é possível que você nem mesmo vá à porta para recebê-lo, prosseguindo com o que está a fazer e dizendo-lhe “olá” de longe.

No dia seguinte, o seu marido volta do trabalho. Esteve nove horas fora de casa. Você não faz por ir até à porta saudá-lo? Não lhe dá um beijo (e espera correspondência)? Não é um pouco mais elaborada no seu ritual, quando o saúda? Algo como:

- Olá, querido.
- Olá.
- Como correu o teu dia?
- Bem.

Neste momento, o marido médio escapa e dirige-se à televisão. Durante os primeiros meses de casados, você esperava por uma resposta um pouco mais longa. Mas, por esta altura, já compreendeu que os homens são assim mesmo e que é preciso aceitá-lo.

Imagine agora que o seu marido parte uma semana para Nova Iorque em viagem de negócios. De regresso, desenvolve-se a cena habitual:

- Olá, querido.
- Olá.
- Correu tudo bem?
- Sim.

E vai ver televisão... Como reage a leitora? Vai permitir que isso aconteça?

- Como sim? Conta-me alguma coisa! O que fizeste? O que viste? O que te davam para comer? Subiste ao Empire State Building? O que me compraste? Será possível passar uma semana em Nova Iorque e não ter nada para contar! Dá-me um beijo...! Já não me amas?

A separação de duas pessoas unidas por um vínculo afetivo produz inquietação em ambas. Para voltarem a tranquilizar-se necessitam de um contacto físico e verbal especial (e, por vezes, outras demonstrações de carinho e atenção, como um presente), contacto que será tanto maior e mais completo quanto maior tiver sido a separação. Se uma das pessoas nega esse contacto tranquilizador, a outra poderá responder com maior inquietação e às vezes com hostilidade. Por fim, serão necessárias mais palavras e maior contacto para a tranquilizar (isto é, terá de se desculpar).

No primeiro exemplo, cruzar-se no corredor quando estão ambos em casa não requer um contacto especial, porque nem sequer existiu uma separação. Estavam os dois em casa e, por isso, estavam “juntos”.

Contudo, entre um bebê e os pais, as coisas mudam. Ir para outro quarto representa uma separação para a criança, porque não sabe para onde a mãe foi. Demorará alguns anos para compreender que a mãe está no quarto ao lado e que, por isso, “não se foi embora”. E a escala é

diferente: uns minutos representam, para o seu filho, várias horas, umas horas parecem-lhe dias ou meses e uns metros parecem-lhe quilômetros.

Compreende agora por que razão o seu filho começa a chorar quando você sai do quarto, por que razão quando a leitora vai trabalhar ou quando esteve no hospital ele lhe pede mais abraços e mais atenção, por que razão, quando sai do jardim de infância, insiste em contar-lhe, em língua de trapos, tudo o que fez e lhe pede que lhe compre doces?

Por vezes, a criança pede uma bala, um sorvete ou um brinquedo porque o deseja. É claro que não defendemos que lhe compre tudo aquilo que ela pede; isso dependerá da sua capacidade financeira, da dieta (isto é, de quantos sorvetes e balas lhe pede o seu filho por semana) e da quantidade de brinquedos que tem em casa e da atenção que lhes dispensa... O que dizemos neste livro é que, se decide não lhe dar aquilo que ele lhe pede, isso seja feito por um motivo racional (porque já tem muitos brinquedos, porque é muito caro, porque as balas fazem mal aos dentes...), mas não apenas para o “educar”, para que “aprenda a não levar a melhor”; não diga “não” ao seu filho apenas para aborrecê-lo.

Outras vezes, pelo contrário, as crianças pedem guloseimas e brinquedos para “chamar a atenção”. Se, à saída do colégio, os pais não mostram interesse suficiente pelas suas explicações, se se impacientam ante a sua língua de trapos, se o corrigem continuamente em vez de o escutarem pacientemente, se lhe dão poucos beijos e abraços, se recusam a levá-lo ao colo ou mesmo se o saúdam com hostilidade (“Que mãos tão sujas! Porque não as lavas antes de sair? Olha o que fizeste às calças novas! E os botões da camisa! Achas que tenho de costurar os botões todos os dias?”), a criança provavelmente irá pedir tudo o que vir na primeira prateleira que encontre. Está a pedir uma prova de amor. Uma prova de amor falsa, pois o verdadeiro amor demonstra-se com respeito, contacto e compreensão e não com prendas e guloseimas.

Para os pais, este carinho falso que consiste na acumulação de bens materiais pode ser muito atraente. Tempo é dinheiro, mas existem apenas vinte e quatro horas em cada dia. Se tiver dinheiro suficiente do outro, pode tornar-se mais “barato” comprar à sua filha uma boneca que fala e anda do que brincar com ela durante uma hora por dia com uma boneca normal. E assim, gradualmente, vamos “educando mal” a criança; isto é, ensinando-lhe a dar mais importância às coisas materiais do que aos seres humanos. Não é a simples acumulação de riqueza que produz a má educação; as crianças ricas têm sempre mais coisas do que as pobres e, contudo, há pobres mal-educados e ricos que não o são. “Educar mal” significa “criar mal”; isto é, com pouco carinho, poucos abraços, pouco respeito, poucos mimos. É impossível educar mal uma criança por lhe dar muita atenção, muito colo, consolá-la muito quando chora ou brincar muito com ela.

Dizíamos que, no domingo, quando se cruzam no corredor, não necessitam de se saudar porque não houve separação. Mas se um casal passa um domingo inteiro sem dirigir a palavra um ao outro, sem dar um beijo ou um abraço, não pensaria o leitor que estão à beira do divórcio? Mesmo sem se separarem, duas pessoas unidas por um vínculo afetivo necessitam de fazer algo juntas de vez em quando. Se o leitor se esquecer, o seu filho recordá-lo-á.

Não quer ir para o jardim de infância

Em muitas separações quotidianas se observam efeitos semelhantes aos descritos por Bowlby, e tanto mães como profissionais continuam a interpretar mal os fatos. Susana descreve-nos como reage o seu filho à separação:

Ramón entrou no jardim de infância na semana passada. Tem quase dois anos e nunca o tinha frequentado; enfim, apenas durante dois meses no ano passado, nada mais...

O que acontece é que, desde que começou a ir, concretamente desde o segundo dia, está a submeter-me a uma chantagem emocional descarada. E isso está a deixar-me “esgotada”. Acorda alegre como sempre, toma o pequeno-almoço, vê os desenhos animados da manhã e então... aí vai ele... diz sem parar: “Mamã, escola não, escola não...”; e pode estar nisto durante meia hora. E com um ar triste, claro. No caminho para o jardim de infância, vai bem até que o vê. Aí, sim, começa o teatro: “Mamã, vamos passear; mamã linda; mamã, escola não; mamã, beijos; mamã, mimos; mamã, vamos para casa dormir...”, tudo isto acompanhado por lágrimas de crocodilo e um ar de tristeza... Quando lhe pego, o seu rosto reflete uma dor como se o estivessem a matar; pobrezinho, como chora..., e eu, claro, com as lágrimas prestes a saltar-me dos olhos. Vou para casa destrocada. Sinto-me mal, revejo a situação, penso se agi bem, penso que sim, que necessito de tempo para procurar trabalho, que ele ficará bem (e isto todos os dias desde segunda-feira passada). A uma menos um quarto já lá estou, para que o pobrezinho não chore mais... e o que vejo? Está a brincar, alegre, com as outras crianças. E sem olheiras, ou seja, não chorou mais. Mas... quando me vê... aí vai ele: “Mamã, upa; mamã, para casa; mamã, escola não...” Outra vez a mesma cena, já sem lágrimas. Então a diretora conta-me, morta de riso, que não chorou durante toda a manhã, que assim que me fui embora parou de se lamentar, que quando muito pergunta: “Onde está a mamã?” E isto se repete todos os dias. À tarde, em casa, é horrível. Só quer estar comigo, não consigo ir nem à casa de banho sem que o ouça chamar-me ou comece a choramingar. Se acorda durante a noite e o pai vai ver o que se passa, chama-me a mim. Se vou às compras, tenho de levá-lo...

Ramón mostra as várias reações características de uma separação: agarrar-se como uma lapa à mãe e exigir atenção contínua, mostrar-se aparentemente tranquilo e cooperante quando está no jardim de infância, mostrar-se inquieto quando o deixa... Parece que é precisamente o fato de não chorar quando se encontra no jardim de infância que convence a mãe de que tudo não passa de “teatro”. Do que necessitaria a mãe para compreender que o filho sofre realmente?

Que não pare de chorar durante todo o tempo que passa no jardim de infância? Ninguém chora tanto. Perante as maiores desgraças e calamidades, o ser humano chora durante uns momentos e depois segue em frente. As pessoas não choram sem parar nem nos funerais, nem nos hospitais, nem na prisão, nem num campo de concentração. Deixar de chorar, mesmo no caso daqueles que se fazem fortes e tentam suportar com valentia a situação, não significa que tenham deixado de sofrer.

Vimos anteriormente como, entre os menores de três anos, são precisamente aqueles que têm melhor relação com a mãe os que demonstram maior sofrimento com a separação. A espetacular reação de Ramón mostra-nos, precisamente, que ama muito a mãe e que esta o tratara sempre muito bem. É uma pena que Susana não o saiba!

O lado trágico do caso é que esta incompreensão pode aumentar o sofrimento. O ideal, não nos enganemos, seria que Ramón não fosse para o jardim de infância ainda durante alguns meses. Mas isso nem sempre é possível; Susana necessita de procurar trabalho e não pode deixar de levar o filho ao jardim de infância. Não, não é o fim do mundo. É uma separação relativamente curta que pode ser compensada. Ramón está a explicar à mãe como compensar a separação, como tratar da ferida: pede-lhe que passe com ele toda a tarde, que lhe acuda durante a noite quando a chama (suspeitamos mesmo que preferia dormir com ela), que o leve quando vai fazer compras, que lhe dê muitos abraços e mimos. Susana poderia dar-lhe tudo isso e sentir-se muito melhor ao fazê-lo, tratando também a dor de que ela própria sofre devido

à separação. Mas a professora (teoricamente uma especialista em educação infantil) também não sabe reconhecer os efeitos da separação numa criança desta idade e riu-se do sofrimento do menino. Infelizmente, Susana tomou o caminho oposto: em vez de admitir que o filho está realmente a sofrer, em vez de apertá-lo junto ao coração e sentir raiva contra o sistema econômico que a obriga a procurar trabalho com um filho tão novo, está a tentar convencer-se a si mesma de que o sofrimento do filho não passa de teatro e que as lágrimas são de crocodilo. Susana sente agora raiva contra o próprio filho, acusa-o de fazer chantagem emocional. Como poderiam recuperar ou compensar aquilo que já perderam?

Por que razão as crianças querem tantos abraços

Muitas mulheres amamentavam um que agarravam com um braço, enquanto com a mão livre mexiam nos fogões.

FRANZ KAFKA, O Processo

Há 100 000 anos, em algum lugar em África. Um grupo de seres humanos desloca-se lentamente através da pradaria. Talvez adotem uma formação quase militar, como fazem os babuínos: as mulheres e as crianças seguem no meio; os homens cercam-nas, alguns armados com paus.

Algumas das mulheres estão grávidas, outras levam os bebês ao colo; a tribo inteira adota um andamento mais vagaroso, para adaptá-lo aos membros mais lentos. Detêm-se aqui e ali para colher alguns frutos, escavar umas raízes ou saborear algumas formigas nutritivas. Com sorte, a sua inteligência, coordenação e habilidade para atirar pedras permitir-lhes-á caçar um animal pequeno ou disputar as carcaças com as hienas.

Onde se encontram os bebês? Deixaram-nos em casa, num berço, aos cuidados de uma ama enquanto iam trabalhar? Certamente que não. Não existiam casas, não existiam berços e a tribo deslocava-se unida.

Os macacos recém-nascidos agarram-se ao pêlo da mãe com os pés e as mãos, e à mama com a boca, e assim viajam de árvore em árvore, agarrados pelos seus sólidos pontos de apoio. Os chimpanzés e os gorilas assemelham-se de tal modo a nós que o recém-nascido não é capaz de se agarrar à mãe; esta é obrigada a agarrá-lo com o braço para que não caia. Mas apenas durante as primeiras duas ou três semanas; depois é a cria que se agarra sozinha. Com que idade se atreveria a leitora a levar o seu filho ao colo, sem lenços nem porta-bebês, sem o agarrar com uma mão, e saltando de árvore em árvore? Não há outro animal sobre a Terra que necessite de mais de um ano para se agarrar à mãe.

Quando não existiam tecidos nem cordas e muito menos carrinhos de bebês, as mães levavam os filhos ao colo durante todo o dia, a maioria das vezes agarrando-os com o braço esquerdo, enquanto o direito ficava livre para comer (ou ao contrário, no caso de a mãe ser canhota). Provavelmente eram alimentados com mamadas curtas e muito frequentes, como os Bosquímanos atuais, várias vezes em uma hora (a sucção tão intensa inibe a ovulação, e a maioria das mães só tinha outro filho a cada três ou quatro anos..., a menos que o bebê morresse antes). Nos momentos de descanso, a mãe sentava-se com o bebê no colo ou deitava-se no chão com o bebê sobre ela. À medida que ia crescendo, a cria necessitava cada vez menos da mãe e também começava a pesar mais; provavelmente a avó, o pai ou os irmãos mais velhos ajudavam a mãe a transportá-lo. É quase certo que os bebês estavam cada minuto das 24 horas do dia em contacto físico com outra pessoa, quase sempre com a mãe, até que começavam a

gatinhar. E após vários anos ainda mantinham esse contacto físico, se não durante as 24 horas, pelo menos durante uma boa parte do tempo. Mesmo as crianças de três ou quatro anos, que conseguem caminhar durante um bom bocado, teriam de seguir ao colo se a tribo se deslocasse vários quilómetros.

Deste modo, durante milhões de anos, a evolução natural favoreceu as crianças que gostavam de estar ao colo e que se zangavam se as colocavam no chão. Era uma questão de sobrevivência.

Por que razão não querem dormir sozinhos

[...] essa espécie de terror que aflige as crianças quando acordam durante a noite ou quando estão sozinhas.

ALEXANDRE DUMAS, Vinte Anos Depois

Onde dormiam os bebês há 100 000 anos? Não existiam casas, nem berços, nem roupa. Certamente que dormiam junto à mãe ou sobre ela, numa cama de folhas improvisada. O pai não devia dormir muito longe, e a tribo inteira permanecia apenas a alguns metros de distância. Só assim conseguiam sobreviver durante o sono, o momento mais vulnerável do dia. Recordação daqueles tempos é o hábito de marido e mulher dormirem juntos e a desolação (por vezes verdadeira insônia) que nós, adultos, costumamos sentir quando uma viagem nos obriga a dormir separados do nosso parceiro habitual. Muitas mães, se o marido dorme fora de casa, “deixam” que os filhos venham para a sua cama e não é fácil dizer qual dos dois encontra mais consolo com a companhia.

Imagina um bebê sozinho, nu, a dormir no chão e ao ar livre, a cinco ou dez metros da mãe durante seis ou oito horas seguidas? Não teria sobrevivido. Tinha de existir um mecanismo para que, também de noite, o bebê permanecesse em contacto continuado com a mãe, e de novo este mecanismo é duplo: a mãe deseja estar com o filho (exatamente, apesar de todos os tabus contra, muitas mães ainda o desejam) e a criança resiste violentamente a dormir sozinha.

Dormir sozinho! O grande objetivo da puericultura do século xx! Como comentamos, uma criança a quem a mãe deixasse sozinha, acordada, no chão, que não protestasse imediatamente e que, ao contrário, adormecesse, dificilmente teria sobrevivido durante mais do que algumas horas. Se alguma vez existiram crianças assim, extinguiram-se há milhões de anos (bem, nem todas. Fala-se de crianças que dormem durante toda a noite, espontânea e voluntariamente. Se a sua é uma dessas raras crianças, não se assuste; certamente que também é normal). Os nossos filhos estão geneticamente preparados para dormir acompanhados.

Para um animal, o sono é um momento de perigo. Os nossos genes impelem-nos a mantermo-nos despertos quando nos sentimos ameaçados e a deixarmo-nos levar pelo sono apenas quando nos sentimos seguros. Sentimo-nos ameaçados num lugar desconhecido, e muitas pessoas têm dificuldade em dormir em hotéis porque “estranham a cama”. Custa-nos dormir na ausência do nosso companheiro ou na presença de desconhecidos.

Você precisava mudar de trem numa cidade distante e perdeu a última ligação. São duas da manhã, está tudo fechado e é obrigada a esperar pelo trem das seis na estação. Imagine agora várias situações possíveis: a) encontra-se absolutamente sozinha na sala de espera; b) viaja sozinha, mas na sala há uma dezena de pessoas, duas famílias completas, algumas senhoras mais velhas, um grupo de escoteiros; c) na sala encontra-se você e cinco skin heads meio

embriagados; d) você viaja na companhia do seu marido e de outros casais amigos. Acha que adormeceria do mesmo modo em cada uma das circunstâncias?

Estranhos na noite

Ali onde ela estava, estava o paraíso.
MARK TWAIN, Diário de Eva

Xavier, com dezoito meses, “tem dificuldade em dormir”. Chama a mãe, Maria, várias vezes: quer ouvir uma história, reclama um copo de água, tem dói-dói... Cada noite se converte numa tortura para toda a família. “Zanga-te”, dizem todos, “devias deixá-lo chorar, não lhe fazia mal”. Hoje, Maria e Xavier foram visitar os avós numa aldeia isolada. O pai trabalha e não pôde acompanhá-los. Têm de mudar de ônibus numa pequena cidade, antes uma vila grande. Mas o ônibus que vem da capital atrasa-se várias horas, e Maria e o filho são os únicos passageiros que descem na solitária estação de ônibus à uma e meia da madrugada. O ônibus que os conduzirá até a aldeia onde moram os avós não sairá antes das sete e meia da manhã. Mãe e filho encontram-se sozinhos na sala de espera mal iluminada. A estação dos ônibus situa-se nos arredores da vila, separada das ruas habitadas por algumas hortas e por uma zona de fábricas e armazéns. Maria não se atreve a ir a pé até a vila. Junto da estação há uma bomba de gasolina, pedirá ao encarregado que lhe chame um táxi, deve haver um hotel na vila... Tem dinheiro suficiente? Descobre com horror que apenas tem dinheiro para o ônibus e que se esqueceu de trazer consigo o cartão de crédito. Bom, faltam apenas cinco horas, será melhor esperar aqui. A luz acesa na bomba de gasolina transmite-lhe uma certa confiança. Quase preferia ir até lá para esperar, mas está frio na rua.

De vez em quando passa um automóvel veloz ou, das fábricas, chega o ladrar de um cão. Perto das três horas, aparecem cinco motoqueiros com blusões de couro, param entre a estação de ônibus e a bomba de gasolina e começam a beber cervejas, enquanto gritam e lutam uns com os outros. De vez em quando, um deles aproxima-se ostensivamente da estação de ônibus e começa a urinar numa árvore, enquanto os outros gritam “És estúpido, Paco, não vês que está aí uma senhora?”, “Não olhe minha senhora, não vale a pena! É muito pequeno!”). E esta situação dura mais de uma hora e meia.

É claro que Maria passou as horas acordada, sentada na cadeira mais perto da porta, agarrada ao filho e à mala. Xavier, contudo, dormiu ao colo dela, num só sono. Quem tem agora “dificuldade em dormir”? Ao colo da mãe, numa vila longínqua, rodeado de desconhecidos hostis, Xavier sentiu-se mais seguro do que em sua própria casa, no seu quarto, na sua cama.

Para uma criança desta idade, a Mamã é a Supermamã, a Protetora Invencível. Esse colo é o seu lar, a sua pátria, o seu paraíso. Não é maravilhoso, Mamã, sentir-se assim?

Na noite dos tempos

Naquela tribo, há 100 000 anos, duas mães foram dormir com os filhos. Não sabemos exatamente como o faziam, mas sabemos o que fazem atualmente os chimpanzés: ao cair da noite, cada adulto prepara um leito macio com folhas e ramos e deita-se para dormir. Os chimpanzés não possuem camas de casal, o macho e a fêmea dormem separados (ainda que não

muito afastados, é claro; na tribo, todos dormem perto uns dos outros). É claro que a mãe e o filho dormem juntos até que este complete cerca de cinco anos.

À meia-noite, aquelas duas mulheres primatas acordaram; por motivos que desconhecemos, afastaram-se, deixando os filhos no solo. Uma das crianças era daquelas que acordam a cada hora e meia; a outra era das que dormem durante toda a noite, num só sono. Qual das duas crê que nunca mais acordou? Ou então acordaram ambas ao mesmo tempo, mas uma delas começou a chorar imediatamente e a outra apenas depois de cerca de três horas, quando começou a sentir fome. Qual delas morreu de fome? Uma começou a chorar imediatamente, enquanto a outra permaneceu calada até que o aparecimento de uma hiena a assustou. Qual delas terá a hiena comido? Uma delas, quando começava a chorar, só parava quando a mãe voltava e a acalmava; podia chorar meia hora, uma hora, todo o tempo necessário, até a exaustão. A outra, pelo contrário, chorava durante alguns minutos e, se ninguém aparecia, voltava a adormecer. Qual das duas dormiu para nunca mais despertar?

Adivinhou: os nossos filhos estão geneticamente preparados para acordar periodicamente. Os nossos filhos herdaram os genes dos sobreviventes, dos vencedores da dura luta pela vida.

Não dormem de um só sono, pelo contrário, passam, como os adultos, por vários ciclos de sono durante a noite. A duração de cada ciclo é variável, entre apenas vinte minutos e um pouco mais de duas horas; a duração média vem a ser de hora e meia nos adultos, mas apenas de uma hora nos bebês. Entre cada ciclo, passamos por uma fase de “despertar parcial”, que facilmente se torna despertar completo.

Mesmo os especialistas que “ensinam as crianças a dormir” reconhecem esse fato; o objetivo dos seus métodos não é conseguir que a criança não acorde, isso é impossível. O que querem é que, quando acorda, em vez de chamar pelos pais, se mantenha calada até voltar a adormecer.

As crianças “estão de guarda” para se certificarem de que a mãe não se foi embora. Se o bebê consegue cheirar a mãe, tocar-lhe, ouvir a sua respiração, talvez mesmo mamar, volta a adormecer de seguida. Em muitas das vezes, nem a mãe nem o bebê despertam completamente. Mas, se a mãe não está, a criança acorda completamente e começa a chorar. Quanto mais tempo tiver chorado antes que a mãe lhe acuda, mais nervosa estará e também mais difícil de consolar.

Um planeta, dois mundos

Mas - exclama indignado - , aqui em Milão, estas crianças tão pequenas não dormem com os pais?

Quem lhes acode, então?

José Luís SAMPEDRO, La sonrisa etrusca

Noutras culturas, dormirem todos juntos é praticamente universal (e os problemas de sono durante a infância, em consequência, praticamente desconhecidos). Morelli e os seus colaboradores estudaram em pormenor o comportamento e as opiniões de um grupo de 14 mães guatemaltecas de etnia maia e compararam-nos com os de 18 mães norte-americanas brancas de classe média.

Todas as crianças maias (entre os dois e os vinte e dois meses) dormiam na cama com a mãe, e oito também com o pai. Outros três pais dormiam no mesmo quarto, noutra cama (dois deles com outro filho mais velho) e em três casos o pai estava ausente. Em dez casos havia

outro irmão a dormir no mesmo quarto, quatro deles na mesma cama; as outras quatro crianças não dormiam com os irmãos porque eram filhos únicos.

As crianças maias permaneciam com a mãe e mamavam quando queriam até aos dois ou três anos, pouco antes do nascimento de um irmão. Normalmente, as mães não sabiam se o filho mamava durante a noite, porque não acordavam e parecia-lhes que o assunto não tinha importância (pelo contrário, 17 das 18 mães norte-americanas tinham de acordar para alimentar o filho, a maioria durante seis meses, e as 17 afirmaram que as tomas noturnas eram um aborrecimento).

Entre os maias não existia uma rotina para fazer dormir as crianças. Sete iam dormir ao mesmo tempo que os pais e as outras adormeciam no colo de alguém. As que ainda mamavam adormeciam a mamar. Não se contavam histórias para dormir nem se lhes dava banho antes de se deitarem. Apenas uma das crianças possuía uma boneca com a qual dormia; era a única que não tinha dormido com a mãe desde o nascimento e que tinha passado uns meses a dormir num berço no mesmo quarto, para logo regressar à cama materna.

As mães maias não concebiam que as crianças pudessem dormir de outro modo. Quando se lhes explicava que as crianças norte-americanas dormiam num quarto separado, mostravam surpresa, desaprovação e compaixão. Uma exclamou: “Mas fica alguém com eles, não é verdade?” Partilhar a mesma cama não é uma consequência da pobreza ou da falta de quartos, considera-se fundamental para a educação correta da criança. As mães explicavam, por exemplo, que, para dizer a uma criança de 13 meses para não mexer em determinada coisa, bastava dizer-lhe “Não lhe mexas, não é bom, pode fazer-te dói-dói” e a criança obedecia.

Quando lhes explicávamos que as crianças norte-americanas dessa idade não compreendiam proibições ou que faziam mesmo o contrário, uma mãe maia sugeriu que essa era a consequência de as ter separado dos pais durante a noite.

É apaixonante comparar como se criam as crianças em diferentes culturas. Uma antropóloga norte-americana, Meredith Small, escreveu um livro imprescindível sobre este tema.

Por que razão acorda mais do que antes?

Há sempre uma alma caridosa que explica aos novos pais: “Não se preocupem, isso apenas acontece ao princípio; à medida que cresce, dormirá cada vez mais.”

Como vai dormir cada vez mais? Os recém-nascidos dormem mais de dezesseis horas por dia; uma criança que durma mais entra em coma. Os adultos dormem cerca de oito horas por dia, ou menos, por isso, em algum momento do nosso crescimento, temos de ir deixando de dormir.

“Claro”, dizem alguns, “dormem menos horas no total, mas durante a noite dormem mais horas seguidas”.

Talvez isso aconteça em alguns casos; mas noutros acontece exatamente o contrário. Vejamos o que nos explica Samanta:

Tenho uma menina com quase seis meses, a quem amamento (quando pede). Até agora tudo correu bem, durante a noite acordava várias vezes, mamava e voltava a adormecer (a cada três ou quatro horas). Mas ultimamente fá-lo a cada hora, hora e meia; chora, sem chegar a acordar, tenho de pegá-la ao colo, ofereço-lhe o peito e ela continua a dormir, e isto até daí a uma hora. Se não faço assim, desperta por completo e depois lhe é muito difícil voltar a adormecer.

A mãe de Laura (seis meses, igualmente amamentada) explica algo semelhante:

Antes, quando era menor, dormia quatro ou cinco horas seguidas durante a noite; claro que durante o dia pouco dormia devido aos gases, com o que passou bastante mal os três primeiros meses. Agora dorme mais durante o dia, no máximo duas horas seguidas e, de noite, acorda de duas em duas horas.

Também Rosa, que apenas amamenta a filha:

Tudo correu bastante bem, a menina foi ganhando peso e crescia bonita e saudável. Mas desde que fez quatro meses, temos observado que durante a noite aguenta poucas horas. Com três meses, já conseguia passar até sete horas a dormir, desde as nove da noite até cerca das quatro da manhã. Agora, dorme apenas três ou quatro, no máximo.

Estas crianças acordam mais frequentemente durante a noite do que quando eram menores. Todas têm seis meses e todas são amamentadas. É casualidade ou tem algo a ver com a idade e o tipo de alimentação?

É provável que sim. Investigadores norte-americanos estudaram os padrões de sono de um grupo de crianças, entregando questionários periódicos às mães. Todas as crianças incluídas no estudo tinham sido amamentadas durante pelo menos quatro meses, mas, aos dois anos, apenas metade continuava a mamar.

Observaram que o fato de acordar ou não durante a noite dependia do fato de a criança continuar a mamar ou ter sido completamente desmamada. Estas últimas dormiam cada vez mais horas: nove horas seguidas aos sete meses e dez até aos vinte e quatro meses. As crianças que eram amamentadas pareciam seguir o mesmo caminho; aos dois meses já dormiam seis horas seguidas e aos quatro meses, sete horas, mas depois dos quatro meses ficavam mais ativas e, entre os sete e os dezesseis meses, dormiam apenas quatro horas seguidas. Aos vinte meses dormiam sete horas (parece que por fim começavam a dormir!); mas era um falso alarme e, aos vinte e quatro meses, dormiam apenas cinco horas seguidas.

Também o tempo total de sono era diferente; as crianças que já não mamavam dormiam durante o dia uma ou duas horas mais do que aquelas que continuavam a mamar.

Muitas das crianças que eram amamentadas dormiam com a mãe, mas passavam a dormir sozinhas pouco depois de deixarem de o ser. Estas crianças que dormiam com a mãe despertavam ainda com maior frequência durante a noite: aos vinte e quatro meses, as crianças que mamavam e ficavam com a mãe dormiam quase cinco horas seguidas; as que mamavam, mas que dormiam sozinhas, quase sete horas; as que não mamavam e dormiam sozinhas, nove horas e meia. É difícil saber se acordam porque estão com a mãe, ou se as deixam dormir com a mãe precisamente porque acordam frequentemente, ou se acordam igualmente, mas, quando estão noutra quarto, a mãe não dá por isso. Provavelmente, qualquer uma destas razões contribui um pouco.

A duração normal do período de lactação, para um ser humano, segundo diversos dados antropológicos e de biologia comparada, parece ser entre os dois anos e meio e os sete. Numa amostra de mães norte-americanas que faziam parte de grupos de apoio à lactação e que tinham amamentado durante mais de seis meses, a idade média do desmame encontrava-se entre os dois anos e meio e os três, e algumas crianças tinham mamado durante sete anos. As crianças desmamadas entre os quatro e os sete meses e que começavam a dormir durante mais

horas seguidas mamavam menos do que o normal e dormiam mais do que o normal. O normal é aquilo que fazem as crianças de peito: acordar com maior frequência depois dos quatro meses.

Isso contribuiu para a sobrevivência dos nossos antepassados, permitindo que as crianças mantivessem o contacto contínuo com a mãe. Não sabemos por que razão as crianças que são alimentadas artificialmente apresentam um padrão anômalo de sono. Os fabricantes de leite artificial continuam a procurar que o seu produto seja “o mais parecido possível com o leite materno”; pode ser que algum dia solucionem também este pequeno problema de excesso de sono nas crianças.

Alguns dos nossos leitores estarão a pensar: “Cinco horas! Quem nos dera que o nosso filho dormisse pelo menos cinco horas!” Bem, tenha em conta que isso é apenas uma média. Uns dormem mais e outros menos (por alguma estranha lei da natureza, é sempre o filho da vizinha quem dorme mais). Além disso, os investigadores não observavam as crianças durante o sono, perguntavam à mãe. Nem sempre a mãe tem conhecimento de que o filho acordou. Um amigo, o Dr. Jairo Osorno, comprovou, através de eletroencefalograma contínuo e filmes com raios infravermelhos, que, quando uma criança dorme com a mãe, pode mamar várias vezes por noite sem que nenhuma das duas acorde. Normalmente, de manhã, a mãe não se recorda de quantas vezes o filho mamou.

À medida que as crianças vão crescendo, vão-se tornando mais independentes, mais responsáveis pelo próprio destino. Ao princípio são tão indefesos que é a mãe quem tem de se ocupar de manter o contacto contínuo, sem o qual as crianças da pré-história, que dormiam nuas sob as estrelas, teriam morrido em poucas horas. Quem nunca foi “ver se o bebê está a respirar”? Claro que está a respirar e a leitora sabe disso, e talvez o seu marido se tenha mesmo rido (“deixa-o em paz, agora que está a dormir”); mas de qualquer maneira você sentiu a necessidade de ir ver o seu filho, porque um forte instinto a impedia de passar tantas horas seguidas separada do seu recém-nascido.

Por que razão ver “se respira”? Estarão as mães preocupadas com a síndrome da morte súbita? Não. Apenas nos últimos anos os meios de comunicação têm abordado este tema. Muito antes disso, inúmeras mães que nunca tinham ouvido falar de síndrome da morte súbita entravam, sem fazer barulho, no quarto do bebê, acercavam-se do berço, olhavam para o filho durante um momento e sorriam. Não o faziam por um motivo racional, a sua ação não era resultado de uma reflexão consciente. Quando, ao sair, alguém lhes perguntava “Que se passa? Por que razão entraste no quarto?”, procuravam uma razão culturalmente aceitável: “Nada, só fui ver se estava a respirar.” Porque as respostas verdadeiras (“Não sei”, “Precisei entrar”, “Tinha saudades dele”) parecem um pouco tontas. Certamente que outras mães, noutras épocas, noutros lugares, deram outras explicações: “Fui ver se uma cobra o estava a atacar”, “Abri um pouco a porta para renovar o ar” ou “Tive medo que alguém lhe deitasse mau-olhado”. Não foi necessário a muitas mães em muitos outros lugares e em muitas outras épocas inventar tão engenhosas explicações, porque a cultura em que viviam não as obrigava a separar-se dos filhos em nenhum momento.

Passados alguns meses, a mãe já não sente o desejo imperioso de ir ver o bebê a todas as horas. É o bebê que monta a guarda dia e noite.

O seu filho está a tornar-se independente. É capaz de estar acordado, de tomar iniciativas, de assumir responsabilidades. Agora, a leitora pode ir dormir tranquila, com a certeza de que o seu filho a avisará assim que necessite de si.

Partilhar a cama na prática

Foram escritos livros excelentes sobre a partilha da cama com os pais. Infelizmente, nenhum deles foi traduzido em espanhol. Permita-me que, em troca, lhe recomende um romance e um conto.

Algumas famílias optam por colocar o bebê, desde o princípio, na cama dos pais. É claro que é mais confortável se a cama for maior, mas pode ser feito numa vulgar cama com 1,35 metros.

Outros preferem encostar um berço, com a grade para baixo, à cama de casal. Apenas se pode fazer isto se a altura dos colchões é exatamente a mesma e se não fica qualquer buraco entre as duas camas (o bebê poderia ficar preso e asfixiar).

A solução é deitar o bebê num pequeno berço e passá-lo para a cama de casal para amamentá-lo quando acorda. Se o bebê adormece primeiro, a mãe pode voltar a deixá-lo no berço.

Se a mãe adormece primeiro, o bebê fica. Normalmente, é a mãe quem adormece primeiro, a não ser que esteja a fazer um esforço deliberado para se manter acordada. Nesses casos desperta e, paradoxalmente, as mães que decidem voltar a colocar o bebê no berço para dormirem melhor são precisamente as que pior dormem.

É necessário tomar algumas medidas de segurança. Se a cabeceira da cama tem barras nas quais a cabecinha do bebê pode ficar presa, poderá forrá-la temporariamente com um pano. Um bebê não deve dormir com um adulto que se encontre sob o efeito do álcool, que tenha tomado soníferos, ou que seja demasiado obeso (fora estes casos, não existe qualquer perigo de esmagamento). Não se devem usar colchões de água nem peles com pêlo (naturais ou sintéticos). Nem mesmo mantas ou edredons pesados, pelo menos durante os primeiros seis meses (no Inverno, é preferível ligar o aquecimento e colocar uma colcha leve). E não fume: o tabaco aumenta em muito o risco da morte súbita do lactente. Nunca se deve dormir com um bebê num sofá. Existem demasiados desníveis nos quais o bebê pode ficar preso.

Uma solução radical para os problemas de espaço é dormir à japonesa: os colchões diretamente no solo. Quando o bebê dorme com a mãe, por vezes acorda e volta a adormecer sem fazer barulho, tranquilizando-se com a sua presença, mamando de outras vezes.

A mãe pode não chegar a acordar completamente e nem se recorda do que se passou no dia seguinte. Todavia, algumas famílias estão desesperadas porque o filho não apenas acorda e mama, como chora e grita e exige que os pais o tirem da cama, o embalem e cantem uma canção, cinco ou dez vezes por noite. Isso é normal durante alguns dias, se o bebê estiver doente, se lhe dói alguma coisa ou tem o nariz tapado, mas não parece ser o comportamento lógico de uma criança saudável. Naquela tribo da pré-história, as crianças deviam manter-se bastante caladas durante a maior parte da noite, pois se chorassem atraíam os leões. Por que razão algumas crianças têm esse comportamento?

Às vezes, trata-se de crianças a quem se tentou habituar a dormirem sozinhas durante uma temporada. Se deixou o seu filho chorar durante a noite e agora, ao ler este livro, muda de ideias e o leva para a cama de casal, não espere que tudo corra bem a partir do primeiro dia. A resposta normal à separação, como vimos mais atrás, é que o seu filho se mostre desconfiado, exigente e choroso durante uns dias, mesmo semanas. É preciso ter paciência e dar-lhe muitos mimos, até que recupere a confiança.

Mas também já ouvi falar de uma criança que, mesmo dormindo com os pais desde que nasceu, passa as noites a chorar e inquieta. A maioria dos pais preferia não ter de sair da cama durante toda a noite, por isso, antes de fazê-lo convém ter a certeza de que a criança o chamou.

Por vezes, as crianças fazem barulhos ainda meio adormecidas e o melhor é não fazer nada para que não acabem por acordar completamente. Outras vezes, iniciam tímidos protestos e basta tocar-lhes e utilizá-las para que voltem a calar-se. Quando uma criança não dorme, mas também não chora, não é necessário fazer nada para adormecê-la. Durma a leitora e ela fará o que lhe apetecer. Não acenda a luz, não fale, não saia da cama exceto se já experimentou outros métodos mais suaves.

Quando uma criança se acostumou a chorar até que a levem a dar uma volta pelo corredor, pode ser útil que a mãe fique deitada e que o pai a tome nos braços. A maioria das crianças prefere ficar com a mãe na cama do que ir com o pai passear (isto é duro para o nosso ego masculino, mas a vida é assim).

Com que idade dormirá sozinho?

Esta é uma questão difícil. A atitude da nossa sociedade no que respeita à partilha da cama com os pais é tão negativa que não existem estudos sérios sobre a sua duração normal.

Se não se fizesse o mínimo esforço para retirar os filhos da cama dos pais, eles mesmos o fariam, mais tarde ou mais cedo. Não sei em que idade, porque não conheço ninguém que tenha experimentado; sem dúvida que a idade seria diferente de família para família e dependeria do temperamento e dos desejos da criança e dos pais. Mas estou razoavelmente certo de que nenhum dos meus leitores sente, neste momento, o menor desejo de voltar a dormir com o pai e a mãe. Os japoneses podem dormir com os pais até aos cinco anos. Os chimpanzés também até aos cinco anos, mas têm a puberdade aos sete, pelo que os seus cinco anos correspondem a dez numa criança.

Quando não existiam casas nem roupa, é difícil imaginar uma criança com menos de dez anos a dormir sozinha. Contudo, agora dormir sozinho já não é tão perigoso e muitas mães e pais preferiam que os filhos dormissem na sua cama antes de fazerem dez anos. Para outros pais, partilhar o leito com os filhos não os incomoda e acham que é agradável. Uma vez que não prejudicam ninguém, estão no seu perfeito direito de continuarem a dormir juntos o tempo que desejarem.

Quando as crianças compreendem racionalmente que não há qualquer perigo, que os pais estão no quarto ao lado e que, se precisarem, eles virão ao seu encontro, são capazes de dormir sozinhas sem chorar e sem os chamar se não houver qualquer problema. Mas o instinto continua a dizer-lhes outra coisa.

Imagine que diz ao seu marido: “Querido, como já não vamos ter mais filhos, o melhor é **nunca mais termos relações sexuais.**” Racionalmente, de certeza que pode compreender, mas conseguiria levar isso a cabo?

Segundo a minha experiência e a de outras famílias que partilham o leito com os filhos, diria que até aos três ou quatro anos, se lhes conseguirmos transmitir habilmente a ideia “Como já és um menino crescido, vais passar a ter a tua própria cama e um armário para guardares os brinquedos...”), as crianças aceitam dormir sozinhas. Mas pedem que lhes conte uma história e que lhes faça companhia até que adormeçam e continuam a pedi-lo todas as noites, até aos sete ou oito anos. Não é qualquer companhia que querem, mas a da mãe. É típico que o pai conte uma história e outra e mais outra, e, quando por fim diz “Chega de

histórias, agora tens de dormir”, a criança responde: “Então chama a mamã.” E qual a mãe que nunca ouviu uma vozinha: “Mamã, anda cá que o papá adormeceu”?

A mudança para o seu próprio quarto é mais fácil se existe um irmão mais velho com o qual partilhá-lo, embora, a partir de certa idade, seja possível que também o irmão mais velho prefira estar sozinho.

Durante os anos de conflito, entre os três e os dez, quando a razão (e os pais) lhes diz que podem dormir sozinhas, mas o instinto lhes diz que devem manter-se com a mãe, as crianças podem fazer coisas curiosas. Podem chamar a mãe e mostrar uma enorme gratidão por ela ir ao seu encontro, mas também se conformam sem chorar com um simples “vá lá, dorme que já é tarde”.

Pilar, de dez anos, passou uma temporada em que se levantava cinco minutos depois de se deitar e ia até ao quarto dos pais:

- Não consigo dormiiiiir.
- Já experimentaste estar quieta e calada?
- Não.
- Então experimenta.

E ela lá ia. Depois de uns dias, já conhecia o truque:

- Não consigo dormiiiiir.
- Já experimentaste estar quieta e calada?
- Sim.
- Muito tempo?

- Não, pouco.
- Pois experimenta mais um pouco.

Uns dias mais tarde, não eram necessários pormenores:

- Não consigo dormiiiiir.
- Sabes o que te vou dizer?

E lá ia ela dormir. Algumas noites, se a mãe não estava muito cansada, fazia-lhe companhia durante alguns minutos. Umas semanas mais tarde, Pilar ia dormir sem dizer nada; e a mãe, claro, tinha saudades daqueles momentos.

Por que razão chamam a nossa atenção

Há quem vá aos parques para observar os pássaros ou os esquilos. Contudo, é muito mais interessante observar as crianças. Ir ao parque observar as crianças deveria ser um exercício obrigatório para os casais que esperam o nascimento de um filho. Se os leitores já são pais, contudo, ainda estão a tempo de observar os seus filhos e os das outras pessoas.

Observemos as complexas interações das crianças pequenas. Uma mãe passeia o filho num carrinho e encontra-se com uma conhecida. Aproxime-se discretamente e não perca os pormenores. A conhecida (os homens costumam ser mais tímidos com os bebês) começará a falar com o bebê quase antes de cumprimentar a mãe. Primeiro, baixa-se para se colocar à mesma altura que ele, olha-o nos olhos a um palmo de distância, inclina o rosto se for preciso para chamar a atenção do bebê, sorri abertamente, pronuncia uma cantilena característica e, em tom agudo, alguma frase adequada “De onde apareceu esta coisa mais linda?” e “Como está o reizinho da casa?” estão entre as frases mais usadas; mas as palavras são o menos importante, o clássico “gu-gu-da-da” ainda tem alguns partidários).

Agora a criança responde (se lhe apetecer). Abre os olhos, olha para a intrusa, faz um esgar mais ou menos semelhante a um sorriso, move a cabeça e pronuncia “algo” ou alguma palavra adequada. A partir desse momento, será provavelmente a criança que dirige a conversa e a amável desconhecida irá limitar-se a imitar o sorriso, o “som” ou a sacudidela de cabeça do bebê, o qual, por sua vez, prosseguirá com a imitação, numa espécie de jogo de pingue-pongue.

Atenção ao que acontece em seguida. A amável senhora cansa-se da brincadeira, endireita-se e começa a falar com a mãe. Olham uma para a outra, falam uma com a outra e nenhuma das duas se ocupa do bebê. Mas você, observador discreto e casual, não deixe de olhar para a criança. Poderá testemunhar um episódio frequente, mas pouco conhecido da vida privada dos bebês, algo que nem a mãe nem a amiga podem ver nesse momento, porque não estão a olhar.

Verá como o bebê tenta uma e outra vez repetir o movimento com a cabeça, o ruído, o sorriso. Verá como o sorriso se vai transformando numa expressão bem diferente, primeiro de estranheza, depois de ansiedade. Se a idade e as suas capacidades o permitirem, é possível que a criança tente repetir o “ruído” um pouco mais alto, virar a cabeça e todo o corpo, em busca da pessoa que acaba de desaparecer do seu campo de visão, mover o carrinho ou agarrar em algum brinquedo, para atrair a sua atenção. Se a mãe ou a amiga voltam a dirigir-lhe alguma palavra amável, acalmar-se-á durante um momento (durante uns segundos); se o ignoram, pode começar a soluçar e depois a gritar ou a chorar.

Por que razão reage assim? A maioria das interpretações habituais, tanto nos livros como na “sabedoria popular”, é bastante negativa em relação à criança. Acusamo-la de ser malcriada (mas se você for um observador perseverante, verá que todas as crianças o fazem, independentemente da forma como foram criadas). Afirma-se que tem ciúmes, o que é uma maneira de interpretá-lo, ainda que talvez não seja a mais adequada. Tem ciúmes de que a outra senhora fale com a mãe ou de que a sua mãe fale com a outra senhora? Imagine a leitora que se encontra com o seu marido, sentada num café, e que se aproxima uma pessoa desconhecida, a cumprimenta, lhe diz alguns disparates sobre o tempo e, em seguida, se senta à mesa e se põe a falar com o seu marido. Durante duas horas, essa pessoa e o seu marido olham-se nos olhos e falam dos seus assuntos, sem lhe dirigirem uma única palavra ou olhar. Como se sentiria? Se a pessoa em questão for uma loura estonteante com um grande decote, talvez você pense que o que sente são “ciúmes”. Mas, mesmo que se tratasse de um velho de barba branca, a leitora certamente não se iria sentir melhor. Seria mais correto dizer que se sentiria “excluída” ou “ignorada”..., e isso é doloroso em qualquer idade. “Mas, nesse exemplo, o meu marido não me ligou importância durante duas horas, enquanto o bebê começa a protestar depois de poucos segundos.” Está certo, mas o tempo é relativo. Uns segundos parecem muito tempo para um bebê. E reconheça que também a leitora começaria a sentir-se “aborrecida” muito antes de decorrerem as duas horas. Em alguns casos, bastam cinco ou dez minutos de completo desprezo para tirar um adulto do sério.)

Também se diz dos pobres bebês que “querem ser sempre o centro de todas as atenções”, o que é um exagero. Para o bebê é muito difícil interagir com mais de uma pessoa de cada vez; enquanto uma lhe dá atenção, as outras podem fazer aquilo que desejarem. Conformam-se em ser o centro de uma só atenção.

Ou, então, chamam-lhes “egoístas”. É egoísta aquele que quer um bem só para si e que o nega aos outros. Mas o bebê não nega nada; está disposto a devolver sorriso por sorriso e “ruído” por “ruído”. Inclusive, fica a perder com a troca, porque ao menor descuido enche-nos de baba e é muito difícil que um adulto se babe sobre uma criança na devida proporção. A

intenção do bebê, longe de ser egoísta, é pura e desinteressada; uma relação humana em que ambas as partes saem a ganhar.

Diz-se que “fazem drama só para chamar a atenção”, que são “lágrimas de crocodilo”, como se a criança não sentisse a dor que manifesta e fingisse que chora só para “nos manipular”. Talvez se possa compreender que esta seja a percepção da mãe e da amiga, que chega até junto da criança a sorrir e a fazer “ruídos”, afasta o olhar durante um minuto e o que vê a seguir é um bebê que chora desesperado. Parece uma mudança demasiado brusca e é fácil suspeitar que seja uma mudança “artificial”. Mas o leitor, observador de crianças, viu refletida no rosto da criança uma angústia profunda e genuína, uma expressão de angústia que não foi “teatro”, porque o bebê a mostrou precisamente nesses segundos em que não tinha público. Há algum tempo tive ocasião de ver essa expressão num filme documentário feito por psicólogos. Deram instruções à mãe para que se colocasse em frente do filho e sorrisse e falasse durante um par de minutos. De repente, a mãe ficava quieta como uma estátua, diante do filho, mas sem lhe sorrir nem lhe falar nem fazer o menor gesto durante mais dois minutos. Uma câmara focava a mãe e outra, o filho, e, no filme, as duas imagens tinham sido montadas uma junto à outra. A angústia do bebê ante a falta de resposta era palpável e também era evidente que nenhuma mãe conseguira suportar a experiência mais do que poucos minutos. (Algumas mães, que sofrem de depressão profunda, permanecem impassíveis ante os seus filhos recém-nascidos. Estas crianças podem apresentar problemas psicológicos.)

Por que razão, então, se comporta o bebê desta maneira, se não é por ciúmes, por egoísmo, para chamar a atenção ou por pura maldade? O homem é um animal social. Vive em grupos. Para o bebê, a relação com a sua própria mãe é fundamental; mas a relação com qualquer outro ser humano também é importante. Vem ao mundo preparado para “ser simpático” com os demais membros da tribo e assim evitar agressões. Vem ao mundo preparado para “chamar a atenção” dos outros membros da tribo e assim conseguir a sua proteção em caso de perigo. Por isso, muito antes de saber andar ou falar, é capaz de “conversar” amavelmente com outras pessoas. Por isso, o fato de outras pessoas o ignorarem e “não lhe ligarem” lhe parece perigoso e preocupante.

Quer isto dizer que devemos passar o dia a dizer “gu-gu” aos nossos filhos e aos dos vizinhos?

Claro que não. Em primeiro lugar, é impossível: temos outros filhos, outras obrigações, outras necessidades e jamais poderíamos prestar a uma só criança uma atenção completa e constante. Em segundo lugar, o bebê não vai ficar “traumatizado para toda a vida” porque de vez em quando deixamos de lhe dar atenção e ele se aborrece (ainda que, provavelmente, o fato de nunca ou quase nunca lhe darem atenção tenha consequências em longo prazo). O que pretendo dizer é que:

- 1) Devemos dar toda a atenção possível aos nossos filhos. Nunca será demasiada. Não se pode provocar qualquer “trauma psicológico” por sorrir demasiado a uma criança ou por lhe dizer muitas vezes “gu-gu”.
- 2) Quando o nosso filho chora ou “se porta mal”, reclamando a nossa atenção, não devemos pensar que o faz por maldade ou capricho, mas por necessidade e amor.
- 3) Um sorriso de vez em quando, uma carícia ocasional, uma palavra, mesmo que dita de longe, podem ajudá-lo a tranquilizar-se nos momentos em que não lhes podemos dar a nossa total atenção. Sempre será melhor do que seguir o conselho tão gasto de “não permita que o aborreça; deixe-o chorar até que se canse”.

À medida que a criança vai crescendo, é-lhe cada vez mais fácil tolerar a separação da mãe ou a indiferença dos adultos. Tem também recursos mais eficazes para chamar a atenção.

Quando uma desconhecida pára para falar com a mãe, uma menina de dois, cinco ou sete anos tem muitas opções:

- Puxar a roupa da mãe ou da amiga.
- Mostrar a uma das duas um tesouro acabado de encontrar, como uma beata ou um caracol.
- Meter-se na conversa com um comentário que venha mais ou menos a propósito.
- Perguntar o porquê de alguma coisa.
- Mexer em minhocas, dar pontapés nas pedras, levantar pó, saltar nas poças de água ou fazer qualquer outra coisa que possa provocar uma resposta imediata da mãe.

O que têm em comum todas essas ações? Descobriu! Todas elas são proibidas. Todas são consideradas má educação. Todas arriscam provocar, em vez de atenção, aborrecimento ou irritação na mãe. O que fará com que a criança se torne um “incômodo” ainda maior. Nesse sentido, parecem respostas inadequadas. Mas apenas porque a situação ambiental mudou.

Apenas em épocas recentes (recentes em termos evolutivos; digamos, desde há alguns séculos) surgiram expectativas sociais sobre a “boa educação”. Provavelmente, há dez mil anos ninguém dizia “não se deve interromper as conversas dos adultos” ou “uma criança educada deve ser vista e não ouvida”. Há dez mil anos, quase não havia conversas para interromper e ninguém se importava se umas pequenas mãos sujas puxavam ou sujavam a roupa. Também não havia jarras nem vidros para partir, nem deveres que não eram feitos, nem mesas para não empurrar, nem lavabos onde não se lavar as mãos, nem era possível aborrecer o pai enquanto lia o jornal.

Quando uma criança apanhava do chão um caracol ou uma barata, provavelmente não lhe ralhavam por mexer em porcarias, davam-lhe os parabéns por ter encontrado comida. A maioria das razões por que podemos gritar com os nossos filhos não existiam ainda. À semelhança do que se passa hoje com outros primatas, provavelmente os nossos antepassados gritavam aos filhos principalmente quando surgia um perigo. Como um lobo nas proximidades. Quando o pai e a mãe lhe gritavam, a cria devia correr até eles e subir-lhe para o colo; afastar-se da mãe “aborrecida” era a pior opção, porque a levava até ao perigo.

Os nossos filhos herdaram esse comportamento e vêem-se frequentemente a entrar num círculo vicioso. Se lhes ralhamos porque nos pedem colo, pedem mais colo; se nos aborrecemos porque nos interrompem, interrompem ainda mais. Não o fazem para nos desafiar ou provocar, mas simplesmente porque não conseguem evitá-lo. Realmente, as pobres crianças não têm muita preparação.

Que as crianças tentem “chamar a atenção” dos adultos é um fato universal; mas as interpretações que se fazem dos fatos são muito variadas. Langis cita uma história de um especialista, diretor do Centro de Educação e da Família. Num curso, presumivelmente de educação para famílias, em que vários adultos estavam sentados no chão, “uma menina de cerca de dois anos divertia-se a levantar-se com regularidade e a passear-se entre nós”. A menina mostrava um comportamento muito pouco respeitador:

[...] a alguns punha-lhes as mãos na cara e a outros subia-lhes literalmente para os ombros. As pessoas presentes, na maioria bons pais, deixavam-na fazer, [...] até que, ao passar junto a um membro do grupo, este a agarrou suavemente no braço, olhou-a nos olhos com firmeza e disse-

lhe com voz serena: “Podes andar como quiseres, podes passear entre nós, se te apetece, mas procura não me pisar e tem mais cuidado quando passas perto de mim [...]” Meia hora depois, adivinhem sobre os joelhos de quem tinha ela ido sentar-se tranquilamente: nos joelhos daquele senhor. O único que teve esse privilégio durante todo o resto do dia.

Para Langis, esta história prova que o adulto ganhou o respeito da menina ao dizer-lhe “não”. As crianças gostam que se lhes diga que “não”, necessitam disso, e os pais devem comprar o livro do senhor Langis para aprenderem a dizê-lo corretamente.

A minha interpretação é muito diferente (dir-se-á que eu não assisti à cena e não a posso interpretar; mas vi muitas crianças em cenas semelhantes e o leitor decidirá quem se aproxima mais da realidade). Creio que os adultos desta história não estavam “a permitir” que a menina “se portasse mal”, quero dizer, não estavam a ser “permissivos”. Mais me parece que não lhe ligavam, não a olhavam nem lhe falavam; pensavam “deixemo-la que logo se cansa”, apesar dos esforços contínuos da menina por obter atenção. Creio que a menina não se “divertia” levantando-se regularmente, mas que o fazia porque estava sumamente aborrecida. Por fim, um dos adultos toca na menina, olha-a nos olhos e fala-lhe amavelmente. Nesse momento, fica estabelecida a relação e pertence-lhe o privilégio de ter a menina sentada sobre os joelhos. Foi o contacto amistoso, o olhar respeitador e a voz amável, o fato de lhe prestar atenção, que fizeram o milagre. As palavras pouco importam; se em vez de lhe dizer “Procura não me pisar e tem mais cuidado...” aquele senhor tivesse dito à menina “Como te chamas? Sabes desenhar? Vá, faz um desenho neste papel.”, não crêem que também ganharia seu afeto?

Dickens, um grande observador de crianças (e de seres humanos em geral), põe na boca de uma das suas personagens uma história muito semelhante:

De regresso a casa, ganhei de tal modo o afeto de Peepy por lhe ter comprado um moinho de vento e dois pequenos sacos de farinha, que não permitiu que mais ninguém lhe tirasse o chapéu e as luvas e só se quis sentar ao pé de mim para jantar.

Bleak House

Peepy é um menino pequeno a quem os pais não dão qualquer atenção. A protagonista do romance, uma mulher bondosa e muito modesta, atribui o êxito obtido ao brinqueado; mas o leitor sabe que na realidade ganhou o seu afeto com a atenção que lhe dispensou, agora e em capítulos anteriores.

E agora, por que razão não anda?

Continuemos a observar as crianças no parque. Desta vez, o nosso sujeito de observação é uma menina com cerca de dois anos. A mãe está sentada num banco e a menina brinca na areia. Senta-se, levanta-se, apanha alguma coisa do chão, vai até aos balanços, volta, vai até as flores, volta...

Existe algo de comum em todas essas deslocções: a mãe é sempre o ponto de origem e o destino. A menina afasta-se lentamente, por etapas, detendo-se aqui e ali para investigar algo interessante. Chegada a uma certa distância, decide empreender o caminho de volta, que é feito mais depressa. Esta distância de segurança, na qual a criança se detém e dá meia volta, aumenta com a idade e varia com diferentes fatores (se está num local conhecido ou desconhecido, se há por perto outras pessoas ou animais, se o terreno é aberto ou existem

obstáculos que ocultem a mãe). Depende também, é claro, da personalidade mais ou menos atrevida da criança.

Quando está perto da mãe, ao princípio as etapas são mais longas e as pausas curtas, mas, à medida que se afasta, começa a fazer etapas mais curtas e pausas mais frequentes e prolongadas. Quando decide voltar, pelo contrário, pode começar a um bom ritmo e apenas quando se encontra perto da mãe começa a avançar mais lentamente. A excursão termina por vezes nos braços da mãe ou tocando-a, outras vezes a uma certa distância. Depois de um momento, a menina inicia uma nova exploração.

Segundo Bowlby, a mãe é “a base segura” para o comportamento exploratório da criança, que compara com o avanço de uma patrulha de reconhecimento em território inimigo. Enquanto se mantém em contacto com a base e acreditam ser possível retirar-se em caso de perigo, poderão avançar com segurança. Mas, se o contacto se perde, a base é destruída ou a retirada bloqueada, a patrulha desmoraliza e os seus membros deixam de ser valentes exploradores para se tornarem em extraviados temerosos.

Existe um duplo sistema de segurança: tanto a mãe como a menina se encarregam de manter o contacto, olhando-se com frequência e dizendo algo de vez em quando. É um espetáculo fascinante, preciso como uma sinfonia, ainda que não esteja ensaiado. A menina pode tentar atrair a atenção da mãe com diversos métodos, “olha o que estou a fazer”, “olha o que encontrei”; tornar-se-á mais insistente se a mãe não a olha ou se está ocupada com alguma coisa. Do mesmo modo, se a menina parece especialmente “distraída”, a mãe tentará atrair a sua atenção, se possível sem a assustar “olá, Sônia, olá”, “olha um patinho”...). Quando a menina chega a uma certa distância, empreende espontaneamente o regresso. Se parece à mãe que a filha se afasta demasiado, talvez lhe diga para voltar (o que pode não surtir muito efeito) ou, mais astutamente, tentará atrair de novo a sua atenção “anda cá ver que borboleta tão bonita”). Noutros momentos, ou no caso de o que foi dito anteriormente falhar, a mãe levanta-se e aproxima-se da filha. Se não existe um perigo real, provavelmente não chegará até junto dela, mantendo-se apenas a uma distância “de segurança”. Isto, naturalmente, permite à menina afastar-se um pouco mais, uma vez que se encontra mais perto da base. Em alguns casos, quando a margem de segurança da criança é maior do que a da mãe (por exemplo, se a criança sente confiança em afastar-se até aos trinta metros mas a mãe começa a sentir-se angustiada aos vinte), pode acontecer uma perseguição um pouco divertida. Algumas mães pensam: “É terrível, avança sem olhar para trás; se eu não fosse atrás dele, perdia-se”; mas, na maioria dos casos, a criança não se teria afastado tanto se a mãe não tivesse ido atrás. É claro que nesta perseguição não existe qualquer má vontade da parte da criança. Quando se afasta mais porque nos aproximamos, não está a gozar conosco, mas a mostrar confiança. O regresso da menina ativa-se automaticamente a certa distância ou depois de um certo tempo; mas também existem fatores que o desencadeiam. Um é uma ameaça potencial, como o aparecimento de um cão ou de um desconhecido. Outro é a sensação de que a mãe já não a vigia; a chegada de uma amiga que começa a falar com a mãe pode fazer com que a menina volte e reclame por atenção. Mais uma vez, não seria correto falar de “ciúmes”; simplesmente, a prudência mais elementar recomenda que não nos afastemos quando a mamã está distraída a falar.

Mais cedo ou mais tarde, chega a hora de voltar para casa. A mãe chama a filha, que habitualmente não vem. A mãe coloca-se de pé e volta a chamá-la; é provável que então a menina responda quando vê que a mãe se prepara para partir. Agora, a mãe espera que a filha a siga, aos poucos, a andar. Mas não é isso que acontece.

Talvez a menina se sente no chão e comece a chorar. Talvez corra até ficar diante da mãe, levantando os braços entre soluços. É mesmo possível que tente agarrar-se às suas pernas, para impedi-la de andar.

Tem início uma cena que todos nós já observamos ou vivemos dezenas de vezes. A mãe que pede, grita, ordena, ameaça, arrasta. “Anda, já te disse!”, “Tens uns belos pés para andar”, “Não, ao colo não, que já és muito crescida”, “Olha que me aborreces...” Quando são dois os adultos que discutem com o pequeno ser, é fácil que se inicie uma pequena discussão: “Coitada, é pequena, deve estar cansada...”, “Qual cansada, qual quê! Se esteve até há pouco a correr e a saltar. O que se passa é que está a gozar conosco, digo-te eu”.

Em alguns casos, a criança tenta seguir a mãe, mas pára uma e outra vez, deixa-se ficar para trás ou desvia-se; e a mãe, cada vez mais aborrecida, tem de voltar atrás para a ir buscar.

Por fim, algumas mães pegam no filho ao colo e levam-no (algumas o fazem rápida e calmamente, outras após uma longa luta, muito aborrecidas e gritando com a criança); outras agarram a criança pela mão e levam-na literalmente de rastos. Das primeiras, diz-se que estão a educar mal o filho, consentindo-lhe os caprichos e deixando-se manipular; as segundas, que estão a educar o filho, que “aprenderam a dizer não” ou “a estabelecer limites”, que lhes estão “a mostrar quem manda aqui”.

As crianças que pertencem ao primeiro grupo calam-se imediatamente ou, após uns breves soluços, podemos vê-las felizes ao colo, como se nada se tivesse passado; as outras são arrastadas entre gritos e protestos e a mãe pode mesmo acusá-las de “darem novamente espetáculo no meio da rua” (como se apenas a criança estivesse a dar espetáculo).

Se nos fosse possível voltar a ver as crianças de ambos os grupos (as que foram “malcriadas” e aquelas que foram “ensinadas”) aos cinco ou seis anos de idade, observaríamos que todas elas andam sem reclamar ao lado ou atrás da mãe e nenhuma delas pede para ir ao colo. Se a criança foi arrastada à força em repetidas ocasiões, conclui-se que o método foi eficaz para lhe “ensinar a andar sozinha” e louvar-se-á o esforço e a determinação dos pais que, sem se deixarem manipular pelo filho, souberam vencer aquelas primeiras demonstrações de rebeldia. Se os pais levaram as crianças ao colo uma e outra vez, alguém lhes pedirá desculpa? (“Tinha razão, não ficou malcriado por levá-lo ao colo, anda muito bem.”) Claro que não! Os que os ameaçavam com “há-de ir para a tropa e vais ter de levá-lo ao colo” não só não mudaram de opinião, como continuam a oferecer os seus sábios conselhos aos pais mais jovens. Nunca reconhecerão o seu erro, quando muito manterão um silêncio digno ou pode mesmo ser que nos ofereçam um surpreendente: “Pelo menos acabou por se tornar desembaraçado sozinho, porque, por vontade da mãe, ainda andava ao colo.”

Para muita gente, contudo, as provas são acusatórias: a intensidade do choro, a facilidade com que a criança andava há um minuto, a rapidez com que tudo lhe passa assim que a pegam ao colo... não há dúvida de que se tratava de “puro teatro”. Os especialistas, contudo, interpretam-no de formas muito diferentes. Bowlby passa em revista os estudos de Anderson em Inglaterra e de Rheingold e Keene nos Estados Unidos. O primeiro mostrou que o comportamento descrito era praticamente universal num grupo de crianças com idades entre os quinze meses e os dois anos e meio. As observações que levou a cabo convenceram-no de que as crianças com essas idades são, muito simplesmente, incapazes de seguir a mãe. Bowlby fundamenta a sua defesa precisamente nas mesmas provas usadas pela acusação:

[...] até essa idade [três anos] é preferível que sejam transportados pela mãe. As suas suspeitas [as de Anderson] confirmam-se com a alegria com que as crianças dessas idades aceitam ser

transportadas, o modo satisfeito e eficaz como se colocam na posição adequada para isso e a maneira decidida e frequentemente abrupta como o fazem.

Ao narrar como uma criança se colocava diante da mãe tão bruscamente que quase a fazia cair, comenta:

o fato de o pequeno não se sentir desanimado com esta consequência não prevista sugere que a sua manobra é instintiva e impulsionada pelo fato de ver a mãe em movimento.

Quanto a Rheingold e Keene, estes observaram sistematicamente mais de quinhentas crianças nas ruas e nos parques e descobriram que, entre as crianças que se deslocavam ao colo ou no carrinho, 89 por cento tinha menos de três anos (repartidos em partes iguais entre menores de um ano, de um ano a dois e de dois a três).

Na verdade, apenas oito por cento das crianças que não caminhavam tinham entre três e quatro anos e apenas dois por cento tinham entre quatro e cinco. Ao contrário, a maioria das crianças entre três e cinco anos seguia agarrada pela mão ou à roupa dos pais ou a um carrinho e apenas os maiores de sete anos caminhavam sozinhos. Conclusão: trata-se de um processo de amadurecimento ligado à idade. As crianças menores de três anos não conseguem andar com a mãe, nem mesmo de mão dada, a não ser durante breves períodos e muito lentamente. Os maiores de três anos, pelo contrário, conseguem fazê-lo.

Mesmo que estas investigações citadas por Bowlby tenham mais de trinta anos, parece que muitos especialistas não as conhecem ou não compreenderam as suas implicações. O fato de se “negarem a andar” continua a ser apontado como uma das maiores provas de indisciplina e negativismo. Langis menciona-o como exemplo da primeira das “treze condições para a escravidão dos pais da atualidade”:

A criança chora sempre para que a levemos ao colo, mesmo que seja perfeitamente capaz de andar sozinha sem se cansar durante um bom bocado. Trata-se de um capricho.

Mais adiante, o mesmo autor considera-o um exemplo típico de uma curiosa atividade exclusiva da infância, “experimentar os limites” e atacar qualquer fraqueza que encontre nos pais:

Uma menina pequena agarra-se às saias da mãe e pede uma e outra vez que esta a pegue ao colo. A mãe, farta da sua insistência, grita-lhe que caminhe ao lado dela. A menina continua agarrada às saias da mãe e a mãe continua a repetir o mesmo. De repente, decide pegá-la ao colo. A menina necessitou apenas de quinze segundos para levar a melhor.

Para Ferrerós, trata-se de um dos casos em que nunca se deve pegar ao colo uma criança com mais de dois anos:

Se não quer andar e nos encontramos perante a birra típica. [...] Em longo prazo, funciona melhor mostrarmo-nos indiferentes e, sem fazer comentários, agarrá-la com força pela mão e obrigá-la a andar, mesmo que resista momentaneamente.

Claro, já compreendi. Como vamos ser tão burros que levemos ao colo uma criança que não quer andar? É mais lógico obrigar a andar aquele que quer ir ao colo e levar ao colo o que

quer andar; assim, aborrecemos tanto um como outro e daremos um excelente espetáculo na via pública. Por que razão não vai esperar o seu filho adolescente à saída da escola e lhe pega ao colo à frente dos amigos? Verá como fica contente.

(Recomenda-se que vá primeiro ao ginásio, durante uma temporada, se não deseja ouvir um estalar de ossos nas costas!)

O erro destes autores (e o de muitos médicos, psicólogos e pais) assenta no fato de acreditarem que “andar” é uma atividade única: a criança “já sabe andar” e, por isso, pode e tem de andar em qualquer circunstância.

Mas isso não é assim. Andar consiste numa ampla gama de atividades; e, do mesmo modo que é muito diferente correr os cem metros ou a maratona e não é qualquer atleta que se atreve a participar nas provas, também é completamente diferente andar à volta da mãe, que está quieta num sítio, ou acompanhá-la enquanto ela se desloca. Para isso não basta saber movimentar as pernas alternadamente sem perder o equilíbrio, há também que decidir onde estou eu e onde está a mamã e qual é o melhor caminho para ir de um ponto ao outro, enquanto os dois pontos se movem sem parar!

Houve um tempo em que se pensava que se tinha de ensinar as crianças a andar; e que, se não as ensinássemos, nunca começariam a andar. O Dr. Stirnimann explicava às mães como e em que idade deviam começar as aulas e descrevia massagens e exercícios de ginástica especiais. Compreende agora, cara leitora, por que razão algumas avós ficam horrorizadas quando vêem que “não ensina o menino a andar”? Na sua época, isso era considerado imprescindível; mas atualmente quase todas as mães e quase todos os pediatras sabem que andar não é uma aprendizagem, mas um processo de amadurecimento: se receber carinho e atenção e não a impedir de andar por meio de atilhos e ligaduras, a criança começará a andar quando tiver a idade adequada, pouco depois de fazer um ano (às vezes um pouco antes). Não é necessário ensiná-la. Pois bem, o fato de caminhar pela mão sem chorar ou de caminhar sozinha também depende do amadurecimento da criança. O seu filho irá fazê-lo quando estiver pronto; até aos três anos, caminha pela mão, até aos sete, anda sozinho.

Pretender que uma criança ande pela rua porque a vimos andar durante uns momentos no parque é como deixá-la conduzir na auto-estrada, porque conduz muito bem os carrinhos de choque.

É claro que não se trata de uma mudança brusca. Há um longo período em que a criança é capaz de andar, mas apenas por pouco tempo, quando vai atrás de qualquer coisa, ou quando está de bom humor... No outro dia, vi passar em frente de minha casa uma mãe com o filho de cerca de dois anos. Pela hora, devia ter ido buscá-lo ao jardim de infância. Ia a encorajá-lo a andar com grande entusiasmo: “Olha, agora vamos dar um passo de gato, assim, muuuuuuuito bem!” (e dava um passo muito pequeno). “Agora um passo de elefante” (um passo enorme). “Agora um passo de canguru” (um pequeno pulo). E a criança acompanhava a brincadeira, divertida, mas não pude deixar de pensar: “Como vivem a quatro ruas daqui, vai fazer-se noite no caminho!”

É notável que neste período muitas crianças mostrem uma especial delicadeza de sentimentos: a mesma criança que chora, exigindo que os pais lhe peguem ao colo, será capaz de andar junto aos avós, porque percebe que estes não teriam a força nem a agilidade necessária para a levar ao colo. Algumas também se conformam quando vêem que os pais estão carregados com sacos. Com não pouca frequência, a avó avisa então a mãe: “Vês? Contigo faz o que quer, mas eu ensinei-o a andar.” E atribui a si própria um mérito que apenas pertence à criança: foi ela quem fez um grande esforço para andar quando ainda lhe é muito difícil fazê-lo.

E não o fez para conseguir vantagens e louvores, pois o que obtém são mais críticas e sarcasmos (“Agora andas, não é verdade? E com a mamã fazes tanto espetáculo...”), mas por pura bondade, porque tem uma consciência moral e deseja fazer o bem sempre que lhe é possível.

Por que razão têm ciúmes

Os adultos sentem ciúmes dos seus rivais sexuais e as crianças sentem ciúmes dos irmãos. Que possuem em comum estas duas situações para conseguirem gerar reações de tal modo semelhantes que lhes damos o mesmo nome?

O ciúme não é um sentimento exclusivo do ser humano. Nas espécies animais, como o leão, em que o macho permanece junto da fêmea e protege as crias, ele afugenta também os possíveis rivais. O macho que cuida dos filhos transmite-lhes mais facilmente os seus genes, sempre e quando os filhos sejam realmente seus e tenham os seus genes; Cuidar dos filhos de outrem não faz muito sentido do ponto de vista evolutivo. O gene com a informação de cuidar dos filhos transmite-se muito melhor quando acompanhado do gene do ciúme.

A fêmea não necessita de ter estes problemas. As suas crias são mesmo suas, disso não há qualquer dúvida, e o que o macho faz nos seus momentos livres não lhe importa o mínimo. Mas, nos seres humanos, a longa infância dos nossos filhos faz com que seja recomendável contar com a companhia do pai. Se o seu marido começa e divertir-se com outras mulheres, um dia destes a leitora poderá encontrar-se sozinha e sem ajuda para cuidar dos filhos. Na nossa espécie, tanto o homem como a mulher são ciumentos e não gostam que a pessoa que amam se interesse por outra.

Por que razão têm os noivos ciúmes, se ainda não têm filhos? Não é um sentimento racional. Não temos ciúmes porque pensamos “se o meu marido se for embora, terei dificuldade em aguentar até ao fim do mês”, do mesmo modo que não temos fome porque pensamos “necessito de comer mil e oitocentas calorias para manter em funcionamento o meu metabolismo”. São sensações que surgem espontaneamente dentro de nós e nos obrigam a agir.

Os ciúmes entre irmãos obedecem a motivos semelhantes: as crianças necessitam da atenção e dos cuidados dos pais para sobreviverem. Se os pais apenas cuidam de um e esquecem o outro, este último vai ter muitos problemas. Por isso, quando nasce um irmão, a reação lógica e normal é fazer o necessário para recordar aos pais: “Eh! Eu estou aqui!”, isto é, chamar a atenção. A motivação não é consciente; uma criança de três anos não pensa: “Tenho de voltar a fazer xixi na cama, fazer birras e falar como um bebê para que os meus pais me dêem mais atenção.” Não, o que se passa é que, ao longo de milhares de anos, as crianças que faziam essas coisas ou outras parecidas tiveram maiores possibilidades de sobreviver e os seus genes espalharam-se pelo planeta.

As crianças com ciúmes mostram uma curiosa mistura de comportamentos. Comportam-se como bebês mais pequenos para inspirar compaixão, mas também gostam de se comportar como meninos mais crescidos para demonstrar que são melhores do que o pequeno. Tratam os pais com um misto de amor quase “pegajoso” e hostilidade. Mostram um carinho exagerado em relação ao irmão mais novo, o qual chega a roçar a agressão, como quando o abraçam com tanta força que quase o sufocam. Por vezes, tentam bater-lhe ou, com maior frequência, ridicularizá-lo: “Não sabe falar, faz cocô nas calças.” Também podem fazer birras e ter acessos de raiva, insultando e batendo aos mesmos pais cujo afeto tentavam conquistar. Podem parecer-nos comportamentos muito estranhos, mas, no fundo, é o mesmo que faz um homem quando suspeita que a mulher se está a interessar por outro: por vezes

chora e suplica, por vezes tenta ser o marido modelo, lavar a louça e enchê-la de prendas; por vezes mostra-se atencioso e carinhoso, outras a censura e faz-lhe cenas; tenta ridicularizar o rival, por vezes tenta mesmo agredi-lo e agredir a própria mulher...

Por que razão nos surpreende nas crianças o mesmo comportamento que acharíamos normal num adulto? Por vezes, compara-se o irmão mais velho a “um príncipe destronado”, supondo que a causa dos ciúmes é a perda dos privilégios de ser o filho único. Levada às suas últimas consequências, esta maneira de pensar poderia fazer com que não se desse muita importância às crianças, para que não notassem a diferença quando nascesse o irmão mais novo. Parece um disparate, mas Skinner propõe algo semelhante em *Walden II*: os pais não devem dar mais carinho aos seus filhos do que a qualquer outra criança:

A nossa meta é que cada membro adulto de Walden II olhe todas as nossas crianças como suas e que cada criança olhe para todos os adultos como se fossem seus pais.

A grande vantagem de ter tão pouca ligação com os pais é que, se eles morrerem, os órfãos não sentem a sua falta:

Pensem no que isto significa para a criança que não tem pai nem mãe! Não necessita de invejar os companheiros que os têm, porque, praticamente, não existe diferença entre eles.

Mas a causa dos ciúmes não é a recordação dos privilégios perdidos. Os irmãos mais novos, que nunca foram filhos únicos e que, por isso, nunca se puderam acostumar a serem “os reis da casa”, também têm ciúmes dos irmãos mais velhos. O fato de ter sido muito mimado durante os primeiros anos, provavelmente, não aumenta os ciúmes, fá-las diminuir ou, antes, dá-lhe a confiança necessária para suportá-los.

Os ciúmes são habitualmente maiores quanto menor é a diferença de idades, porque o mais velho continua a necessitar do mesmo (colo, mimos, companhia constante) que o mais novo e, por isso, a competição é maior.

Os ciúmes entre irmãos são absolutamente normais e é absurdo (e muitas vezes contraproducente) pretender negá-los, reprimi-los ou erradicá-los.

Podemos ajudar a criança que sente ciúmes, mostrando-lhe o nosso amor incondicional. Deve saber que não necessita de se mostrar ciumenta para obter a nossa atenção, mas deve também saber que continuamos a amá-la, mesmo quando se mostra ciumenta. Podemos tentar canalizar os ciúmes que sente para manifestações mais positivas, ajudá-la a ver como é crescida e desembaraçada (“**Conta à mamã como me ajudaste a dar banho à Pilar! Que sorte ter-te em casa; ajudas-me muito!**”). Mas não podemos pretender ou esperar que uma criança não sinta ciúmes. Isso seria antinatural.

Imagine que o seu marido aparece um dia em casa com uma mulher mais nova: “Querida, apresento-te a Laura, a minha segunda mulher. Espero que sejam amigas. Como é nova e se sente deslocada, tenho de lhe dedicar muito tempo, espero que tu, que és mais velha, saibas portar-te bem e ajudar mais em casa. Ela vai dormir no meu quarto, para que seja mais fácil cuidar dela, e tu vais ter um quarto só para ti, porque já és crescida. Estás contente por ires ter um quarto só para ti? Ah, claro, e vais partilhar os teus brinquedos com ela.” Não ficaria um pouco ciumenta?

O complexo do pai de Édipo

Um oráculo anunciou a Laio, rei de Tebas, que os deuses o iriam castigar pelos seus pecados. Se algum dia tivesse um filho, este mataria o pai e casaria com a mãe. Durante algum tempo, Laio tentou não ter filhos, mas o único método anticoncepcional disponível naquela época exigia uma disciplina de ferro... e não conseguiu aguentar. Durante uma bebedeira, deixou grávida a mulher, Jocasta. Sem qualquer pesar, entregou o pequeno Édipo a um pastor para que o abandonasse no bosque. O pastor teve pena e entregou-o a uns pais adotivos e Édipo fez-se homem. Ignorando a sua origem, matou o pai numa luta (iniciada pelo pai, que era um homem mau; recorde-se que logo no início os deuses o queriam castigar) e casou-se com a mãe.

Esta história serviu a Freud para batizar a sua teoria: o complexo de Édipo é o desejo que, supostamente, têm todos os meninos pequenos de matarem o pai e de se casarem com a mãe.

Mas não é isso que nos conta a antiga tragédia grega. Édipo não teve qualquer desejo de matar o pai nem de casar com a mãe. Foi um erro, porque não sabia que eles eram seus pais. Quando finalmente tomou conhecimento da terrível verdade, ficou tão horrorizado que arrancou os olhos, enquanto a sua mãe e mulher se suicidava.

O mito de Édipo fala-nos antes do contrário: do temor irracional que têm alguns pais de se verem suplantados pelo filho em relação ao amor da mãe. Temor que levou Laio a desprezar e abandonar o próprio filho. Semeou desprezo e colheu ódio, quando poderia ter semeado afeto e colhido respeito. Para os gregos antigos, provavelmente a moral da história era algo como “não podes escapar ao castigo dos deuses, fazas o que fizeres, encontrarás sempre o teu destino”. Para o leitor moderno, que não acredita naqueles deuses, a moral da história não é “abandona o teu filho antes que ele te mate”, mas exatamente o contrário, “não sejas tão estúpido que abandones o teu filho, porque o converterás num inimigo que poderia ter sido teu amigo se o tivesses tratado com carinho”.

Terão todos os pais esse “complexo de Laio”? Não sei se os ciúmes paternos são frequentes, mas a verdade é que existem. O pai pode sentir-se excluído de uma relação tão estreita (“**um marido**”, **ouvi várias mulheres dizerem**, “**encontra-se na rua; um filho nasce dentro de nós**”).

Os ciúmes do pai podem dirigir-se em todos os sentidos: gostaria de ser a mãe da criança e gostaria de ser o bebê da mãe. Como se tentasse abrir à força espaço entre a mãe e o filho.

Alguns especialistas sugerem que a mãe que amamenta deve deixar que o marido dê ao bebê uma mamadeira de vez em quando, para que ele também se sinta importante. Bonita maneira de aborrecer a criança e de pôr em perigo a lactação. Para os pais que se querem envolver nos cuidados com os filhos, oportunidades não lhes faltam: podem dar-lhes banho, vesti-los, mudar-lhes a fralda e passeá-los; podem ir às compras, cozinhar, esfregar, lavar roupa e passar a ferro.

De vez em quando, uma mãe exausta explica-me que quase não consegue dormir porque o filho a chama várias vezes por noite:

- Às vezes, meto-o na cama conosco e deixo que mame quando lhe apetecer; é a única maneira de eu poder dormir. Mas é claro que o pai diz que não pode ser, que acaba por ser ele quem tem de sair da cama.

- E que idade tem o seu marido?

- Trinta e dois anos, por quê?

- Porque já é suficientemente crescido para dormir sozinho.

Se com trinta anos necessita de dormir acompanhado, o que espera que faça uma criança de três anos?

É claro que quando digo estas coisas estou a brincar. Não é necessário que o pai se vá embora, podem ficar os três juntos. Apenas pretendo que as pessoas tomem consciência de que as necessidades afetivas de uma criança são, no mínimo, tão importantes como as de um adulto. As crianças são generosas e compreensivas: se podem dormir com a mãe, não se opõem a que o pai também durma. Por isso me surpreendeu tanto que Skinner tenha proposto seriamente que o pai deva dormir noutra quarto. E não precisamente para deixar espaço para o filho. Não, têm de se ir embora os dois.

Bom, por exemplo, a conveniência de quartos separados para marido e mulher. Não é obrigatório, mas, quando se opta por isso, em longo prazo conservam-se relações conjugais mais gratificantes do que quando se utiliza um quarto comum.

Assim estão as coisas. Começa-se por retirar a criança do quarto e acaba-se retirando também o pai. Pense nisso, amigo leitor, e decida a que grupo lhe convém mais pertencer. Quando o aconselham a pôr a criança a dormir sozinha, pergunte-se quem será o seguinte.

Falando do bom do Édipo, várias vezes ouvi defender uma teoria ainda mais curiosa: alguns médicos, e mesmo alguns psicólogos, dizem às mães que, se dormirem com o filho, “provocarão nele um complexo de Édipo”. Isto é uma pérola da ficção psicológica. Para as escolas de psicologia que acreditam na existência do complexo de Édipo (e nem todas acreditam, nem nada que se pareça), o dito complexo é uma fase normal de desenvolvimento. Nem a mãe o provoca com a sua maneira de agir, pois aparece de forma espontânea, nem é mau que apareça, porque é normal.

Quando se tornará independente?

A independência é um dos grandes temas da puericultura moderna. Todos queremos filhos independentes!

Que se levantem e se deitem quando lhes apetece, que decidam por si mesmos se querem ir à escola, que vistam a roupa de que mais gostam e que comam aquilo que querem... Ah, não! Não esse tipo de independência! Queremos que os nossos filhos sejam independentes, mas que façam exatamente aquilo que lhes dizemos. Ou melhor, que adivinhem os nossos pensamentos e façam o que queremos sem que haja necessidade de lhes dizer seja o que for; assim todos verão que somos muito bons pais e lhes damos muita liberdade e que nem sequer lhes damos ordens. Muitos pais se rebelaram no seu tempo (ou tiveram vontade de fazê-lo) contra a educação demasiado rígida que receberam. Prometeram a si mesmos que dariam mais liberdade aos filhos. E agora descobrem com surpresa que os filhos, quando têm liberdade, fazem o que querem! Pois é claro, o que pensavam que eles fariam?

Na realidade, o que muita gente pensa quando diz “quero que o meu filho seja independente” é “quero que durma sozinho e não me chame, que coma sozinho e muito, que brinque sozinho sem fazer barulho, que não me aborreça, que quando o deixo com outra pessoa fique contente na mesma”.

Mas esse não é um objetivo razoável, nem para uma criança nem para um adulto. O ser humano é um animal social e, por isso, a nossa independência não consiste em vivermos sozinhos numa ilha deserta, mas em vivermos inseridos num grupo de humanos. Necessitamos dos outros e os outros necessitam de nós. Um ser humano adulto deve ser capaz de pedir e

obter ajuda das outras pessoas para alcançar os seus objetivos e de prestar ajuda aos outros quando eles necessitem dela. Mais do que independentes, somos interdependentes. Um mendigo que pede esmola é dependente, depende da boa vontade dos que passam. Um empregado que recebe ao fim do mês, poderemos dizer que é dependente, porque não poderia trabalhar sem uma empresa, sem os colegas, sem chefes e sem subordinados; mas consideramo-lo independente porque tem um contrato e um salário. No fim do mês, sabe quanto vai receber e tem o direito de exigi-lo.

Se uma criança grita pelo pai e o pai acorre, ela é independente. Se o pai não vem porque não tem vontade, a criança depende de que ele tenha ou não vontade. Quando o leitor dá atenção ao seu filho, está a ensiná-lo a ser independente. Quando de uma separação (uma doença, trabalho da mãe, a entrada no jardim de infância), a criança torna-se mais dependente, necessita de mais mimos, mais contacto, não se quer separar nem por um momento. Se lhe dermos o contacto de que necessita, acabará por superar a insegurança; se lho negarmos, o problema será cada vez maior.

Não é a mesma coisa uma criança que deixa de chamar a mãe porque já não precisa dela e outra que deixa de chamá-la porque sabe que, por muito que a chame, não vai obter resposta.

O seu filho é uma boa pessoa

[...] de fato, não sei para que serviria ter filhos, se não pudéssemos confiar neles.
CHARLES DICKENS, Nicholas Nickleby

Muitos especialistas, provavelmente bem-intencionados, falam-nos dos problemas comportamentais das crianças. Existem problemas de alimentação, problemas de sono, ciúmes, violência, egoísmo... Toda a gente nos fala dos problemas dos nossos filhos, como detectá-los, como preveni-los ou como solucioná-los, de como nos “manipulam” e a razão por que é preciso estabelecer limites. Ninguém nos lembra que os nossos filhos são boas pessoas.

E são-no. Têm forçosamente de o ser. Nenhuma espécie animal poderia sobreviver se os seus indivíduos não nascessem com a capacidade de adquirir o comportamento normal dos adultos e com a tendência para fazê-lo. Não é necessário muito esforço para ensinar um leão a comer carne e uma andorinha a voar para África.

O que é difícil, o que requer métodos de educação absolutamente aberrantes, seria conseguir um leão vegetariano e uma andorinha que não emigrasse. A imensa maioria dos recém-nascidos, quando criados adequadamente (isto é, com amor, respeito e contacto físico), serão crianças normais e, mais tarde, adultos normais. O ser humano é um animal social e, por isso, a capacidade para amar e ser amado, respeitar e ser respeitado, ajudar os outros e obter ajuda dos outros membros do grupo, compreender e respeitar normas sociais (em resumo, ser uma boa pessoa) são aspectos normais da nossa personalidade. A educação esmerada, a religião ou a lei podem dar-nos outras coisas; mas não são imprescindíveis para se conseguir ser uma boa pessoa.

Os nossos antepassados, sem dúvida, já eram boas pessoas quando viviam em grutas, do mesmo modo que as galinhas são “boas galinhas” sem necessidade de escola ou de polícia.

Vamos, pois, passar em revista algumas qualidades dos nossos filhos:

O seu filho é desinteressado

Laura, de três meses, chora desconsolada. Mamou, tem a fralda limpa, não tem frio, não tem calor, o alfinete não a está a picar. A mãe lhe pega ao colo, diz algumas palavras carinhosas e imediatamente Laura se tranquiliza. Volta a deitá-la no berço e ela começa a chorar.

- Não tem fome, não tem sede, não tem nada - dizem as más-línguas -, que raio quererá agora?

Quer a mãe. Quere-a a si. Não a quer pela comida, nem pela roupa, nem pelo calor, nem pelos brinquedos que lhe comprará mais tarde, nem pela escola particular onde a vai inscrever, nem pelo dinheiro que lhe deixará como herança. O amor de uma criança é puro, absoluto, desinteressado.

Freud acreditava que as crianças amavam a mãe porque dela obtinham o alimento. Esta é a chamada teoria do impulso secundário (a mãe é secundária, o que vem em primeiro lugar é o leite). Bowlby, com a sua teoria do apego, defende exatamente o contrário: a necessidade da mãe é independente da necessidade de alimento e provavelmente maior.

Por que razão não desfruta, como mãe, dessa maravilhosa sensação de amor absoluto? Sentir-se-ia melhor se o seu filho só a chamasse quando tivesse fome, sede ou frio, e passasse perfeitamente sem si quando estivesse satisfeito? Ninguém negaria a comida a uma criança que chora com fome; ninguém deixaria de abrigar uma criança que chora com frio. Deixaria chorar uma criança que o faz porque necessita de carinho?

O seu filho é generoso

Há pouco tempo, uma mãe, preocupada, perguntava-me quando deixaria o seu filho, de um ano e meio, de ser tão egoísta; quando aprenderia a partilhar.

Por que razão aprender a partilhar é algo de tão obsessivo para pais e educadores? Para que vai servir às crianças aprenderem a partilhar? Nós, adultos, não partilhamos quase nada.

Um exemplo: Isabel, que ainda não tem dois anos, brinca no parque com o balde, a pá e a bola, sob o olhar atento e carinhoso da mãe. Claro, como não tem mãos que cheguem, nesse momento apenas a pá está na sua posse, o balde e a bola encontram-se a uma certa distância. Aproxima-se uma criança desconhecida, mais ou menos da mesma idade, senta-se ao lado de Isabel e, sem dizer palavra, agarra a bola de Isabel. Há dez minutos que Isabel não ligava à bola e, no início, continua a bater no chão com a pá. Tranquila? Um observador atento terá reparado que as pancadas são mais fortes e que Isabel vigia a bola pelo canto do olho. O recém-chegado, por seu lado, parece plenamente consciente de que pisa terreno perigoso; afasta a bola, observa o efeito, volta a aproximá-la... Para que não haja lugar a mal-entendidos, Isabel adverte: “É minha!” E vê-se obrigada a especificar: “A bola é minha!” O intruso, que aparentemente não domina frases de três palavras (ou simplesmente prefere não se comprometer), limita-se a repetir: “Bola, boooola, bola!” Sem dúvida com receio de que estas palavras correspondam a uma reivindicação de propriedade, Isabel decide recuperar a posse plena da sua bola verde. O intruso não oferece demasiada resistência, mas, num descuido, consegue agarrar no balde.

Isabel brinca durante uns minutos, satisfeita, com a bola recém-recuperada, mas logo se inquieta. E o balde?

Mas onde iremos parar?

Podemos passar assim metade da tarde. Umas vezes Isabel cederá de boa vontade, durante alguns minutos, um dos seus brinquedos. Outras vezes, acabará por tolerá-lo de má vontade. Outras ainda, não o vai tolerar de todo. Por vezes, ela mesma oferecerá ao menino a

sua própria pá em troca do próprio balde. Pode haver algum choro e gritos de ambas as partes; mas, em todo o caso, é provável que o seu novo “amigo” consiga bastantes momentos de brincadeira relativamente pacífica.

É muito possível também que ambas as mães intervenham. E aqui se produz algo que nunca deixa de me surpreender: em vez de defender como uma leoa a sua cria, cada uma das mães se põe do lado da outra criança.

“Vá lá, Isabel, empresta a pá a esse menino.” “Vamos, Pedrinho, devolve a pá à menina.” No melhor dos casos, as coisas ficarão por estas suaves exortações; mas, não poucas vezes, as mães competem em generosidade (porque é fácil ser generoso com a pá dos outros!): “Vá lá, Isabel, se te portas assim, a mamã vai aborrecer-se!” “Pedrinho, pede desculpa agora mesmo ou vamos embora!” “Deixe-o, minha senhora, deixe-o brincar com a pá! Ela é uma egoísta...” “E o meu é terrível, tenho de estar sempre atrás dele, porque está sempre a aborrecer os outros meninos e a tirar-lhes coisas...” E, assim, acabam os dois de castigo, como pequenos países em conflito que poderiam facilmente ter chegado a um acordo amistoso, se as superpotências não tivessem intervindo.

Cenas como estas, repetidas mil vezes, fazem com que por vezes consideremos os nossos filhos egoístas. Nós sem dúvida que partilharíamos uma pá de plástico e uma bola de borracha. Mas será mesmo porque somos mais generosos do que eles ou são os brinquedos que não nos interessam?

É necessário colocar as coisas em perspectiva. Imagine que é você quem está sentada num banco do parque a ouvir música. Ao seu lado, sobre o banco, está a mala sobre um jornal dobrado. Nisto aproxima-se um desconhecido, senta-se ao seu lado e, sem dizer palavra, começa a ler o seu jornal. Pouco depois deixa o jornal (aberto e atirado para o chão!), agarra na mala, abre-a, olha para o seu interior... Será que a leitora saberia partilhar? Quanto tempo esperaria para dizer duas verdades ao desconhecido ou para agarrar na mala e sair a correr? Se visse passar um polícia ao longe, não o chamaria? Imagine agora que o polícia se aproxima e lhe diz:

- Vá lá, dê a sua mala a este cavalheiro ou aborreço-me. O senhor desculpe, mas esta senhora não sabe partilhar... Gosta do celular? Telefone, telefone para onde quiser... A senhora cale-se, se continua a protestar, vai ver...

A nossa disposição para partilhar depende de três fatores: o que emprestamos, a quem e durante quanto tempo. A um colega de trabalho poderemos emprestar um livro durante semanas, mas aborrece-nos que um desconhecido mexa no nosso jornal sem pedir licença. Só a um grande amigo ou a um familiar emprestaríamos o automóvel para ir passear. Uma criança pequena tem poucas coisas suas, e um balde, uma pá ou uma bola são tão importantes para ela como para nós a mala, um computador ou uma mota. O tempo parece longo e emprestar um brinquedo durante uns minutos é tão difícil para ela como para o pai emprestar o automóvel durante alguns dias. E também é diferente quando se trata de amigos ou de desconhecidos, mesmo que não estejamos conscientes disso. Por exemplo, qual destas duas frases usaria a mãe de Isabel para resumir as histórias que contamos?

- a) Enquanto a Isabel estava a brincar na areia com um amigo, um desconhecido agarrou no meu jornal e quase me roubou a mala. Que susto!
- b) Enquanto eu e um amigo brincávamos com a minha mala, um desconhecido tentou tirar a bola da Isabel. Que susto!

Claro que, do ponto de vista de um adulto, qualquer criança de dois anos, indefesa e inocente, é um “amiguinho”. Mas quando se mede menos de um metro, um menino de dois anos é um desconhecido e pode mesmo ser “um indivíduo com intenções suspeitas”.

Um exemplo final: Henrique, de vinte e cinco anos, não sabendo como acalmar o choro do seu filho de oito meses, usa as chaves do carro como se fossem um sino. O menino agarra nas chaves, sacode-as, olha-as, volta a sacudi-las. Uma menina de cerca de seis anos aproxima-se e brinca com ele: “Que lindo! Como se chama? Quantos meses tem?” (É uma dessas meninas precoces.) “O meu primo Antônio também tem oito meses. Hoje não veio porque tem uma otite.” “Olá, bebê! Que chaves tão giras! Dás-mas? Toma, dou-te esta bola em troca.” Henrique está encantado com a nova amiga do filho, até que a menina sai a correr com as chaves, deixando a bola como pagamento justo. Quantos décimos de segundo pensa que Henrique esperaria para correr atrás dela e recuperar as chaves? O menino partilhou, mas o pai não está disposto a fazê-lo.

Em comparação, os nossos filhos são muito mais generosos do que nós.

O seu filho é equânime

Quer dizer, tem tendência para manter um estado de ânimo estável. Em palavras mais simples, o seu filho não é nada chorão.

Como não, se passa o dia a chorar? As crianças pequenas, é verdade, choram mais frequentemente do que os adultos e por isso costumamos dizer que as crianças são choronas. E se a verdade for simplesmente porque têm mais motivos para chorar?

“Mas choram sem razão”, dirá você. “Choram por qualquer disparate.” Choram, conforme a idade, porque caiu uma torre de peças de construção, porque não lhes compramos um sorvete, porque os levamos ao médico, porque nos vamos embora durante cinco minutos, porque não encontram a mamã logo à primeira tentativa, porque lhes mudamos a fralda, porque lhes secamos o cabelo... Nenhum adulto choraria por causa dessas coisas, desde já.

E por que razão chora o leitor? Faça uma experiência: sente no colo o seu filho de um ou dois anos e fale-lhe das coisas mais tristes de que se lembrar: “Vão fazer-te uma inspeção das finanças”, “Despediram-te do emprego”, “Estão a aparecer-te uns pés de galinha horríveis”, “A teu time de futebol vai baixar para a segunda divisão...” Ele não vai chorar. As coisas que fazem chorar os adultos e as crianças são completamente diferentes.

Entre as coisas que fazem uma criança pequena chorar com maior frequência encontram-se:

- Separar-se durante uns minutos da mãe.
- Tentar fazer alguma coisa que não consegue.
- Notar algo de estranho e não saber o que é.
- Necessitar de alguma coisa e não saber como a conseguir.

Todas elas são coisas, para sua desgraça, que podem acontecer (e acontecem) várias vezes ao dia. Pelo contrário, as coisas que fazem chorar os mais velhos acontecem apenas de vez em quando. Por isso parece que somos menos chorões, mas não é verdade. Se a nossa equipa descesse à segunda divisão várias vezes ao dia, se nos despedissem do trabalho todas as manhãs, se todos os dias morressem vários dos nossos melhores amigos, passaríamos também o dia a chorar.

O seu filho sabe perdoar

Emília e o filho, Óscar, de seis anos, tiveram uma grande discussão. Para não nos perdermos com os pormenores, digamos apenas que a mãe de Óscar queria que ele tomasse um banho e ele achava que estava perfeitamente limpo. Houve gritos, choros, insultos e ameaças. Uma testemunha imparcial iria reconhecer que a maior parte do choro veio de uma das partes do conflito e a maior parte dos insultos e das ameaças da outra.

Isso aconteceu há uma hora. Qual destas duas pessoas pensa você que está agora feliz e contente, e continua com as suas ocupações como se nada se tivesse passado, mostrando-se mesmo mais alegre e bajulador do que habitualmente; e qual delas é mais provável que esteja ainda aborrecida, fazendo censuras e resmungando?

“Olha mamã, olha o que estou a fazer.” “Não, a mamã não se ri.” “Vamos ao jardim zoológico no domingo?” “E tu achas que mereces? Achas que te portaste bem?”

Artur, o pai, regressa agora do trabalho. Qual das frases seguintes pensa que vai ouvir:

- a) “A mamã foi terrível esta tarde, não imaginas a cena que me fez. Tens de falar com ela.”
- b) “O menino esteve toda a tarde muito impertinente, não me obedeceu. Tens de falar com ele.”

Os nossos filhos perdoam-nos todos os dias dezenas de vezes. Perdoam sem fingimentos, sem censuras, até esquecer por completo o problema. Deixam de estar aborrecidos muito mais rapidamente do que nós.

O seu filho é valente

Imagine que está à espera da sua vez no banco, quando entram uns indivíduos armados e com o rosto tapado. Dizem-lhe para se deitar no chão. Não o faz? Se lhe dizem que se cale, não se cala? Se lhe dizem para ficar quieta, não fica como uma pedra? Acha que uma criança de dois anos teria obedecido? Impossível.

Nenhuma força, nenhuma ameaça, nem sequer uma pistola a apontar para ela pode fazer com que uma criança de dois anos fique quieta durante meia hora, deixe de pedir para fazer xixi ou deixe de chorar quando está a fazer uma birra. Admire o seu valor, em vez de se fixar na sua “teimosia”.

O seu filho é diplomático

Pedro e Antônio, dois amigos de cinco anos, brincam no parque, enquanto os pais falam sentados num banco. Nisto, chega Luís, outro menino da escola, com a mãe. Luís está muito contente com o triciclo que lhe acabam de oferecer pelo seu aniversário!

Três crianças e um só triciclo. Quem poderá achar estranho que isso dê origem a uma discussão, quando vimos morrer milhares de pessoas por coisas muito mais feias, como um poço de petróleo ou uma mina de diamantes?

Pedro e Antônio, como todos aqueles que nada têm, são de esquerda e consideram que a riqueza deve ser dividida entre os camaradas. Luís, como todos os novos-ricos, passou para a direita e opina que aquilo que é de cada um é de cada um. Há um mal-entendido, forma-se

uma oposição. Pedro (que é um pouco mais velho) agarra o triciclo com violência e Luís cai com o rabo no chão, a chorar desconsoladamente.

Pronto, já começou! A mãe de Luís repreende-o porque não partilha os brinquedos e chora tanto.

Repreende-o, temos de dizê-lo, mais porque se preocupa com o que “os outros irão dizer”, pois no fundo pensa que quem começou tudo foi o outro e que amigos mais mal-educados tem o filho. O pai de Pedro está muito aborrecido; está consciente de que foi o filho que começou a “agressão” e provavelmente ver-se-á obrigado também “pelo que os outros vão dizer” a exagerar um pouco. Ralha ao filho, grita-lhe, bombardeia-o com perguntas de retórica: “Mas, o que achas?”, que deixam o menino totalmente desarmado (sabe que, se não disser nada, voltarão a perguntar: “Então? Responde? Achas bem empurrar as pessoas?”; mas se responde, será ainda pior: “Tu não me respondas!”). A questão adquire proporções tais que Luís já deixou de chorar e observa, mais assustado do que satisfeito, enquanto Pedro começa também a chorar, por seu lado, e Antônio observa a cena surpreendido.

Por fim, Antônio parece ter uma ideia. Chama a atenção de Luís e fá-lo rir com a sua melhor imitação de uma personagem da televisão. Uma vez quebrado o gelo, propõe-lhe fazerem uma corrida. “Até a fonte”, aceita o Luís. “Vamos, Pedro, o último a chegar é um burro!” E partem os três a correr.

Que manobra inteligente! Antônio pensou numa estratégia elaborada para aliviar a situação e Luís, embora fosse a parte ofendida, compreendeu imediatamente e seguiu-o para livrar o amigo da zanga paterna. E os três brincam em perfeita harmonia, esquecido o incidente e abandonado o triciclo junto aos pais, ainda aborrecidos.

É até possível que a mãe de Luís exclame: “E foi para isto que me fez vir à rua com o triciclo? Olha para isto, a brincar a outra coisa e o triciclo aqui abandonado!” O pai de Antônio não diz nada, mas está muito orgulhoso com o filho.

O seu filho é sincero

Como nos incomoda a sua sinceridade! Inventamos palavras ofensivas para qualificá-lo sempre que diz o que pensa: “Porque é que aquele senhor é preto?” (Não sejas impertinente!); “Quero chocolate!” (Não sejas reclamão!); “Olha aquela senhora, tão gorda!” (Não sejas grosseiro!); “Não gosto de ervilhas!” (Não sejas caprichoso!); “Para que tenho de me lavar? Não estou sujo!” (Não sejas respondão!) Quando aprenderá estas úteis virtudes do adulto: a dissimulação, a astúcia, a mentira...? Vai aprendê-las quando tomar consciência de que se conseguem muitas coisas quando se dizem mentiras ou se calam verdades.

O professor tem de se ausentar durante uns momentos e pede a Carlos, de sete anos, que, na sua qualidade de primeiro da aula, fique a tomar conta. A nobre tarefa do vigilante consiste em passear entre as mesas com os braços cruzados, ralhando aos meninos que falam. Um dos meninos levanta-se sem motivo. Carlos, no exercício das suas funções, diz-lhe para se sentar; o outro não quer fazê-lo. Carlos avança com os braços cruzados em direção ao infrator, com uma vaga ideia de obrigá-lo a regressar ao seu lugar pela força.

Empurram-se um ao outro, com os braços cruzados, escapa-lhes uma gargalhada, toda a classe se ri.

No melhor da diversão regressa o professor, muito aborrecido. Carlos tenta justificar-se, mas o professor não quer explicações. Faz apenas uma pergunta em tom autoritário:

- Achas que te podes rir enquanto estás a tomar conta? - Sim - responde Carlos, e recebe uma sonora palmada.

O professor volta a perguntar bem alto:

- Achas que te podes rir enquanto estás a tomar conta?

Desta vez, Carlos leva uns instantes até responder. Está assustado, paralisado pelo medo. Tenta compreender o motivo, o que fez de mal para merecer ser tratado daquela maneira. Porque não lhe bateram por brincar na aula, mas por responder a uma pergunta. E ele respondeu corretamente: disse a verdade. Evidentemente que o professor quer que ele responda que “não”. Pode responder “não” e salvar-se. Carlos tenta justificar a si próprio esse “não”, procura desesperadamente um motivo para alterar a sua resposta. Não encontra. Se a pergunta tivesse sido “é permitido rir enquanto se está a tomar conta?”, poderia responder “não” imediatamente (ele não sabia que não era permitido, mas agora já o sabe: o aborrecimento do professor mostra-o). Contudo, a pergunta foi: “Achas que se pode...?” “Sim”, pensa Carlos, “eu acho que sim, que se pode. Isso é o que eu acho, essa é a verdade, não posso responder outra coisa.” Não quer ser um herói, não quer desafiar o professor, apenas quer dizer a verdade e, entre soluços e lamentos, volta a dizer: “Sim!” O professor dá-lhe uma palmada ainda mais forte e, com os olhos a brilhar, o rosto congestionado e um tom terrivelmente ameaçador, repete a fatídica pergunta:

- Achas que te podes rir enquanto estás a tomar conta?

Quantas palmadas pode suportar um menino de sete anos?

Carlos vacila, pensa em dizer que sim, tem medo. Fazendo um esforço, inspira profundamente, contendo os soluços, pronuncia um “não” que inspira dó e rompe a chorar amargamente.

Esta cena teve lugar há trinta e cinco anos; e o Carlos, adivinharam, era eu. Não recordo a dor das palmadas, não recordo a humilhação. Recordo apenas o assombro, a estupefação, o desconcerto e... sobretudo, a raiva e a impotência, o ter sido obrigado a dizer uma mentira.

O seu filho é sociável

Observe com que facilidade o seu filho começa a brincar com qualquer outra criança. Não lhe interessa a classe social, a raça ou a forma de vestir. Nunca ouvirá o seu filho pequeno a fazer observações racistas (“Estou farto destes árabes, vêm em jangadas e tiram-nos o que é nosso”).

Mesmo que os pais se neguem um cumprimento devido a velhas desavenças, as crianças falam umas com as outras sem preconceitos. Ainda há pouco tempo era costume tentar limitar esta sociabilidade das crianças “Não gosto que brinques com Fulano, é mau/não é como nós/não te convém/é uma má companhia”).

O seu filho é compreensivo

Acabo de fazer uma pequena experiência. Procurei na Internet a frase “as crianças são cruéis” e encontrei 40 páginas que a possuem. A frase “as crianças são carinhosas” apenas aparece em uma dos milhões de páginas da Internet. “As crianças são compreensivas”, em nenhuma.

Acusam-se as crianças de abusarem dos mais fracos, porem alcunhas e gozarem com os que têm qualquer defeito. Mas esses comportamentos parecem ser a exceção e não a regra. É

verdade que, por falta de experiência social, as crianças podem fazer perguntas embaraçosas ou olhar insistentemente uma pessoa com algum defeito físico. Mas também são capazes de tratar com a maior naturalidade qualquer colega e aceitá-lo tal como é, sem se preocuparem com o seu aspecto.

Conheço uma família com vários filhos, em que o mais velho sofre de um atraso mental profundo. Não anda nem fala. Durante algum tempo, teve o mau hábito de puxar os cabelos com força a qualquer criança ou adulto que estivesse por perto. Os irmãos pequenos compreendiam perfeitamente que não era responsável pelos seus atos e mostravam uma enorme tolerância. Se, nas suas correrias, passavam demasiado perto do irmão e eram agarrados, limitavam-se a ficar muito quietos, com uma evidente expressão de dor, a chamar baixinho um adulto para que viesse libertá-los. É claro que se qualquer outro lhes puxasse o cabelo, respondiam com a adequada contundência.

Inúmeros investigadores comprovaram que as crianças com menos de três anos costumam mostrar empatia, isto é, preocupação com o sofrimento alheio. Quando um companheiro chora, é frequente tentarem consolá-lo.

Bowlby cita um estudo em que se observou cuidadosamente o comportamento de vinte crianças com idades entre um e três anos num jardim de infância. Dez delas tinham sofrido abusos, as outras dez provinham de famílias com problemas, mas não tinham sofrido maus tratos. As crianças que tinham sofrido maus tratos lutavam duas vezes mais do que os outros e mostravam, além disso, três tipos de comportamento que não se observavam em nenhuma das crianças que não tinham sido maltratadas: agredir os adultos, agredir outra criança sem motivo nem provocação, aparentemente apenas para lhe fazer mal, e gritar ou bater a outras crianças que choravam, em vez de tentá-las consolar.

As crianças criadas com carinho e respeito são carinhosas e respeitadoras. Não durante todo o tempo, claro, mas durante a maior parte do tempo. Essa é a tendência natural, pois, no ser humano, a cooperação com outros membros do grupo é tão natural como andar e falar. Para conseguir que as crianças se tornem agressivas, temos de empurrá-las de alguma maneira para afastá-las do caminho habitual. As crianças “educadas” com gritos gritam. As crianças “educadas” com palmadas também batem aos outros.

PARTE III
TEORIAS QUE NÃO DEFENDO

A primeira parte deste livro tentou explicar as necessidades das crianças pequenas e os motivos do seu comportamento. Mas temo que, como expliquei no início, os pais leiam o meu livro e logo de seguida um outro, que diga exatamente o contrário, e tentem aplicar uma mistura de tudo, pensando que, no fundo, dizemos o mesmo.

De maneira que, em seguida, passarei em revista umas quantas teorias com as quais não estou de acordo.

A puericultura fascista

Alice Miller revê em *Tu proprio bien* as recomendações dos pedagogos alemães dos séculos XVIII e XIX, uma corrente que foi denominada “pedagogia negra”. Miller assinala que o objetivo final, não declarado, de tais métodos era formar súbditos obedientes e que aquele sistema de “educação” permite explicar o êxito do nazismo na Alemanha entre cidadãos dispostos a obedecer cegamente a qualquer figura de autoridade, mesmo que as suas ordens fossem cruéis, absurdas ou imorais. O livro de Miller (como todos os desta autora) constitui uma leitura muito recomendável. Citaremos de seguida alguns desses especialistas do passado, e o leitor poderá compará-los com os atuais e ver o quanto avançamos.

Não se pode falar racionalmente com crianças pequenas; por isso a teimosia deve ser eliminada de maneira mecânica. Mas se os pais têm a sorte de neutralizar a teimosia desde o primeiro momento mediante sérias reprimendas e desferindo golpes com uma vara, obterão crianças obedientes, dóceis e boas, às quais podem imediatamente oferecer uma boa educação. (I. Sulzer, 1748, citado por Miller.)

É perfeitamente natural que a alma infantil queira medir forças com a sua e, se as coisas não forem feitas adequadamente durante os primeiros anos, mais tarde será difícil conseguir o objetivo. Estes dois primeiros anos apresentam, entre outras, a vantagem de poder empregar a violência e a coação. Com o tempo, as crianças esquecem tudo o que aconteceu na primeira infância. Se nessa primeira etapa os conseguirmos despojar da vontade, nunca mais voltarão a recordar que tiveram uma e, precisamente por isso, a severidade que for necessário aplicar não terá qualquer consequência grave. U. (Sulzer, 1748, citado por Miller.)

Outra regra muito importante, devido às suas consequências, é que mesmo os desejos admissíveis da criança só deverão ser satisfeitos se ela própria se encontrar num estado anímico de amável inocuidade ou, pelo menos, tranquila, mas nunca se grita ou se se mostra indócil e intratável. [...] não se deve dar a mais ligeira suspeita à criança de que poderá conseguir alguma coisa daqueles que a rodeiam gritando ou portando-se incorretamente. [...] A aprendizagem acima descrita dará à criança uma notável vantagem na arte de esperar e prepará-la-á para outra, mais importante ainda, no futuro: a arte de renunciar. (D. G. M. Schreber, 1858, citado por Miller.)

Entre os meandros de uma filantropia mal compreendida está também a ideia de que, para obedecer com gosto, se deve compreender perfeitamente os motivos da ordem e de que toda a obediência cega atenta contra a dignidade humana. (L. Kellner, 1852, citado por Miller.)

Uma pedagogia realmente cristã, que aceite a pessoa não como deveria ser, mas como é, não poderá, em princípio, renunciar a qualquer tipo de castigo corporal, uma vez que este é precisamente

o castigo mais adequado para certos delitos: humilha e transtorna, dá fé da necessidade de baixar a cabeça perante uma ordem superior e revela ao mesmo tempo toda a energia do amor paternal. (K. A. Schmid, 1887, citado por Miller.)

Nascidas sob regimes políticos absolutistas e despóticos, estas teorias trazem para o seio da família o modelo repressor do Estado e convertem o pai em polícia, juiz e verdugo (e a mãe num simples subordinado). Quando a teoria é admitida como “verdade científica”, reveste-se de uma falsa respeitabilidade.

A ciência, supõe-se, não tem ideologias, é neutra e objetiva. Pessoas que jamais aceitariam um Estado repressor aceitam agora uma pedagogia repressora. Em 1945, os doutores Koller, diretor do Hospital de Mulheres de Basileia, e Willi, chefe do Asilo Infantil de Zurique, expressavam-se em termos muito semelhantes. O seu livro teve seis edições na Suíça, em 1945:

A psique da criança pequena é tão simples e tão inocente, tão fácil de dirigir que poucas dificuldades encontramos. Como um relógio, reage às mamadas prescritas, anuncia-se pontualmente, mostra-se contente com a quantidade de alimento, fica tranquila entre as mamadas e dorme durante toda a noite. A mãe sente-se orgulhosa e feliz por ter um filho tão ajuizado. Alguns lactentes não se conformam com as horas das mamadas ou querem mamar mais do que o prescrito ou torturam a mãe todas as noites com gritos durante horas inteiras. [...] Se esta [a mãe], já durante as primeiras semanas, corresponde a qualquer manifestação de mal-estar ou de mau humor, rapidamente será escrava da criança e sofrerá muito. Temos de libertá-la dos seus erros desde logo, pois mais tarde será muito difícil fazê-lo.

É um erro tirar o bebê da cama porque chora durante a noite ou entre as mamadas; é igualmente errado pegar-lhe ao colo e dar-lhe mais alimento.

Se tudo está normal [depois de visitar o médico, deixa-se chorar o bebê; por vezes conforma-se após poucos dias passados, mas pode também levar semanas. Sem preocupação, põe-se o bebê sozinho num quarto onde se ouçam os gritos o menos possível.

Os bebês menores usam frequentemente o pranto para cativarem a mãe. Gritam furiosamente quando ela sai do quarto ou negam-se também a chorar, a receber a alimentação de outra pessoa que não dela. Logo desde o início, não devemos levar esses gritos a sério.

Curiosamente, é um autor espanhol que de forma mais explícita propugna a puericultura como método de doutrina política.

Trata-se de Rafael Ramos, catedrático de pediatria em Barcelona depois da guerra civil e do triunfo franquista. Na sua obra de 1941, não esconde as suas simpatias políticas:

O Estado verdadeiro é aquele que procura a felicidade dos seus súbditos, mesmo que, por vezes, se tenha de impor pela força, ser duro e rigoroso.

É claro que é preferível que o súdito seja obediente desde o início, pois assim o Estado não seria obrigado a usar a força.

A criança em todos os momentos e desde o primeiro dia da sua vida deve saber que existe alguém superior a ela que vai cuidar dela, não apenas com alimentos, calor, etc., mas que vai também refrear os seus instintos: a mãe [...].

a) Desde que a criança nasce deve ser colocada no seu berço e ir apenas para a cama da mãe quando vai ser amamentada. Se chora, não se lhe deve pegar ao colo nem embalá-la, mas limpá-la

no caso de estar suja, colocá-la ao peito se chegou a hora de o fazer e aconchegá-la se tiver frio [...], ou se chora porque tem necessidade de chorar simplesmente, mas sem que necessite de nada, deixa-se chorar tranquilamente [...].

A experiência de tantas mães assegura, se a razão científica não fosse suficiente, que uma criança recém-nascida chora durante dez, doze, quinze dias, mas, quando se observa rigorosamente esta atitude de não lhe pegar ao colo, não a embalar nem lhe dar a chupeta, passado este intervalo, convencida da ineficácia dos seus protestos, a criança vai diminuindo a intensidade do choro [...].

b) Não se deve amamentá-los sempre que chorem, mas quando for o momento e de uma maneira sistemática [...]. Também é habitual que a mãe se queixe da pontualidade que exige a alimentação do filho, mas que pouco importante que isso é se tivermos em conta o tempo e a escravidão prolongada que lhe custaria se, por negligência sua, o pequeno contraísse qualquer transtorno ou doença!

c) Sem ceder aos seus caprichos, quando a criança começa a compreender - o que, ainda que não o manifeste, acontece antes do que é habitual crer-se -, deverá fazer-lhe saber que esta atitude severa é para o seu bem.

E assim, pouco a pouco, deposita-se na consciência da criança uma semente de valor incalculável, que a mãe vai fazendo crescer.

O filho sabe que existe alguém a quem está submetido, que cuida dele e o dirige, de quem recebe os castigos, se bem que não tenha outro objetivo que a sua felicidade. A esta criança, mais tarde um adulto, que fácil será obedecer a uma autoridade superior! Mas, se este homem não for assim educado desde o berço, irá rebelar-se à menor contrariedade, enfrentando o seu mestre, o seu chefe, a polícia, o Estado que o governa...

Observamos aqui os princípios fundamentais filosóficos que opõem a este comportamento de afeto entre mãe e filho:

- A maldade intrínseca do recém-nascido: um ser caprichoso que abusa daqueles que dele cuidam e que exige coisas de que não necessita apenas para aborrecer. Apenas através de uma educação fortemente repressiva chegará a adquirir os valores morais do adulto. Isto choca frontalmente com a antiga ideia cristã da criança inocente, sem uso da razão, que não necessita de se confessar antes dos sete anos, porque é incapaz de pecar.
- A criança “necessita de chorar”. O choro não é reconhecido como sintoma de sofrimento, mas uma atividade normal e inócua, quando não mesmo malévol, da criança.
- A exigência de abnegação materna: ainda que às vezes se invocasse o direito da mãe a descansar para justificar estas regras rígidas ao criar os bebês, aqui é dada uma versão oposta e mais de acordo com a realidade: a mãe tem tendência para pegar no filho e responder ao seu choro, pelo que facilmente o educa mal por “negligência”. Seguir as regras e os horários, pelo contrário, é difícil e a mãe queixa-se disso, mas deve sacrificar-se para não fazer com que a criança contraia doenças.
- É para o seu bem. O tratamento mais rígido justifica-se não pelo bem-estar da mãe, mas pelo do próprio filho.

Ao mesmo tempo, mostram-se alguns dos métodos tradicionalmente empregues para impor estas teorias entre as mães:

- A autoridade científica (quando, na verdade, não existe qualquer base científica e se tratam de opiniões pessoais).
- A ameaça e a culpa: a criança ficará doente se não se seguem as normas.

Este trabalho mostra também claramente as implicações políticas da puericultura: a submissão absoluta da criança é apenas uma preparação para a submissão do adulto.

Lamentavelmente, estas teorias pedagógicas não desapareceram com a ditadura que as justificava. Autores que, sem dúvida, já não partilham as ideias políticas do Dr. Ramos continuam a partilhar com ele as ideias pedagógicas. Cinquenta anos depois, voltamos a encontrar o mito da criança manipuladora e astuta:

“Se está corrigida [a causa] e continua a chorar, tenha paciência e deixe chorar. Quando a criança se convence de que ninguém lhe presta atenção, cala-se. Se assim não fizer, até o mais pequenino logo se dará conta do poder que detém e repetirá a cena, tendo aí fatalmente lugar o início de uma educação deficiente. A criança de peito é mais esperta do que cremos”. (Ramos, 1941.)

[...] Juanito é um ser inteligente, muito inteligente, e já não se vai dobrar à nossa vontade à primeira. Além de pedir água, dizer chupeta... truques dos quais já falamos, pode mesmo vomitar. Não se assustem, não tem importância: as crianças sabem provocar o vômito com muita facilidade. (Estivill, 1995.)

E o mito da mãe abnegada e a imposição das regras aos pais mediante ameaças e culpa:

“É claro que criar e educar corretamente uma criança pressupõe sacrifícios, rouba muitas horas à mãe, mas a saúde e alegria da criança é recompensa suficiente. Não o fazer, deixando-se comover pelo choro, é não gostar do pequeno e fazer dele um infeliz.”

(Ramos, 1941.)

O meu filho vai para a cama depois das onze horas da noite, porque o meu marido costuma chegar a essa hora e quer vê-lo. Fazemos mal? [Resposta.] Desfrutar da criança sem ter em conta as suas necessidades biológicas é uma atitude egoísta [...]. Pensar [sic] que, sobretudo entre os cinco e os sete meses, os pais estão a ajudar a criança a adquirir hábitos corretos de sono e que, se assim não for, isso se repercutirá na sua saúde física e mental. (Estivill, 1995.)

A ordem

A ideia de que as crianças necessitam de uma vida ordenada e rotinas fixas é já antiga:

A comida e a bebida, a roupa e o dormir e, em geral, o pequeno mundo familiar das crianças devem reger-se pela ordem e nunca serem alterados em função da teimosia ou das extravagâncias infantis, para que eles próprios aprendam a submeter-se às normas da ordem já na sua primeira infância. [...] se as crianças se acostumarem desde muito cedo a uma ordem determinada, mais tarde irão vê-la como algo perfeitamente natural, pois não tomarão consciência de que ela lhes foi imposta de forma artificial. (Sulzer, 1748, citado por Miller.)

Dois séculos mais tarde, outros especialistas continuam a defender as mesmas ideias, ainda que com argumentos diferentes:

A educação do bebê começa desde o primeiro dia; temos de acostumá-lo imediatamente à ideia de que existe alguém que o dirige. Deve ser observada uma ordem rigorosa nas horas de sono e de alimentação logo desde o início, e não devemos tolerar que se imponha com o seu choro. Se

cedermos, nem que seja apenas uma vez, isso será gravado na memória do bebê, o qual, em seguida, tratará de impor-nos a sua vontade. (Stirnimann, 1947.)

Durante o primeiro ano de vida, a criança desenvolve-se de maneira considerável; para ajudá-la, os pais e educadores devem dirigir os seus esforços em direção ao objetivo de instaurar nela bons hábitos. [...] No seu primeiro período de desenvolvimento, a criança necessita de organizar a sua existência em redor de indicadores externos que lhe marquem o ritmo e a ordem, de acordo com os ritmos biológicos. (Ferrerós, 1999.)

Em duzentos e cinquenta anos, apenas mudou a forma de vender o produto. Antes se explicavam os verdadeiros motivos: a ordem é algo de artificial que os pais impõem para sua própria conveniência, enganando os filhos e vencendo-lhes a vontade.

O objetivo principal é que a criança se habitue à obediência e chegue a acreditar que as ordens recebidas constituem, na realidade, as suas próprias necessidades. Duzentos anos depois, Stirnimann continua a exprimir-se nos mesmos termos. Agora somos politicamente corretos (que é uma outra forma politicamente correta de dizer que somos hipócritas), e a mesma ordem pretende passar como necessidade da criança, algo que surge a partir dos seus ritmos biológicos. O objetivo principal é ajudar a criança.

Não é maravilhoso que os educadores de antigamente, sem o menor respeito pela criança, decidissem “impor de forma artificial” uma ordem que, casualmente, acabou por ser exatamente aquilo de que as crianças “necessitavam”? E se os ritmos são biológicos (isto é, internos e surgem por si só nas crianças), por que razão “marcá-los com indicadores externos”?

Sem dúvida que os investigadores e estudiosos contribuíram para que se desse importância às rotinas. Por exemplo, Bowlby cita o estudo de Peck e Havighurst numa pequena cidade norte-americana nos anos quarenta e cinquenta. Observaram cuidadosamente um grupo de crianças para avaliar como se desenvolvia a sua personalidade e **como a família as influenciava. As crianças mais valorizadas pelos investigadores e também pelos seus próprios companheiros de escola, “bem integradas, emocionalmente maduras, com princípios morais firmes e interiorizados”, tinham pais que as aprovavam, confiavam nelas e partilhavam as suas atividades. Eram mais indulgentes do que severos. As relações entre os pais eram boas. E aqui chegamos à nossa questão: “O lar rege-se por sinais e horários regulares, ainda que não demasiado rígidos.”**

Contudo, chamamos a atenção, naquele estudo apenas quatro crianças tinham sido classificadas como sendo maduras e bem integradas, e uma delas tinha uma família diferente: um “lar de classe baixa muito descuidado e no qual o entrevistador vislumbrou poucos sinais de regularidade ou coerência”. O que acontece aqui? Não era a regularidade que produzia adolescentes tão simpáticos e equilibrados. Era o resto: o carinho, a confiança, o contacto. A regularidade aparecia em três de quatro famílias por casualidade, porque era uma qualidade apreciada pelas famílias de classe média da época. Também poderiam ter dito: “Os pais das crianças bem integradas usam gravata.”

Mas uma família de classe baixa, vivendo na desordem, pode também ter um filho perfeitamente maduro e equilibrado, se lhe oferece carinho e respeito.

Pertencente ainda ao conceito de vida ordenada, merece uma especial atenção o mito das rotinas noturnas. Uma mãe explicava-nos assim a sua confusão:

O pediatra disse-nos que devemos começar a gerar nele uma rotina, mas não o devemos adormecer ao colo, o que é muito difícil.

A criança prefere o colo à rotina e para os pais isso é também mais fácil. Por que razão complicar as coisas? Segundo o mito, deve pôr-se a criança a dormir sempre da mesma maneira, porque de outro modo “nunca aprenderá”. Mas a vida não é sempre igual. De que modo começa o seu filho a fazer uma alimentação variada? Umas vezes come um purê com uma colher (que os pais lhe dão ou que tenta agarrar sozinho). Outras vezes a comida está cortada em pequenos bocados, que apanha com os dedos (e, ao fim de uns meses, com um garfo). O leitor pode agarrar numa banana ou num gomo de tangerina enquanto ele os chupa, outras vezes agarrará ele a comida. Umas vezes comerá sentado na cadeirinha, outras no colo do pai, outras ainda mastigará uma bolacha ou um bocado de pão, enquanto passeia pela rua no carrinho. Pode comer em casa, mas às vezes come em casa de um dos avós, e em cada uma das casas a cadeirinha será diferente, ou não terá cadeirinha, e o prato será diferente, a comida terá sido cozinhada de outro modo, colocam-lhe outro babador ou nenhum babador. E uma das avós tentará “distrá-lo para que coma”, enquanto a outra o deixará à vontade. É mesmo possível que alguns dias coma no jardim de infância.

Apesar desta absoluta falta de rotina, todas as crianças acabam por comer.

Não é preciso comer da mesma maneira todos os dias, nem faz falta uma rotina para se ir deitar. Mas, se fizer falta, porque não escolher uma rotina com a qual você e o seu filho sejam mais felizes? Dormir ao colo, a mamar, com uma canção de embalar ou na cama dos pais também podem ser rotinas; apenas terá de fazê-lo sempre da mesma maneira todos os dias.

A educação behaviorista

O behaviorismo é uma das numerosas teorias psicológicas do século passado. Como teoria tem, sem sombra de dúvida, os seus pontos fortes e as suas aplicações e é útil para tratar alguns pacientes. Não é toda a teoria do behaviorismo que desejo agora criticar, mas apenas uma certa forma de aplicá-la à criança e à educação das crianças.

Um dos pais do behaviorismo foi Skinner, um psicólogo norte-americano que metia ratos de laboratório em caixas especiais (“a Caixa de Skinner”, claro). As caixas tinham uma alavanca e um orifício e, sempre que o rato movia a alavanca, saía comida pelo orifício. Os ratos cedo aprendiam a mover a alavanca para obter comida, e moviam-na cada vez mais. A comida é um “reforço” e o método de aprendizagem denomina-se “condicionamento operante”. Se desligarmos a alavanca e se deixar de sair comida de cada vez que o rato a move, este primeiro tenta movê-la freneticamente, mas, depois de alguns dias, cansa-se e deixa de movê-la por completo. A isto se chama “extinção” de um comportamento por falta de reforço. Se desejarmos que o comportamento desapareça mais rapidamente, pode ser usado um reforço negativo: cada vez que move a alavanca, o rato recebe uma descarga elétrica.

Com a sua caixa, o rato e muita paciência, Skinner aprendeu muito sobre os ratos em cativeiro. Nunca os estudou em liberdade. Contudo, seja como for, com o brilho do gênio chegou à conclusão de que as suas descobertas podiam aplicar-se ao ser humano e de que qualquer comportamento podia ser “modelado” com os reforços adequados. Em 1948 escreveu um romance de ficção científica, *Walden II*. Trata-se do nome de uma espécie de comunidade utópica, cujos habitantes se isolaram voluntariamente do mundo para viver de acordo com os ensinamentos do behaviorismo e no qual as técnicas de reforço e de aprendizagem constituem a base da sociedade. O romance está escrito num tom didático e nele

Castle, um catedrático de Filosofia um pouco louco, faz constantemente perguntas para que Frazier, o fundador da comunidade, possa distinguir-se com as respostas.

Em *Walden II*, as crianças são criadas com escasso contacto humano durante o primeiro ano de vida, em pequenas cabinas individuais, com uma janela de vidro, todas elas colocadas num quarto no qual não existe ninguém para cuidar delas (pelo menos no momento em que os protagonistas do livro as visitam):

Através do vidro podíamos ver as crianças de diferentes idades. Nenhuma delas tinha mais do que uma fralda e não tinham roupa de cama. Numa das cabines, um recém-nascido com cores saudáveis dormia de barriga para baixo. Outros bebês mais velhos estavam acordados e entretinham-se com brinquedos. Perto da porta, uma criança engatinhando encostava o nariz ao vidro enquanto nos sorria.

No romance, a pessoa que cuida destes bebês entra no quarto, ao qual, por brincadeira, chama “aquário”, apenas para o dizer aos visitantes. Desde cedo, as crianças não mamam, pois a mãe é uma fonte de infecções:

- E os pais? - pergunta imediatamente Castle. - Não podem ver os filhos?
- Claro, sempre e desde que gozem de boa saúde. Alguns pais trabalham no jardim de infância. Outros passam por cá todos os dias, mais ou menos, mesmo que apenas durante alguns minutos. Levam-nos a apanhar sol ou brincam com eles na sala de brincar.

Estes bebês que dormem, brincam, sorriem e que ficam com os pais durante alguns minutos, quase todos os dias, não choram nunca porque não têm de que se queixar: a umidade e a temperatura das cabinas estão perfeitamente controladas, o que lhes permite estar despidos e evita o incômodo da roupa. Frazier não tem dúvida em afirmar:

Quando um bebê deixa o nosso Primeiro Jardim de infância, desconhece totalmente a frustração, a ansiedade e o medo. Nunca chora, exceto quando está doente.

Qualquer pessoa com dois dedos de testa se sentirá indignada perante esta frase. Dizer que crianças que passaram quase toda a sua vida em cubículos de vidro não conhecem a frustração nem a ansiedade parece uma brincadeira de mau gosto.

O que de mais semelhante ao aquário de Skinner existe na vida real é a sala de prematuros de um hospital, com as suas filas de incubadoras. E nelas as crianças choram realmente. Uma das grandes evoluções nos cuidados com os prematuros é o método de retirá-los durante o maior tempo possível da incubadora e colocá-los nos braços da mãe; viu-se que os bebês engordam mais, ficam menos doentes e o seu ritmo cardíaco e respiratório mantém-se mais estável (o que significa que sofrem menos).

Mas no romance, o palerma do Castle aceita, é claro, que estas pobres crianças são absolutamente felizes e inclusivamente queixa-se de que os mimam demasiado.

- Mas preparam-nos para a vida? - pergunta Castle. – Certamente que não se pode continuar assim, evitando todas as frustrações ou situações de medo.
- Claro que não. Mas podemos prepará-los para elas. Pode criar-se uma tolerância à frustração, introduzindo obstáculos gradualmente. Conforme a criança cresce e se torna suficientemente forte para lhes resistir.

Algumas páginas à frente, Frazier explica-nos quais são esses métodos educativos, com os quais se ensinam as crianças que têm entre um e seis anos a tolerar a frustração:

- Como se pode produzir tolerância em face de uma situação negativa? - pergunta.
- Bom, por exemplo, fazendo com que as crianças aprendam a “aguentar” choques cada vez mais dolorosos...

Esta surpreendente declaração, admitindo que se submetem as crianças a uma tortura sistemática, não provoca, no romance, qualquer comentário da parte das outras personagens, nem mesmo daquelas que se supõe não acreditarem nas teorias de Frazier. Mas adiante explica uma outra técnica “educativa” um pouco menos extrema:

Tomemos um exemplo: algumas crianças chegam a casa depois de um longo passeio, cansadas e esfomeadas. Esperam que lhes sirvam o jantar. Contudo, em vez disso, tomam conhecimento de que chegou a hora da aula de autocontrole. Têm de se manter de pé, durante cinco minutos, em frente do prato da sopa quente.

Nunca ouvi qualquer educador, médico ou psicólogo recomendar o método dos choques elétricos. Mas ouvi dezenas de sugestões semelhantes a esta segunda: fazer esperar deliberadamente o bebê que chora ou a criança que pede algo; ensinar-lhe a “atrasar a satisfação dos seus desejos”, a “tolerar a frustração”.

Talvez algumas pessoas me considerem extremista quando afirmo que estas manobras me parecem cruéis e indignas. “Que exagero”, pensam, “não é o mesmo torturar as crianças com choques elétricos e fazê-las esperar cinco minutos para jantar”. Pois bem, para Skinner é o mesmo, são dois exemplos perfeitamente intercambiáveis do mesmo método.

É claro que não causa qualquer dano a uma criança esperar cinco minutos para jantar. Isso acontecerá naturalmente dezenas ou centenas de vezes durante a sua infância. Vai pedir o jantar e este não está pronto. Ou senta-se à mesa e terá de se levantar para ir lavar as mãos. Vai querer ver um programa de televisão e terá de aguardar que comece. Terá de esperar pelo Natal para receber seus presentes, mesmo se os embrulhos já estão escondidos no armário dos pais. O bebê irá acordar a chorar desesperado e a mãe vai levar cinco minutos a chegar porque está a dormir, no banho ou a fritar croquetes com óleo quente e podem queimar-se. Nada disto provoca qualquer dano à criança. Nem lhe provoca qualquer dano receber, por acidente, uma pequena descarga elétrica, cair quando brinca e fazer uma equimose ou esfoliar um joelho.

O que é verdadeiramente danoso em todas estas técnicas “educativas” não é o ato em si, mas a motivação. Não é a mesma coisa tocar acidentalmente num cabo elétrico e dar choques de propósito a uma criança para que ela aprenda a tolerar a frustração. Qualquer criança prefere machucar-se quando brinca a receber uma palmada do seu próprio pai, mesmo que por vezes se machuque mais a brincar. Não é a mesma coisa pensar “Tenho de esperar porque o jantar não está pronto” ou “Não podemos jantar antes que chegue a tia Isabel”, do que pensar “Podia jantar já, mas os meus pais não me deixam pelo simples prazer de me fazer esperar”. Não gostaria que os meus filhos guardassem essa recordação a meu respeito.

Se a criança tiver idade suficiente para compreender o que lhe estão a fazer, sem dúvida que sentirá a mesma raiva e a mesma humilhação que sentiria qualquer um de nós em condições semelhantes. Ou talvez Skinner tenha razão e, se a submetemos a tais abusos desde

a mais tenra infância, acabe por se submeter, por aceitar que não possui qualquer direito e que se encontra à mercê da vontade e do capricho dos outros.

Um bebê, pelo contrário, não consegue compreender o motivo do atraso; nunca saberá se a mãe se atrasou cinco minutos porque estava muito ocupada ou porque lhe apeteceu. Para o bebê não existe, é certo, nenhuma diferença. Mas para a mãe existe. O fato de a vítima não se dar conta da agressão nunca pode servir de justificação. É o ato em si de provocar uma frustração deliberada num ser humano que é imoral. Se esta tarde faltar luz no bairro onde mora durante dez minutos, você nunca saberá se na verdade houve uma avaria ou se a companhia de eletricidade decidiu fazer cortes de dez minutos, à sorte, para que os cidadãos aprendam a tolerar a frustração e a desembaraçar-se sem eletricidade. Você não poderá sabê-lo, mas dá por certo que a segunda opção é impossível. Como iria alguém fazer-lhe uma coisa dessas, a um adulto como você, aborrecê-lo de propósito para o “educar”? Não, isso apenas se pode fazer às crianças.

Walden II é apenas um romance, mas pretende ser algo mais.

Na orelha do exemplar que tenho nas mãos pode ler-se:

Walden II não é uma divagação, não é um divertimento do autor, Skinner acredita na sua ficção; *Walden II* é aconselhado como estudo suplementar aos estudantes de Ciências Sociais de muitas universidades norte-americanas.

Acredita na sua ficção! Ele próprio o reafirma no prólogo que acrescentou em 1976, onde defende com entusiasmo que a sua ideia seja trazida para a realidade. Skinner nunca tentou criar qualquer criança segundo o seu método (foi dito que o teria aplicado com a filha mais nova, mas a mais velha desmente veementemente este mito na página da Web da Fundação Skinner).

A aplicação prática mais próxima dos métodos que defendeu foi levada a cabo nos kibutz de Israel, onde os bebês e as crianças dormiam todos juntos e separados dos pais. A experiência não teve êxito, sendo igualmente incômoda para os pais e para as crianças e, atualmente, as crianças nos kibutz dormem com os pais até a adolescência.

Se Skinner tivesse publicado um artigo científico falso, inventando uma experiência falsa sobre sujeitos inexistentes, cedo ou tarde se teria descoberto a fraude. O seu prestígio ter-se-ia desmoronado, teria sido afastado da universidade e os livros que escreveu teriam caído no esquecimento. Em vez disso, inventou uma experiência falsa sobre sujeitos inexistentes, mas em vez de fazê-lo passar por realidade, publicou-a sob a forma de um romance de ficção científica. Paradoxalmente, muita gente o aceitou, então, como se fosse real ou como se pelo menos se baseasse em fatos científicos, e milhares de psicólogos e educadores leram a sua obra, deixando que as suas fantasias impregnassem aquilo em que acreditam e orientassem a sua vida.

O conceito de negar sistematicamente atenção e cuidados às crianças para, desse modo, aumentar a sua tolerância à frustração está atualmente muito divulgado, assim como outras engenhosas aplicações das teorias behavioristas. Todavia, na realidade, já eram ideias antigas quando Skinner tentou dar-lhes um novo prestígio científico:

Vejamos agora como podem contribuir os exercícios para a repressão total dos sentimentos. [...] Uma destas [provas] consiste em abster-se de certas coisas de que se gosta. [...] Dêem-lhes fruta de qualidade e, quando se quiserem lançar sobre ela, ponham-nos à prova. Podes controlar-te e guardar esta fruta para amanhã? Podes oferecê-la? (Schreber, 1858, citado por Miller.)

Contrariamente a Skinner, Schreber educou o filho seguindo teorias que defendia. O filho, Daniel Paul Schreber, é considerado o “paciente mais famoso da psicologia e da psicanálise”, e os especialistas ainda discutem se o tratamento recebido durante a infância teve influência na sua posterior enfermidade mental.

No seu belo livro *Por qué Lloras?*, Cubells e Ricart apresentam-nos uma teoria completamente diferente sobre a tolerância à frustração:

É um equívoco frequente pensar que a melhor maneira de aprender a tolerar e superar a frustração seja fazer com que a criança a enfrente o mais cedo possível.

Para eles, não são as crianças, mas os pais, quem tem de aprender a tolerar a frustração. Isto é, temos de compreender que certas coisas provocam frustração nos nossos filhos e que essa frustração se manifestará com choro, gritos, birras e mesmo golpes e insultos. Temos de ser capazes de tolerar essas manifestações de ira, as quais são a resposta normal à frustração, sem lhes negarmos o nosso carinho, sem lhes ralhar nem castigar, sem cair em vinganças absurdas.

Alguns mitos sobre o sono

Alguns dos hábitos do nosso tempo parecerão sem dúvida bárbaros às gerações vindouras; talvez a insistência de que as crianças pequenas e mesmo os bebês durmam sozinhos em vez de dormirem com os pais.

CARL SAGAN, *The Demon-Haunted World*

O cair da noite foi sempre um momento propício para contar histórias, contos para adormecer e contos para não adormecer. Também se contam muitas histórias sobre o sono em si mesmo e, infelizmente, algumas delas pretendem passar por verdadeiras. '

Dormir de um só sono

Na versão clássica do mito, as crianças dormem entre oito a dez horas seguidas; modernamente, foram publicadas versões ainda mais descomedidas:

Após o primeiro meio ano de vida, no máximo a partir dos sete meses, a criança deve ser capaz de dormir sozinha, no seu próprio quarto e às escuras, sem nunca acordar (cerca de onze ou doze horas seguidas).

Com um método semelhante, outras autoras asseguram que qualquer criança pode e deve dormir doze horas seguidas a partir dos três meses.

Não nos dizem onde obtiveram esta informação. Queremos acreditar que não a inventaram, que em algum sítio encontraram a ideia de que as crianças normalmente dormem entre dez a doze horas (e não oito nem treze) e que o fazem a partir dos seis meses ou dos três meses (e não a partir dos dois ou dos dez).

Depois de muito procurar, encontramos um estudo científico que deverá ter servido de base a esta crença. É um trabalho sério, bem feito, publicado numa revista médica há mais de vinte anos. Anders filmou durante toda a noite grupos de crianças de dois e nove meses de

idade e observou que 44 por cento dormiam durante toda a noite aos dois meses e 78 por cento o faziam aos nove meses. Não nos informa se estavam a ser amamentadas, mas nessa época é provável que todas as crianças de dois e de nove meses de idade tomassem mamadeira. Todas as crianças dormiam sozinhas no seu berço.

É fácil imaginar que alguém que leu este estudo há algum tempo e não o viu outra vez, ou que apenas o ouviu contar em segunda ou terceira mão, possa acabar por afirmar que todas as crianças dormem durante toda a noite sem acordar aos seis meses. Na verdade, seis meses é “quase” o mesmo que nove (ou leram-no de cabeça para baixo) e 78 por cento é “quase” o mesmo que cem por cento...

Pois não é o mesmo, não senhor. Continuam a existir cerca de 22 por cento de crianças normais de nove meses que não dormem toda a noite, sendo alimentadas a biberão e dormindo sozinhas.

Mas vejamos o estudo em mais pormenor: o Dr. Anders usa a definição de “dormir toda a noite” habitual na literatura anglófona: “A criança permaneceu no berço entre a meia-noite e as cinco da manhã.” Esta definição tem duas falhas:

- Se a criança acorda mas não chora, e mesmo se acorda e não sai do berço (isto é, se os pais não a tiram do berço, já que ela sozinha não o pode fazer), considera-se que “dormiu toda a noite”. Na verdade, segundo testemunham as filmagens, apenas 15 por cento das crianças de dois meses e 33 por cento das de nove meses dormiram de forma contínua, sem despertar, desde a meia-noite até as cinco da manhã.

- Se acordam à meia-noite menos um quarto ou às cinco e um quarto, também “dormiram durante toda a noite”, mesmo que os pais tenham de lhes pegar ao colo entre as cinco e um quarto e as seis e meia.

Pessoalmente, se tenho de me levantar às sete horas para ir trabalhar e o meu filho acorda uma vez durante a noite, não vejo grande diferença em que acorde às quatro ou às seis. E você? Vê alguma diferença? O que realmente gostaria (sei que não é frequente e que não tenho o direito de o exigir ou esperar, mas era bonito) era que não me acordasse durante toda a noite.

Quantas crianças dormiam realmente desde que as deitavam à noite até que as retiravam do berço de manhã, nas famosas onze ou doze horas do Dr. Estivill? Não o sabemos, porque os pais do estudo não deixavam os filhos durante tanto tempo no berço, mas uma hora menos: a média era de dez horas e trinta minutos. Apenas seis por cento dos bebês de dois meses e 16 por cento dos de nove meses dormiam essas dez a onze horas seguidas. 84 por cento destas crianças, que dormem sozinhas no seu próprio quarto e não são amamentadas, não dormem aquilo que o Dr. Estivill considera “normal”. Como vimos em capítulos anteriores, é normal que, com a amamentação e a dormir com a mãe, a percentagem de crianças com “sono anormal” fosse ainda maior.

Quem define o que é normal? Em primeiro lugar, estabelece-se uma definição de “sono normal” que é arbitrária. Absurda, contrária aos conhecimentos científicos e tão estrita que apenas é cumprida por 15 por cento das crianças normais. Depois afirma-se que todas as crianças que não obedecem a esta definição têm um “problema de sono” que, se não for tratado, trará consequências muito negativas:

Em lactentes e crianças pequenas, choro fácil, irritabilidade, mau humor, falta de atenção, dependência em relação a quem cuida deles, possíveis problemas de crescimento. Em crianças em idade escolar, insucesso escolar, insegurança, timidez, mau caráter.

Não nos diz tão-pouco que estudos científicos sustentam estas ameaças. Mas as ameaças constituem parte fundamental do método, porque, se disséssemos a verdade aos pais, por exemplo: “Se o seu filho acorda várias vezes durante a noite é normal e não o prejudica em nada. Mas a si aborrece-o, não é verdade? Por isso vamos explicar-lhe um método simples para que o seu filho não o incomode”; se disséssemos isto aos pais, muito poucos estariam dispostos a aplicar o “tratamento”. Não, é necessário convencê-los de que é para o bem dos filhos.

Por último, convencem-se esses 85 por cento dos pais de que o seu filho “anormal” não se irá curar a menos que leiam o livro:

Restrinjam-se a tudo o que leram, não façam nada que não vos tenha sido explicado.

Com estas premissas, o êxito editorial está assegurado.

Os perigos de partilhar a cama com os pais

E agora aconselho-o a que vá até ao seu quarto, aja com tranquilidade e aguarde.
FRANZ KAFKA, O Processo

Muitas famílias optam por deixar o bebê na cama de casal porque é o mais prático. Contudo, a pressão é muito forte e consegue fazer com que se sintam culpadas, como explica Rosa:

Tenho um bebê de um ano, e há um mês a esta parte é impossível fazê-lo dormir na cama dele durante toda a noite; acorda a meio da noite a chorar e a única maneira de acalmá-lo é trazendo-o para a nossa cama. Como trabalhamos os dois, chega um momento em que preferimos deixá-lo conosco para podermos descansar, ainda que saibamos que estamos a fazer mal.

Pois não, não estão a fazer nada de mal. Estão a fazer o melhor para o filho (a única coisa que o acalma) e também o melhor para eles (a única coisa que lhes permite descansar). A quem aborrece, então, que tenham tomado esta decisão?

Faz-se crer aos pais que dormir com o filho (partilhar a cama) é prejudicial para a criança. Vão esmagá-lo, causar-lhe insônia para toda a vida ou causar nele algum trauma psicológico misterioso. O que há de verdade em tudo isso?

Não existe qualquer estudo aleatório e controlado (isto é, em que se tenha recomendado a partilha da cama a um grupo de grávidas e dormir separado a outro grupo, para estudar os efeitos em longo prazo). Todos os dados provêm, por isso, de estudos de qualidade inferior.

Partilhar a cama com os pais não causa insônia

Entre os estudos de observação, muitos encontram uma associação entre o fato de se dormir com os pais e diversos problemas de sono. Por exemplo, Curell e os seus colaboradores observaram que no grupo daqueles que partilham a cama com os filhos existem mais pais (17

por cento contra cinco por cento) e mais crianças (44 por cento contra 17 por cento) que sentem o momento de ir dormir como sendo desagradável. As crianças dormem menos (10,4 contra 10,8 horas), acordam em maior proporção (89 por cento contra 51 por cento), demoram mais a adormecer (vinte e cinco minutos contra dezessete minutos), são mais velhos (vinte contra dezesseis meses) e têm maiores possibilidades de pertencer a um nível socioeconômico baixo (51 por cento contra 29 por cento). Os autores concluem que “partilhar a cama com os pais produz um efeito negativo sobre o sono das crianças”, mas esquecem-se de comentar que torna as crianças mais velhas e dá origem a pobreza na família... Não, claro, estou a brincar; a partilha da cama com os pais não é a causa da pobreza, trata-se apenas de uma associação estatística; podia mesmo haver uma causalidade inversa: talvez determinados grupos sociais costumem tradicionalmente partilhar a cama...

Pois bem, do mesmo modo, a explicação mais razoável da associação entre problemas de sono e a partilha da cama entre pais e filhos é que não é a partilha da cama que causa problemas de sono, mas o contrário: numa sociedade em que essa partilha está geralmente mal vista, os pais recorrem a ela apenas quando os outros métodos para adormecer a criança já falharam, isto é, quando a criança é propensa a chorar, ou a acordar, ou demora muito a adormecer.

Como explicar, por exemplo, que 44 por cento das crianças que dormem com os pais achem desagradável o momento de se deitar, contra apenas 17 por cento daqueles que dormem sozinhos. Devemos acreditar que as crianças preferem dormir sozinhas a dormir com os pais? Estas crianças queriam dormir sozinhas no quarto, mas os pais obrigam-nas a dormir na cama deles. Não será antes verdade que os pais tentam primeiro que o filho durma sozinho, este chora e resiste e, por fim, deixam-no meter-se com eles na cama, mas aborrecidos e de mau humor? (“Olha como és teimoso. Vais matar-me de desgostos. Anda, vem para a nossa cama, se é isso que queres!”) Algo assim deve fazer com que a criança passe a achar desagradável ir para a cama com os pais.

Os estudos transculturais fazem luz sobre este ponto. Nos Estados Unidos da América, a partilha da cama com os pais é normalmente mal vista entre os brancos, mas é habitual e considerada aceitável entre os negros. A doutora Lozoff e os seus colaboradores estudaram quatro grupos de crianças norte-americanas entre os seis e os quarenta e oito meses de idade: brancos de classe social baixa, brancos de classe alta, negros de classe social baixa e negros de classe alta. Entre os brancos, dormiam mais com os pais as crianças pobres (23 por cento) do que as ricas (13 por cento), mas entre os negros não existiam diferenças (dormiam com os pais 56 por cento das pobres e 57 por cento das ricas). A partilha da cama com os pais associava-se a problemas de sono pouco importantes entre os brancos pobres e entre os negros ricos, mas não nos outros grupos. Apenas entre os brancos pobres se associava estatisticamente a partilha da cama com os pais com a percepção por parte dos pais de que o filho tinha um problema de sono importante; nos outros grupos, a diferença não era significativa e, entre os negros pobres, tal diferença era, de fato, favorável à partilha da cama com os pais (tinham mais problemas as crianças que dormiam sozinhas).

Como explicar todas estas diferenças? Talvez os brancos pobres durmam com os filhos contrariados, porque existe um problema prévio de sono ou porque não têm quartos suficientes em casa, enquanto os pouquíssimos brancos ricos que dormem com os filhos o fazem porque estão convencidos de que é o melhor, por terem lido livros e se terem informado. Talvez os negros pobres durmam com os filhos por tradição, porque consideram que isso é normal e, sendo assim, não vêem qualquer problema nisso; enquanto os negros ricos, embora

mantenham o costume, leram livros ou ouviram pediatras que criticam a partilha da cama com os pais e, sentindo-se culpados pelo que fazem, acabam por ter problemas de sono.

Ainda mais espetacular consiste em comparar os Estados Unidos da América com o Japão. Esta última é uma sociedade altamente industrializada na qual a partilha da cama com os pais é considerada normal e desejável. Tradicionalmente, as crianças dormem com os pais até aos cinco anos e em seguida passam a dormir com um dos avós (se habita na mesma casa) até a adolescência. Uma demonstração de respeito pelos avós: seria má educação deixá-los sozinhos. Numa amostra da família japonesa de classe média, Latz, Wolf e Lozoff chegaram à conclusão de que 59 por cento das crianças entre os seis e os quarenta e oito meses dormia com a mãe ou com ambos os pais, e que o fazia desde o nascimento, todas as noites e durante toda a noite; enquanto apenas 15 por cento dos norte-americanos brancos dormiam com os pais e quase sempre de forma parcial (isto é, apenas algumas noites ou parte da noite).

Perguntavam aos pais de ambos os países se os filhos protestavam porque não queriam ir dormir, se acordavam com frequência (três ou mais vezes por semana) e se acreditavam que o filho tinha problemas de sono. (Trata-se, pois, de problemas apercebidos. Dependem não só do que as crianças fazem, mas também daquilo que os pais esperam. Em face de crianças que dormem exatamente da mesma maneira, alguns pais podem pensar que existe algum problema, outros, que é normal.) Dormir com os pais era associado a protesto para ir dormir, acordar frequentemente durante a noite e problemas de sono entre os norte-americanos. Pelo contrário, as crianças japonesas que dormiam com os pais não tinham mais “problemas” nem protestavam na hora de dormir, mas acordavam mais (uma vez que eram os pais que facilitavam esse dado, esta associação podia indicar, simplesmente, que os pais que dormem separados dos seus filhos nem sempre tomam conhecimento de quando eles acordam).

Poderia parecer que não existe muita diferença, que tanto num país como noutro as crianças que dormem sozinhas dormem “melhor” do que aquelas que dormem com os pais. Mas agora segue-se o que é realmente apaixonante. As crianças japonesas que dormiam com os pais acordavam a meio da noite quase tão pouco como os norte-americanos que dormiam sozinhos.

Os americanos que dormiam acompanhados acordavam muito mais (67 por cento), enquanto os japoneses que dormiam sozinhos acordavam muito pouco (quatro por cento). Independentemente do sítio onde dormem, as crianças japonesas têm muito menos problemas, protestam menos e acordam menos durante a noite do que as crianças norte-americanas.

Os autores do estudo concluem que:

Resistir ao intenso desejo das crianças pequenas de estarem muito junto dos seus pais durante a noite pode ser a base para os protestos na hora de dormir e o despertar noturno persistente nos Estados Unidos da América. Outros fatores que podem aumentar os protestos na hora de dormir e o despertar noturno entre as crianças norte-americanas que dormem com os pais incluem a partilha da cama com os pais de modo intermitente ou parcial, os pais recorrerem à partilha da cama como resposta a alterações do sono, as recomendações dos profissionais contra a prática e a ambivalência dos pais em relação à partilha da cama com os filhos.

Deste modo, as graves ameaças são totalmente falsas: a partilha da cama entre pais e filhos não só não produz insônia, como é a tentativa de que as crianças durmam sozinhas o que aparentemente causa problemas de sono no Ocidente. Talvez os nossos especialistas de sono se dediquem a tentar solucionar os problemas que eles mesmos criaram.

E por que razão, seja como for, as crianças que dormem sozinhas dormem mais em ambos os países? Provavelmente ocorreu uma seleção espontânea, ainda que em sentido diferente. Nos Estados Unidos da América, onde a partilha da cama entre pais e filhos está mal vista, apenas se deixa ir para a cama dos pais as crianças que não dormem de qualquer outra maneira; é um grupo selecionado de crianças que dorme pouco. Pelo contrário, no Japão, onde a partilha da cama é totalmente normal, apenas os pais com filhos que dormem como pedras se atrevem a imitar o que vêem nos filmes e colocar as crianças noutra quarto; é um grupo selecionado de crianças muito dorminhocas.

A nossa cultura não parece ser tão obsessiva com os “problemas de sono” como a norte-americana, mesmo que a pressão tenha vindo a aumentar nos últimos anos. Deste modo, Garcia e colaboradores, numa zona rural da Catalunha, verificaram que metade das crianças entre um e três anos acordava durante a noite, a maioria mais do que duas vezes por noite. Muitos pediam companhia, água ou comida; a maior parte dos pais satisfazia estes pedidos.

Mas apenas metade das famílias cujos filhos acordavam durante a noite consideravam que a criança “dormia mal” e apenas uma em cada cinco tinha consultado o médico por esse motivo. Esta tolerância e despreocupação da maioria dos pais contrasta com o alarmismo de alguns especialistas: Estivill afirma, referindo-se à “**insônia infantil devida a hábitos incorretos**”, que:

Não existe maior desestabilizador da harmonia conjugal... a sensação de frustração aumenta... o sentimento de culpa é frequente...

Partilhar a cama com os pais não causa problemas psicológicos

Em que se baseiam as pessoas que afirmam que as crianças que dormem com os pais vão acabar no manicômio? Como explicamos anteriormente, o estudo científico completo consistiria em dizer a cem grávidas que dormissem com os filhos e a outras cem que não o fizessem, e esperar vinte anos para ver quais teriam mais problemas psicológicos. Ninguém fez um estudo deste tipo.

Os estudos de coortes são menos fiáveis. Seria necessário procurar crianças que dormem com os pais e crianças que dormem sozinhas e ver o que acontece passados alguns anos. Como são os pais que decidem se dormem com a criança ou não, pode produzir-se um erro de seleção. Por exemplo, vimos que nos Estados Unidos da América os negros pobres dormem mais com os filhos do que os brancos ricos; também os pais com menos estudos e que têm problemas económicos ou tensões conjugais. E as crianças doentes ou aquelas que sofreram um acidente têm mais possibilidades de serem admitidas na cama dos pais”. Se, mais tarde, estas crianças se comportam de maneira diferente, será devido a terem partilhado a cama com os pais ou a desigualdades sociais, à pobreza e à doença? Além disso, numa sociedade onde partilhar com os pais está igual visto, pode ser que aqueles que o fazem se sintam culpados, tratando os filhos com ambivalência e hostilidade. Por tudo isso, não nos deveria surpreender que algum estudo de coorte encontre problemas psicológicos em crianças que dormiram com os pais.

Além disso, o único estudo deste tipo realizado sobre o tema verificou que, aos dezoito anos, as crianças que tinham dormido com os pais não mostravam qualquer efeito danoso: não tinham uma pior relação com os pais nem com outras pessoas, não consumiam mais tabaco, álcool ou outras drogas e não eram mais ativos sexualmente.

Por último, existe também o estudo de casos e controles, isto é, que compara crianças com problemas psicológicos com crianças sem problemas psicológicos, para ver quais delas dormiram mais com os pais. Este estudo foi levado a cabo pelos psiquiatras infantis do Hospital da Marinha dos Estados Unidos em Honolulu.

A primeira surpresa é que 30 por cento dos filhos de militares (entre os dois e os treze anos de idade, média de cinco anos) dormiam com os pais. E o número aumentava para 50 por cento quando o pai estava embarcado. As crianças com idade inferior a oito anos, quando o pai não estava, dormiam com a mãe duas ou mais noites por semana em média; depois dos oito anos, a média baixava para as 0,6 noites por semana. Não havia relação entre a frequência com que partilhavam a cama com os pais e a graduação militar do pai.

Segunda surpresa, as quarenta e sete crianças que consultavam o psiquiatra devido a diversos problemas psicológicos dormiam menos com os pais do que as trinta e seis crianças que serviam de controlo. A diferença era mais notória nos rapazes com mais de três anos de idade: cinco das seis crianças sem problemas de saúde dormiam com a mãe na ausência do pai, contra apenas oito das vinte e duas com problemas psicológicos.

Compartilhar a cama com os pais não é causa de morte súbita

Há dois séculos, quando todas as crianças dormiam com os pais, algumas apareciam mortas. Dizia-se que a mãe as tinha esmagado sem querer; suspeitava-se de que algumas eram crianças não desejadas deliberadamente assassinadas. Para evitar os supostos acidentes ou para evitar que os infanticidas pudessem recorrer a tão fácil justificação, os médicos e, por vezes, as leis proibiram que as crianças dormissem na cama dos pais.

Para surpresa geral, algumas crianças continuaram a morrer durante o sono, ainda que dormissem sozinhas na cama e nada as pudesse asfixiar. Atualmente chamamos a este problema “síndrome da morte súbita do lactente”; há apenas umas décadas, o termo habitualmente utilizado tanto pelos pais como pelos médicos era “morte no berço”. Noventa por cento destas mortes ocorre nos primeiros seis meses de vida; os outros casos, entre os seis meses e o ano.

Desconhece-se qual a causa exata da morte súbita, mas conhecem-se vários fatores que podem aumentar ou diminuir o risco da sua ocorrência. Infelizmente, o risco não pode ser reduzido a zero, e algumas crianças morrem independentemente daquilo que os pais façam. Mas podemos evitar muitas mortes, se tomarmos algumas precauções simples. As mais importantes: colocar os bebês a dormir sempre de barriga para cima (de barriga para baixo é o mais perigoso, mas de lado há também um certo risco), não fumar durante a gravidez nem nos primeiros meses (é claro que o ideal seria deixar de fumar para sempre; beneficiaria tanto a criança como os pais) e não deixar a criança dormir sozinha no quarto (é preferível que o berço esteja no quarto dos pais, pelo menos nos primeiros seis meses). Também é importante que o colchão seja duro e evitar objetos moles que possam asfixiar o bebê, como edredons pesados, almofadas, peles (naturais ou sintéticas) ou bichos de pelúcia. Não se deve manter o bebê demasiado coberto (o bebê pode necessitar de um pouco mais de roupa do que os pais, mas não pode vestir-lhe uma camisola térmica, duas blusas, um pijama de flanela e tapá-lo com o cobertor e a colcha num quarto com aquecimento). Supõe-se que a amamentação também diminui um pouco o risco de morte súbita.

E dormir na cama dos pais? Aumenta o risco, diminui-o ou não influencia em nada?

Alguns dados parecem indicar que, pelo menos em algumas circunstâncias, a partilha da cama com os pais pode evitar o risco. A morte súbita é muito rara no Japão, onde dormir com os pais é o mais comum, e também é mais rara entre os emigrantes asiáticos em Inglaterra (que normalmente partilham a cama os filhos) do que entre os nativos ingleses. Além disso, segundo estudos de laboratório, os bebês que dormem com a mãe têm um sono menos profundo, o que se pensa poder ser benéfico.

Diversos estudos de casos e grupos de controlo levados a cabo na Nova Zelândia e na Inglaterra provaram que, quando a mãe não fuma, o risco de morte súbita é exatamente o mesmo se a criança dorme na cama dos pais ou no berço ao lado. Se o bebê dorme sozinho noutra quarto, o risco é multiplicado por cinco ou por dez.

O tabaco aumenta em muito o risco de morte súbita do lactente. Fumar durante a gravidez também aumenta o risco, mesmo que se deixe de fumar (mas quando se continua a fumar, o risco é ainda maior). Numa casa onde há um bebê ninguém deveria fumar.

Por motivos ainda não conhecidos, o risco do tabaco potencializa-se com a partilha da cama. Num estudo britânico, provavelmente o mais bem concebido para analisar este problema, fumar e dormir em camas separadas multiplica o risco por cinco, mas fumar e partilhar a cama multiplica o risco por doze.

Por isso, a melhor solução é não fumar. A mãe que não fuma e não fumou durante a gravidez pode dormir com o filho sempre que queira, sem perigo algum. Além de prevenir a morte súbita do lactente, não fumar tem ainda muitas vantagens para a saúde da mãe e do filho.

Se a mãe fuma ou fumou durante a gravidez, seria prudente não dormir com o bebê durante as primeiras catorze semanas (depois desta idade, a partilha da cama com os pais já não aumenta este risco, mesmo se fumar). Pode dar de mamar na cama e colocá-lo no seu próprio berço, junto da cama dos pais, quando for dormir.

A crença de que, quando a mãe fuma, a partilha da cama está associada com a morte súbita foi recebida com grande alegria por todos aqueles que tinham preconceitos contra esta prática.

Em vez de dizerem que partilhar a cama com os pais é “mau” ou “imoral”, podiam agora utilizar um argumento médico, que parece muito mais sério. Mas a muitos deles descobre-se a careca. Alguns proíbem a partilha da cama em qualquer ocasião, esquecendo-se de informar as mães de que, se não fumam nem fumaram durante a gravidez, não há qualquer perigo. Outros admitem a partilha da cama com os pais, mas apenas durante as primeiras semanas (precisamente quando existe perigo). Quase todos se esquecem de advertir que, durante os primeiros meses, tanto se a mãe fuma como se não o faz, é perigoso deixar a criança sozinha noutra quarto.

Mamar durante a noite

Deixamo-nos influenciar pelos gritos do lactente para lhe dar de mamar antes da hora adequada. Se começarmos a alimentar a criança durante a noite, ela acostuma-se e acaba por exigí-lo.

DR. FRITZ STIRNIMANN, 1947

Costumamos ouvir dizer que “a partir dos seis meses as crianças não necessitam de mamar durante a noite”. Esta frase é tão vazia de conteúdo que se torna difícil de rebater devido à sua vacuidade. O que significa “não necessitam”? Que não morrem de fome se não

mamarem durante a noite? Que existem crianças que não mamam durante a noite? Que é possível impedir que determinada criança mame durante a noite? Pois, do mesmo modo, podíamos afirmar que as crianças “não necessitam de ir à escola”, “não necessitam de maçãs”, “não necessitam de brinquedos” ou “não necessitam de meias”. Nenhuma criança morreu (nem sequer ficou gravemente doente) por não ir à escola, por não comer maçãs, por não ter brinquedos ou por não usar meias. Existem milhares de crianças que nunca tiveram qualquer dessas coisas. Qualquer pai pode privar o filho de escola, maçãs, brinquedos e meias, se a isso se propuser. Mas quem disse que o desnecessário é proibido? Antigamente, os presos nas masmorras estavam a pão e água, mas ao menos ninguém controlava se comiam o pão e bebiam a água durante o dia ou durante a noite.

Também não existe uma diferença substancial entre as frases “as crianças não necessitam de comer de noite” e “as crianças não necessitam de comer de dia”. Outro especialista iria escrever outro livro explicando aos atormentados pais que as crianças que comem de dia fazem-no devido a “maus hábitos aprendidos” (claro, aprenderam a associar a luz do sol com o alimento), e proporia um regime de quatro refeições generosas durante a noite, com onze horas de jejum durante o dia. Perigoso? Não o é mais de dia do que de noite. Mas se os pais lerem os dois livros e tentarem aplicar as teorias à vez, os seus filhos irão passar muita, mas muita fome.

Deixemos de lado, por banal, o assunto de as crianças necessitarem ou não de mamar durante a noite e centremo-nos no que é realmente importante: é prejudicial para a criança e para a mãe ou, pelo contrário, é vantajoso e devemos recomendá-lo, ou talvez não seja nem bom nem mau e o mais prudente seja calarmo-nos e que cada um faça como desejar.

Ninguém, que o saibamos, nem mesmo os mais ardentes partidários de que as crianças jejuem durante toda a noite, pretendeu seriamente que comer durante a noite fosse prejudicial para as crianças: não da origem a cancro, calvície, **hemorróidas e muito menos “indigestão” ou “má digestão”**. De fato, costuma admitir-se que, nos primeiros meses, a criança pode comer durante a noite. Se comer à noite fosse perigoso para uma criança de dez meses, não o seria muito mais para uma de apenas dois meses?

O perigo terrível de mamar de noite parece ser psíquico: o bebê que provou o leite noturno, como o tigre que provou sangue humano, converter-se-á em devorador de mães.

Não se conhece qualquer prova de semelhante teoria. Provavelmente quem a inventou viu há anos o filme *Gremlins*, aquelas simpáticas e adoráveis criaturas que se transformavam em monstros assassinos se eram alimentadas depois da meia-noite.

McKenna, um antropólogo norte-americano, estudou a inter-relação entre dormir com a mãe e a frequência das mamadas noturnas num grupo de 35 crianças e respectivas mães, norte-americanas de origem hispânica (grupo étnico que considera a partilha do leito com os pais algo de positivo). Vinte das crianças costumavam dormir com a mãe todos os dias, enquanto 15 costumavam dormir separadas; todas eram alimentadas apenas a peito. Quando as crianças tinham três ou quatro meses de idade, cada uma das mães passou a noite com o filho num laboratório. Eram filmados com uma câmara de infravermelhos, enquanto se registravam os seus sinais vitais para distinguir as diferentes fases do sono. Independentemente de qual fora o seu costume em casa, cada criança dormiu uma noite com a mãe e outra separada dela.

Observou-se que as crianças mamavam mais vezes e durante mais tempo quando dormiam com a mãe do que quando dormiam separadas. Quer dizer que dormir separado da mãe parece diminuir o número de mamadas, dificultando, por isso, a amamentação. Além

disso, os bebês que costumavam dormir sozinhos em casa mamavam sempre menos (em média, 3,8 mamadas na noite em que dormiam juntos e 2,3 quando dormiam separados) do que aqueles que costumavam dormir com a mãe antes da experiência (4,7 e 3,3 mamadas, respectivamente). Isto é, dormir separado da mãe parece afetar, de forma persistente, o comportamento das crianças, de maneira que nem mesmo quando se lhes dava oportunidade de dormir com a mãe conseguiam recuperar por completo.

Durante as duas semanas anteriores ao estudo, as mães tinham anotado em casa o número de mamadas noturnas. Curiosamente, mamavam menos do que no laboratório: 2,4 mamadas por noite, os que dormiam juntos (4,7 no laboratório), e 1,6 mamadas, os que dormiam separados da mãe (2,3 no laboratório). A diferença poderia atribuir-se ao fato de as crianças estarem mais nervosas num ambiente estranho, mas observa-se que o aumento é muito maior naqueles que dormem acompanhados (que, em teoria, deviam estar menos nervosos). Talvez o que acontecesse fosse que, em casa, a mãe não dava por todas as mamadas, porque às vezes estava a dormir; enquanto que, no laboratório, a implacável câmara registrava todas as mamadas, sem erro.

O que é a insônia infantil?

Quando uma criança pequena demora para adormecer ou se acorda várias vezes durante a noite e chama a mãe, diz-se que sofre de “insônia infantil devido a hábitos incorretos”. No Manual de Diagnóstico dos Transtornos Mentais (DSM-IV), uma classificação internacional geralmente aceite, não aparece qualquer enfermidade com essa designação. O que aparece é “insônia primária”, cujos critérios de diagnóstico principais são “dificuldade para iniciar ou manter o sono” que provoca “mal-estar clinicamente significativo ou problemas sociais, laborais ou em outras áreas importantes da atividade do indivíduo”.

Se o meu vizinho gosta de se deitar às dez horas, mas eu prefiro ficar a ler até a meia-noite, pode-se dizer que tenho insônia? Claro que não; teria insônia se me fosse deitar às dez, mas não conseguisse dormir até à meia-noite. Por outro lado, se uma criança não quer dormir, mas brincar, dizem que sofre de insônia.

Se me tirarem o colchão e me obrigarem a dormir no chão, irá custar-me muito a adormecer. Isso significa que tenho insônia? Claro que não! Devolvam-me o colchão e verão como durmo bem. Se separam uma criança da mãe e lhe custa a adormecer, terá insônia? Verá como dorme bem se a voltarem a deixar dormir com a mãe!

A verdadeira insônia, de que sofrem os adultos, é algo totalmente diferente dessa “insônia infantil” que se tirou da manga.

Haverá crianças, suponho, que sofrem realmente de insônia, mas habitualmente estamos a falar de crianças que não querem dormir ou querem dormir mas não podem porque as privam do contacto humano de que necessitam para dormir bem. O “mal-estar clinicamente significativo” não é produzido pela falta de sono, mas pela falta de contacto humano. O único mal-estar somos nós próprios que o produzimos, quando, enganados por certas teorias, negamos aos nossos filhos a satisfação das suas necessidades mais básicas.

Ensinar as crianças a dormir

Existem adultos que não sabem ler ou que não sabem geografia porque ninguém os ensinou. Mas não há ninguém que não saiba dormir. Dormir, como comer, respirar ou andar,

não é um comportamento aprendido. Todos nascemos sabendo dormir, comer e respirar, e começamos a andar quando atingimos a idade adequada, sem que ninguém nos ensine. Podemos é aprender a modificar de uma forma específica esse comportamento inato.

Todos sabemos comer, mas, para comer com pauzinhos chineses ou com faca e garfo, é preciso aprender. Todos sabemos respirar, mas para tocar flauta temos de aprender. Todos sabemos dormir, mas para fazê-lo de determinada forma culturalmente aceite (vestir o pijama, deitar-se na cama...), temos de aprender.

É certo que os nossos antepassados pré-humanos já dormiam e não necessitavam de aprender nada.

Quanto mais se separa a forma como queremos que os nossos filhos durmam da forma como é natural para eles fazê-lo, mais teremos de ensiná-los. É muito mais fácil ensiná-los a dormir com pijama ou numa cama do que ensiná-los a dormir sem a mãe. Se estão com a mãe, deixam pôr-lhes fralda, pijama e tudo o mais que faça falta. Não há crianças que armem um escândalo para despir o pijama ou que exijam dormir com a mãe ao ar livre, numa cama de ramos e folhas, como sem dúvida dormiam os nossos antepassados. Ninguém teve de escrever um livro a explicar um método para vestir o pijama às crianças que não o deixam fazer. Não, as crianças não são caprichosas; nas coisas que não lhes parecem importantes estão sempre dispostas a serem cordatas e fazer aquilo que lhes pedimos. Mas ao pretendermos que durmam sozinhas, estamos a exigir-lhes algo totalmente contrário aos seus mais profundos instintos, e a luta é tenaz.

Uma pessoa que não é capaz de andar ou de respirar está doente. Mas uma pessoa que não aprendeu a dançar ou a tocar flauta não tem qualquer doença nem vai ficar doente por não ter aprendido tais coisas. Do mesmo modo, uma criança que não conseguisse dormir estaria doente (e muito gravemente, certamente; a privação absoluta de sono pode originar a morte em poucos dias). Mas uma criança que não aprendeu a dormir sozinha, a dormir com o boneco, a dormir no seu berço ou a dormir no momento que mais nos convém, não sofre de qualquer doença, nem vai ficar doente por esse motivo.

Dizer a uma mãe que, se o filho não dorme sozinho nem de uma só vez, vai ter graves problemas de sono é tão cruel, tão absurdo e tão falso como dizer-lhe que, se o filho não aprender a tocar flauta, vai sofrer de uma insuficiência respiratória quando crescer.

Claro que os defensores de que as crianças devem dormir sozinhas mantêm, neste assunto da aprendizagem, doutrinas contraditórias. Por um lado, parece que é preciso ensinar as crianças a dormir, coisa que já refutamos. Noutros casos, admite-se que a criança já sabe dormir, mas que é necessário ensiná-la a dormir de forma adequada, isto é, como os pais querem (sempre e quando os pais querem, “sozinho, no quarto, de um só sono”; se os pais quiserem outra coisa, então, já não têm o direito de escolher).

Por último, por vezes explica-se a história ao contrário: o normal, aquilo que todas as crianças vêm ao mundo preparadas para fazer, é dormir sozinhas, dormir toda a noite de um só sono e não comer durante a noite. Se pedem a presença dos pais para adormecer, os chamam a meio da noite ou pedem para ser alimentadas, é porque aprenderam um mau hábito. A dita aprendizagem dar-se-ia por condicionamento operativo: a presença dos pais ou do alimento atuariam como reforços positivos, aumentando a frequência do comportamento reforçado (acordar, chorar). O que é necessário fazer é “reeducar” as crianças, que esquecem o que foi mal aprendido e voltam ao “normal”.

Mas esta teoria apresenta vários pontos fracos:

a) Por que razão existem tão poucas crianças que fazem o “normal” e tantas que “aprendem” a fazer algo de anormal? Em muitas sociedades humanas, dormir com os pais ou mamar durante a noite é considerado normal e universal. Mas mesmo na nossa sociedade, em que tais fatos são considerados anormais e são frequentemente criticados, a maioria dos pais “ensina” involuntariamente maus hábitos aos filhos. No estudo de Curell mencionado, seis por cento das crianças dormiam com os pais; mas, de entre as que dormiam sozinhas, 21 por cento ficava a dormir num local “não recomendável”; 64 por cento das crianças e 73 por cento dos pais levavam a cabo rituais de conciliação do sono “não recomendáveis”; 13 por cento tomava bebidas ditas “não normais” à noite; 46 por cento apresentava um comportamento “alterado”; e 51 por cento acordava durante a noite. Somando tudo, 279 por cento faziam algo mal. Isto é, contavam-se três coisas mal por cada criança, e vale a pena perguntar se existia alguma criança que fizesse tudo bem. Se é verdade que a insônia infantil constitui uma doença, é a mais terrível praga da História, não existe ninguém são! É claro que entre aqueles que dormiam com os pais a percentagem de pecados era ainda maior para todos os mandamentos.

b) Por que razão o “normal” (dormir sozinho) é tão fácil de se esquecer e o “anormal” (chamar a mãe) tão fácil de aprender? Ensinar maus hábitos às crianças seria, segundo esta teoria, algo que a maior parte dos pais consegue em pouco tempo, sem conhecimentos de pedagogia e sem mesmo se propor a fazê-lo; ensinar-lhes um sono “normal”, pelo contrário, obriga a seguir de perto (“não façam nada que não vos tenha sido explicado”) recomendações muito pormenorizadas, com objetivos e métodos claramente explicados e complexos horários de espera.

Deste modo, os pais normais devem ser excelentes pedagogos que, em dois dias e como quem não quer a coisa, ensinam aos filhos uma forma muito difícil e estranha de dormir. Por que razão não usam os mesmos métodos para ensinar aos filhos dança clássica, física atômica e filologia eslava? Iriam criar um gênio! Não seria mais lógico que acontecesse exatamente o contrário? Não deveria ser necessário um grande esforço para desviar uma criança do seu comportamento instintivo, ao qual ela voltaria à menor oportunidade? É exatamente isso que acontece.

É necessário esforço, método e insistência para que uma criança durma sozinha, porque isso vai contra a sua tendência inata. Mas volta a chamar os pais à mínima oportunidade, porque isso é o normal.

c) O exemplo clássico do condicionamento operativo é o rato que recebe alimento (reforço positivo) sempre que carrega numa manivela. Segundo aqueles que acreditam nos “hábitos incorretos aprendidos”, acordar e chamar os pais é como mover a manivela. Mas a primeira vez que o rato o faz, fá-lo por casualidade, pois não sabe para que serve. A si parece-lhe que a criança acorda e chora casualmente, como o rato que, às voltas na gaiola, pisa a alavanca sem querer? Ou, antes, será que as crianças desde que nascem mostram uma forte tendência para chamar pela mãe? Não, chamar a mãe não é um comportamento aprendido, é um comportamento inato.

Por outro lado, o rato apenas aperta a alavanca se lhe oferecerem comida e tiver fome. Se, ao apertar a alavanca, em vez de comida saíssem pepitas de ouro, o rato não voltaria a incomodar-se. Apenas serve como reforço aquilo que satisfaz uma necessidade do rato. As pessoas trabalham por dinheiro, porque sabem que com dinheiro podem comprar comida; o rato não compreende algo tão complexo e age apenas em troca de comida. Implicitamente, aqueles que

acreditam que a presença da mãe atua como reforço positivo estão a admitir que essa presença é tão necessária para a criança como o alimento o é para o rato.

Deste modo, a brilhante ideia “não responda quando o bebê chorar, porque assim ele deixará de fazê-lo” é equivalente a “não dê comida ao rato quando aperta a alavanca e assim ele deixará de apertá-la”. O problema é que o rato morre de fome se não lhe derem comida. E as crianças, o que lhes acontece se não lhes for dada atenção?

Alguns pais não querem deixar os filhos chorar, mas também não querem dormir todos juntos ou não gostariam de tirá-los já da cama. Se for este o caso, irá interessar-lhe saber que foram propostos métodos para “ensinar” as crianças a dormir sem deixar que chorem. É claro que não se trata de métodos mágicos, exigem tempo e paciência. Mas recorde que não está a ensinar nada ao seu filho que ele necessite de saber, mas algo que lhe convém a si que ele saiba. Não lhe está a fazer um favor, mas está a pedir-lhe algo. Se o seu filho lhe fizer esse favor, deve ficar-lhe agradecido. E, se não o fizer, deve aguentar; a criança não tem qualquer obrigação.

Um hábito difícil de quebrar

Num estudo, a frequência da partilha da cama com os pais parece aumentar com a idade: três por cento das crianças com menos de quinze meses dormem com os pais, contra nove por cento das que têm entre quinze e trinta e seis meses. Os autores concluem:

[...] que dormir com os pais é um hábito e que a alteração ou abandono de um hábito é difícil em longo prazo.

Assim deveria ser, de fato, se se tratasse de um hábito ou de uma aprendizagem: quanto mais vezes o comportamento for reforçado, mais frequente se torna e mais difícil é de abandonar. Isso é o que acontece com outros hábitos e outras aprendizagens. É mais fácil que uma menina de quatro anos se esqueça de escovar os dentes do que uma senhora de quarenta. É mais fácil deixar de fumar ou de beber quando apenas se teve esse comportamento durante alguns meses do que durante vários anos.

As pessoas mais velhas são normalmente mais exigentes com os hábitos que têm e qualquer mudança as aborrece e desorienta.

Da escola recordamos perfeitamente as somas e as multiplicações, porque tivemos de praticá-las com frequência; mas muitos adultos teriam muita dificuldade em fazer uma raiz quadrada, porque é algo que não voltamos a fazer desde os quinze anos.

Se, por dormir apenas uma vez na cama dos pais, a criança já adquire esse pernicioso hábito, quando lá dormir durante três meses será um criminoso recalcitrante e, quando tiver três anos, um pecador sem salvação.

Só que em medicina não se demonstram as coisas com raciocínios, mas com estudos. Para afirmar que “o abandono de um hábito é difícil em longo prazo”, temos de ver essas crianças em longo prazo e comprovar se abandonaram esses hábitos ou não. O estudo de Curell e colaboradores chega apenas até aos três anos, não sabe o que acontece depois. Outros investigadores que também não hesitam em classificar a partilha da cama com os pais como um “mau hábito”, encontraram resultados bem diferentes numa zona rural da Catalunha: dormiam com os pais 51 por cento das crianças com idades entre os cinco e doze meses; 28 por cento das de treze meses a três anos e, parece, zero por cento (pelo menos não foram mencionadas) das crianças entre três e sete anos. Na América do Norte, Rosenfeld e os seus

colaboradores também verificaram que a frequência com que os filhos partilhavam a cama dos pais diminuía até aos dez anos.

Quer dizer, não só o “hábito” não é difícil de quebrar, como se quebra por si. Apesar de os pais continuarem a reforçar o seu comportamento (isto é, deixando-os dormir na cama com eles ou respondendo quando choram), a “aprendizagem”, longe de ser reforçada, enfraquece até ser completamente esquecida e as crianças cada vez choram menos durante a noite e estão mais dispostas a dormir sozinhas. Chegará uma idade em que o seu filho não quererá dormir consigo por nada do mundo. Chegará uma idade em que nem sequer quererá partilhar o quarto com os irmãos (e quando não há mais quartos, o conflito está instalado). Estes fatos são incompatíveis com a teoria da aprendizagem e demonstram que o fato de acordarem durante a noite a chorar e procurarem a companhia dos pais não são comportamentos aprendidos por reforço, mas comportamentos inatos próprios de uma determinada idade, que desaparecem por si mesmos no momento adequado.

Certamente que, se os hábitos fossem assim tão “difíceis de quebrar”, por que razão os mesmos que querem impedir o hábito de dormir com a mãe não duvidam ao recomendar outros hábitos alternativos? Por exemplo:

Um dos dois [pais] escolhe um dos bonecos do filho e dá-lhe um nome, Pedro, digamos. Apresenta-o ao filho e diz-lhe que, a partir de hoje, o seu amigo Pedro dormirá sempre com ele.

E parece normal que o amigo de um menino não seja um ser humano, mas um boneco? Pois não só é seu amigo como o seu melhor amigo, pois os outros amigos (os pais) abandonam-no e Pedro não o faz. Mas, como estávamos a dizer, não preocupa a ninguém que a pobre criança se habitue a dormir com o Pedro?

Dizem-no de forma clara; “Dormirá sempre contigo.” Os familiares e os vizinhos não começarão a tecer críticas? “Quando for para a tropa, terá de levar o boneco.” “Quando se casar, na noite de núpcias vai ter de pôr o boneco na cama entre eles.” Não, é claro que ninguém diz estes disparates. Estamos todos de acordo em que a criança dormirá com o boneco durante algum tempo, enquanto necessitar, e que depois o irá pôr de parte. Mais ou menos o mesmo tempo que necessita de dormir com a mãe, da qual o boneco não é mais do que um triste e frio substituto. E se, por acaso, o leitor teve a coragem de desafiar os preconceitos sociais e admitir o seu filho na cama de casal, certamente que aí, sim, terá ouvido dezenas de comentários estúpidos.

Deixá-lo sozinho quando ainda está acordado

Ao que parece, é proibido adormecer uma criança ao colo, embalada no berço ou fazendo-lhe companhia até que adormeça. Os fanáticos deste mito chegam a exigir que, se algum dia por casualidade a criança adormecer fora do berço (e qual foi a criança que nunca adormeceu no automóvel, no regresso de um passeio?), devemos acordá-la para deitá-la no berço desperta.

Este mito justifica-se com a crença de que, no momento em que adormece, a criança experimenta uma espécie de milagrosa fixação em tudo aquilo que a rodeia. Se quando acordar durante a noite não vir exatamente o mesmo que viu no momento de adormecer, entrará em pânico e começará a chorar:

A criança associa ao sono uma série de elementos externos que permanecem na sua mente durante toda a noite: o berço, o ursinho, etc.”

Quer dizer, considera-se que chamar a mãe durante a noite é algo aprendido de forma puramente mecânica e que a criança a chama apenas porque a viu no momento de adormecer. Um ursinho tem exatamente o mesmo efeito, com a vantagem de que pode estar presente durante toda a noite para tranquilizar a criança e a mãe não o pode fazer. (Por que não? Porque a mãe aborrece-a ter de aguentar a criança durante toda a noite, enquanto isso é indiferente ao ursinho. E se não aborrecer a mãe estar com o filho, antes for para ela um prazer? a mesma coisa. Deve obedecer ao especialista e ponto final.)

Curiosamente, entre esses “elementos externos” menciona-se frequentemente um móbil pendurado no teto e um pôster a parede. O pormenor de que, quando a criança acorda a meio da noite, na mais completa escuridão, não possa ver tais objetos (e por isso, segundo a teoria, teria de pôr-se a chorar até que alguém acendesse a luz) não parece diminuir em nada a fé dos crentes. O que dizer da criança que adormece numa tarde de verão, quando ainda ha luz natural, e desperta a meio da noite? Ou daquele que adormece embalado pelo barulho das conversas e da televisão, em casa ou na dos vizinhos, e desperta no mais completo silêncio? Por que razão existem elementos externos cuja desapareição não parece importunar em nada a criança? Será que existem categorias, que certos elementos lhe interessam mais do que outros?

Faça uma experiência. Esta noite, querida mama, meta-se na cama com o seu filho de um ano e com um boneco. Deixe instruções ao seu marido para que, a uma da manha, entre cuidadosamente no quarto, leve o boneco e vá dormir para outra cama.

Amanhã à noite, faça o contrário: a uma da manha, o seu marido ira acordá-la e deixam ambos o quarto, deixando o seu filho com o boneco. Acha que a criança reagira do mesmo modo nas duas noites? Claro que não. Quando lhe levam o boneco, a criança não se importará. (A não ser que esse seja o seu boneco especial, aquele que algumas crianças levam para todo o lado durante o dia, aquilo que os psicólogos chamam um objeto de transição. Ou seja, nem mais nem menos do que um substituto da mãe; as crianças que adormecem ao colo e que dormem com a mãe não possuem nem necessitam de um objeto de transição.)

Aquilo por que a criança reclama durante a noite não é a ultima coisa que viu, mas uma pessoa. E não uma pessoa qualquer. Se o seu filho adormecer ao colo de um desconhecido, quando acordar a meio da noite, por quem irá chamar? Pelo desconhecido ou pela mãe?

Existe alguma prova de que as crianças acordam mais frequentemente se os pais estavam presentes no momento em que adormeceram? Os únicos estudos científicos realizados para comprovar a veracidade desta afirmação são os levados a cabo por Adair e colaboradores, na América do Norte. No primeiro estudo observaram que uma em cada três crianças de nove meses só adormecia na presença de um dos pais. Durante a semana anterior a pesquisa, aqueles que iam dormir sozinhos tinham acordado três vezes e os que necessitavam de companhia para dormir tinham acordado seis vezes. Os autores sugeriam uma relação causal (foi o fato de terem adormecido acompanhados que os fez acordar), mas é fácil imaginar outras explicações. Por exemplo, uma vez que os pediatras e os livros dirigidos aos pais defendem que se deite a criança acordada no berço, sobretudo nos países anglo-saxônicos, os pais que não sigam esse conselho poderiam também estar a criar os filhos de maneira diferente noutros aspectos. Ou talvez os pais se vejam obrigados a fazer-lhes companhia precisamente porque essas crianças dormem pouco. Ou talvez se trate de pais que respondam mais as necessidades dos filhos e por isso se levantem mais frequentemente quando os ouvem chorar. (Neste estudo, “despertar

noturno” significava que os pais tiveram de se levantar para ir acalmar o bebê. Não se contaram as vezes que a criança acordou, mas ninguém lhe ligou.)

Num segundo estudo, os mesmos autores deram a vários pais de crianças de quatro meses uma folha de instruções em que se indicava que se deve deitar sempre a criança acordada no berço, até ao ponto de se dever desperta-la se ela adormeceu acidentalmente. Aos nove meses, deram-lhes os mesmos questionários do estudo anterior. As crianças do primeiro estudo serviam de grupo de controlo. A percentagem de pais que estava presente enquanto a criança adormecia tinha diminuído de 33 para 21 por cento. A média de despertares noturnos por semana baixou de 3,9 para 2,5, e a percentagem de crianças que acordou sete ou mais vezes por semana baixou de 27 para 14 por cento. Dentro do grupo experimental, as crianças que adormeciam sozinhas despertavam 1,6 vezes por semana, contra seis vezes para as crianças que dormiam acompanhadas. Os autores concluíram que o método apresentado era altamente eficaz, mas não explicaram como uma intervenção que apenas mudou o comportamento de 12 por cento dos pais pode ser “tão” eficaz que faça dormir 13 por cento mais de crianças (é como dizer: “este antibiótico é tão bom que, das 12 pessoas que o tomaram, 13 curaram-se”).

Também surpreende que as crianças que adormecem sozinhas no primeiro grupo despertem três vezes e no segundo grupo, 1,6 vezes, quase a metade. Qual a razão desta alteração tão grande, quando se supõe estarem a fazer a mesma coisa? Ou o número de vezes que uma criança acorda é tão variável que a diferença é casual e não tem importância (e, nesse caso, que valor tem o resto do estudo?), ou então esses pais estão a fazer algo que não faziam anteriormente. Curioso, escrevi aos autores e pedi-lhes a folha de instruções que entregaram aos pais no grupo experimental. Acontecia que, além de recomendar que se colocasse o bebê acordado no berço, indicava que, se acordasse durante a noite, os pais deviam “esperar uns minutos” antes de responder, para ver se voltava a adormecer sozinho (Robin H. Adair, comunicação pessoal, 1992). E de supor que os pais seguiram ambos os conselhos ao mesmo tempo, enquanto outros não seguiram nenhum. Os pais que fazem companhia ao bebê quando este adormece respondem assim que ele acorda. Os pais que deixam o bebê adormecer sozinho fazem ouvidos de mercador e não respondem quando ele chora. Uma vez que apenas se contabilizam como despertares noturnos os episódios em que os pais respondem, este conselho falseia os resultados, criando uma associação entre deixar a criança acordada no berço e o fato de não reagir quando ela acorda.

As crianças, a cama e o sexo

Dizem que um bebê no quarto interfere com a vida sexual do casal. Mas isso não é verdade. Quando os bebês dormem, fazem-no profundamente; e mesmo quando um bebê dorme na cama dos pais é possível, depois de ter adormecido, retirá-lo da cama e colocá-lo durante algum tempo no seu berço. É certo que pode acordar, mas isso também pode acontecer se dormir noutro quarto e, se ninguém o for ver imediatamente, em dois minutos começa a chorar muito. Além disso, o dia tem muitas horas e a Casa tem muitos quartos. Se o leitor não encontra forma de manter relações sexuais, não ponha a culpa na criança.

Uma versão extrema deste mito pretende que a mãe coloca o bebê na cama de casal como barreira entre si e o marido.

Se existem tensões entre os pais, colocar a criança na cama de casal pode servir-lhes para evitar o confronto e a intimidade sexual [...], em vez de ajudar o filho, esta a utilizá-lo para não ter de enfrentar e resolver os seus próprios problemas."

Este tipo de comentário parece-me insultuoso. E claro que haverá casais com problemas, mas por que razão é a primeira coisa que ocorre a algumas pessoas quando vêem o bebê na cama dos pais? Por que razão ninguém faz o comentário contrário? ("Se existem tensões entre mãe e filho, meter o marido na cama pode servir-lhe para evitar o confronto e o contacto estreito da amamentação [...], em vez de ajudar o marido, esta a utilizá-lo para não ter de enfrentar e resolver os seus próprios problemas."

E um comentário insultuoso para a mãe (acusada de não amar o marido apenas porque ama o filho) e para o pai. Para "evitar a intimidade sexual", se o marido for normal, basta o típico "dói-me a cabeça". Se um marido for tão insensível que não respeite essa negativa, será que se ira deter pela simples presença de um bebê? E se a presença de um bebê é a única coisa que impede que seja violada pelo marido, que direito temos de a privar desta última e desesperada solução?

O choro terapêutico

Olhou para a sua digna consorte e com expressão de grande satisfação pediu-lhe, lisonjeador, que chorasse o mais possível, pois os médicos consideravam ser esse um exercício muito salutar.

"Chorar abre os pulmões, lava o rosto, exercita os olhos e suaviza o carácter", disse Mr. Bumble.

"Por isso, deixe chorar."

CHARLES DICKENS, *Oliver Twist*

Gritar é um exercício muito saudável que provoca uma excelente ventilação dos pulmões.

STIRNIMANN

E os pneumologistas ainda não o descobriram! Vai-se descobrir que o choro é o melhor remédio para o tratamento da bronquite crônica e da asma!

Mas agora não queria falar do choro e dos pulmões, um tema tão gasto que até Dickens brincava com o assunto cem anos antes de Stirnimann o voltar a dizer a sério; quero falar de outra teoria mais insidiosa.

A doutora Aletha Solter recomenda que se tratem as crianças com carinho e respeito, que se lhes pegue muito ao colo, que se durma com elas e se lhes dê de mamar. Muitas mães apreciam os seus livros. Mas quando trata do assunto do choro, faz afirmações mais do que discutíveis: em primeiro lugar, atribui as lágrimas uma curiosa função excretora, como se complementasse dos rins:

As investigações demonstraram que pessoas de todas as idades beneficiam com um "bom choro" e que as lágrimas ajudam a restaurar o equilíbrio químico do corpo afetado pelo stress.

E, é claro, se chorar é bom, deve-se deixar chorar as crianças:

Mas se o bebê continua a estar aborrecido ou "rabugento" depois de termos satisfeito as suas necessidades primárias, deveríamos tomá-lo nos braços carinhosamente e permitir que continue a chorar.

Poderia estar de acordo com esta frase se realmente se tivessem satisfeito as necessidades da criança (e não só as primárias).

E verdade que por vezes não sabemos o que se passa com uma criança, que tentamos tudo e não conseguimos consolá-la e que, nesses casos, o melhor que nos resta fazer é aninhá-la no colo e dar-lhe o nosso carinho e a nossa companhia. O problema é que Solter parece ser contra a tentativa de consolar as crianças que choram:

É muito provável que os nossos pais tenham tentado constantemente parar o nosso pranto quando éramos bebês. Talvez nos dessem a chupeta ou doces, ou nos embalassem sempre que chorávamos, pensando que era disso que necessitávamos.

Considera que pegar nas crianças, embalá-las, amamentá-las quando pedem, distraí-las ou fazer-lhes cócegas são manobras repressivas que as impedem de chorar e que, por isso, lhes são prejudiciais. Algumas mães, seduzidas por esta teoria, deixam de tentar consolar o filho. E quando este, claro, chora mais que nunca, Solter pretende fazer-lhes crer que isso é bom sinal: está por fim a chorar o pranto reprimido, o que não tinha podido expressar devido ao excesso de mimos.

Não, não acredito nesta teoria. Não passa do mesmo com uma outra apresentação. E deixar chorar a criança tendo por base teórica outro absurdo como a expansão dos pulmões. Solter nega a criança qualquer capacidade de decisão: se a mãe acha que a criança tem fome, dá-lhe o peito porque ela necessita.

Mas se acha que não tem fome, então decide que aquilo de que o bebê necessita é chorar. E quem é ela para decidir se a criança tem fome ou não, se necessita de peito ou de chorar? Prevendo que a mãe não vai ter qualquer motivo objetivo para decidi-lo, Solter propõe recuperar os horários rígidos: se a criança chora fora da hora, evidentemente, “não pode” ser fome. O relógio conhece as necessidades do bebê melhor do que o próprio interessado! O que nos propõe é dizer aos nossos filhos: “Sei que se te embalo, te acaricio, te dou o peito ou a chupeta, deixaras de chorar, mas não o penso fazer porque quero que chores. Oferecer-te-ei o meu colo, mesmo que me estejas a pedir outra coisa.” Parece-me absurdamente cruel.

Creio que as crianças, como os adultos, choram para comunicar, para pedir ajuda. Normalmente, quando estamos sozinhos, choramos em silêncio ou sorrimos em silêncio. Choramos alto ou rimos a gargalhada quando estamos acompanhados, quando alguém nos consegue ouvir. As crianças choram para que lhes façamos algo, não para que as olhemos impassíveis. E se nós nos sentimos melhor depois de chorar, não é por termos eliminado substâncias tóxicas, mas porque o choro provocou uma reação em quem nos rodeia, porque nos consolaram e cuidaram de nós.

Família, sociedade limitada

Impor limites às crianças é outra das modas da puericultura. Escrevem-se livros inteiros dedicados a esta nova ciência. Desde logo, os limites impõem-se para bem da criança:

Os limites são meios de ajuda, pilares importantes para limitar o terreno de jogo, para que a criança possa mover-se nele de forma segura e protegida.

Claro, é importante dar limites às crianças, porque senão não teriam limites. Imagina esta terrível situação?

Uma criança que não tivesse limites tiraria os olhos a todos os seus amigos, comeria 200 caramelos em cinco minutos, atirava-se pela janela. Uma criança sem limites seria uma coisa tão terrível, aterradora, repugnante que..., que... Como é que nunca vimos nenhuma? Como seria uma criança sem limites?

Uma menina sem limites

A Marta esta na cama deliciada, mas a mãe chamou-a e tem de se levantar. Por que razão não poderia ficar deitada durante mais meia hora? Ou melhor, não ir à escola? Devia ser sempre férias, ir todos os dias à praia ou andar de bicicleta. Ou melhor ainda, montar a cavalo. Se tivesse um cavalo, dar-lhe-ia açúcar e cenouras e cavalgaria sozinha, descobrindo novos países. Bem, sozinha não, iria com a Isabel que é um amor...

Um grito da mãe tira-a da sua fantasia. Sim, já me levanto... Que aborrecido, ter de se lavar com água tão fria. E este sabonete não cheira bem. Em casa da Isabel ha um sabonete que cheira muito bem. Não gosto nada deste vestido. E os tênis Cosme®, que vergonha, todas as meninas da escola têm tênis Acme®, mas o papai teima em não me comprar outros antes que estes se estraguem...

Ha já algum tempo que Marta desistiu de pedir mais chocolate no leite, não ha maneira de fazer a mãe compreender que o leite tem de ficar todo escuro. Bolachas redondas! As bolachas boas são quadradas. Lavar os dentes depois do pequeno-almoço?

Mas, mama, as minhas amigas apenas lavam os dentes quando se vão deitar. Bem, esta bem... O dentífrício pica; por que razão nunca ha dentífrício de morango?

E preciso levar a mochila com os livros. E preciso andar até a escola. A mama não quer ir de carro porque diz que por causa de duzentos metros não é necessário. Marta detém-se para ver a montra da loja de brinquedos, pede o trem elétrico; “Pede-o para o Natal”; puxão no braço. Detém-se para se equilibrar na borda do passeio-, puxão no braço. Da um pontapé numa pedra; puxão no braço. Detém-se para ver um cão que faz xixi junto à parede; puxão no braço. Põe o pé dentro de uma poça; puxão e gritos.

A escola é um aborrecimento. Não me posso levantar quando quero, não me posso sentar ao lado da Isabel, não posso falar, não posso rir, tenho de olhar para a professora, tenho de ouvi-la. Entrega os trabalhos, abre o livro, tira um papel, ditado, não te sentes com as costas tortas. Não vês que é preciso afiar o lápis? Façam os exercícios da pagina 30, desenhem uma vaca, para amanhã, os exercícios da pagina 42. Vá lá, Marta, diz-me a tabuada dos 3... Desde quando 3 vezes 6 são 19? Vamos lá, alguém pode dizer a Marta quantos são 3 vezes 6? A Isabel diz que já não é tua amiga porque te viu a brincar com a Sonia. Pois então diz à Isabel que ela é uma tonta e que eu brinco com quem quiser. Então, meninas, o que têm vocês de tão importante a dizer que não pode esperar pelo final da aula? Porque não o dizem alto para que possamos todos ouvir? Outra vez ervilhas! E a tonta da Isabel que não se quer sentar comigo. Olha como fala com a Ana, só para me fazer ciúmes. Que horror, peixe!

O regresso a casa não pode ser mais animado. Ha puxões de braço em frente da padaria (não ha croissants de chocolate!), em frente da loja de brinquedos (não ha trem elétrico!), em frente da loja dos computadores (não ha jogo novo!), em frente do quiosque de jornais (não ha pastilha elástica!). Marta, por favor, hoje estás a aborrecer-me! (Sim, hoje e ontem e todos os dias.)

É preciso mudar de sapatos antes de ir brincar. É preciso fazer os trabalhos de casa antes de ver televisão. E preciso apagar a televisão agora mesmo, quando o programa é tão

interessante, para ir já jantar. E preciso ajudar a por a mesa antes de jantar. E preciso lavar as mãos antes de por a mesa. Já te disse vinte vezes que laves as mãos. Olha as mãos que tens! Oh, não!

Ervilhas outra vez. Nem que fosse de propósito. Mama, posso comer ovo estrelado? O quê? Pescada? Há mousse de chocolate? Primeiro tens de comer a fruta.

A fruta é muito saudável. Não quero. Tens de comer uma pêra.

Não, pêra não, não ha banana? Não. Ou pêra ou maçã. Não quero, quero mousse. Menina, não respondas a tua mãe. Buaaaah! Esta bem, toma lá a mousse e cala-te!

Parem a imagem, avisem a policia. Vêem o que acaba de acontecer? A Marta conseguiu o que queria. Bastou-lhe chorar um pouco para levar a melhor sobre a mãe. E uma menina típica que leva SEMPRE a melhor. Completamente mal-educada. E tudo isto porque os pais não souberam impor-lhe limites.

Dão-lhe TUDO aquilo que pede. Esta menina vai ter graves problemas de comportamento:

As crianças que vêm satisfeitos todos os seus desejos costumam sentir-se profundamente tristes, uma vez que no fim nunca tem o suficiente. Os pais que mimam os seus filhos sem qualquer limite fazem com que as suas exigências se tornem cada vez maiores.

Não, não se admire. A Marta não terá qualquer problema por “ter levado a melhor”. Pelo contrario, levar a melhor de vez em quando, ver que em algumas ocasiões não é um mero juguete do destino, mas que pode fazer alguma coisa, desejar alguma coisa, conseguir alguma coisa, influenciar os outros, é provavelmente uma experiência necessária para o desenvolvimento da personalidade. Porque Marta, como as outras crianças, obedece dezenas, centenas de vezes por dia.

Ao exigir a sua mousse de chocolate, Marta esta a aprender a expor com clareza o seu ponto de vista e a exigir respeito; dentro de alguns anos, saberá fazê-lo sem chorar nem gritar e, quando for adulta, veremos estas qualidades como positivas. A mãe esta a mostrar-lhe que a ama verdadeiramente, isto é, que a valoriza como ser humano e que tem em conta as suas opiniões e aquilo que diz. Com o seu exemplo, a mãe está a ensinar a Marta a ceder. Para fazê-lo corretamente, poderia ter-lhe ensinado a ceder com elegância e, em vez de gritar “Esta bem, come a mousse e cala-te!”, poderia ter dito, sem levantar a voz: “Bom, se preferes a mousse, toma a mousse.”

Devemos então dar aos nossos filhos tudo aquilo que nos pedem? É claro que não. Mas não porque isso os torna mal-educados, mas porque é simplesmente impossível.

Não existem crianças sem limites. Fatos físicos que nem a criança nem os pais podem modificar impõem já limites consideráveis. O seu filho não pode voar, nem pode evitar que a chuva lhe estrague um dia de praia.

Outras vezes, você obriga-o a fazer algumas coisas ou proíbe-o de fazer outras por motivos **mais do que justificados** (ou pelo menos que a si lhe parecem justificados, mesmo que outras famílias possam ser de opinião diferente). E preciso ir à escola, fazer os deveres, ir jantar, lavar as mãos. Não se pode comer muitos caramelos, chega de sorvetes, não temos dinheiro para ir a Paris de férias, a mesa é muito cara, não gosto que estejas tantas horas a ver televisão, não se pode andar na cidade de bicicleta porque ha muitos carros, guarda o brinquedo porque vamos à casa dos avós, tens de tomar banho, apanha a roupa suja do chão, não mexas na torneira do gás, não podemos ter um cão num apartamento...

Se os limites são realmente necessários para a felicidade das crianças e para a formação da personalidade e do caráter, não ha dúvida de que todas as crianças, ricas ou pobres, com educação rígida ou “mimadas”, têm todos os dias centenas de oportunidades para desfrutar de tais limites.

A propósito, por que razão supomos que são precisamente as crianças que necessitam de limites para serem felizes, gostam de tê-los e são infelizes se não os tiverem? Os nossos filhos são tão diferentes que sofrem ou desfrutam precisamente com o oposto de nos? Aos adultos costuma acontecer o contrário: os limites tornam-nos infelizes (o amor não correspondido, as férias que não podemos fazer, o automóvel que não podemos comprar, a dieta sem colesterol, a casa demasiado pequena, o jogo que a nossa equipa perde...), enquanto as coisas que conseguimos e os objetivos que alcançamos contribuem para a nossa felicidade.

O que pode haver de verdade na ideia de que a falta de limites torna as crianças infelizes?

Imaginemos que uma quinta-feira o Luisito recorta com mais ou menos destreza as fotografias de uma revista velha. O pai diz-lhe que o está a fazer muito bem e, quando a mãe chega do trabalho, ele explica com orgulho a frente do filho: “Olha que bem recortado, como segue os contornos. Parece mentira, só com dois anos, que habilidoso é este menino.” Vaidoso, no sábado, o Luisito tenta repetir a façanha, mas, surpresa, a mãe grita: “Mas o que fazes, meu patife, a estragar as revistas! Este menino dá cabo de mim!”, e o pai junta-se a descompostura: “Foste um menino mau, esta tarde estás de castigo e não vês televisão.”

Suponho que é isto a que se referem aqueles que defendem que as crianças não são felizes se não têm limites claros e consistentes e não vivem num ambiente previsível. Se aquilo que ontem dava direito a elogios (ou indiferença) dá hoje origem a gritos e castigos, a criança não pode, desde logo, ser muito feliz.

Mas é a inconsistência ou os gritos que fazem a criança infeliz? Porque os pais poderiam ser mais consistentes de duas maneiras bem diferentes:

- A partir de agora, elogiá-lo sempre que recorte revistas.
- A partir de agora, gritar-lhe e castigá-lo sempre que recorte revistas.

Em ambos os casos, a regra é clara e os resultados são previsíveis. Segundo certos teóricos, Luisito seria igualmente feliz com ambas as atitudes. Mas suspeitamos que não, que ele preferiria mil vezes a primeira opção.

Se, pelo contrario, eliminarmos os gritos e os castigos, as inconsistências não parecem tão terríveis. Por vezes, o Luisito recorta revistas e os pais ficam orgulhosos. Outras vezes, ele faz o mesmo e os pais não dizem nada. De vez em quando, Luisito recorta revistas e os pais dizem-lhe, amavelmente e sem gritar: “Vamos lá, deixa de recortar que já chega” ou “Não mexas na tesoura, que te podes machucar” ou “Deixa a revista, não a estragues”. Aqui, a reação dos pais é imprevisível, variando desde a muito positiva até à moderadamente negativa. Acha que o Luisito vai ser infeliz por isso? Parece-me que não, que nem os nossos filhos são tão frágeis nem nos, os seus pais, somos tão consistentes. A maioria de nos responde de maneira diferente em diferentes ocasiões, segundo o nosso humor, as nossas preocupações do momento ou o simples acaso; e não somos apenas inconsistentes no tratamento com os nossos filhos, mas também em muitos outros aspectos da nossa vida. A capacidade para adaptar os limites as situações denomina-se flexibilidade e é uma virtude que também convém ensinar (através do exemplo) aos nossos filhos. A incapacidade para manter fixos os limites que nos próprios estabelecemos no dia anterior denomina-se debilidade humana, e compreendê-la é uma virtude que os nossos filhos também irão aprender.

Por outro lado, mesmo que os limites sejam fixos, imutáveis, claros, consistentes e previsíveis, é possível que o nosso filho não se dê conta. É possível que a sua idade ou desconhecimento da situação o impeçam de apreciar todos os matizes dessa situação e que as nossas respostas lógicas, razoáveis e racionais lhe pareçam caóticas e absurdas. Se o leitor estava a pensar que os pais do Luisito são ligeiramente perversos por mudarem tanto de opinião de um dia para o outro, saiba que não, que são uns pais bastante normais. Mas umas vezes o Luisito recorta uma revista que era para deitar fora, outras uns fascículos que a mãe coleciona. Umhas vezes usa tesouras sem bico para crianças e outras vezes agarra sem cuidado as afiadas tesouras de costura que poderiam ser a arma do crime em qualquer filme. Umhas vezes recorta a revista na hora de brincar, outras começa a fazê-lo na hora de tomar banho ou de jantar. Umhas vezes fá-lo no corredor, outras vezes na sala, deixando tudo cheio de pedaços de papel, cortando ao mesmo tempo um tapete persa. Os pais tinham razão para reagir de maneira diferente? Que diferença existe para uma criança entre limites consistentes e outros que mudam caprichosamente, se não for capaz de compreendê-los?

Não, não estou a defender que não imponhamos limites aos nossos filhos, pela simples razão de que isso é impossível. O que peço é que não lhes imponhamos limites artificiais e artificiosos.

Se o nosso filho nos pede algo que não ira prejudicar a sua saúde, que não ira destruir o meio ambiente, acho que sim, que podemos comprar, que sim, que temos tempo para conceder-lhe... não o proibamos apenas “para marcar limites” ou “para que se acostume a obedecer”. Se lhe negamos algo e vemos que a sua reação é “desproporcionada”, não teremos avaliado mal as circunstâncias, não ser aquilo que lhe negamos muito mais importante para ele do que pensamos? Reavaliemos a nossa decisão a luz deste novo conhecimento: ira ficar com lepra só por tomar banho amanhã e não hoje? O mundo cai se, em vez de sairmos agora, esperarmos que terminem os seus desenhos animados preferidos? Morrerá de frio se não vestir o casaco?

Sim, por último e apesar de tudo, decidimos não ceder; se é preciso ir para a escola, acabar os deveres, desligar agora mesmo a televisão, seremos capazes de usar a nossa autoridade sem prepotência, de não acrescentar gritos e ofensas as nossas ordens, de tolerar a frustração do nosso filho e aceitar que obedeça enquanto responde e não com um sorriso nos lábios como os meninos bons dos filmes? Diz—se que os granadeiros de Napoleão “resmungavam e continuavam a avançar”; nem mesmo ele conseguiu que lhe obedecessem sem riostar.

Ligada ao assunto dos limites encontra-se a muito difundida crença de que as crianças pequenas se dedicam a uma curiosa e exclusiva atividade conhecida como “avaliar os limites”. Exclusiva, porque nenhum adulto a pratica, que se saiba.

Por exemplo, imagine que uma amiga sua vem visitá-la a casa uma tarde. “Que jarra tão bonita!” Pega-lhe, admira-a e deixa-a cair... e lá esta a jarra (louça de porcelana antiga, recordação da sua avó) feita em cacos. Por que razão o fez ela? Está a avaliar os limites. Se você não a castigar imediatamente, a partir deste momento vai dedicar-se a partir todas as jarras que encontre e provavelmente também a pintar as paredes e a abrir a torneira de segurança do gás, porque lhe terá perdido o respeito.

Que disparate! Partiu-a sem querer, esta muito pesarosa, pedira mil desculpas ainda que você lhe diga que não tem importância, e não se atreverá a aproximar-se de outra jarra durante vários anos.

E se for a sua filha a partir a jarra? O que a leva a pensar que os motivos para tê-lo feito são diferentes?

O que é diferente, em todo o caso, é o conhecimento e a experiência. Uma menina de dois anos ainda não sabe que a porcelana se parte e o plástico não, e, além disso, é fisicamente incapaz de estar quieta e é menos hábil com as mãos. E claro, você tem de ir ensinando com paciência as coisas com as quais pode brincar e com as quais não pode, e como tratar com cuidado os objetos frágeis. Mas a sua filha não pensou em dado momento “Vamos ver até onde posso chegar. Vou partir esta jarra.”

Foi a leitora que cometeu a imprudência de deixar uma jarra de grande valor ao alcance de uma criança de dois anos. Quando se tem crianças, todos os objetos de valor se devem guardar mais alto ou fechados a chave e não se voltam a retirar até que o menor esteja já civilizado. Boa ocasião para deixar a mão todos os presentes horríveis que lhe têm dado e de que não consegue livrar-se.

O que poderá fazer se a sua filha acaba de partir uma jarra de grande valor? Escolha uma das seguintes opções:

- a) Uma palmada na mãozinha.
- b) Olha o que fizeste! Disse-te vinte vezes para teres cuidado! Como me aborreces!
- c) Ficas de castigo sem ir ao parque.
- d) Gostava muito dessa jarra, valia muito dinheiro e era a única recordação que tinha da minha avó. Agora vou ficar muito triste por tua causa, espero que estejas contente.
- e) Terás de pagar pelo menos uma parte da jarra, por isso vais receber só metade da tua semanada até ao Natal.
- f) Ó, que pena, partiu-se a jarra! É preciso ter muito cuidado, as jarras não são para brincar. Anda, agora temos de apanhar os cacos com a vassoura.
- g) Não importa; não passava de uma jarra velha.

Observe que, se quem partiu a jarra foi a sua amiga, a sua vizinha ou a sua cunhada, não ha a menor dúvida: você escolheria sempre a opção “g”. Insistiria com ela, repetiria uma e outra vez, enquanto a pessoa se desfazia em desculpas. Pois bem, creio que também é a opção mais adequada para a sua filha de oito anos. Ela já sabe perfeitamente que o jarrão é importante, que é preciso ter cuidado, que você ficou triste e que esta a escondê-lo por educação. Ela esta triste, envergonhada e daria qualquer coisa para não ter partido a jarra. Não necessita de censuras nem de discursos.

A opção “e” esta muito difundida quando se trata de crianças maiores, mas parece-me um pouco mesquinha. A leitora nunca pediria dinheiro a sua amiga, nem o aceitaria se ela lho oferecesse, mesmo que ela tivesse um bom salário. Como iria pedir dinheiro a sua filha que é menor de idade e não ganha nem para os sorvetes?

Se for a sua filha de dois anos que partiu a jarra, a opção “g” pode ser inadequada. Poderia acreditar nela, pensar que realmente não ha diferença entre partir uma jarra de louça e rebentar um balão. Nesta idade, uma resposta semelhante à “f” é respeitosa, compreensível e informativa. E guarde os restantes adereços num lugar seguro, porque uma criança tão pequena nem sempre compreende as coisas de primeira.

A permissividade: medo da liberdade

Não me considero permissivo.

DR. SPOCK

Benjamin Spock é o autor de *Baby and Child Care*, traduzido para português como *Meu Filho, Meu Tesouro*, o livro sobre puericultura mais vendido (dezenas de milhões de exemplares) e influente desde a sua primeira edição, em 1945. O Dr. Spock foi igualmente uma pessoa politicamente empenhada, que se manifestou contra a intervenção norte-americana no Vietnã e a favor- do desarmamento nuclear. Foi frequentemente acusado de ser permissivo; de tal modo que, no plugo da edição de 1985, se viu obrigado a defender-se:

A acusação surgiu pela primeira vez em 1968... vinte anos depois do aparecimento do livro e provinha de várias pessoas destacadas, que objetavam energicamente a minha posição em relação à guerra do Vietnã. Disseram que o meu conselho aos pais, de oferecer “uma gratificação imediata” aos bebês, era o que fazia com que tantos jovens que se opunham à guerra fossem “irresponsáveis, indisciplinados e antipatriotas”. Neste livro não se fala de gratificação imediata.

Certamente que não fala de tal. Em vez disso, vejamos algumas das suas advertências:

A partir dos três meses de idade (...) a criança deve acostumar-se a dormir sozinha na sua cama, sem necessidade de companhia. Se a criança dorme com os pais, é aconselhável separá-la depois dos seis meses.

Além disso, se a criança estiver doente ou tão ansiosa que queira passar toda a noite na cama dos pais, além de consultar o médico (semelhante desejo deve ser patológico, claro), recomenda-se aos pais que acorram ao quarto da criança para a acalmar: “Permaneça sentado junto dela até que a criança adormeça.”

Também se permite aos pais aceitar as crianças na cama de casal pela manhã, para mimá-las, “sempre que isso não faça nenhum dos pais sentir-se inquieto, por lhe trazer sensações sexuais”. Sensações que, duas linhas depois, se atribuem a “avanços sexuais” da criança.

Não lhe parece incrivelmente rebuscado? A primeira coisa de que nos lembramos quando uma criança entra na cama dos pais para beijá-los ou para saltar com eles em cima do colchão é que possa haver uma inquietante sensação sexual, iniciada, ainda por cima, pela criança. Sem dúvida que em muitas outras situações da vida quotidiana, objetivamente mais comprometedoras, ninguém faz advertências semelhantes. Em nenhum livro encontrará advertências como “pode ir à praia sempre que a observação dos corpos semidespidos não dêem origem a sensações sexuais” ou “na verdade, utilizar o metropolitano é mais econômico do que utilizar o próprio carro, mas pergunte-se antes de entrar para o metropolitano ou para o ônibus se não estará antes em busca de um roçar concupiscente”.

O Dr. Spock também não muito partidário de tomar a criança nos braços e de lhe dar muita atenção:

Não é necessário tomar a criança nos braços assim que ela acorde. Mima-se uma criança com poucos meses de idade, se nos ocuparmos dela em excesso.

Tudo isto não é muito diferente daquilo que disseram muitos especialistas amigos e modernos. Se dedico algum espaço ao Dr. Spock neste capítulo de “teorias que não defendo”, não o faço porque ele seja pior do que outros autores, o que não é verdade, mas pela falsa fama de permissividade que o rodeia.

Alguns pais podem acreditar nisso. E se obrigar uma criança a dormir sozinha e dar-lhe pouco colo é ser permissivo, então o que terá de fazer para ser “firme”?

Protegê-la e não corrigi-la

Procure sempre ter razão
no que é honrado e principal;
mas se estava enganado,
deverá protegê-la e não corrigi-la.

GUILLEN DE CASTRO, *Las mocedades del Cid*

Os pais costumam ser aconselhados a nunca voltar atrás, uma vez tomada uma decisão. Se ceder uma vez, terá de ceder sempre. A criança perder-lhe-á o respeito. Sob nenhum pretexto deverá dar ouvidos aos seus protestos ou rebaixar-se a discutir a sua autoridade com uma criança.

Um pai que cede perante uma birra de uma criança seria, segundo os defensores deste mito, um mau pai, um ser fraco e patético que está a fazer mal a si mesmo, mas que está a fazer ainda pior ao filho, a quem ensina a levar a sua avante com base em gritos e protestos. Um pai que cede em face de uma birra é... como posso explicar? Como um empresário que cede a uma greve ou um governo que negocia com manifestantes.

Ah, não, claro que não. Os empresários devem atender às justas reivindicações dos trabalhadores, os governos devem ouvir a vontade popular, expressa através do sagrado direito que o povo tem de se manifestar. Um governo que tivesse como regra nunca ceder, nunca voltar atrás com as suas decisões, ignorar os manifestantes, seria um governo ditatorial, antidemocrático, ineficaz. Em todo o planeta são os governos que mais negociam, que mais escutam e que mais cedem que detêm mais apreço e respeito dos cidadãos; enquanto os outros, os **inflexíveis**, os **que** parecem ter a faca e o queijo na mão, estão sempre expostos a cair numa revolução.

Por que haveria de ser diferente com as crianças? Por que razão nos pais se considera uma virtude aquilo que em qualquer outra figura de autoridade se considera tirania e prepotência?

Nicolay explica com verbosidade os perigos de ceder a uma criança:

— Mamã, dá-me um damasco.

— Que disparate, menina! Estás louca, acabaste de estar doente; o médico proibiu a fruta em absoluto! Tira essa ideia da cabeça!

A menina insiste.

— Não, é inútil...! Já te disse que não. Não ouviste?

Aumentam os gritos e o tom muda; isto é, a mãe começa a ceder.

— Então, minha filha, queres ficar doente? Asseguro-te de que não há nada pior do que fruta no verão!

A cena prossegue, com chantagens afetivas, gritos de ambas as partes, a mãe que oferece meio damasco, a filha que insiste, a mãe que a deixa comer o damasco inteiro:

— Toma! Aqui tens o maldito damasco; toma! Queres dois, três? Come-os! Se rebentares, tanto melhor! E bem feito...! Fico contente!

O leitor moderno reparou em algo curioso? A mim chamam-me a atenção vários pontos: que doença é essa na qual se proibem os damascos? O que tem de mal a fruta do verão? Passavam todo o verão sem comer fruta?

Nicolay pretendia mostrar os “terríveis” efeitos da falta de disciplina: a mãe incapaz de impor a sua vontade, a menina que “leva a melhor”. Hoje em dia, muitos estariam de acordo com a ideia de fundo, mas provavelmente o exemplo seria ao contrário: “Vamos, come a fruta, sabes bem que o doutor disse que era muito saudável e cheia de vitaminas.” “Não quero!” “Bom, está bem, não comas a fruta, se não te apetece! Se te caírem os dentes e ficares cega é bem feito!”

Uma vez que se contradizem totalmente, pelo menos uma das duas mães deve estar enganada. E mesmo possível que se enganem as duas. Em nome de que princípio moral ou pedagógico se deve impor o critério dos pais, ainda que equivocados, e se deve submeter a criança, ainda que tenha razão? A obediência cega a autoridade parecia lógica aos súditos do século XIX, mas os cidadãos do século XXI deveriam aspirar a algo mais.

E verdade que a mãe da história comete alguns erros, mas o seu erro não é ceder. O primeiro erro (que não é dela, certamente, mas do médico que a aconselhou) é o de acreditar que uma criança pode ficar doente por comer fruta. (A mãe moderna costuma cometer o erro contrário, igualmente difundido por alguns médicos: que uma criança pode ficar doente por não comer fruta.) O segundo erro é não ter cedido antes. Agia, dir-se-á, sob a forte pressão do médico, que a tinha advertido sobre os graves perigos dos damascos. Mas nesse caso não deveria ter cedido nunca. Se estiver plenamente convencida de que algo é gravemente prejudicial para o seu filho, não pode ceder ante uma birra nem ante mil. Ou por acaso vai deixar que o seu filho beba lixívia ou se deite da janela abaixo só para não chorar? Se a mãe cedeu não é “para que a filha rebente”, como disse no meio da sua zanga, mas precisamente porque sabia que não ia rebentar. No fundo do seu coração, essa mãe sabia que aquilo que o médico afirmava sobre os graves perigos da fruta de verão era um exagero e que o perigo (se existe) é bastante ligeiro. Pois bem, se não se tratava de uma questão de vida ou de morte, se no fundo sabia que não tinha importância, para quê tanto escândalo? Se pensa que pode ceder, ceda logo e evitará a discussão.

O terceiro erro é não ter sabido ceder com elegância. Em vez de imprecações ferozes como “Tomara que rebentes!”, ou em vez de manipulações mais subtis e talvez mais danosas como “Toma, aqui tens o damasco, mas já sabes que a mama esta muito aborrecida e sobretudo muito decepcionada. Portaste-te muito mal”, o que custaria mostrar-se um pouco amável e sair da dificuldade com graça e dignidade? “Bem, toma lá o damasco, não sabia que gostavas tanto...”

Fernand Nicolay foi um jurista e pensador francês, autor de uma obra, *Crianças malducadas*, que alcançou grande êxito editorial: o exemplar que me chegou às mãos corresponde à décima edição espanhola, tradução da vigésima edição francesa.

O livro não tem data de edição e, mesmo se a encadernação pudesse ser dos anos quarenta, o texto parece mais antigo, pois não menciona os automóveis, a rádio ou os aviões... Consegui mais informações na Internet. O catalogo da Biblioteca Nacional da França inclui 15 obras de Nicolay, publicadas entre 1875 e 1922, incluindo três exemplares de *Crianças mal-*

educadas de 1890, 1891 e 1907. Apenas da edição de 1891 consta o número da edição, e é a décima primeira.

Nicolay afirma que as suas propostas não são simples opiniões, mas ciência experimental, pois anotou num papel uma lista das crianças bem-educadas que conhece e noutra, as mal-educadas, “sendo esta lista muito extensa, interminável”, tendo, em seguida, analisado os métodos de uns e de outros pais. Descreve com grande pormenor e em vários capítulos a carreira dessas crianças mal-educadas que, afirma, são a maioria dos franceses da sua época.

Aos três anos, uma “insubordinação permanente”, “é a criança que indica o caminho”, apenas come o que quer... Aos dez anos “é mais insolente”, “grita mais alto”, os pais não se atrevem a dizer que não, crê-se uma grande personagem... Aos quinze, “um disparate presunçoso substituiu a sua primitiva candura”, desdenha da ignorância dos pais, é insolente... Aos vinte, “a casa transforma-se num capricho do jovem senhor, é um inútil mal-agradecido que vive à custa dos pais. Quando atinge a maioridade (depois dos vinte e um anos), é “inepto e esbanjador, folgazão e ambicioso, libertino e sem coração”.

Resumimos num parágrafo mais de 80 páginas. A descrição da criança mal-educada de três anos coincide notavelmente com a de diversos autores modernos:

De alguns anos a esta parte, vem-se observando nas crianças uma tendência cada vez maior para fazerem tudo aquilo que lhes apetece [...]. Frequentemente ouvimos dizer: “As crianças de hoje em dia já não “respeitam” nada.” (Langis, 1996.)

E aqui chegamos ao cerne da questão, ao motivo pelo qual me dei a tanto trabalho para estabelecer a data da obra. De há quantos anos a esta parte? Não, as crianças de que nos fala Nicolay não são, amigo leitor, os seus filhos, mas os seus bisavós. Sim, os seus bisavós, a quem os seus tetravós tão mal educaram. O seu bisavô educou mal o seu avô e este educou mal o seu pai que, tendo sido mal-educado de pequeno, se tornou um ser “inepto, esbanjador, folgazão e ambicioso, libertino e sem coração” e o educou mal a si. Onde ficam agora todos aqueles mitos de que “antes se respeitava mais os pais”, “antes é que havia disciplina”, “a nós não nos perdoavam nada”...? A grande maioria das crianças, segundo Nicolay, já eram mal-educadas há mais de um século.

Não, quando cedemos, quando negociamos, quando reconhecemos os nossos erros, não perdemos o respeito dos nossos filhos. E então que o ganhamos.

Quando cedemos, estamos a ensiná-los a ceder.

Há muito tempo, teria eu treze ou catorze anos, o meu pai ralhou-me sem motivo. Pelo menos não me recordo do motivo, há muito tempo que o esqueci. Recordo claramente, contudo, a minha profunda indignação ante tamanha injustiça. Fui-me deitar sentido e choroso; e então, milagre, o meu pai veio dar-me um beijo de boas-noites e pediu-me perdão. Pedir perdão ao seu filho? Não é essa a forma mais segura de perder a autoridade e o respeito? Pelo contrário. Naquele mesmo momento, todos os seus pecados passados, presentes e futuros lhe foram perdoados.

Uma palmada no momento certo

As crianças nunca são demasiado pequenas para serem açoitadas: como bifes duros, quanto mais lhes batemos mais macios ficam.

EDGAR ALLAN POE, *Fifty Suggestions*

Uma palmada no momento certo pode aliviar a atmosfera tanto para os pais como para a criança.

DR. SPOCK

Muitos psicólogos e educadores cantaram os benefícios das palmadas. Na Espanha, dezenas de crianças morrem anualmente assassinadas pelos pais. (Entre 1991 e 1992, os serviços de proteção a menores confirmou em Espanha 8565 casos de maus tratos. Nos Estados Unidos, contabilizaram-se 1185 mortes em 1995, o que representou 34 por cento mais do que dez anos antes.)

Contudo, a coincidência no início do ano 2000 de três a quatro casos de assassinatos protagonizados por adolescentes desencadeou uma onda de histeria, como se fossem os filhos que habitualmente maltratam os pais. Cheguei mesmo a ouvir um perito sério dizer numa tertúlia radiofônica que isto era consequência da intromissão do Estado na esfera familiar, pois, há poucos anos, fora proibido por lei bater nas crianças. Uma palmada a tempo teria evitado estes crimes! A criança que aos oito anos recebe uma boa palmada dos pais aprende que os conflitos se resolvem à pancada e que os mais fortes podem impor o seu ponto de vista aos mais fracos. Ignoro de que modo este ensinamento precoce e este exemplo vivo ajudam a impedir que se converta num adolescente assassino.

Vejamus um caso concreto. Jaime considera-se um bom marido e um pai tolerante, mas há coisas que o fazem perder a cabeça. Sônia tem uma personalidade difícil, nunca obedece e ainda por cima é respondona. “Esquece-se” de fazer a cama, mesmo que lho lembrem vinte vezes. É caprichosa com a comida; nem prova as coisas de que não gosta. Quando lhe desligamos a televisão, volta a ligá-la, sem mesmo nos olhar. Tira dinheiro do porta-moedas, sem sequer se incomodar a pedir por favor. Interrompe constantemente as conversas. Quando se aborrece (o que acontece com frequência), começa a chorar e vai a correr para o quarto, batendo com a porta. Às vezes, fecha-se na casa de banho; nesses momentos nenhum argumento a consegue acalmar. De fato, uma vez foi preciso abrir a porta da casa de banho a pontapé. Mas o que realmente faz Jaime perder as estribeiras é a falta de respeito.

Ontem à noite, por exemplo, Sônia foi buscar uns papéis ao escritório para fazer um desenho. “Já te disse para não ires buscar papéis ao escritório sem pedir autorização”, disse-lhe Jaime. “Mas o que é que foi? Eu vou buscar os papéis que me apetecer!”, respondeu Sônia. Jaime deu-lhe uma palmada e gritou: “Não me fales assim. Pede desculpa imediatamente!”; mas Sônia, em vez de reconhecer a sua falta, respondeu-lhe com insolência: “Pede desculpa tu!” Jaime voltou a dar-lhe uma palmada e, então, ela gritou: “C...!” e saiu a correr. Jaime teve de fazer um esforço enorme para não a seguir. Nestes casos, é melhor acalmar-se e contar lentamente até dez. É claro que Sônia ficou de castigo em casa durante todo o fim-de-semana.

Suponhamos agora que Sônia tem sete anos e que Jaime é o pai. Qual é a sua opinião? Não se trata de um desses casos em que qualquer um daria uma palmada? Esta palmada serviu para aliviar o ambiente, como tão bem dizia o Dr. Spock? Que poderão fazer num caso destes esses fanáticos que proibiram as palmadas por lei? Vão denunciar este pai aos tribunais por dar uma palmada a uma criança que, certamente, a mereceu? Não é melhor deixar que estes problemas sejam resolvidos no seio familiar, sem intervenções externas? O leitor pode estar

mesmo a pensar que uma criança nunca teria chegado a ser tão desobediente e respondona se tivesse levado uma boa palmada mais cedo.

Esta situação parece característica de crianças educadas deficientemente por pais permissivos, que não sabem estabelecer limites claros, que não impõem a disciplina necessária: o que hoje é permitido provoca amanhã uma reação desmesurada, tendo como resultado uma criança confusa e infeliz.

E se eu lhe disser, caro leitor, que Sônia tem na realidade dezessete anos e que Jaime é seu pai? Isso muda alguma coisa? Observe a história à luz deste novo dado. Parece-lhe talvez que ela é demasiado crescida para lhe baterem, para lhe desligarem a televisão e para ter de pedir licença para ir buscar uma folha de papel? Parece-lhe adequado que um pai abra a pontapé a porta da casa de banho onde está a filha de dezessete anos? Começa talvez a suspeitar de que se trata de um pai obsessivo, tirânico e violento, e que a reação da filha é lógica e compreensível?

E se assim é, por que razão existe esta diferença? **Refleta** durante alguns momentos sobre os critérios que usou para julgar este pai e esta filha. As crianças pequenas têm mais obrigação do que os adolescentes de respeitar as coisas dos mais velhos, de recordar e de cumprir ordens, de obedecer sorridentes, de falar com amabilidade e respeito, mesmo que por dentro estejam zangadas, de manter a calma e não chorar nem fazer cenas? Os golpes são mais prejudiciais para o adolescente do que para a criança pequena?

Não são esses os critérios que a Justiça segue com os menores de idade. Pelo contrário, quanto menor é a criança, menos é considerada responsável pelos juizes e menor é o castigo (se existe algum castigo). Quem tem razão? O Estado “intervencionista”, que não considera a criança responsável pelos seus atos, ou o pai “justo e sábio”, que corrige o seu rebento quando ainda está a tempo? Talvez que, em vez de assistentes sociais, educadores, tribunais de menores e reformatórios, fosse melhor abrir prisões de segurança máxima e restabelecer a tortura para os delinquentes juvenis.

Contudo, resta uma possibilidade ainda mais inquietante. E se eu lhe disser agora que Sônia tem vinte sete anos e que Jaime é seu marido? (Não, não lhe estou a armar uma cilada. Volte a ler a história: em nenhum momento lhe disse que Sônia era filha de Jaime.) Parece-lhe normal que um marido desligue a televisão à mulher “porque já viste televisão que chegue”, que lhe ordene que faça a cama, que a obrigue a comer de tudo, que a proíba de ir buscar um papel ou que lhe dê uma palmada? Continua a pensar que Jaime é um bom marido, mas que a personalidade difícil de Sônia o faz perder a cabeça? Por acaso não é o direito e o dever de qualquer marido corrigir a mulher e moldar-lhe o carácter, recorrendo, se necessário, ao castigo (“quem bem te quer far-te-á chorar”)? Por acaso ela não jurou perante Deus e os Homens respeitar e obedecer ao marido? [A lei foi mudada em Portugal depois do 25 de Abril. A mulher já não faz este juramento quando casa.] Deverá o Estado intervir num assunto estritamente privado?

Por que razão, da primeira vez que leu a história de Jaime e de Sônia, pensou que ela era uma criança? Precisamente porque Jaime gritava com ela e lhe batia. Inconscientemente, o leitor pensou: “Se a trata assim, ela deve ser sua filha”. Não nos passa pela cabeça que se possa tratar assim um adulto, do mesmo modo que, ao ler as palavras “ataque racista” num jornal, não nos passa pela cabeça que as vítimas possam ser suecas.

A violência parece-nos mais aceitável quando a vítima é uma criança; quanto menor, melhor.

Vejamos um outro exemplo: Pedro, de seis anos, pede que lhe comprem uma pastilha elástica. Maite finge que não o ouviu. Pedro insiste: “Uma pastilha, por favor.” “Não.” “Quero

uma pastilha!” “Já te disse que não!” “Quero uma pastilha!” “Estás a enervar-me. Já te disse vinte vezes que não te dou nenhuma pastilha elástica”, exclama Maite, enquanto agarra o menino com força por um cotovelo e o arrasta para fora da loja.

Quem nunca viu ou nunca viveu uma cena destas? É fácil compreender que uma mãe acabe por perder a paciência...

E se Maite não for a mãe? A mãe, amável leitora, é você. Mandou o seu filho Pedro, com uma moedinha na mão, comprar uma pastilha elástica (nem é preciso atravessar a rua), e Maite, a empregada da loja, tratou-o como descrevemos. Você não iria protestar? Não volto a comprar nada nessa loja!

A violência contra uma criança parece-nos mais aceitável quando o agressor é um pai ou um professor do que quando é um desconhecido. De fato, nunca permitiríamos que um desconhecido se aproximasse do nosso filho na rua e lhe batesse.

E para a criança, o que é mais aceitável? A agressão de um desconhecido pode causar-nos dor e medo. Mas o nosso próprio pai! À dor e ao medo juntam-se o assombro, a confusão, a traição, a culpa (sim, a culpa; mesmo que pareça inacreditável, as crianças têm tendência para pensar que, se lhes batem, é porque mereceram. Mesmo aqueles que sofrem maus tratos de um pai alcoólico se sentem culpados). Um desconhecido apenas nos atinge o corpo; os pais, além disso, podem atingir-nos a alma.

Imagine agora que o seu filho de dez anos teve uma discussão na escola. Um empurrão, uma rasteira, uns quantos insultos, uma queda no chão... Resultado final: uma criança chorosa, a roupa suja e um arranhão no joelho. Iria protestar à escola ou falar com os pais dos agressores ou com os próprios agressores? Provavelmente não, exceto se as agressões fossem contínuas ou se produzissem lesões graves. Ao fim e ao cabo, são “coisas de criança”. Mais ainda, muitos pais e não poucas mães diriam ao filho que o que tem de fazer é deixar de chorar e partir a cara aos brigões...

Perdão, disse o seu filho de dez anos? Queria dizer o seu marido de trinta. Um colega de trabalho, depois de uma discussão, deu-lhe um murro e atirou-o ao chão enquanto outros colegas se riam e gritavam: “Dá-lhe com força!” Há alguma diferença?

Claro que há. Um comportamento destes parece-nos inaceitável. Não é preciso esperar que aconteça todos os dias nem que haja um osso partido. Já vi apresentar queixas no tribunal por muito menos. O adulto que denuncia uma agressão não é um choramingas nem um mimado, está a defender os seus direitos. As crianças, contudo, estão submetidas a uma lei de silêncio tão dura como a da máfia, e qualquer queixa pode ser recebida com desprezo por parte dos colegas e mesmo dos professores.

Podemos inventar mil desculpas para maquiar a realidade, mas a verdade é que a nossa sociedade condena a violência, exceto quando a vítima é uma criança. Se a vítima é uma criança e o agressor outra, um professor ou, sobretudo, um dos pais, toleram-se e por vezes aplaudem-se doses incríveis de violência.

David Finkelhor, sociólogo norte-americano que investigou em profundidade a violência familiar e os maus tratos, assinala três motivos principais pelos quais as crianças são agredidas com tanta frequência:

- 1) As crianças são fracas e dependem dos adultos.
- 2) A justiça não se preocupa em protegê-las e a sociedade não condena os agressores.
- 3) As crianças não podem escolher com quem se relacionam: não podem mudar de pais, de escola ou de bairro quando querem.

Estou então a dizer que não podemos nunca, por nenhuma razão, bater a uma criança? Exatamente. E como podemos, então, impor a disciplina? Imagine que o seu filho faz exatamente o mesmo dentro de quinze anos. Não lhe poderá bater porque então será ele o mais forte (é essa, não nos enganemos, a razão pela qual não batemos aos mais crescidos). Como resolverá então a situação? Pois é melhor ir praticando.

Estou de acordo com Spock quando afirma que alguns pais, em vez de baterem aos filhos, recorrem a formas ainda mais prejudiciais de violência, como a humilhação, os gritos constantes, a troça, o desprezo. Como em tudo, existem cambiantes; e a troça e os insultos quotidianos podem ser piores do que uma palmada ao de leve de tempos a tempos. Mas isso não me serve de justificação para as palmadas.

Deverá a polícia deter os pais que batem nos filhos? Ou, em sentido mais amplo, somos maus pais porque alguma vez batemos aos nossos filhos? Ou porque lhes batemos muitas vezes?

O meu filho sofrerá um “trauma” por causa daquela vez em que, há doze anos, perdi a cabeça e lhe bati?

É claro que a polícia e a justiça devem intervir em casos graves de violência e crueldade; outros casos menos graves pertencem ao domínio da psiquiatria e do trabalho social. Mas não é menos certo que será difícil encontrar um pai que nunca tenha levantado a mão contra o filho.

Também existem casais, familiares, amigos ou colegas de trabalho que alguma vez (ou muitas vezes) discutiram desabridamente, se insultaram ou ridicularizaram e mesmo se bateram e, no entanto, conseguiram reconciliar-se e voltar a ganhar o equilíbrio. Sem dúvida que, em muitos casos ligeiros de violência, tanto na família como fora dela, a intervenção da polícia e da justiça não faria mais do que piorar a situação e dificultar uma conciliação amistosa.

O que a meu ver diferencia a violência contra os filhos de outros tipos de violência na nossa sociedade, o que a converte em intolerável ignomínia, é a justificação. Não apenas uma parte importante da opinião pública, mas também um grande número de profissionais e de intelectuais, cultos, amáveis e respeitáveis, insistem em afirmar que “uma palmada no momento certo” não só é admissível como recomendável, que constitui um procedimento “educativo” útil e valioso que ajuda a vítima a ser uma pessoa melhor. Diz-se à vítima que “é para o seu próprio bem” e mesmo, cúmulo do cinismo, que “me dói mais a mim do que a ti”. Ninguém, pelo menos num país democrático e no princípio do século XXI, se atreveria a justificar a violência desse modo se se tratasse de um adulto.

Não é necessário chegar aos casos extremos que saem nos jornais, às queimaduras com cigarros ou a ossos partidos. Todos os dias existem crianças entre nós que recebem palmadas por “responder” a um adulto, que ouvem gritos, troças e impropérios devido a atividades perfeitamente inocentes, que são castigadas por acidentes ou erros involuntários, que são fechadas durante horas seguidas em quartos convertidos em celas de castigo, que são obrigadas a voltar a engolir aquilo que acabam de vomitar ou castigadas e proibidas de praticar ao ar livre as suas atividades de lazer. E tudo isto com base em regras e regulamentos que não estão escritos, normas que frequentemente se inventam depois de acontecerem os fatos, mediante juízos em que uma mesma pessoa é o polícia, a testemunha, o juiz e o verdugo sem qualquer documento escrito, sem defensor, sem possibilidade de recurso (o protesto geralmente

umenta o castigo). Se tudo isso não ocorresse num lar mas numa prisão, e as vítimas não fossem crianças, mas criminosos e terroristas, seriam feitas intervenções no Parlamento.

Proponho que ponhamos fim a esta justificação. Que deixemos de pensar como vivemos e tentemos viver como pensamos.

E, se alguma vez “levantarmos a mão” contra o nosso filho, façamos o mesmo que se tivesse acontecido com um companheiro de trabalho ou um familiar adulto:

- Procurar por todos os meios que isso não aconteça.
- Reconhecer que fizemos mal e sentirmo-nos envergonhados.
- Pedir perdão à vítima.

Um especialista em bater em crianças

Não poderia terminar este capítulo sem passar em revista os argumentos de alguns defensores das palmadas. Há partidários clássicos, como os que cita Miller:

Esta sova não deverá ser um simples jogo, deve convencê-la de que vocês são os seus mestres [...]. Contudo, terão de ter o cuidado de, ao castigá-la, a ira não se apoderar de vós, porque a criança será suficientemente perspicaz para sentir a vossa fraqueza e considerar como um efeito da ira o castigo que, a seus olhos, deveria ser a aplicação da justiça. (I. G. Krüger, 1752.)

Entre os autores modernos, não encontrei nenhum tão convencido como o Dr. Christopher Green, norte-irlandês residente na Austrália e autor de um livro com um título revelador: *Como Domar as Crianças*. (O título original utiliza a palavra *toddler*, um termo intraduzível que designa as crianças com idades aproximadamente entre um e quatro anos.)

Green começa por afirmar que “de modo algum justifica as sovas, os castigos excessivos, a violência ou o abuso das crianças”. Em seguida, acusa “certos ativistas contra o castigo corporal” de:

[...] usarem a sua posição e desinformação para causar preocupação desnecessária na maioria dos bons pais que não são contra uma palmada ocasional.

Não fica claro se os “bons pais” são bons apesar ou precisamente por causa da palmada. É admirável a inversão da culpa: a vítima não é a criança a quem o próprio pai deu uma palmada, mas o pobre pai que sofreu uma “preocupação desnecessária” por culpa dos ativistas desinformados. Não pode acontecer que uma “preocupação desnecessária no momento certo” seja benéfica na educação dos pais?

Em seguida, Green descreve alguns casos nos quais se usam mal as palmadas: a falta de consequência (o pai arrepende-se de ter batido ao filho e cede), a gota que faz transbordar o copo (o pai aguenta uma “série de aborrecimentos” e acaba por reagir quando de um fato de mínima importância), o perigo de que a criança reaja e bata ao pai, a indiferença da criança:

Algumas crianças pequenas são excepcionalmente dotadas para o teatro. Quando lhes batemos, aguentam estoicamente, como o Rambo quando é submetido a um interrogatório, olham-nos nos olhos e com a maior das insolências dizem: “Não me doeu!” Claro que doeu, mas sabem que esta reação irá enfurecer e castigar quem lhes bate por ter levantado um dedo contra alguém tão importante.

Estamos a falar de crianças com menos de quatro anos. Nessa idade (e também mais tarde), uma criança a quem se dê uma palmada ocasional reage com incredibilidade e assombro, frustração e pranto incontrolável. Uma criança precisa de estar “curtida” por dezenas de palmadas para ser capaz de aguentar o pranto e responder “não me doeu”. Uma vez mais, culpabiliza-se a vítima: a criança a quem se bateu é o “insolente”, aquele que “faz teatro”, quem se “crê muito importante”, aquele que “castiga”. Devemos entender que o pai que bate repetidamente numa criança de três anos não é insolente, comediante nem orgulhoso, antes pelo contrário, amável, sincero e humilde?

Se não choras quando te batem és insolente; mas, caramba, se choras és manipulador, como adverte o Dr. Green noutra passagem:

“Sempre que levanto a voz para impor disciplina, desfaz-se em pranto.” Esta é uma situação frequente, em que a disciplina correta e adequada nos sai pela culatra e deixa os pais castigados, confusos e com sentimento de culpa. Sabem que têm más cartas, mas usam as lágrimas como trunfo contra os pais.

A tradução não faz justiça às generosas opiniões do Dr. Green sobre as crianças, pois trump significa ao mesmo tempo “jogar uma carta de trunfo” e “inventar uma história falsa para enganar alguém”. Deste modo, amável leitor, se o seu pai lhe bate, não chore muito (porque o fará sentir-se culpado), mas também não deixe de chorar (o que terá o mesmo resultado). Os bons filhos, sempre preocupados em não causar traumas psicológicos aos pais, respondem às palmadas com um pranto breve e bem modulado que exprima profundo agradecimento pelos desvelos paternos e decidido propósito de se emendar.

Em seguida, o Dr. Green explica a forma correta de esbofetear as crianças. (Sim, amigo leitor, foram publicados no nosso país e noutros países civilizados manuais práticos para ensinar a técnica de bater em crianças; e esses livros não foram retirados do mercado, nem os seus autores denunciados. Imagine o escândalo se existisse um manual para a polícia intitulado *Domar Suspeitos*, explicando a forma correta de bater num detido?) Green afirma que é melhor esbofetear as crianças menores, de dois anos, porque com estes o método é mais eficaz e uma palmada tem um efeito rápido, estabelece claramente os limites, impede a escalada do conflito, resolve uma situação e é muito valiosa para evitar que a criança volte a cometer atos perigosos.

Como exemplo deste último caso, uma criança trepa para o parapeito da varanda. O que pode ser melhor do que “uma palmada forte”, pergunta o Dr. Green, para evitar que o volte a fazer?

Pois bem, existem muitas coisas melhores. Em primeiro lugar, uma criança de dois ou três anos não consegue subir para o parapeito da varanda se não houve um grave erro de segurança: não devem existir vasos onde se possa pôr em cima, varandas com barrotes horizontais deviam ser proibidas por lei e uma criança dessa idade nunca deveria ser deixada sozinha numa varanda. Se nos distraímos um minuto, no seguinte podemos dar com ela sobre o parapeito. Não lhe batemos para “a educar”, mas para descarregar sobre ela a culpa que na verdade sabemos ser nossa por nos termos distraído. Uma vez que somos humanos, e por isso imperfeitos, mais cedo ou mais tarde o nosso filho será posto em perigo devido a um descuido nosso: na varanda, a atravessar a rua, na cozinha ou a enfiar os dedos numa tomada. Claro que num caso destes não seria adequado limitar-se a sorrir e a dizer: “Meu malandro, não voltes a

abrir a torneira do gás!” Mas a resposta lógica e espontânea de qualquer pai, ficar muito sério, gritar-lhe que isso não se faz, que a cozinha é “caca” e retirá-lo imediatamente de lá, fechando a porta, é mais do que suficiente para que qualquer criança desate a chorar, se não estiver habituado às palmadas. Se a criança tiver idade e maturidade suficientes (digamos, uns quatro anos), bastará isso para que não volte a tocar no gás toda a vida. Se a criança tem um ano e meio, mais vale manter a vigilância porque, provavelmente, é incapaz de compreender, com ou sem palmada, o perigo que pode haver na torneira do gás.

Outro especialista em palmadas, desta vez espanhol, é o Dr. Castells, psiquiatra infantil. Propõe, entre outros, um uso realmente original da palmada:

Quando o seu filho começar a chorar voluntariamente, desconsolado e gratuitamente, é preferível dar-lhe um motivo concreto; por exemplo, uma boa palmada.

As crianças choram sem motivo? Alguma vez, amigo leitor, chorou sem motivo? A criança chora porque tem fome ou frio, porque tem uma dor ou está cansada, por frustração ou por raiva, mas, em qualquer dos casos, chora por uma razão. O mais próximo de “chorar sem motivo” de que é capaz um ser humano acontece quando sofre de depressão; e, até onde sei, as palmadas não são um método habitual para tratar a depressão no adulto. Mas se por acaso alguma vez me sentir deprimido, terei o cuidado de evitar pisar o consultório de certo psiquiatra...

O que se está a dizer aos pais é que não dêem atenção nem importância ao pranto do filho, que não o tentem acalmar, consolar, escutar, averiguar o que se passa ou oferecer-lhe pelo menos contacto e companhia. Por que preocupar-se com o sofrimento do seu filho, por que razão tentar partilhar do seu sofrimento (compadecer-se), se é mais fácil dar-lhe uma palmada e ficam todos contentes?

Se o seu filho não quer aprender porque vocês assim o querem, se chora com intenção de desafiar-lhe, se causa danos para ofendê-lo, numa palavra, se quer levar a melhor: é preciso bater-lhe até que grite: “Chega, papá, chega!” (Krüger, 1752, citado por Miller.)

Aqueles que preferem o caminho difícil, usar a palavra em vez da violência, gostarão do livro, tão diferente, de Cubells e Ricart (um pediatra e uma psicóloga infantil). Eles partem de uma premissa fundamental:

Também é preciso esquecer o fato de que a criança chora porque quer. Para chorar é necessário que esteja a sentir alguma coisa.

Surpreendentemente, os partidários da palmada sentem com frequência a necessidade de lavar a sua imagem:

Antes do mais, permita-me afirmar inequivocamente que não sou um partidário das palmadas. (Green.)

Com o que dissemos, não pense o leitor que somos uns sádicos e acérrimos esbofeteadores infantis. (Castells.)

Não, por Deus! Nem por um momento o pensamos...

Um dos aspectos mais terríveis da violência em relação às crianças é a facilidade com que se transmite de geração em geração. Castells exprime-o com clareza (pois é um dado bem conhecido pela ciência e, como psiquiatra, não o pode ignorar):

Estamos, no entanto, conscientes de que existem pais que são fervorosos defensores do castigo físico porque, por sua vez, foram espancados reiteradamente quando eram pequenos.

É verdade, as crianças maltratadas convertem-se, frequentemente, em pais que maltratam. Vários motivos contribuem para manter esta cadeia tão nefasta. Por um lado, a criança cresce sem conhecer outro modelo, outra maneira de ver as coisas, outra forma de educar. Cresce, também, com problemas psicológicos fruto dos maus tratos recebidos, problemas como agressividade ou incapacidade de sentir qualquer tipo de empatia com o sofrimento alheio. Mas, também, e talvez sobretudo, a criança cresce com necessidade de justificar os pais. As crianças amam profundamente os pais e sentem obrigação de justificá-los. Tudo o que os meus pais fizeram foi bem feito. Se não bato aos meus filhos, é como se dissesse aos meus pais que eles fizeram mal quando me bateram. Com absoluta devoção filial, Castells cai, apenas algumas páginas mais à frente, no mesmo defeito que antes atribuiu aos outros:

Todos - ou uma grande maioria - recebemos uma ou outra palmada dos nossos pais que, curiosamente, recordamos com carinho quando adultos e com saudade por já não estarem presentes para voltar a fazê-lo.

Muito antes, Théophile Gautier tinha dito o mesmo por palavras mais bonitas, quando descreveu a desolação do jovem barão de Sigognac (*O Capitão Fracasso*):

A solicitude do pai que, pese embora, não achava suficiente, apenas se tinha traduzido em alguns pontapés no traseiro ou em ordenar que lhe batessem com o chicote. Nestes momentos sentia tanta saudade que se teria sentido feliz por receber uma dessas admoestações paternas cuja recordação lhe fazia vir as lágrimas aos olhos, pois um pontapé de um pai a seu filho não deixa de ser uma relação humana...

Uma relação humana, com efeito. As crianças necessitam tão desesperadamente do contacto e da atenção dos seus pais, que são mesmo capazes de aceitar os maus tratos como prova de carinho, à falta de melhor. Algumas crianças que não conseguem receber atenção “salutar” suficiente pelas vias normais chegam a procurar uma atenção patológica por vias anormais. São crianças más, provocadoras, que parecem estar “à procura”. Alguns pais explicam a palmada dizendo: “Estava mesmo a pedi-la.”

Pensa que o seu filho pediria uma palmada se pudesse ou soubesse como pedir outra coisa, se fosse capaz (em casos mais graves) de conceber a existência de outra coisa?

Também espero que algum dia os meus filhos sintam saudades minhas e me recordem com carinho. Espero que não seja por uma palmada ou um pontapé. E o leitor? Que recordação indelével gostaria de deixar?

O castigo

Muitas pessoas que são contra as palmadas defendem, no entanto, outras formas de castigo: a retirada de privilégios (sem sobremesa nem televisão), as consequências naturais

(“como não arrumas os brinquedos, vou guardá-los”)... A sociedade norte-americana parece especialmente obcecada pelos castigos, pelo menos, nos filmes da televisão é frequente ver adolescentes que dizem, espontaneamente: “Sei que fiz mal, não saio do meu quarto durante doze semanas.”

Não creio que as crianças necessitem de castigos para aprender, do mesmo modo que os adultos também não necessitam. As crianças desejam fazer os pais felizes e tentam-no com todo o entusiasmo (mesmo que nem sempre saibam como). Aquela que sabe que agiu mal, tentará não repetir o ato e não necessita de qualquer castigo. Àquela que não o sabe, é suficiente informá-la. Se não estiver de acordo, se acreditar sinceramente que agiu bem, não será o castigo que a fará mudar de opinião. Em vez disso, sentirá raiva e humilhação e voltará a repetir a ação assim que puder. O que os castigos podem realmente ensinar é a fazer certas coisas dissimuladamente, para não se ser apanhado. É perfeitamente possível educar uma criança sem castigos nem ameaças de castigo.

À procura de problemas

O inventário de Eyberg (*Eyberg Child Behavior Inventory*, ECBI) é um questionário para detectar problemas de comportamento nas crianças, no qual os pais devem pontuar os filhos em 36 aspectos do tipo: “Tem maus modos à mesa”, “Choraminga”, “Nega-se a obedecer até ser ameaçado com castigos”...

O pai ou a mãe devem avaliar com que frequência o filho perpetra tais atrocidades (nunca, quase nunca, algumas vezes, sempre ou quase sempre) e também devem dizer se consideram esse comportamento problemático. Quando os pais identificam 13 ou mais problemas, significa que a criança tem uma “alteração de comportamento”. Deste modo, determinou-se que 17 por cento das crianças da Cantábria, com idades compreendidas entre os dois e os treze anos, tinham problemas de comportamento e que é muito útil utilizar o questionário aquando de uma consulta ao pediatra. Teoricamente, a alteração de comportamento é uma perturbação psiquiátrica que necessita de atenção especializada, mas é pouco provável que exista suficiente número de profissionais para atender tão grande número de “doentes mentais”.

O leitor perspicaz ter-se-á apercebido já dos muitos problemas que apresenta esta forma de “diagnóstico”.

Em primeiro lugar, o médico não observa diretamente a criança, nem fala com um observador neutro, mas com os pais. Em caso de conflito, os pais são parte interessada e não podem ser considerados imparciais. Aquilo que o questionário avalia, na realidade, não é o comportamento da criança, mas a opinião que os pais têm sobre o dito comportamento. Não é a mesma coisa dizer “o seu filho tem uma grave alteração de comportamento” ou dizer “o senhor tem uma péssima opinião do seu filho”.

Em segundo lugar, o questionário atribui todos os problemas à criança. É ela quem grita demasiado, quem não obedece, quem chora muito. Por acaso não existem pais que gritam demasiado aos seus filhos, que os fazem chorar continuamente com insultos e golpes, que os oprimem com exigências excessivas e ordens impossíveis de obedecer? Deve haver algum, mas, com este questionário, não encontraremos um só. Que estranho!

Por exemplo, à frase “nega-se a obedecer até ser ameaçado com castigos”, a resposta normal de pais normais deveria ser: “Não sei, porque nunca ameaçamos o nosso filho.” O Código Penal refere o delito cometido por ameaças. Se um marido dissesse: “A minha mulher

nega-se a obedecer até que eu a ameace com um castigo”, todos estaríamos de acordo em que é ele quem tem um problema de comportamento. Mas se um pai ou uma mãe dizem isso do filho, então pensamos que o “problemático” é a criança.

Em terceiro lugar, muitos (a maioria, diria eu) dos pontos do questionário são mais do que discutíveis como indícios de alterações de comportamento:

- Leva muito tempo a vestir-se.

Quanto tempo é muito? Um questionário sério deveria especificar, por exemplo: “Demora mais de doze minutos a vestir a roupa interior, a camisa e as calças.” Tal como está, a classificação fica ao critério arbitrário dos pais. Em todo o caso, muitos adultos apresentam esta “alteração de comportamento”.

- Choraminga.

E pouco frequente aos treze anos; mas aos dois ou aos cinco, não chorarão todas as crianças?

- Nega-se a comer a comida que lhe é apresentada.

Muita gente deixa comida no prato e ninguém parece preocupar-se. Quando uma criança se nega a comer aquilo que lhe oferecemos, pode ser por três motivos: puseram-lhe demasiada comida no prato (isto é, não tem fome), não gosta da comida (eu também não como aquilo de que não gosto, e o leitor?) ou está doente e não tem apetite.

- Reclama atenção constante.

As crianças pequenas necessitam de atenção constante e, por isso, é normal e saudável que a reclamem.

- Aborrece-se quando não leva a melhor.

É como eu! Talvez eu esteja mal da cabeça e não sabia. E o leitor? Não se aborrece quando não consegue aquilo que quer? “Como estou contente! Hoje reprovei num exame, a minha namorada acabou tudo comigo, perdi ao jogo e apanhei uma multa por parar em segunda fila. Há muito tempo que não me divertia tanto.” Se aborreçermos quando não levamos a melhor é uma doença mental, acho que é necessário irmos todos para uma clínica de repouso.

- Tem dificuldade em estar quieto um momento.

Qualquer pessoa que tenha crianças sabe que isso é normal. Se o seu filho fica quieto, é melhor levá-lo ao médico.

- Discute com os pais sobre as regras da casa.

Mas, enfim, estamos ou não numa democracia? Discutir as regras é um direito, chama-se “participação”. Para que se tornem bons cidadãos no futuro e para que aprendam a discutir as regras com os governantes, é preciso que as crianças pratiquem no seio familiar.

- Interrompe os adultos.

Interromper as pessoas quando elas falam não é boa educação, mas é imprescindível para acabar por participar nos debates da televisão. Quantas vezes os pais interrompem os filhos, quantas vezes nos impacientamos com a sua língua de trapos, quantas lhes cortamos a palavra com um “não digas disparates”, “não vês que estou a falar?”, “já disse que não e é não”, “nem por favor nem sem favor”...? As crianças aprendem com o exemplo.

- Faz xixi na cama.

A enurese noturna não é uma alteração de comportamento, mas uma variação normal do ritmo da maturação das crianças. Há muito tempo que ficou provado não estar associada a qualquer tipo de problema psicológico.

- Insulta e discute com os irmãos e com as outras crianças.

A rivalidade entre irmãos é absolutamente normal e, muitas vezes, o melhor que os pais podem fazer é manterem-se à margem”.

- Tem maus modos à mesa.

Pode alguém pensar seriamente que colocar os cotovelos sobre a mesa ou fazer barulho a comer a sopa seja motivo para consultar um psicólogo?

- Tem dificuldade para terminar aquilo que começa a fazer.

Grande coisa! A maioria das catedrais góticas ainda está por acabar!

Surpreende e preocupa a severidade do juízo paterno no momento de determinar que uma dada criança tem “problemas de comportamento”. Deste modo, seis por cento dos pais afirmam que o filho “se nega a fazer as tarefas que lhe são pedidas” sempre ou quase sempre e outros 52 por cento dizem que isso ocorre “algumas vezes”; mas 29 por cento crê que este ponto constitui um problema. Isto é, uma boa parte dos pais considera que negar-se a fazer algumas tarefas “apenas algumas vezes” já constitui um problema. Do mesmo modo, apenas cinco por cento “bate a outros meninos” sempre ou quase sempre, mas 13 por cento dos pais vêem nisso um problema. Apenas cinco por cento “tem dificuldade para acabar aquilo que começa” sempre ou quase sempre, mas 16 por cento dos pais vêem nisso um problema; apenas seis por cento “faz birras” sempre ou quase sempre, mas 21 por cento dos pais vêem nisso um problema... Apenas em dois pontos, “custa-lhe estar quieto durante um momento” e “faz xixi na cama”, acontece o contrário: alguns pais afirmam que o filho o faz sempre ou quase sempre e, contudo, não vêem nisso qualquer problema (com o que demonstram ter melhor critério do que o autor do questionário).

Não será que a constante repetição de comentários negativos sobre as crianças acaba por deteriorar a percepção que temos dos nossos próprios filhos?

Insulte, que alguma coisa fica

Muitos adultos, ao falar sobre crianças, recorrem ao estereótipo, ao insulto, à desqualificação sistemática. Isso se faz muitas vezes num tom jocoso, quase “carinhoso” (“o monstrinho”, “os pequenos tiranos”, “são uns terroristas”), mas o dano está feito: transmite-se aos pais a ideia de que os filhos estão contra eles e que não merecem respeito como pessoas. Vejamos alguns exemplos concretos:

“É só tocar no lençol e o malandro começa a lamuriar-se.”

O “malandro” tem dez meses, mas o seu comportamento é considerado não só premeditado e consciente, como também moralmente reprovável; a escolha das palavras não é casual: o bebê não começa a gemer (“queixar-se com voz lastimosa”, segundo o dicionário) e muito menos a chorar (“derramar lágrimas provocadas por uma dor física ou moral”), mas a lamuriar-se (“gemer, queixar-se ou chorar sem causa justificada”). Quem disse que não tem motivo?

Vejamos outros insultos:

As crianças pequenas são negativas, demonstram pouco senso comum e uma completa falta de respeito pelos direitos dos outros.

Não acha que é um exagero? Não lhe parece que esta frase é extremamente insultuosa? Substitua “crianças pequenas” por “negros” ou por “mulheres” e diga-me o que lhe parece agora.

Dez por cento das crianças estudadas eram pequenos terroristas.

Esta é uma acusação muito grave. Substitua “crianças” por “sindicalistas”, “catalães”, “clientes”, “funcionários” ou qualquer outro termo que se refira a um adulto e poderia receber uma intimação por difamação.

Fazem com que as mães se sintam inferiores. As crianças pequenas têm uma capacidade incrível para desmoralizar as mães. Muitas agem como anjos quando estão sob o cuidado de outras pessoas, reservando o seu lado demoníaco exclusivamente para os pais.

Que descoberta! Sem necessidade de insultos e exageros como “demoníaco”, o certo é que todos nos comportamos melhor com desconhecidos do que com familiares. O leitor suporta dos seus companheiros de trabalho e mesmo dos seus chefes desaires que provocariam uma discussão com o seu cônjuge.

Queixamo-nos menos da comida num restaurante do que em casa (e quando comemos em casa de um amigo, nunca nos queixamos da comida). Você, caro leitor, onde fazia melhor a cama, onde varria e limpava sem responder, onde obedecia imediatamente e a sorrir? Em casa ou na tropa? Significa isso que respeitava e amava mais o seu sargento do que a sua mãe? Claro que não, simplesmente tinha mais medo dele. Em Espanha, foram feitas muito mais manifestações e greves sob o regime socialista do que sob o regime franquista. Significa isso que

os trabalhadores estavam mais contentes com Franco? É um fato que não protestamos mais quando nos sentimos mais infelizes, mas quando temos mais esperança de que os nossos protestos sejam ouvidos.

Protestamos mais quando nos sentimos aceites e amados. Como afirma Bowlby:

Devido aos vínculos emocionais que unem um filho aos pais e estes ao filho, as crianças comportam-se sempre de forma mais pueril com os pais do que com outras pessoas [...]. Isto também se passa no mundo das aves. Os tentilhões jovens, que são já capazes de se alimentar a si mesmos, por vezes começam a solicitar alimento de modo infantil quando vêem os pais.

Mesmo Freud era severo nas desqualificações que apontava:

O excesso de ternura materna talvez seja prejudicial à criança porque acelera a sua maturidade sexual, deixa-a mal habituada e torna-a incapaz, em épocas posteriores da sua vida, de renunciar temporariamente ao amor ou contentar-se apenas com uma pequena parte dele. As crianças que se mostram insaciáveis na procura de carinho materno apresentam com isso um dos mais claros sintomas de futuro nervosismo. Por outro lado, os pais neuróticos são, em geral, os mais propensos a uma ternura sem medida, despertando assim nos filhos, antes de ninguém e com as suas carícias, a disposição a posteriores doenças nervosas.

De insultar as crianças até insultar os pais vai apenas um passo pelo que, se o leitor trata os seus filhos com ternura, então é um neurótico.

“Não”, dirá o leitor, “Freud apenas chama neurótico àqueles que mostram uma ternura sem medida, não àqueles que mostram uma ternura normal.” De acordo, mas o que é uma ternura sem medida? Para muitas pessoas na nossa sociedade, pegar ao colo uma criança que chora é excesso de ternura.

Freud não é o único, nem nada que se pareça, a ridicularizar os pais que tratam os filhos com “excesso de ternura”:

Tirá-lo da cama quando deve dormir não é uma demonstração de ternura, é estúpida ignorância.

Vejamos como o Dr. Green descreve o seu método de deixar chorar as crianças para ensiná-las a dormir:

Deixem-no chorar durante cinco minutos, se forem pais normais, dez minutos, se forem duros, dois minutos, se forem delicados e um minuto, se forem muito frágeis. A duração do choro depende da tolerância dos pais e do quanto genuinamente agitada a criança esteja.

Quer dizer, os pais que não querem deixar chorar os filhos são delicados, frágeis e mesmo falhos de tolerância (intolerantes!); pois numa incrível corrupção de linguagem, “tolerância” significa agora a capacidade para se ouvir chorar o nosso próprio filho sem fazermos qualquer caso. Mesmo admitindo que deixar chorar as crianças fosse moralmente aceitável (coisa que não admito em absoluto!), não pareceria mais lógico adaptar a duração do pranto à resistência da criança e não à dos pais?

(Deixe chorar uma criança normal durante cinco minutos, dois, uma delicada, um, uma muito frágil...) Mas o Dr. Green não se preocupa com o quanto possa sofrer uma criança de meses, mas com o que possa sofrer um adulto de vinte ou trinta anos.

O controle dos esfíncteres

Um direito humano que não costuma vir nos livros, mas que, todavia, é plenamente respeitado, é o direito a defecar quando temos vontade. É claro que às vezes ficamos com vontade durante um ato social ou longe de uma casa de banho e somos obrigados a aguentar (e todos sabemos o que isso custa). Também sabemos o quanto custa defecar quando não temos vontade (o típico “vai à casa de banho antes de sair, porque mais logo não podemos”). Consegue imaginar se o diretor de uma fábrica, para evitar perdas de tempo inúteis, obrigasse todos os empregados a ir à casa de banho entre as onze e as onze e quinze, todos de uma vez? Não é verdade que seria tão humilhante e grotesco que daria lugar a protestos e sairia nos jornais?

Se obrigar um adulto a ir à casa de banho às 11h45 e o proibir de ir às 13h28 nos parece ridículo, muito mais ridículo nos parece tentar fazê-lo com um bebê. Se a nossa filha de nove (ou dezenove) meses fizer cocô na fralda, não é para nos aborrecer, nem por maldade, nem por doença, mas porque é normal, porque os bebês ainda não têm o controlo dos esfíncteres. E se aos cinco meses (ou aos quinze) sentamos o nosso filho num penico e ele não faz nada, não pensamos que está a aborrecer-nos ou a desafiar-nos, nem é preciso levá-lo ao psiquiatra, porque é natural que ainda não saiba usar o penico. Para dizer a verdade, aos cinco meses nem sequer nos surpreenderia que caísse do penico.

Mas houve um tempo, quer acredite quer não, em que se obrigava (ou tentava obrigar) as crianças de nove e de cinco meses a usar o penico. Em 1941, o Dr. Ramos, referindo-se ao segundo trimestre (isto é, entre os três e os seis meses), afirma:

Regulamentar os atos naturais da defecação e da micção é também um poderoso meio educativo. A partir dos três meses, a mãe deve colocar a criança no penico, nas horas a que deve fazer essas funções [...] e se não o fizer pode, durante uns dias apenas, introduzir um supositório de manteiga de cacau ou glicerina, para que associe o “penico” com “fazer cocô”.

Repararam num pormenor? O controlo dos esfíncteres não é um fim, mas um meio. Não se educa a criança para que faça cocô no penico, mas o contrário: regula-se a defecação para educar a criança. O fim não é conseguir que a criança não se suje, isso é apenas secundário. O verdadeiro fim é que a criança se eduque, isto é, aprenda a obedecer, a cumprir a vontade dos pais. Aquele que for capaz de obedecer a uma ordem tão ridícula, como “defeca imediatamente”, irá obedecer, sem protestos nem perguntas, a qualquer outra ordem. Já em 1905 Freud o havia dito com toda a clareza:

Um dos melhores sinais de futura anomalia ou nervosismo na criança de peito, a negação de defecar quando se senta no penico; isto é, quando parece oportuno para a pessoa que a cuida, reservando a criança tal função para quando a ela lhe parece oportuno.

Isto é, uma criança de peito (suponho que se refere a uma criança com menos de doze meses) que não faz cocô quando os pais lhe dizem para fazer, mas quando lhe apetece, está a “negar-se” a obedecer, está a “reservar” para si esse duvidoso prazer, está a desafiar a autoridade paterna e a dar claros sintomas de futura anomalia e neurose. Todas as crianças que continuam

a usar fralda depois da idade de um ano seriam (ou já são) neuróticas, segundo Freud. Com razão se diz que “há mais fora do que dentro”!

Por que razão estavam Freud, Ramos e tantos outros tão convencidos daquilo que diziam? Teriam visto alguma criança a utilizar com êxito o penico antes de completar um ano para afirmarem que isso era o normal. Conheceram algum neurótico que tivesse tido problemas com o penico, para concluir que existe uma ligação entre as duas coisas.

Com efeito, o método funcionava com muitas crianças. Algumas fazem cocô todos os dias à mesma hora, prova conseguida! Com a repetição, a criança associava o penico com o ato de defecar e acabava por criar um reflexo condicionado. Um exemplo típico de reflexo condicionado é o famoso cão de Pavlov, ao qual se fazia escutar uma campainha de cada vez que comia. Por fim, bastava ouvir a campainha para começar a salivar (“ficava com água na boca”). O reflexo condicionado é inconsciente, não requer inteligência (o cão não a tinha), nem livre-arbítrio (o cão não consegue salivar quando quer, apenas quando ouve uma campainha).

Se a associação entre sentar-se no penico e defecar não se conseguia por casualidade, era provocada com um supositório ou um clister, que costumam predispor a defecar ao fim de alguns minutos. Além disso, sabe-se que o frio faz urinar as crianças pequenas, com o que bastava baixar-lhes as calças para que fizessem alguma coisa.

Mas havia, com certeza, muitas crianças às quais não se conseguia condicionar o reflexo, muitas crianças que não defecavam quando lho ordenavam. Atualmente, a avó, a vizinha, a enfermeira, o pediatra e os livros dizem aos pais inexperientes: “É claro, do que estava à espera? Nesta idade ainda não controla os esfíncteres.” Os pais dizem: “Ah, bom!” e guardam o penico até ao próximo ano, e aqui a paz e depois a glória. Não se passa nada com essas crianças e é evidente que não se tornam neuróticas.

Mas há oitenta anos, quando a criança de seis meses não defecava no penico, a vizinha, a avó, o pediatra, o livro e o psiquiatra diziam aos pais: “Não pode ser, está a fazer de propósito”, “talvez esteja doente”, “um primo meu começou assim e acabou no manicômio”, “têm de insistir”, “a criança precisa de mão de ferro”... Os atribulados pais insistiam, punham a criança no penico durante horas (“Só sais daí quando fizeres cocô”), gritavam-lhe, ameaçavam-na, castigavam-na, troçavam dela (“Tão grande e ainda com fralda!”), levavam-na ao médico, davam-lhe laxantes, clisteres, davam-lhe banho de assento em água quente para castigá-la (os livros descrevem as queimaduras características devidas à água a ferver)... Não é de estranhar que algumas daquelas crianças acabassem neuróticas. A profecia cumpria-se, os vizinhos e pediatras exclamavam “já tinha avisado que este menino acabava mal se não lhe ensinassem a usar o penico antes de fazer um ano”, e Freud (como quase toda a gente na sua época) confundiu o efeito com a causa. Nem sequer podiam suspeitar que eram precisamente os esforços para “educar” a criança que tinham causado a neurose. Felizmente que cada vez mais médicos se foram dando conta de qual era o verdadeiro problema e, nos anos setenta, o doutor Blancafort exprimiu na perfeição aquilo que a ciência pensava na época (e continua a pensar):

Antes de completar um ano, são inúteis e mesmo contraproducentes as tentativas de “ensinar” uma criança a controlar corretamente as suas necessidades fisiológicas. [...] Deve-se educar a criança, mas não “domesticar”, como se de um pequeno animal se tratasse. É precisamente isso, no máximo, que conseguiriam as mães tenazes e obsessivas: domesticá-la, mas à custa de muitas horas sentada no penico, o que acabava por constituir uma autêntica tortura para o pequeno e por determinar, em não poucas ocasiões, uma atitude de negação e recusa, quando não de

verdadeiro horror. [...] É fácil que a criança se encontre em condições de exercer um controlo perfeito sobre estas necessidades por volta dos três anos de idade.

Totalmente de acordo. Apenas faria uma correção ao doutor Blancafort: em vez de reconhecer que a medicina e a psiquiatria se tinham enganado neste assunto, põe as culpas nas “mães tenazes e obsessivas”. Pobres mães, que não faziam mais do que seguir as recomendações dos pediatras e psiquiatras de há trinta anos.

Felizmente, a puericultura atual é científica e já não se cometem barbaridades como essa de ensinar as crianças a usar o penico aos três meses, não é verdade? A verdade é que se pratica uma barbaridade semelhante para “ensinar” a criança a dormir. Um dia, quando se reconhecer que fazer chorar as crianças à noite e separá-las da mãe durante os primeiros anos “é inútil e mesmo contraproducente” e que esses métodos “domesticam, mas não educam”, também se deitará a culpa às “mães tenazes e obsessivas”. Como se a ideia tivesse partido delas.

Quando e como tirar as fraldas

Fala-se muitas vezes da “aprendizagem do controlo dos esfíncteres” e isso deixa os pais vagamente inquietos. Porque, aparentemente, uma aprendizagem requer ensinamento. Quem deve e como se deve ensinar a criança a controlar os esfíncteres, seja isso o que for?

Pois não, aprender a não fazer xixi nas calças, como aprender a andar, a sentar-se ou a falar, são coisas que não requerem estudo nem ensinamentos. Existem crianças com dez anos e adultos que não sabem ler ou que não tocam piano porque ninguém os ensinou. Os pais têm de fazer alguma coisa (ensinar o filho ou procurar um professor ou uma escola) se querem que aprenda essas e muitas outras coisas. Mas não há crianças de dez anos que não saibam andar, sentar-se ou falar ou que façam xixi nas calças (quando acordadas). Todas as crianças saudáveis (e uma boa partes das doentes) controlam perfeitamente a micção (de dia) e a defecação aos quatro anos ou bastante antes.

Por isso, a pergunta não é “O que tenho de fazer para que o meu filho aprenda a usar a privada?”, pois, faça o leitor aquilo que fizer, quer faça tudo “bem” quer faça tudo “mal”, ou mesmo que não faça absolutamente nada, o seu filho aprenderá essa função. A pergunta é: “O que posso fazer para que o meu filho não sofra enquanto aprende a usar a privada?” E a resposta é: “Mais vale que não faça nada.” Ou que faça o menos possível.

Quando os pais fazem alguma coisa, quando sentam a criança a determinada hora no penico, quando a obrigam a estar sentada até que faça alguma coisa, quando lhe ralham se faz nas cuecas, em longo prazo, a criança aprenderá também a usar a privada, mas sentir-se-á infeliz durante todo o processo (e os pais também). Em casos extremos, é provável que certos “ensinamentos” infelizes possam retardar a aprendizagem ou produzir na criança uma recusa em defecar que se converterá em obstipação.

Mas, se nunca lhe retiramos a fralda, como vai a criança aprender? Não continuará a usar fralda durante toda a vida? Duvido. Não conheço ninguém a quem isso tenha acontecido; mas suspeito que, mesmo que os pais não tomem qualquer iniciativa, todas as crianças acabariam por arrancar as fraldas a si próprias.

Ninguém anda de fralda na rua aos quinze anos. Mas a verdade é que as fraldas custam dinheiro e que para mudá-las é necessário esforço, e quase todos os pais fazem, mais tarde 'ou mais cedo, um esforço para ensinar os filhos a largar as fraldas.

Em princípio, isso não deveria constituir qualquer problema. A fralda é algo totalmente artificial, um invento relativamente recente que não procura a comodidade das crianças, mas a dos pais. Muitos pais tiram a fralda aos filhos durante o verão, e seja o que Deus quiser. Mesmo antes de completar um ano, quando sabem que é impossível para o bebê controlar as funções fisiológicas de forma voluntária. Para fazê-lo, é claro que é necessário não ter tapetes nem alcatifas em casa e é preciso estar disposto a esfregar qualquer canto a qualquer momento, sem a menor reprovação. Evitam-se assim à criança algumas assaduras provocadas pelo calor e os pais poupam dinheiro nas fraldas. No final do verão, se (como é de esperar) a criança continua a não ter controlo das funções fisiológicas, volta-se a pôr a fralda.

No primeiro verão depois dos dois anos, quando existe realmente alguma esperança de mudança, os pais podem explicar à criança o que se passa com ela: “Quando tiveres vontade de fazer xixi ou cocô, avisa.” Mas, todavia, não se deverão fazer perguntas a cada meia hora (basta que lhe expliquem uma vez em Junho ou, no máximo, de quinze em quinze dias), não devem sentá-lo no penico se não o pediu, nem lhe devem ralhar, criticar ou troçar dela por causa dos acidentes ou dos falsos alarmes, nem deverão mostrar impaciência. Pode ser útil perguntar --lhe se quer usar a privada, como o papá e a mamã, ou o penico. Enquanto não tiver o mínimo controlo, é preferível colocar-lhe uma fralda para sair.

Algumas crianças conseguem adquirir o controlo dos esfíncteres durante o verão, outras no verão seguinte. Algumas, é claro, atingem essa maturidade entretanto e pedem para lhes tirarem a fralda no Inverno (“Tens a certeza?” “Sim.” “Bom, então vamos experimentar.”)

Deixar as fraldas, decididamente, não deveria constituir qualquer problema, mas às vezes constitui. Mesmo sem as obrigar, sem lhes ralhar e sem fazer comentários ofensivos, algumas crianças negam-se a deixar as fraldas. Estão tão acostumados a usá-las que não imaginam a vida sem elas. Explique ao seu filho que não importa que faça xixi ou cocô em qualquer sítio, que não se vai aborrecer. Mas, se apesar de tudo lhe pede uma fralda, coloque-lha sem comentários. Ao fim e ao cabo, a ideia não é dele; foram os pais que decidiram colocar-lhe uma fralda quando nasceu e não é culpa da pobre criança se se acostumou. É possível que uma criança que ao ano e meio pediu para tirar a fralda se negue a fazê-lo aos dois anos e meio. Não insista, diga-lhe simplesmente: “Está bem, quando quiseres que te tire a fralda, avisa”, e pronto.

Algumas crianças sentem-se contentes por andar sem fralda, mas são incapazes de usar o penico. Notam que vão fazer qualquer coisa, avisam, mas não se querem sentar em nenhum sítio. Querem a fralda. Por vezes, durante algum tempo, é preciso pôr-lhes a fralda quando querem fazer xixi ou cocô. A algumas crianças que andam despidas na praia é preciso colocar-lhes uma fralda para que façam xixi. Não se surpreenda, não se queixe, não se ria. Coloque a fralda sem discutir, porque já falta pouco. Algumas crianças, mais tímidas, não se atrevem a pedir a fralda, nem mesmo pedem para usar o penico e tentam reter-se o mais possível. Algumas chegam mesmo a sofrer de obstipação. Se observar que o seu filho deixa de defecar quando lhe tira a fralda, experimente Colocá-la de novo (mesmo se ele não o pediu).

Não há qualquer problema em recomeçar a usar fralda depois de alguns dias ou meses sem ela. Não se trata de um passo atrás nem de um retrocesso, nem prejudica a criança. A não ser, é claro, que ela se negue.

Vamos agora tratar do extremo oposto, a criança que não é capaz de se controlar, mas que insiste em que lhe tirem a fralda ou que não lhe voltem a colocar, depois de a terem tirado durante o verão. Como sempre, é importante falar com a criança e respeitá-la. Se apenas acontecem descuidos ocasionais, é melhor ouvi-la. Se o controlo é absolutamente inexistente, talvez a possa convencer a permitir que lhe voltem a colocar a fralda. Mas se se negar em

absoluto, se chora para que não lha voltem a pôr, se vive a situação como um fracasso ou uma humilhação, é melhor ouvir também o que diz, talvez tentar chegar a uma solução de Compromisso (“podes andar sem a fralda por casa, mas se saímos para passear tens de pô-la). Por vezes, é necessário renunciar a sair de casa durante umas semanas para não assistir a um drama, o que não deixa de ser uma maçada. Por isso, é importante não levar o assunto demasiado a sério, não lançar indireta nem se meter com ela, que ninguém diga à pobre criança “Que vergonha, tão crescida e com fraldas”, “Vê se aprendes a utilizar a privada de uma vez”, “Se voltares a fazer no chão, terei de te voltar a pôr fralda, como se fosses uma menina pequena” e outros disparates. Nunca se deve falar assim a uma criança, seja sobre este tema seja sobre qualquer outro.

Todas as crianças normais saberão controlar-se um dia, sem que haja necessidade de lhes ensinar seja o que for. Se o seu filho continua a não controlar os esfíncteres depois dos quatro anos (exceto por algum acidente, muito de vez em quando, com o xixi), consulte o pediatra.

Quando existem problemas, são frequentemente de origem psicológica (por vezes, exatamente devido a tentativas de o “ensinar” a usar o penico à força e outras vezes como manifestação de outros conflitos ou de ciúmes). Em alguns casos, a defecação involuntária (encoprese) é consequência da obstipação: forma-se uma bola que irrita a mucosa retal e produz uma falsa diarreia. A criança não o faz de propósito e as piadas e castigos apenas farão piorar o problema.

Mas as noites são muito diferentes. Ainda que muitas crianças consigam dormir secas aos três anos, muitas outras fazem xixi na cama (enurese noturna) até a adolescência e mesmo durante toda a vida. Durante a Primeira Guerra Mundial, um por cento dos recrutas norte-americanos foram declarados não aptos para o serviço devido à enurese. A enurese noturna quase nunca tem uma causa orgânica ou psicológica, dependendo antes da maturidade neurológica e das características genéticas (herança da família).

Algumas crianças conseguem não urinar num dia especial (por exemplo, em casa de um amigo), a custo de passarem a noite praticamente acordadas. É claro que não o podem fazer muitos dias seguidos. Infelizmente, alguns pais não compreendem o enorme esforço que fez e deitam-lho à cara (“Em casa do Paulo, portaste-te bem, mas aqui não te preocupas, claro, estou cá eu para lavar os lençóis”). Este tipo de comentário, além de cruel, é falso. Há pouco tempo, uma mãe comentava num fórum da Internet que a filha de sete anos ainda se urinava. Outra mãe respondia-lhe da seguinte forma:

Eu urinei-me até aos dezesseis anos, e o pior é que me sentia mais complexada do que ninguém... Permanecia acordada à noite para não molhar a cama e durante os cinco minutos em que adormecia, urinava na cama; estava desde o meio-dia sem beber nada, era horrível, e continuava a fazer xixi; levantava-me durante a noite para lavar os lençóis, para que ninguém notasse... Não lhe ralhes, não a responsabilizes, é uma doença, de repente, um dia, deixei de fazer. O meu filho mais velho urinou na cama até aos treze anos...

Gostaria de contar uma história em homenagem a um grande pediatra japonês, o Dr. Itsuro Yamanouchi, de Okayama. Visitei o seu hospital em 1988 e fascinou-me aquele humilde sábio que continuou a dar consultas externas de pediatria, apesar de ser diretor de um grande hospital. Uma tarde, acompanhei-o nas consultas e ele explicava-me em inglês o que se passava.

- Este menino tem seis anos e faz xixi na cama. Expliquei à mãe que isso é normal, que não é preciso fazer nada e que eu fiz xixi na cama até aos sete anos.

- Que casualidade! - respondi no meu inglês vacilante! – Eu também fiz xixi na cama até aos sete anos.

O Dr. Yamanouchi apressou-se (para minha surpresa) a traduzir as minhas palavras e a mãe olhou para mim ainda mais surpreendida e desfez-se em cortesias e em agradecimentos.

Um pouco depois, outra mãe, enquanto ouvia as palavras do médico, olhou-me igualmente com surpresa e fez-me outra cortesia.

- O filho dela, com dez anos, também faz xixi na cama.

Expliquei-lhe que eu o fiz até aos onze anos e tu até aos sete.

- Mas, o senhor não me disse que tinha feito xixi na cama também até aos sete anos?

- Bem - sorriu o Dr. Yamanouchi -, eu digo-lhes sempre um ano a mais.

Olha-se, mas não se mexe

O suplemento do jornal *El Periódico* de domingo tem uma secção dedicada a troçar dos famosos. No número de 17 de outubro de 1999, na página 4, sob o título de “*Niños adosados*”, zombavam daqueles que tinham sido surpreendidos pelo fotógrafo com os filhos ao colo:

Muitos famosos decidiram pôr de lado o carrinho e carregar com os seus rebentos diretamente ao colo. Quem sabe este retorno ao método neolítico tenha as suas propriedades pedagógicas, mas não deve ser nem saudável nem cómodo.

O genial jornalista parece acreditar que o carrinho foi inventado nos finais do neolítico e que, desde então, ninguém mais transportou os seus filhos ao colo. Quantos carrinhos de bebê da Idade do Bronze, gregos, romanos, assírios, medievais, renascentistas ou barrocos viu o leitor em museus? Não, o carrinho é uma invenção bastante moderna e as crianças foram transportadas ao colo até há bem pouco tempo.

Por muito leve que seja o menor da família, suportar o seu peso acaba por ter como pesada consequência a coluna deslocada ou uma hérnia de disco.

Isto é um perfeito disparate. Transportar uma criança ao colo não provoca deslocamento da coluna nem hérnias discais.

Além disso, é discutível que a criança vá melhor pendurada, qual apêndice, do que metida num carrinho fofo.

Pode discutir o assunto, mas a criança que chora até mais não no carrinho e se cala imediatamente quando a pegam ao colo parece tornar bem claro onde se sente melhor.

Cavalgar ao ritmo dos passos do papá ou da mamã pode ser estimulante, mas é cansativo.

Estaria disposto a admitir que um pai se cansasse a levar o filho ao colo, sobretudo se for gordinho. Mas como se pode pensar que quem se cansa é a criança? É muito habitual que, quando damos atenção à criança e lhe concedemos aquilo que nos pede (o peito, levá-la ao colo, deixá-la dormir na nossa cama), nos acusem, ainda por cima, de lhe causarmos danos.

Seja como for, passear a criança como se fosse um fardo, como faz Cindy Crawford, não parece o mais aconselhável, principalmente porque os bebês precisam respirar.

Como um fardo? Na fotografia, a modelo agarra carinhosamente um bebê de poucos meses numa cômoda bandoleira. É claro que é um método muito aconselhável, pois é seguro, reparte bem o peso e permite mover os braços com relativa liberdade. E é claro que o bebê respira perfeitamente! Não seria o ciumento jornalista que ficaria sem respirar se pudesse estar tão perto de Cindy Crawford?

Pelo contrário, Antonio David Flores leva a filha demasiado solta. Ela apóia-se no ombro do pai com desdém, como quem se apoia sobre o balcão de um bar.

Na imagem que despertou tão azeda reação, uma menina de três ou quatro anos parece muitíssimo feliz ao colo do pai. Não consigo ver o menor desdém na sua forma de apoiar o bracinho. Às vezes o desdém está nos olhos de quem olha...

O artigo não é mais do que um exemplo do forte preconceito existente na nossa sociedade contra o fato de se transportar as crianças ao colo. Claro que se trata de um artigo sem importância, apenas uma brincadeira... mas quantos pais não foram obrigados a ouvir comentários semelhantes de familiares, amigos e mesmo de desconhecidos?

Há alguns meses, houve um título que chamou a minha atenção numa livraria: *Abrázame, Mamã*. Parecia promissor. Um livro claramente a favor do contacto entre mãe e filho! Mas não, trata-se apenas da velha “liberdade dentro de uma certa ordem”. A autora desfaz-se em elogios em relação ao contacto físico, é certo, e atribui-lhe propriedades que nem sequer a mim me tinham ocorrido: “estimula o cérebro”, “é uma forma de comunicação”, “transmite afetividade”, “sente a batida do coração e tranquiliza-se”:

Os benefícios do contacto físico nesta idade são indiscutíveis. Está provado que, se durante o primeiro ano de vida se priva uma criança de contacto físico ou do embalar que ocorre quando a transportamos num suporte às costas enquanto caminhamos, lhe irá custar estabelecer contacto social com as outras crianças e, quando adulta, terá um comportamento agressivo.

Quase me custa a acreditar que levar as crianças ao colo seja tão importante. Se tudo aquilo que diz é verdade, devemos agora mesmo tomar nos braços os nossos filhos, não é verdade? Mas atenção, há algumas exceções. Não é aconselhável pegar-lhe ao colo:

- Se você está nervoso, porque certamente lhe irá transmitir o seu estado de nervosismo.
- Para que se cale.
- Para adormecê-lo.
- Quando... já não podemos mais!
- Se não quiser andar.

Em resumo, pegue o seu filho ao colo em qualquer momento, exceto quando ele precisa ou quando for o leitor a precisar.

Se for você uma mãe de comercial, a correr em câmara lenta, descalça e vestida de um branco impecável, num campo muito verde, com o longo cabelo louro a ondear ao vento (e sem se picar em nenhuma urtiga) e ao seu lado brincam as crianças louras e obedientes (que

não brigam!) e um cão cujos pêlos também ondeiam ao vento, então pode pegar ao colo o seu bebê, roliço e sorridente, que não tem a fralda nem o nariz sujos, nem cólicas, e transmitir-lhe o seu afeto, estimular-lhe o cérebro e fazê-lo sentir a frescura da sua roupa.

Mas se você for uma mãe principiante e confusa (ou se partilha as atenções do bebê com as de um irmãozinho ciumento ou de dois irmãozinhos barulhentos), se desde o parto há dias em que se põe a chorar como uma tonta sem saber por que, se reclamou com o seu marido sobre o pouco que a ajuda e ele se aborreceu e saiu batendo com a porta, se a sua mãe e a sua sogra vieram “ajudar” e criticam tudo aquilo que faz, se ninguém a veio ajudar e os pratos sujos e a roupa para passar a ferro se acumulam e não conseguiu dormir durante toda a noite, então não seja tão egoísta a ponto de tomá-lo nos braços, cobri-lo de beijos, sentar-se com ele e esquecer-se do resto do mundo. Não! Você está nervosa e poderia passar-lhe o seu mal-estar! Em vez disso, jogue na mega-sena, acerte em cheio nos seis números, contrate duas empregadas e uma babá e volte quando estiver mais calma. Se se despachar, poderá abraçar o seu filho antes de terminar a escola primária.

Conhece algum método mais rápido para que um bebê deixe de chorar ou adormeça do que pegar-lhe ao colo e cantar-lhe uma canção? Dizem que o gás é mais rápido, mas nunca o experimentei, nem o recomendo. E se o seu filho de ano e meio não quer andar e está na hora de voltar para casa, o que poderá fazer senão levá-lo ao colo? Esperar que lhe apeteça andar, mesmo se para isso tiver de dormir no banco, junto à caixa de areia? Arrastá-lo pela rua?

Parece vontade de aborrecer. É como dizer “a água é mui: saudável, mas nunca a bebas para matar a sede” ou “descansa-se muito bem na cama, mas nunca te deites nela para dormir”.

Tempo fora!

O tempo fora, ou tempo de exclusão, é uma das técnicas de educação derivadas do behaviorismo. Um dos seus impulsionadores foi o Dr. Christopherson, professor de Pediatria e de Ciências do Comportamento na Universidade de Kansas. Publicou uma longa explicação dos seus métodos numa prestigiada revista pediátrica. Com efeito, começa com bastante sentido, recusando com firmeza o castigo físico e explicando que as crianças com menos de quatro ou cinco anos não têm capacidade de compreender o pensamento abstrato, pelo que não podem satisfazer muitas das nossas ordens. Também adverte que as crianças aprendem por repetição e que, ao fazer muitas vezes uma coisa “mal feita”, não nos estão a desobedecer ou a desafiar, mas apenas a praticar. Defende que o método do tempo de exclusão “funciona muito melhor do que açoitá-las, gritar e ameaçar as crianças”, o que provavelmente também está certo...

Mas quando chega à descrição pormenorizada do método, perguntamo-nos onde ficou o bom senso. Estamos a falar de crianças com idades entre oito meses e doze anos, que fizeram coisas como ter “acessos de cólera, bater ou outros atos agressivos, não seguir as indicações que lhes dão [...], brincar com os móveis e interromper”. O procedimento é o seguinte:

1.º Passo - No seguimento do comportamento inadequado, dizer à criança: “Não, não deves...” Deve dizer-se isto calmamente, sem levantar a voz, sem se zangar ou ralhar. Metê-lo no parque sem proferir outra palavra e com uma expressão facial que não possa ser confundida com afeto.

2.º Passo - Depois de a criança se encontrar no sítio que lhe foi designado, não lhe dirigir palavra, não a olhar e não lhe falar. Quando tiver deixado de chorar e se tiver descontraído, pegar-lhe sem lhe dizer uma só palavra e colocá-la no chão, perto dos brinquedos. Não a censurar nem mencionar o que fez de errado. Não se lhe deve dar um sermão e deve-se ter o cuidado de não

apresentar um ar carrancudo. Se a criança começa a chorar quando o pai se dirige a ela e a ergue, voltar a pô-la no parque e repetir o mesmo comportamento.

3.º Passo - Depois de cada exclusão, a criança deve dar início a um período de reconstrução. Não haverá explicações, censuras, ameaças ou reprimendas. Na primeira oportunidade, premiar o comportamento positivo.

A criança pode ser castigada a qualquer momento, sem aviso prévio, durante um tempo ilimitado, por um ser todo-poderoso que não explica nada e finge estar aborrecido. O acusado não pode dizer nada em sua defesa, pois a decisão é irrevogável.

Para acabar com o castigo, a única coisa que a criança pode fazer é parar de chorar. Não chega cumprir um tempo determinado: um assassino condenado a dezoito anos sairá da prisão após dezoito anos, quer se arrependa quer não; mas uma criança posta em exclusão pode aí permanecer indefinidamente se continuar a chorar (felizmente, os pais costumam ter mais bom senso do que os “especialistas” e, se a criança não se cala após um certo tempo, acabam por ir buscá-la). O que se exige da criança é que reprima os seus sentimentos e que deixe de chorar precisamente quando tem vontade (e motivos) para fazê-lo. Que finja, que minta (e que minta a si próprio), que renuncie à sua própria personalidade para se converter num autômato ao serviço dos desejos dos adultos. É difícil conceber um método mais desumano.

Por que razão não se lhe pode falar com ira nem se lhe pode ralhar? Para demonstrar superioridade. Trata-se de não nos rebaixarmos ao nível da criança, de nos mostrarmos perante ele com a segurança e o aprumo de um deus encarnado.

Por que razão essa insistência de não lhe falar e de não a olhar? É a falar que as pessoas se entendem e para o behaviorista é fundamental que pai e filho não se entendam. Quando se fala, é possível a argumentação, a defesa, a súplica, a impugnação e corre-se o risco de que o processo se vá contaminando com alguma racionalidade. A capacidade de falar distingue o Homem dos animais e Skinner, não o esqueçamos, fazia a sua investigação com ratos.

Se o pai olha para a criança, poderá ver o seu sofrimento, poderá sentir compaixão, poderá estabelecer um contacto visual. Tudo isto é perigoso para o êxito do método que, por princípio, deve ser distante, impessoal, irracional e sem misericórdia.

Por que razão não se deve ter uma expressão facial que se possa confundir com afeto? Porque pegar na criança ao colo para colocá-la dentro do parque é o ponto fraco do método: em ambientes em que pegar as crianças ao colo está firmemente proibido porque as torna “malcriadas”, a pobre infeliz poderia ter a impressão de que a estamos a tratar com carinho. Poderia mesmo “portar-se mal” de propósito, para que desse modo lhe tocassem e lhe falassem.

Dentro de certos limites, dói mais às crianças a indiferença dos pais do que os gritos e os golpes. Aparentemente um progresso, uma “humanização”, usar a indiferença em vez de gritos e sermões não constitui mais do que um retrocesso para uma forma mais refinada de tortura. A indiferença, como os choques elétricos, é uma tortura ideal: dói mais que os golpes e não deixa marcas físicas.

Por que razão durante o tempo de exclusão não se deve mencionar à criança aquilo em que errou? Não seria mais eficaz um método de reforço verbal? (“Não voltes a mexer no gás, não batas ao teu irmãozinho.”) Claro que não! Dar explicações apenas enfraquece o efeito. O acusado poderia negar os fatos ou, inclusivamente (supremo desafio!), negar a validade da regra.

Um regime de terror não pode admitir o debate.

Por que razão o método só se aplica a menores de doze anos?

Não se poderia modificar do mesmo modo o comportamento do universitário sarcástico, do empregado preguiçoso, do cliente mal-educado, do namorado pouco amável ou da esposa desobediente? Não, e por três motivos. Em primeiro lugar, uma criança com mais de doze anos é demasiado pesada para lhe pegar ao colo e a meter num parque. Em segundo, não vai ficar calada quando a tratam indignamente. Em terceiro, provavelmente o principal, vergonha dos outros: a simples ideia de submeter a este vexame um adolescente ou um adulto produziria incredulidade, riso e consternação. Mas parece tão “normal” tratar assim uma criança...

(Certamente, amável leitora, incomodou-a no parágrafo anterior a expressão “esposa desobediente”? Chama-se a isso agora “linguagem sexista”, que é o pior tipo de linguagem politicamente incorreta. Por que razão, então, é permitido dizer “filho desobediente”?)

Alguns dos leitores podem ter tido uma sensação de déjà vu quando leram as explicações do tempo de exclusão. Onde teriam lido algo semelhante anteriormente? Talvez aqui:

- Não se pode ir embora, está preso.
- Assim parece - disse K. - E por que motivo? - perguntou em seguida.
- Não estamos autorizados a dizer-lho. Regresse ao seu quarto e aguarde.
- [...]
- Está preso.
- Mas, como posso ser preso desta maneira?
- E lá começa você de novo - disse o vigilante, e mergulhou um bocado de pão no copo de mel. - Não respondemos a esse tipo de perguntas.
- Mas deveriam responder. Aqui estão os meus documentos, mostre-me agora os seus e, antes do mais, a ordem de detenção.
- Deus do céu! - disse o vigilante. - Parece não querer aceitar a sua situação e querer dedicar-se a irritar-nos inutilmente.

São parágrafos de *O Processo*, de Kafka. É verdade, o método do tempo de exclusão é kafkiano, no mais estrito sentido do termo.

E será eficaz? Quase todos os métodos que criticamos neste livro o são. Eficazes para conseguir o seu propósito: uma criança submissa, obediente, que não incomode. O problema é se partilhámos ou não desse objetivo; se a obediência cega e o silêncio respeitoso são as qualidades que mais ansiamos desenvolver nos nossos filhos.

Mas não eficaz a cem por cento, certamente; e o próprio Christophersen o confessa inadvertida e ingenuamente, quando nos explica as normas escritas que se entregam aos pais das crianças (menores de dezoito meses) nos jardins de infância da área metropolitana do Kansas. Existem diversos pontos muito positivos nestas normas: o pessoal está proibido de bater ou de gritar às crianças. (Que voltas o mundo dá! Aqui temos o maior defensor ia tempo de exclusão convertido numa das pessoas que o Dr. Green chamaria “ativista anticastigo corporal”.) Mas a verdadeira disciplina começa agora:

Se a criança tem um comportamento inaceitável, o empregado mais próximo fará um breve enunciado verbal: “Não”, pegar-lhe-á ao colo com firmeza, mas sem violência, levá-lo-á gentilmente para dentro do parque. Assim que a criança se tiver descontraindo e acalmado, qualquer pessoa pertencente ao pessoal a retirará do parque e a colocará novamente numa área adequada.

Se o comportamento inadequado “puser em perigo outras crianças” e não desaparecer com a exclusão,

[...] deverá sair do centro e pedir-se-á aos pais que a coloquem noutra local.

O resultado não pode ser mais brilhante:

[...] o ambiente do jardim de infância melhora consideravelmente assim que uma ou duas crianças problemáticas tiverem melhorado o seu comportamento ou tiverem saído.

Ao pensar em comportamentos que “colocam em risco outras crianças”, pensamos em adolescentes que levam para a escola a espingarda do pai e que começam a disparar no pátio da escola. Mas se pensarmos na capacidade de agressão de uma criança com menos de dezoito meses, num recinto fechado e sob a supervisão de adultos, temos de concluir que os riscos que correm as outras crianças é que lhes tirem a chupeta ou os empurrem e os façam cair sobre o rabo (sobre uma fralda fofa).

Fracassadas todas as tentativas para resolver tão graves problemas, os sábios behavioristas do Kansas viram-se obrigados a expulsar os bebês foragidos dos jardins de infância. Irão para jardins de infância-reformatórios ou juntar-se-ão em perigosos bandos de rua de bebês delinquentes? Imagina a carreira criminosa que aguarda uma criança expulsa por mau comportamento aos catorze meses? Não é uma brincadeira, infelizmente. Que conceito terão do seu próprio filho uns pais a quem se anuncia a expulsão por “comportamento inadequado e irremediável”? (“Desculpe, minha senhora, mas não temos outro remédio do que expulsar o seu filho de catorze meses. Apresenta um comportamento agressivo que põe em perigo as outras crianças e os melhores tratamentos da psicologia moderna foram inúteis para resolver o problema. Não podemos fazer mais nada para ajudá-la. Compre uma pistola e que Deus a proteja.”) O que lhes dirão na próxima escola ou jardim de infância onde levem o filho? (“Diz aqui que foi expulso do jardim de infância Polegarzinho. Qual foi o motivo?”) Se isto é o melhor que o sistema pode fazer para ajudar os bebês com “problemas”, que medidas disciplinares adotará com crianças com cinco, sete ou treze anos?

Expulsar do jardim de infância uma criança com catorze meses por ser impossível de controlar ou por o seu comportamento ser difícil de suportar é uma trágica confissão de incompetência.

Outras pessoas, sem tantos títulos universitários, dedicaram mais tempo a observar as crianças, a falar com elas. Recordo, por exemplo, que no jardim de infância do nosso primeiro filho havia uma criança que mordida os outros. “Temos de ter muita paciência”, diziam Estela e Glória, duas excelentes puericultoras, “tem problemas em casa. Mas com carinho e paciência deixará de morder.” E claro que deixou de morder.

Para acabar de demonstrar a excelência do seu método, Christophersen não pode resistir a introduzir uma “nota humana”:

[...] muitas crianças que foram criadas segundo este método colocam as bonecas e os amigos na mesma situação quando se portam mal. Também se observou que as crianças que recebem palmadas dos pais fazem o mesmo com as bonecas e os amigos e as que estão constantemente a receber reprimendas verbais fazem também o mesmo com as bonecas e os amigos.

Não, não tenhamos receio de continuar a frase: e os que são tratados com carinho e respeito constantes fazem o mesmo com as suas bonecas e amigos.

É triste que alguém consiga passar tão perto da verdade sem a ver. Com efeito, as crianças pequenas não batem aos outros porque “não foram educadas”, mas porque as “educaram” com palmadas. E a solução não é o método da exclusão, pois, com ele, consegue-se que a criança deixe de bater, não que trate os amigos com carinho, mas que, em vez disso, os exclua.

A estimulação precoce

Existem excelentes profissionais dedicados ao estudo de crianças com deficiências e não duvido que, nesses casos, a estimulação precoce possa ser muito útil.

O que aqui incluo como mito é a estimulação das crianças saudáveis com o propósito de convertê-las em gênios.

Pode ser um mito bastante inocente se leva simplesmente a que os pais dediquem mais tempo ao filho, brinquem com ele, lhe ensinem canções e lhe contem histórias. Tudo isso é, à partida, benéfico para as crianças.

Mas o fim (aumentar a inteligência) poderia tornar os meios injustos. Admitamos, por exemplo, que as crianças aprendam a falar mais cedo, se os pais falarem com elas e lhes contarem histórias. Será que isso vai constar do seu currículo? (“Com que idade começou a falar?” “Disse “papá” aos onze meses e aos dezoito meses já dominava 85 palavras” “Magnífico, o emprego é seu.”) É óbvio que não basta desenvolver uma ligeira diferença nas crianças; essa diferença deve manter-se aos vinte e cinco anos para se poder dizer que realmente foi efetiva.

E se houvesse esse efeito em longo prazo, qual teria sido exatamente o segredo do êxito? As brincadeiras, as histórias ou as canções? Existe mais estímulo nos “cinco lobinhos” ou em brincar às escondidas? Ou será que esses pais também puseram os filhos nos melhores colégios e os ajudaram mais com os estudos quando eles tinham doze anos? Não será que os pais que dedicam mais atenção aos filhos durante o primeiro ano dedicam-na também durante o resto da vida?

“Brinquem com os vossos filhos para poderem desfrutar dessa época” parece-me um bom conselho para os pais principiantes. Não me parece prudente mudá-lo para “estimulem os vossos filhos para que sejam mais inteligentes”. As brincadeiras dos bebês não são competitivas, ninguém ganha a brincar de “cadê cadê” nem a fazer cócegas. Mas na estimulação é possível perder, porque existia um objetivo (a inteligência). Os pais brincam para se rirem e para desfrutarem da observação de como os filhos se riem, mas a estimulação pode converter-se numa obrigação para uns e para outros, e os pais podem esperar ter o direito de receber alguma coisa em troca pelos seus “esforços”. (“Está calada, já te disse, não me interrompas quando te conto uma história!” “Como é um palácio? Já te expliquei ontem o que é um palácio. Tens de tomar mais atenção.”) O que os pais dão aos filhos quando brincam não são conhecimentos, mas a sensação maravilhosa de se sentirem amados, respeitados, importantes.

Um dos maiores perigos deste mito é a convicção muito difundida de que os pais não sabem estimular adequadamente os filhos e de que este papel pertence aos profissionais de pedagogia. Faz acreditar aos pais que os filhos necessitam de ir para o jardim de infância para aprenderem a falar, para se socializarem (isto é, relacionarem-se com as outras crianças), para “ficarem mais desembaraçados”, para não serem tão mimados, para se separarem da mãe... (é para isso que serve o jardim de infância, para se separar da mãe, infelizmente).

Não é verdade. Ir para o jardim de infância não é melhor do que estar em casa com a família. Há uma década, Susan Dilks reviu em profundidade os estudos científicos que comparavam as crianças que andavam no jardim de infância com aquelas que ficavam com os pais. Frequentar o jardim de infância associava-se a um laço afetivo menos seguro com os pais. Quanto à socialização, os dados eram pouco claros: mais sociáveis segundo alguns estudos, mas também mais agressivos segundo outros; os resultados eram melhores em jardins de infância de muito boa qualidade. Na aprendizagem ou na inteligência não havia qualquer diferença entre as crianças que frequentavam o jardim de infância e aquelas que ficavam em casa, exceto para as crianças pertencentes a comunidades desfavorecidas, que melhoravam um pouco quando frequentavam jardins de infância de boa qualidade, dependentes de departamentos universitários de pedagogia. A vantagem na aprendizagem desaparecia, exceto se se mantivesse um apoio especial durante toda a escolaridade. Não se encontra comentários sobre crianças de famílias maravilhosas (como a sua família, caro leitor), que recorrem a jardins de infância de baixa qualidade.

Em resumo, se a criança recebe um tratamento adequado em casa, frequentar um jardim de infância não lhe traz qualquer vantagem. É claro que inúmeras famílias necessitam de colocar os filhos nos jardins de infância por razões econômicas. Enquanto continuamos a luta para que a licença de maternidade seja prolongada e igualada à dos países socialmente mais avançados, é agradável saber que uma criança se pode desenvolver, aproximadamente da mesma forma, num jardim de infância de grande qualidade.

E como se distinguem esses jardins de infância de grande qualidade daqueles de que tanto falamos? Dilks oferece-nos uma série de critérios gerais, por exemplo, quanto ao número de crianças por educador. O máximo de quatro crianças com menos de dezoito meses, cinco crianças com idades entre os dezoito e os trinta e seis meses e oito crianças com idades entre os três e os cinco anos. Quantas crianças por educadora existem no jardim de infância do seu filho?

A legislação espanhola permite oito crianças com menos de um ano por educador. A leitora crê que é possível cuidar de oito bebês ao mesmo tempo? Se tivesse tido oito gêmeos ou apenas quatro, sentir-se-ia capaz de cuidar deles sozinha sem ajuda de ninguém? Só para mudar fraldas e dar de comer passa-se o tempo todo; é impossível fazer seja o que for com as crianças para além disso. Onde fica a famosa estimulação precoce? Onde fica, muito simplesmente, o carinho? Quem é que pensa que vai pegar no seu filho ao colo quando ele chora ou que vai brincar com ele? Como se pode admirar que, à tarde, lhe peça colo e mimos sem parar?

O problema é que a prestação de cuidados às crianças foi concebida com critérios puramente econômicos. O processo não foi: “As crianças necessitam disto e disto, isso custa tanto, vamos ver onde podemos arranjar o dinheiro”, mas exatamente ao contrário: “Temos este dinheiro, vamos ver o que conseguimos fazer com ele.” E a quantidade de dinheiro é, por definição, muito pequena, pois a mãe não pode gastar para cuidar do filho mais do que uma parte daquilo que ganha com o seu trabalho e, em geral, as mulheres têm empregos pior remunerados do que os homens.

Assim, todo o nosso sistema educativo está de pernas para o ar. Quanto menor é a idade do aluno, menos qualificações e experiência se exige do professor e menos se paga. Deveria ser exatamente ao contrário: as educadoras de um jardim de infância deveriam ser mais qualificadas e mais bem pagas do que os professores universitários, porque um bebê pode sofrer muito com uma má educadora, mas um jovem de vinte anos sobrevive perfeitamente a uma má professora de Física.

Habitualmente, paga-se menos à hora para tomar conta de crianças (a uma ama) do que para fazer limpezas. O que é mais importante? Que o seu filho seja bem cuidado ou que o chão fique brilhante?

Por ser tão mal pago, cuidar de crianças passou a ser uma profissão sem prestígio. Quando uma mãe faz o enorme esforço económico para deixar de trabalhar durante alguns meses para tomar conta do filho, ainda por cima dizem-lhe “que sorte por poderes fazê-lo” ou “que bom, agora estás todo o dia sem fazer nada”. Ou mesmo: “Vais ficar parada, não podes renunciar à tua carreira...” Há algum tempo, li o comentário de uma mãe que, farta de ouvir críticas, tinha decidido substituir o “agora não trabalho” por “estou num projeto-piloto de psicologia aplicada; estamos a estudar o efeito da atenção contínua personalizada sobre o desenvolvimento psicoafectivo do lactente”. Parecia tão complicado que ninguém se atrevia a pedir mais pormenores e assim não tomavam conhecimento de que a investigadora era ela, o sujeito do estudo, o seu filho, o centro de investigações era a sua casa... e que não lhe pagavam pelo trabalho.

O tempo de qualidade

Muitas famílias sentem claramente que o jardim de infância não é a solução ótima e que recorrem a ela levadas pela necessidade. Em vez de ir até a raiz do problema e criar as condições sociais e económicas para que cada família possa escolher livremente, muitos optaram por seguir em frente: louvar a excelência do jardim de infância e assegurar às mães de que não existe qualquer problema.

Assegura-se às mães que, mesmo estando separadas do filho durante oito horas por dia (que facilmente se convertem em dez com os transportes), poderão cuidar dele exatamente da mesma maneira, porque o importante é a qualidade e não a quantidade. E em duas horas de “tempo de qualidade” poderão fazer o mesmo que outras mães em dez ou doze horas.

Confesso que a ideia me parecia mais ou menos aceitável até que tive de vivê-la na própria pele, quando pedi licença como pediatra para poder dedicar mais tempo aos cuidados dos meus filhos. Renunciei a um trabalho, a um salário, às expectativas de promoção e ascensão na carreira, ao reconhecimento social de uma profissão. Como os jardins de infância são largamente subsidiados, a sua família, apenas com um salário, tem de ajudar com os seus impostos a pagar o jardim de infância das famílias com dois salários.

E, ainda por cima, tem de ouvir frases do género: “Não sei para que te serve ficar em casa. Eu passo menos tempo com o meu filho, mas é tempo de qualidade, que é o que importa” E quem disse que o tempo que eu passo com ele não é de qualidade? Para além de qualidade, eu e os meus filhos temos mais tempo. Teríamos de convencer os nossos chefes de que, “a partir de agora, virei apenas trabalhar duas horas por dia, mas, como será tempo de qualidade, farei o mesmo que os outros em oito horas”. Onde é que isto não funciona? Em qualquer trabalho ou atividade, desde colocar azulejos a tocar piano, apenas se pode conseguir o êxito na condição de lhe “dedicar horas”. Por que razão pretendem convencer-nos de que cuidar dos nossos filhos é precisamente a única atividade humana em que o tempo se torna elástico?

EPÍLOGO
O DIA MAIS FELIZ

O meu coração comove-se agora ante muitas recordações, durante muito tempo adormecidas, da
minha mãe, jovem e bonita (e eu tão velho!).
CHARLES DICKENS, História de Duas Cidades

Quando éramos crianças, quase todos fizemos uma redação para a escola com o título “O dia mais feliz da minha vida”. Nos colégios religiosos, o êxito estava assegurado se descrevíamos a nossa primeira comunhão. Outros preferiam recordar a prenda maior e mais cara que tinham recebido no Natal, uma viagem a um país longínquo, uma visita a um parque de diversões...

O passar dos anos modifica a nossa perspectiva, os objetos desbotam e as pessoas alcançam, então, uma estatura insuspeita. O sorriso da nossa mãe, o abraço do nosso pai, a mão de um amigo, uma palavra de alento, gratidão ou perdão... Tente recordar, amigo leitor. Quais foram os dias mais felizes da sua infância?

Manuel explica deste modo uma dessas recordações inesquecíveis.

Devia ter seis ou sete anos, quando, a correr às escuras pela casa, choquei com uma porta de vidro que sempre tinha estado aberta. Ficou feita em pedaços aos meus pés. Apanhei um susto de morte e fiz um corte na testa. Mas não sentia qualquer dor; o medo do castigo paralisava-me.

O meu pai veio a correr, tirou-me de entre os vidros, tratou-me da ferida, olhou-me de cima a baixo. Mas não me ralhou. A princípio tremia, esperando a cada momento ouvir uns gritos terríveis. Depois pensei que se tinha esquecido de me ralhar e tentei passar despercebido. Mas por fim o assombro e a curiosidade foram mais fortes e perguntei em tom choroso: “Não estás zangado por ter partido a porta?” “Não” respondeu ele, “a porta não é importante, a única coisa que me importa é que não te tenhas aleijado”.

Agora compreendo que todos os pais dão mais valor aos filhos do que a qualquer coisa no mundo. Mas raramente o dizemos aos nossos filhos. Estou muito agradecido ao meu pai por mo ter dito.

Esta é a história de Encarna:

Um dos dias mais felizes de que me consigo recordar teve, na verdade, um mau começo. Tive um pesadelo horrível. Nada de monstros nem de homem do saco; sonhei com uma ostra. Uma ostra enorme que tirava uma pérola, também enorme, da concha e não a deixava voltar a entrar. A pobre pérola que fora expulsa fez-me uma pena enorme. Acordei a chorar, verdadeiramente aterrorizada. Devia ter uns cinco anos e dormia numa pequena cama no quarto dos meus pais. A minha mãe convidou-me a dormir na cama dela. Todos os meus medos desapareceram, como por arte mágica, sentia-me imensamente feliz e segura. Nunca mais voltei a ter um pesadelo. Soube que teria sempre um refúgio, que haveria sempre alguém para me proteger.

Eu, da minha parte, lembro-me de uma tarde, creio que era domingo, quando tinha uns doze anos. Dava voltas, entediado, pela casa. A minha mãe agarrou-me e disse-me: “Vem cá, senta-te aqui no meu colo, como quando eras pequeno.” Acho que quase morri de vergonha, mas não consigo recordar esse sentimento. Recordo, em vez disso, que começou a cantar muito suavemente:

*Ó papão, vai-te embora,
Lá p'ra cima do telhado
Deixa dormir o menino*

Um soninho descansado...

Apoiei a cabeça no seu peito e fui invadido por uma paz infinita. Quase adormeci. Foi como voltar a ter dois anos. A maioria das pessoas não tem qualquer recordação da sua primeira infância. Eu sei o que um bebê sente ao colo da mãe, porque tive o enorme privilégio de voltar a ser um bebê durante meia hora, aos doze anos.

Todas estas histórias têm alguma coisa em comum. Os dias mais felizes da nossa infância são aqueles em que os nossos pais (ou os nossos avós, irmãos ou amigos) nos fizeram felizes. Mesmo quando nos parece que foi um trem elétrico que nos fez felizes, se olharmos bem, há sempre uma pessoa por detrás: os pais que os entregam a nós com um sorriso ou com um elogio, o irmão com o qual o partilhamos (nem sempre de boa vontade)...

Éramos filhos e agora somos pais. Passaram tantos anos, mas tão pouco tempo que, por vezes, nos surpreendemos com os papéis trocados. De repente, vemos a nossa própria infância e os nossos próprios pais sob uma outra luz. Olhamos para os nossos filhos e perguntamo-nos que dia, que frase, que aventura ficarão gravados para sempre na sua memória; que dores ficarão gravadas na sua alma e que alegrias guardarão como um tesouro.

Os dias mais felizes do seu filho estão ainda para acontecer. Dependem de vocês.